

Problemas de Historiografia Helenística

**Breno Battistin Sebastiani,
Fernando Rodrigues Jr.,
Bárbara da Costa e Silva (coords.)**

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

HVMANITAS SVPPLEMENTVM • ESTUDOS MONOGRÁFICOS

ISSN: 2182-8814

Apresentação: esta série destina-se a publicar estudos de fundo sobre um leque variado de temas e perspectivas de abordagem (literatura, cultura, história antiga, arqueologia, história da arte, filosofia, língua e linguística), mantendo embora como denominador comum os Estudos Clássicos e sua projeção na Idade Média, Renascimento e recepção na atualidade.

Breve nota curricular sobre os coordenadores do volume

Breno Battistin Sebastiani é Professor Associado de Grego Antigo na Universidade de São Paulo. Possui Doutorado em História pela mesma Universidade. Coordenou com O. Devillers (U. Bordeaux Montaigne) o livro *Sources et modèles des historiens anciens* (Bordeaux, Ausonius, 2018); é autor de *Fracasso e verdade na recepção de Políbio e Tucídides* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 2017); traduziu a obra completa de Políbio (*Políbio: história pragmática. Livros I a V. Tradução, introdução e notas*, São Paulo, Perspectiva, 2016); e tem escrito regularmente sobre Tucídides, Políbio, narrativa grecolatina, historiografia grega, pensamento político antigo e recepção de/em textos clássicos.

Fernando Rodrigues Junior possui graduação em Letras pela Universidade de São Paulo (2001), mestrado em Letras (Letras Clássicas) pela Universidade de São Paulo (2005) e doutorado em Letras (Letras Clássicas) pela Universidade de São Paulo (2010), com estágio de pesquisa realizado na Universidade de Oxford entre 2008 e 2009. Realizou pesquisa de Pós-doutorado no King's College London entre 2013 e 2014. É professor da Universidade de São Paulo desde 2004. É coordenador do grupo de pesquisa Hellenística, cadastrado no CNPq, voltado ao estudo da produção literária do período helenístico e responsável pela organização bienal da Semana de Estudos sobre o Período Helenístico. Tem experiência na área de Letras Clássicas, atuando principalmente nos seguintes temas: Literatura Helenística, Epopéia, Calímaco, Apolônio de Rodes, Teócrito, Poesia Bucólica e Epigrama.

Bárbara da Costa e Silva é doutoranda em Letras Clássicas pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente desenvolve pesquisa cujo foco é o estudo da recepção de Menandro em textos escolares dos séculos IV - VI d.C. Seus interesses são: comédia nova, retórica grecolatina (discursos e tratados), história da Retórica, a influência da retórica na poesia grecolatina, retórica escolar (declamações e tratados) e recepção da poesia clássica grega em textos retóricos tardios.

SÉRIE HUMANITAS SUPPLEMENTUM
ESTUDOS MONOGRÁFICOS

ESTRUTURAS EDITORIAIS
SÉRIE HUMANITAS SUPPLEMENTUM
ESTUDOS MONOGRÁFICOS

ISSN: 2182-8814

DIRETOR PRINCIPAL
MAIN EDITOR

Delfim Leão
Universidade de Coimbra

ASSISTENTES EDITORIAIS
EDITORIAL ASSISTANTS

Teresa Nunes
Universidade de Coimbra

COMISSÃO CIENTÍFICA
EDITORIAL BOARD

Carlos Leonardo Bonturim Antunes
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Christian Werner
Universidade de São Paulo

Leonardo Medeiros Vieira
Universidade Federal da Bahia

Lucia Sano
Universidade Federal de São Paulo

Martinho Tomé Martins Soares
Universidade de Coimbra

Rafael de Carvalho Matiello Brunhara
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Problemas de Historiografia Helenística

Breno Battistin Sebastiani, Fernando
Rodrigues Jr., Bárbara da Costa e Silva
(coords.)

Universidade de São Paulo

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

SÉRIE HUMANITAS SUPPLEMENTUM
ESTUDOS MONOGRÁFICOS

TÍTULO TITLE

PROBLEMAS DE HISTORIOGRAFIA HELENÍSTICA

PROBLEMS OF HELLENISTIC HISTORIOGRAPHY

COORDS. EDS.

Breno Battistin Sebastiani, Fernando Rodrigues Jr., Bárbara da Costa e Silva

EDITORES PUBLISHERS

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

www.uc.pt/imprensa_uc

Contacto Contact

imprensa@uc.pt

Vendas online Online Sales

<http://livrariadaimprensa.uc.pt>

Coordenação Editorial Editorial Coordination

Imprensa da Universidade de Coimbra

Conceção Gráfica Graphics

Rodolfo Lopes, Nelson Ferreira

Infografia Infographics

Nelson Ferreira

Impressão e Acabamento Printed by

KDP

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
UNIVERSIDADE DE COIMBRA
POCI/2010

ISSN

2182-8814

ISBN

978-989-26-1767-1

ISBN Digital

978-989-26-1768-8

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1768-8>

Projeto UID/ELT/00196/2019 - Centro de Estudos
Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra

© Agosto 2019

Imprensa da Universidade de Coimbra

Classica Digitalia Universitatis Conimbrigenis

<http://classica.digitalia.uc.pt>

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos

da Universidade de Coimbra

PROBLEMAS DE HISTORIOGRAFIA HELENÍSTICA

PROBLEMS OF HELLENISTIC HISTORIOGRAPHY

COORDENADORES EDITORS

Breno Battistin Sebastiani, Fernando Rodrigues Jr., Bárbara da Costa e Silva (coords.)

FILIAÇÃO AFFILIATION

Universidade de São Paulo

RESUMO

Alguns dos textos reunidos no presente livro decorrem do evento internacional “Jornada de Historiografia Helenística: novas abordagens teórico-metodológicas”, realizado no DLCV/FFLCH/USP e no MAE/USP entre os dias 15 e 16 de setembro de 2016. Tanto o evento quanto o livro problematizam de saída, por seus formatos, a noção mesma de “helenismo” em que se escoram: ambos a tomam na acepção cronológica ampla tal qual proposta por Droysen na *Vorrede* de 1836, isto é, a de um período da antiguidade que se estenderia aproximadamente desde a morte de Alexandre em 323 a.C. até a fundação de Constantinopla em 330 a.C.

PALABRAS-CLAVE

Historiografia Helenística; Helenismo; Políbio.

ABSTRACT

Some of the texts gathered in this book were produced for the international event "Hellenistic Historiography: new theoretical-methodological approaches", held at DLCV / FFLCH / USP and MAE / USP between September 15 and 16, 2016. Both the event and the book problematize by their formats, the very notion of "Hellenism" in which they are based: both take it in the broad chronological sense as proposed by Droysen in the *Vorrede* of 1836, that is, a period of antiquity which would extend approximately from the death of Alexander in 323 BC until the founding of Constantinople in 330 BC.

Keywords

Hellenistic Historiography; Hellenism; Polybius.

COORDENADORES

Breno Battistin Sebastiani é Professor Associado de Grego Antigo na Universidade de São Paulo. Possui Doutorado em História pela mesma Universidade. Coordenou com O. Devillers (U. Bordeaux Montaigne) o livro *Sources et modèles des historiens anciens* (Bordeaux, Ausonius, 2018); é autor de *Fracasso e verdade na recepção de Políbio e Tucídides* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 2017); traduziu a obra completa de Políbio (*Políbio: história pragmática. Livros I a V. Tradução, introdução e notas*, São Paulo, Perspectiva, 2016); e tem escrito regularmente sobre Tucídides, Políbio, narrativa grecolatina, historiografia grega, pensamento político antigo e recepção de/em textos clássicos.

Orcid ID: 0000-0002-3777-6086 (sebastiani@usp.br)

Fernando Rodrigues Junior possui graduação em Letras pela Universidade de São Paulo (2001), mestrado em Letras (Letras Clássicas) pela Universidade de São Paulo (2005) e doutorado em Letras (Letras Clássicas) pela Universidade de São Paulo (2010), com estágio de pesquisa realizado na Universidade de Oxford entre 2008 e 2009. Realizou pesquisa de Pós-doutorado no King's College London entre 2013 e 2014. É professor da Universidade de São Paulo desde 2004. É coordenador do grupo de pesquisa Hellenística, cadastrado no CNPq, voltado ao estudo da produção literária do período helenístico e responsável pela organização bienal da Semana de Estudos sobre o Período Helenístico. Tem experiência na área de Letras Clássicas, atuando principalmente nos seguintes temas: Literatura Helenística, Epopéia, Calímaco, Apolônio de Rodas, Teócrito, Poesia Bucólica e Epigrama.

Orcid ID: 0000-0002-4481-2364 (fernandorodriguesjr@yahoo.com.br)

Bárbara da Costa e Silva é doutoranda em Letras Clássicas pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente desenvolve pesquisa cujo foco é o estudo da recepção de Menandro em textos escolares dos séculos IV - VI d.C. Seus interesses são: comédia nova, retórica greco-latina (discursos e tratados), história da Retórica, a influência da retórica na poesia greco-latina, retórica escolar (declamações e tratados) e recepção da poesia clássica grega em textos retóricos tardios.

Orcid ID: 0000-0002-0703-3791 (barbara.costa.silva@usp.br)

EDITORS

Breno Battistin Sebastiani is Associate Professor of Ancient Greek at the University of São Paulo. He has a PhD in history from the same university; he co-edited with O. Devillers (U. Bordeaux Montaigne) the book *Sources et modèles des historiens anciens* (Bordeaux, Ausonius, 2018); he is the author of *Fracasso e verdade na recepção de Políbio e Tucídides* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 2017); he translated the complete books of Polybius (*Políbio: história pragmática. Livros I a V. Tradução, introdução e notas*, São Paulo, Perspectiva, 2016); and he has regularly written on Thucydides, Polybius, Greco-Roman narrative, Greek historiography, ancient political thinking and reception of/in classical texts.

Fernando Rodrigues Junior holds a degree in Letters from the University of São Paulo (2001), a Master's Degree in Letters (Classical Letters) by the University of São Paulo (2005) and a PhD in Letters (Classical Letters) by the University of São Paulo (2010), and conducted a research internship at the University of Oxford between 2008 and 2009. He has done post-doctoral research at King's College London between 2013 and 2014. He is a professor at the University of São Paulo since 2004. He is the coordinator of the Hellenistica research group, registered at CNPq, literary production of the Hellenistic period and responsible for the biennial organization of the Week of Studies on the Hellenistic Period. Has experience in the area of Classical Literature, working mainly on the following themes: Hellenistic Literature, Epic, Calimach, Apollonius of Rhodes, Theocritus, Bucolic Poetry and Epigrama.

Bárbara da Costa e Silva is PhD student in Classical Literature from the University of São Paulo (USP). She is currently developing research whose focus is the study of the reception of Menander in school texts from the IV - VI centuries AD. Her interests are: new comedy, Greco-Latin rhetoric (discourses and treatises), history of Rhetoric, the influence of rhetoric on Greco-Latin poetry (discourses and treatises) Latin, school rhetoric (recitals and treatises) and reception of classical Greek poetry in late rhetorical texts.

(Página deixada propositadamente em branco)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
L'IDEA DELLA <i>TRANSLATIO IMPERII</i> NELLA STORIOGRAFIA ELLENISTICA E ROMANA: UN MODELLO INTERPRETATIVO FRA STORIA E PROPAGANDA POLITICA (The idea of <i>translatio imperii</i> in Hellenistic and Roman historiography: a key to interpretation between history and political propaganda) Francesca Gazzano	13
NEM BÁRBAROS E NEM HELENOS: OS MACEDÔNIOS DO SEC. IV A.C. COMO TERCEIRA CATEGORIA EM PLUTARCO (Neither Barbarians nor Hellenes: the Macedonians of the 4th century BC as a third category in Plutarch) Rainer Guggenberger	43
POLÍBIO E A ETNICIDADE (Polybius and Ethnicity) Erich S. Gruen	81
MEMORIA, HISTORIA AQUEA Y AUTOBIOGRAFÍA EN LAS HISTORIAS DE POLIBIO: ALGUNAS OBSERVACIONES (Memory, Achaean History, and Autobiography in the Histories of Polybius: Some Remarks) Álvaro M. Moreno Leoni	103
A POLÊMICA DO LIVRO XII DE POLÍBIO E OS TEMPOS HISTÓRICOS (The controversy surrounding Polybius' Book XII and the Historical Times) Daniel Barbo	121
<i>INVENTIO</i> E <i>DISPOSITIO</i> NO DEBATE SENATORIAL DE <i>BELLUM CATILINAE</i> 50, 4-52, DE SALÚSTIO (<i>Inventio</i> and <i>dispositio</i> in the senatorial debate of Sallust's <i>Bellum Catilinae</i> 50, 4-52) Adriano Scatolin	143
LA REPRESENTACIÓN DE LOS ETRUSCOS EN <i>AB URBE CONDITA</i> . UN ESTADO DE LA CUESTIÓN. (Etruscan representation in <i>Ab urbe condita</i> . A state of the question.) Agustín Moreno	161
<i>SI REPARATA DICI POTEST LIBERTATE DEPOSITA</i> . AUGUSTO E A DECADÊNCIA DE ROMA NA HISTÓRIA AUGUSTA (<i>Si reparata dici potest libertate deposita</i> : Augustus and the decadence of Rome in the Historia Augusta.) Moisés Antiquiera	177

DÍON CÁSSIO: UM HISTORIADOR NO REINO DE FERRO (Cassius Dio: a Historian Under a Reign of Iron) Anderson Martins Esteves	193
THE DESTRUCTION OF IMPERIAL WRITINGS IN LATE-ANTIQUÉ HISTORIOGRAPHIC NARRATIVES Luise Marion Frenkel	209
INDEX	231

INTRODUÇÃO

Alguns dos textos reunidos no presente livro decorrem do evento internacional “Jornada de Historiografia Helenística: novas abordagens teórico-metodológicas”, realizado no DLCV/FFLCH/USP e no MAE/USP entre os dias 15 e 16 de setembro de 2016. Tanto o evento quanto o livro problematizam de saída, por seus formatos, a noção mesma de “helenismo” em que se escoram: ambos a tomam na acepção cronológica ampla tal qual proposta por Droysen na *Vorrede* de 1836, isto é, a de um período da antiguidade que se estenderia aproximadamente desde a morte de Alexandre em 323 a.C. até a fundação de Constantinopla em 330 a.C.¹

Participaram do evento conferencistas do Brasil e do exterior cujas pesquisas têm por objeto problemáticas relativas à historiografia helenística. Dentre os textos a seguir, os de F. Gazzano, A. Leoni e A. Scatolin derivam das respectivas apresentações discutidas durante a Jornada. Ao lado desses, outros textos provêm de especialistas que, embora não tenham participado do evento, são reconhecidos nacional e internacionalmente por seus trabalhos com o tema. São eles os de R. Guggenberger, E. Gruen, D. Barbosa, A. Moreno, M. Antikeira, A. Esteves e L. Frenkel. Este livro almeja contribuir com reflexões sobre abordagens inovadoras em relação à temática subjacente a todos os textos ainda que, ou sobretudo porque, restrito a alguns historiadores antigos.

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil. A todos os contribuintes deixamos registrada publicamente nossa gratidão, bem como à FAPESP (Proc. 2016/08951-2), sem cujo apoio o evento não teria sido realizado, e à Imprensa da Universidade de Coimbra, por acolher prontamente a publicação.

Os organizadores

¹ Cf. Sebastiani, B. B. (2015), “Droysen’s concept of Hellenism between philology and history”, *Aitia* 5 <<https://journals.openedition.org/aitia/1336>>.

(Página deixada propositadamente em branco)

L'IDEA DELLA *TRANSLATIO IMPERII* NELLA STORIOGRAFIA
ELLENISTICA E ROMANA: UN MODELLO INTERPRETATIVO FRA
STORIA E PROPAGANDA POLITICA¹

(The idea of *translatio imperii* in Hellenistic and Roman historiography: a
key to interpretation between history and political propaganda)

FRANCESCA GAZZANO

Università di Genova

(ORCID: 0000-0002-5593-739X)

ABSTRACT: Fondandosi sulla disamina delle numerose testimonianze, presenti nelle fonti greche e latine, relative alla successione degli imperi d'Asia e delle egemonie greche, il saggio intende offrire alcune osservazioni sull'evoluzione di questo paradigma, storico e storiografico, in epoca ellenistica e romana. Particolare attenzione è rivolta alla posizione, all'interno delle varie liste, assegnata agli imperi Macedone e Romano, dal momento che entrambi potevano essere considerati l'anello di congiunzione principale fra le diverse "catene". Il contributo si propone di valutare come gli storici utilizzassero questo schema e come la *translatio imperii* fosse sfruttata con finalità ideologiche.

PAROLE CHIAVE: Storiografia greca; *translatio imperii* (successione degli imperi); impero macedone; impero romano; Asia/Europa

ABSTRACT: Focusing on the rich evidence, in Greek and Roman authors, about the succession of the Asiatic empires and of the Greek hegemonies, this essay offers some observations about the evolution of this historical and historiographical paradigm in Hellenistic and Roman times. A special attention is devoted to the place assigned to the Macedonian and to the Roman empires, as far as they were considered, on a case-by-case basis, the most crucial link between the different chains. The paper aims at evaluating how historians dealt with the theme and how the *translatio imperii* was exploited to serve also an ideological purpose.

KEY WORDS: Greek historiography; *translatio imperii* (succession of empires); Macedonian empire; Roman empire; Asia/Europe

¹ Una versione preliminare di questo lavoro è stata presentata a Parigi, all'Université Paris-Sorbonne, nel marzo del 2013, nell'ambito del *Séminaire d'Histoire romaine* dell'amico e collega Giusto Traina, al quale sono grata per il confronto e per i numerosi spunti di riflessione che mi ha offerto. Ringrazio ora di cuore gli amici Breno Battistin Sebastiani e Fernando Rodrigues Jr. per l'invito e la loro meravigliosa ospitalità. Grazie anche ad Álvaro Moreno Leoni per le "chiacchierate scientifiche", che mi hanno sollecitato a tornare su alcuni aspetti, e agli intervenuti, per il loro contributo alla discussione. *Last but not least*, grazie a Walter Lapini, per non essersi ancora stancato di leggere in anteprima le mie pagine.

INTRODUZIONE

Secondo l'opinione prevalente degli studiosi, gli Antichi (Orientali, Greci, Romani) elaborarono, nella storiografia e più genericamente nella letteratura, una vera e propria teoria della successione degli imperi². Secondo questa visione della storia, la vicenda millenaria dell'umanità sarebbe stata scandita da una serie di tentativi, da parte di grandi potenze, di ottenere un dominio universale attraverso la conquista e la sottomissione, talvolta pacifica, ma più spesso violenta, delle potenze rivali. Ciò avrebbe determinato una sorta di catena di imperi che si sarebbero succeduti l'uno all'altro senza soluzione di continuità: secondo la felice definizione di Federicomaria Muccioli³, «la *translatio imperii* [...] è una vera e propria categoria interpretativa della storia mondiale».

Nel corso del tempo, inoltre, questa tematica storiografica sembra svilupparsi e diffondersi tanto da diventare un vero e proprio *topos* letterario, di cui gli autori si servirono però con modalità diverse, e con obiettivi talvolta diametralmente opposti: e ciò avvenne, in particolare, quando l'ascesa della potenza romana e la sua espansione nel Mediterraneo orientale, e poi in Asia, alimentarono un dibattito politico e storiografico sull'"universalità" dell'impero romano, nei confronti dapprima delle monarchie ellenistiche, eredi dell'impero di Alessandro Magno, quindi dell'impero "asiatico" dei Parti.

Come si può vedere dalla rassegna proposta nell'*Appendice*⁴, le fonti che, da un'epoca all'altra, menzionarono la successione degli imperi sono molto numerose: a prescindere dal problema – tuttora aperto – dell'origine del paradigma, se fosse cioè un'invenzione greca, o se avesse precedenti orientali⁵, interessa qui sottolineare anzitutto la persistenza e la diffusione di questo schema interpretativo della storia sia nelle fonti greche, dall'età classica all'epoca romana, sia nelle letterature orientali, sia infine fra gli autori di lingua latina⁶. In linea molto generale, due appaiono le tendenze più significative nell'impiego della *translatio imperii*: da un lato, il rapporto della successione degli imperi con la storiografia universale, dall'altro quello con l'imperialismo romano.

² Vd. Swain 1940; Mendleson 1981; Alonso Núñez 1998a; Mazza 1999. Al tema degli imperi e della loro definizione e successione sono stati dedicati in anni recenti alcuni volumi collettanei, ai contributi dei quali (citati singolarmente nelle note *infra*) si rimanda qui per ulteriori riferimenti: Alcock et al., 2001; Foraboschi, Pizzetti 2003; Lanfranchi, Roaf, Rollinger 2003; Gnoli, Muccioli 2007; Morris, Scheidel 2009; Cresci, Gazzano 2018.

³ Muccioli 2005: 183.

⁴ Vd. oltre, *Appendice*.

⁵ L'origine greca del canone degli imperi è ipotizzata e.g. da Momigliano 1982b, Asheri 2003; di contro, a un'origine orientale pensano Lanfranchi 2003; Mora 2003; Haubold 2013: 78-98. In merito, vd. ora Mari 2018.

⁶ Le fonti in lingua greca e latina sono elencate in *Appendice*. Sulle tradizioni orientali vd. *infra*.

La prima tematica, fondamentale nella storiografia greca, appare individuabile già nell'opera erodotea (V secolo a.C.)⁷, e – nonostante lo stato frammentario della documentazione disponibile – affiora spesso in quel che sopravvive di numerosi storici successivi, da Ctesia di Cnido a colui che è convenzionalmente ritenuto l'“inventore” della storiografia universale, Eforo di Cuma (IV secolo a.C.)⁸, per giungere fino a Polibio e a svariati autori di età ellenistica e romana⁹. Fra questi ultimi, in particolare, il tema compare – e non per un mero caso – negli storici dell'epoca di Cesare e poi di Augusto, come Nicola di Damasco, Diodoro e il romano Pompeo Trogo, tutti, infatti, autori di *Storie* programmaticamente “universali”¹⁰. Come la critica moderna ha più volte ribadito, la presenza del canone della “successione degli imperi” e/o della parallela “lista delle egemonie greche”¹¹, all'interno delle storie universali (o di respiro universalistico, come già quella erodotea e poi soprattutto quella polibiana¹²) risulta in certo senso connaturata alle finalità e agli obiettivi di questo filone storiografico: per un verso, la *translatio imperii* da una potenza all'altra consentiva allo storico di inquadrare più ordinatamente gli eventi, specialmente per le epoche più antiche, all'interno di una griglia cronologica costituita appunto dalla sequenza pressoché ininterrotta degli imperi, ciascuno con una propria durata ed estensione¹³; per un altro verso, e forse più significativamente, offriva all'autore una linea esegetica, orientata secondo una chiave di lettura non tanto ideologica, quanto piuttosto moralistica, o moralizzante. Osserva John Marincola: «the format of universal history is ideal for creating patterns [...] where later events and individuals can be interpreted in light of their predecessors»¹⁴; di fatto, la *translatio* da una potenza all'altra poneva allo storico il problema delle ragioni dell'ascesa e, soprattutto, della caduta degli

⁷ Vd. e.g. Alonso Núñez 1988; Asheri 2003.

⁸ Vd. Plb. 5. 33. 2; cf. 9. 1. 4; 34. 1. 3. Su Eforo vd. in generale soprattutto Parmeggiani 2011, e ora le considerazioni critiche di Tully 2014.

⁹ Per un quadro generale vd. Mazzarino 1966; Momigliano 1982a; Alonso Núñez 1990; Id. 2002; Clarke 1999; Ead. 2008; Marincola 2007: 171-179; Liddell, Fear 2010; Parmeggiani 2014.

¹⁰ Su Nicola vd. soprattutto Alonso Núñez 2002: 98-100; Parmentier 2011; quanto a Diodoro, vd. e.g. Corsaro 1998-1999; Muccioli 2005; Clarke 2008: 121-139; Sheridan 2010; Tully 2014. Su Pompeo Trogo, oltre ad Alonso Núñez 1992, vd. ora i numerosi saggi contenuti in Beazort, Landucci 2014 e 2015; Galimberti, Zecchini 2016, volumi il cui *focus* è su Giustino, l'epitomatore di Trogo.

¹¹ Sul parallelo imperi/egemonie vd. *infra*.

¹² La tensione “universalistica” delle *Storie* erodotee è ben individuata da Asheri 1997⁴: xxxvii-xlviii. Vd. anche Vattuone 1998; Vannicelli 2001; Engels 2008. Che Polibio concepisse la sua opera come storia universale è ben noto, e testimoniato dallo storico stesso in un famoso passo (5. 33. 2) in cui individuava in Eforo il suo solo predecessore in questa prospettiva: su questo giudizio vd. ora Parmeggiani 2011: 709-730; Tully 2014. Su Polibio come storico universale vd. in particolare Alonso Núñez 2002: 72-80; Walbank 2002: 6-10, con discussione delle diverse correnti interpretative, e ora Hartog 2010, con bibliografia precedente.

¹³ Vd. Asheri 2003; Marincola 2007: 171-172.

¹⁴ Marincola 2007: 178.

imperi, permettendo di conseguenza l'elaborazione di una filosofia della storia, utile a spiegare una determinata evoluzione degli avvenimenti: basti pensare al ruolo che i concetti di *hybris*, di dismisura, o di *tryphé* (lusso eccessivo), rivestono nella storiografia greca nell'individuazione delle cause della decadenza e della scomparsa dei grandi imperi¹⁵.

Quanto, d'altra parte, al rapporto fra la successione degli imperi e l'imperialismo romano, si tratta di questione ampiamente indagata¹⁶; tale connessione ebbe fortuna soprattutto in Grecia e nell'Oriente ellenizzato, regioni storicamente sensibili al problema delle modalità delle relazioni di dipendenza e di dominio. In particolare, il ruolo di Roma nel contesto della successione delle potenze universali trovò spazio – lo si vedrà meglio – sia nelle opere di autori greci di età romana come Dionigi di Alicarnasso, Strabone, Appiano e poi Elio Aristide, sia di lingua latina come l'enigmatico Emilio (Mamilio?) Sura e ancora una volta Pompeo Trogo: tutti costoro sembrano condividere un impiego del canone degli imperi e della loro successione in un senso più scopertamente ideologico, ora in funzione di una giustificazione dell'“universalità” dell'impero romano, ora – al contrario – per negare a Roma lo status di impero universale sulla base dell'esistenza di altri antagonisti, *in primis* i Parti.

Infine – ma questo aspetto non verrà considerato, se non per sommi capi – va ricordato che la successione degli imperi trova spazio anche nell'Antico Testamento, in particolare nel *Libro di Daniele*¹⁷, del II secolo a.C., e in altri testi, quali la “profezia dinastica babilonese”, il III libro degli *Oracoli sibillini*, e il cosiddetto *Oracolo di Istaspe*, tutti di età ellenistico-romana¹⁸. Rispetto alla letteratura greco-latina, tuttavia, il “modello orientale” presenta differenze sostanziali: in primo luogo, mentre gli autori greci e romani, senza alcuna eccezione, impiegarono tutti la lista degli imperi nello stesso modo, diretto ed esplicito, con i detentori del potere “imperiale” chiaramente identificati, diversamente nelle fonti orientali l'idea della successione degli imperi è sempre adombrata in modo criptico, attraverso il ricorso a sogni, visioni, oracoli e profezie (il più delle volte, naturalmente, *ex eventu*); gli imperi non vengono mai individuati per nome, ma l'interpretazione è soggettiva, e dipende da una serie di indizi più o meno formalizzati. Inoltre, l'impostazione di tale letteratura è essenzialmente teleologica; per non fare che un esempio, il capitolo 2 del *Libro di Daniele* narra la storia degli uomini nell'ottica della Rivelazione ultima e dell'avvento di Dio. Di contro, per gli autori classici la successione da un impero all'altro rappresenta insieme un

¹⁵ Vd. e.g. Clarke 1999: 256-261; Marincola 2007: 179.

¹⁶ Fra le discussioni più importanti e più recenti, oltre agli studi citati *supra*, nt. 2, vd. Gabba 1993; Ferrary 1988; Id. 1998; Alcock 1993; Woolf 2001; e, più in generale, Id. 2014.

¹⁷ Daniele 2. 26-47; 7. 1-27; 8. 1-26.

¹⁸ Su questi testi vd. in particolare Momigliano 1982b; De Boer 1985; Alonso Núñez 1998b; Mazza 1999; Mora 2003; Troiani 2003; Millar 2006 (capp. 3. 5); Fear 2010; Muccioli 2018.

point de repère cronologico, un orizzonte geo-politico e uno strumento critico per comprendere le cause storiche dell'ascesa e della caduta delle grandi potenze. Ciò, beninteso, non significa che non vi fosse relazione fra i due modelli, giacché entrambi furono utilizzati anche con intenti polemici analoghi, vale a dire in funzione pro o contro il dominio dei Macedoni e poi dei Romani¹⁹; tuttavia, non si tratta di tradizioni equivalenti, e non è parso opportuno equipararle. Pertanto, in quanto segue si prenderanno in esame solo le testimonianze greche e latine in cui gli imperi sono identificati ὀνομαστί, al fine di illuminare meglio, ci si augura, le differenti sfumature sottese alle varie testimonianze.

Anzitutto, un dato già a prima vista notevole è che, nonostante il naufragio di gran parte della letteratura di età ellenistica, si sono conservate, anche degli “storici perduti”, non poche testimonianze concernenti proprio il canone degli imperi: se non si tratta di fortunata coincidenza, la persistenza del tema potrebbe aiutare a verificare se il suo utilizzo rispondesse a esigenze prevalentemente storiografiche o se non sia da escludere un proposito più concreto, connesso appunto con il dibattito sull'imperialismo romano, vivace fra gli intellettuali greci dapprima in età repubblicana, poi nell'epoca del passaggio fra la Repubblica e il Principato, ma con echi ancora in alcuni autori greci e latini di epoca pienamente imperiale.

L'EVOLUZIONE DEL TEMA

Per quanto dunque qui interessa, sarebbe necessario partire dalla testimonianza per noi più antica, vale a dire quella erodotea, in cui non è ancora presente una vera e propria “lista” degli imperi, ma che senza dubbio rappresenta un paradigma storiografico ed esegetico: sarà sufficiente, nondimeno, evidenziarne solo gli aspetti più importanti, dai quali derivano almeno in parte le letture successive. In termini generali, nelle *Storie* di Erodoto la scansione delle grandi monarchie orientali appare in primo luogo come uno strumento metodologico fondamentale per stabilire una griglia cronologica solida e in certo senso universalmente valida, in specie per gli eventi più antichi. Inoltre, la successione dei vari imperi e dei rispettivi sovrani permetteva di costruire un'architettura narrativa e insieme storica più affidabile, dando un centro di gravità – sia pur allogeno – agli eventi delle città greche, che come è noto non avevano una cronologia comune e condivisa²⁰. A distanza di una generazione, la successione degli imperi è utilizzata in modo già differente da Ctesia di Cnido, il cui interesse era centrato sulla Persia: a quanto si può evincere dai frammenti, la sua scelta dipendeva dalla necessità di mostrare le origini, l'importanza e l'universalità dell'impero degli Achemenidi²¹.

¹⁹ Sul primo aspetto vd. Muccioli 2005; per il secondo Mazza 1999; Millar 2006.

²⁰ Asheri 1997⁴: xxxvii-xxlviii; Id. 2003, 13-14. Cf. anche Gazzano 2018.

²¹ Lenfant 2004: lvi-lxii; Lanfranchi 2011.

Un ulteriore slittamento nel ricorso al canone si riscontra a partire dalla *Storia universale* di Eforo di Cuma, dove la sequenza assume una duplice funzione, che si ritrova poi anche in Polibio, Diodoro, Nicola di Damasco, Dionigi di Alicarnasso e altri. Per un verso, la successione degli imperi è, come si accennava, funzionale all'impianto strutturale di una storia universale, per ragioni di impalcatura cronologica²²; per un altro, consente allo storico di inquadrare la realtà dei Greci di età ellenistica, con la crisi del modello politico-istituzionale della *polis*, in un orizzonte politico e militare più vasto²³. Infatti, dal IV secolo a.C. in poi i Greci appaiono "riuniti" – sia pur contro la loro volontà – per essere inseriti in un sistema "imperiale" straniero, prima macedone, poi romano. Ciò poneva agli storici un dilemma ulteriore: già in età classica, o tardo-classica, era stata elaborata una lista alternativa a quella degli imperi, vale a dire quella, anch'essa in sequenza cronologica, delle "egemonie" greche²⁴; dopo la conquista di Filippo e la creazione dell'impero di Alessandro, veniva a porsi il problema della continuità, e della legittimità della successione delle egemonie rispetto agli imperi "universali" dei Macedoni e dei Romani. Ed è infatti a partire dal II secolo a.C. che la doppia lista, imperi da un lato, egemonie dall'altro, sembra assumere un più pregnante valore ideologico. Il *dossier* delle testimonianze in merito, nondimeno, rivela un carattere complesso, perché in buona parte, come accennato, sotterraneo, o frammentario. Se, infatti, alcuni autori tardi menzionano i loro modelli precedenti, consentendo di recuperare i frammenti, nulla prova tuttavia che l'intento e l'impianto ideologico della fonte che trasmette la lista di uno storico precedente fossero i medesimi della fonte stessa; di conseguenza, occorre la massima prudenza nella valutazione²⁵. Per tali ragioni, nell'*Appendice* si è scelto di presentare le testimonianze separatamente, in quattro categorie: le opere che menzionano solo la successione degli imperi, quelle che riportano la lista delle egemonie greche, quelle che citano entrambe, ma divise, e infine, la singolare – e originale – versione di Polibio, che è il primo autore, almeno a mia conoscenza, ad aver cercato di integrare le due diverse liste in un unico contesto, secondo un modello che non troverà però imitatori, se non il tardo Ampelio. Beninteso, questa classificazione è empirica, ma non è dettata solo da esigenze per così dire "statistiche"; infatti, la scelta di ogni autore di inserire o eliminare un impero o un'egemonia appare tutt'altro che banale.

²² Vd. soprattutto Alonso Núñez 2002.

²³ In questa prospettiva vd. Parmeggiani 2011: 724-726; Tully 2014.

²⁴ Vd. *infra*.

²⁵ I problemi posti dal rapporto frammento-trasmissore sono da qualche tempo oggetto di analisi e definizione da parte della critica, a partire in primo luogo dalle osservazioni di Schepens 1997; Id. 1998; Id. 2000, e dalla sua introduzione del concetto di *cover-text*, che ha in sostanza rivoluzionato l'approccio allo studio della storiografia frammentaria.

L'ASIA E L'IMPERO

Come si evince dalla rassegna delle liste di imperi (in *Appendice*, lista A), fino all'arrivo dei Romani nel Mediterraneo orientale, la sequenza appare piuttosto ripetitiva²⁶, e soprattutto identifica esplicitamente l'Asia come vera e propria "terra degli imperi". Si è già ricordato che il primo autore in cui compare una forma primitiva di *translatio imperii* è il greco Erodoto, che in alcuni passi menziona una sorta di passaggio del testimone fra Assiri e Medi prima, e poi fra Medi e Persiani (1. 95. 2). In un saggio di una quindicina d'anni fa, David Asheri aveva rilevato che, nonostante questa successione, il quadro erodoteo non è però lineare, perché altre potenze, per esempio Lidi e Sciti, svolgono una parte importante nella trasmissione dell'impero e complicano la transizione²⁷. Dell'articolazione della catena erodotea, e più in particolare del ruolo assegnato da alcune fonti successive ai Lidi in questo processo, mi sono occupata altrove, raggiungendo la conclusione che di fatto il regno di Creso – che non fu, né viene considerato, un impero di pari livello – assume però un certo rilievo nel canone della successione perché è solo con la conquista della Lidia che i Persiani, per primi, riuscirono a sottomettere un intero continente, aggiungendo l'Asia Minore ai loro domini nell'Asia superiore²⁸. La successione Assiri-Medi-Persiani, per la prima volta adombrata nelle *Storie*, diventa poi canonica: tuttavia, per il greco Erodoto, mentre il regno assiro e quello dei Medi appaiono potenze sì imperiali, ma ancora confinate all'Asia interna/superiore, è solo con la Persia di Ciro che s'instaura una dominazione di respiro "universale", in quanto – con l'unificazione di due entità geografiche, etniche e politiche fino ad allora separate (Asia minore e Asia interna) – i Persiani riuscirono ad estendere il loro potere su un intero continente (τὰ πάντα τῆς ἡπείρου, 1. 178. 1)²⁹. Si tratta, è bene precisare, di una *interpretatio Graeca*, dal momento che il concetto stesso di Asia – come aveva visto già Santo Mazzarino³⁰ – è appunto un'idea greca, non orientale; tuttavia, come si dirà, l'equazione fra impero e possesso dell'Asia dovette senza dubbio avere un peso rilevante nell'evoluzione della teoria, in specie all'epoca dell'"opposizione intellettuale" alla dominazione romana in Oriente³¹. Tornando

²⁶ L'ordine canonico è Assiri – Medi – Persiani – Macedoni. In alcune fonti si nota l'intrusione della Lidia mermanadica, in altre si semplifica la catena con l'eliminazione della Media, ma si tratta di variazioni poco significative.

²⁷ Asheri 2003.

²⁸ Gazzano 2018. Le fonti che inseriscono i Lidi nella successione sono Hdt. 1. 95; 106-107; 130; 177-8; cfr. 1. 7; 53; 184; Ctes. F 1 b, F1p δ, F 5, F 8 Lenfant; Aristox. F 50 Wehrli = Athen. *Deipn.* 12. 545a-546b; Nic. Dam. e.g. F 22, F 66 Parmentier; Str. 15. 23. 2; Eus. *Chronicon*: 98-106 Aucher; Jo. Mal. (*Chronogr.*: 153-156 Dindorf = VI 5-11: 119-122 Thurn).

²⁹ Vd. ancora Gazzano 2018.

³⁰ Mazzarino 1989²: 45-101.

³¹ Su ciò Sordi, Urso, Dognini 1999 (per il concetto di Europa); Sisti, Zambrini 2004: 581, e soprattutto Muccioli 2004.

all'analisi delle liste, si può osservare che la sequenza "originaria" Assiri-Medi-Persiani ricorre anche in Ctesia, il quale – a quanto si ricava dai frammenti – rispetto ad Erodoto pare però semplificare il processo di *translatio* da un impero all'altro; lo schema adottato è quello del popolo sottomesso che si ribella al dominatore, lo sconfigge e lo sostituisce nell'impero, come fanno i Medi con gli Assiri, e poi i Persiani con i Medi. In tale ottica, i Persiani, centro dell'opera di Ctesia, appaiono eredi naturali dell'impero, rafforzando dunque l'idea di una continuità del potere "imperiale" in Asia; da Ctesia in poi, come risulta dalle liste A e C (I), la triade più antica si ritrova pressoché immutata in quasi tutte le fonti che vi fanno allusione. In alcune – per esempio nei frammenti superstiti di Nicola di Damasco³², in Diodoro e più in genere nelle storie universali – la *translatio* è descritta attraverso veri e propri racconti³³, altri ricordano invece solo la sequenza: nessuno comunque sembra mettere in discussione il principio che l'impero avesse avuto origine in Asia e avesse trovato la sua prima espressione compiuta con Ciro e gli Achemenidi. Ed è proprio in virtù del confronto/contrapposizione con il potere persiano da un lato, e con la sorte della sua eredità dall'altro, che la menzione della successione degli imperi nelle fonti posteriori si carica di valori che trascendono le finalità storiografiche, per diventare uno strumento del dibattito politico. Per un verso, come appare dalle liste B e C(E), già in età classica alcuni autori, interessati soprattutto alle vicende della Grecia, avevano modellato una successione di poteri egemoniali interni al mondo delle *poleis*, in parallelo (o forse in antagonismo³⁴) al canone degli imperi: Tucidide per esempio insiste sull'importanza del dominio sul mare (talassocrazia), dal leggendario Minosse di Creta all'Atene dei suoi tempi³⁵, secondo una successione di potenze che poi sarà ripresa, in modo però artificiale e astorico, da Diodoro (7 F 9)³⁶. Più generale appare lo schema interpretativo che si ritrova negli autori successivi a Tucidide, dove – a partire dal *pamphlet* attribuito ora ad Anassimene di Lampsaco, ora a Teopompo e noto con il significativo titolo di *Trikaranos*

³² E.g. Nic. Dam. *FGrHist* 90 (F 22, F 66 Parmentier).

³³ E.g. D. S. 2. 32; 31. f. 14 Goukowsky (= *Excerpta de sententiis*, 194, 27); 32. f. 2 (= *Excerpta de sententiis* 375 = 2 Walton): cf. anche *infra*.

³⁴ La contrapposizione – che si potrebbe pensare fondata originariamente sul bipolarismo fra un dominio territoriale, quale l'impero achemenide, e un dominio talassocratico, quale l'"impero" ateniese – si trova esplicitata in Appiano (*Lib.* 87. 408-413), in un passo in cui la potenza navale, giudicata inaffidabile e aleatoria, è messa in parallelo con quella continentale: la sezione si chiude con un rimando alla lista "canonica" (ma non in ordine cronologico) degli imperi (Medi, Assiri e Persiani): su ciò vd. ora Engels 2016.

³⁵ Th. 1. 4; 7-8; 12-14. Vd. Wickersham 1994, e ora soprattutto Bearzot 2010.

³⁶ Il frammento diodoreo, derivato forse da Castore di Rodi (*FGrHist* 250 T 1) e, per l'intelaiatura cronologica, da Apollodoro di Atene (*FGrHist* 244: Cohen-Skalli 2012: lxxxvii-lxxxix; 47) è conservato da Eusebio (*Chron.* I, p. 225, 16-36 Schoene): vd. Miller 1971; Mitov 2007; Cohen-Skalli 2012; 64-65; 256-259; Baurain 2016.

(mostro a tre teste)³⁷ – vengono messe in sequenza le egemonie greche, Atene – Sparta – Tebe³⁸. Questa triade delle egemonie si ritrova quasi ovunque, sia negli autori che nominano solo le potenze greche, sia in quelli che pongono in parallelo le due serie di successioni³⁹. Fa eccezione Eforo, citato e seguito da Strabone, che usa lo schema tripartito, ma elimina Atene a beneficio della nuova potenza dei suoi tempi, la Macedonia, caratterizzandola a quanto sembra come “egemonia greca”⁴⁰: purtroppo, in assenza del testo originale, non si può precisare meglio l’obiettivo di Eforo nell’uso di questo elenco. Comunque sia, la lista eforea conduce al cuore del problema: l’ascesa della Macedonia, e poi di Roma, impose infatti agli storici di età ellenistica e romana la necessità di decidere se e come inserire queste due potenze nelle due diverse catene di successione.

DALL’EUROPA ALL’ASIA: LA MACEDONIA FRA EGEMONIA E IMPERO

A dire il vero, lo stato, spesso lacunoso, delle fonti non consente di stabilire con sicurezza le precise ragioni di una determinata scelta, ma è difficile pensare che si trattasse di inserzioni o esclusioni dovute solo a motivazioni letterarie, del tutto slegate dalle condizioni storiche dell’epoca degli autori che le riportano. Sia i Macedoni, infatti, sia i Romani acquisirono un dominio che in misura variabile poteva essere inteso tanto come impero (in relazione al principio del “possesso dell’Asia”), quanto come egemonia (in riferimento alla Grecia, o all’Europa). Storicamente, certo, i possedimenti “occidentali” dei Macedoni in Europa restarono limitati al mondo delle *poleis* greche; d’altra parte, il dominio di Roma in Asia non poté eguagliare, quanto ad estensione, quello di Alessandro Magno e dei suoi successori, in particolare dei Seleucidi, anche per l’ascesa di realtà imperiali, come il regno partico, che si opposero efficacemente alla sua espansione verso l’Asia interna.

Per un altro verso, le discrepanze che si riscontrano nelle liste, e in particolare la compresenza o l’alternanza di Macedonia e Roma fra le egemonie

³⁷ Anaximen. di Lampsaco / Theopomp. Hist. (?), *Trikaranos* (FGrHist 72 T 6 = FGrHist 115 T 10 = Paus. VI 18,5): ὡς δὲ οἱ (= [Anassimene]) διαφορὰ ἐς Θεόπομπον ἐγεγόνει τὸν Δαμασιστράτου, γράφει βιβλίον ἐς Ἀθηναίους καὶ ἐπὶ Λακεδαιμονίους ὁμοῦ καὶ Θηβαίους συγγραφήν λοιδόρον. ὡς δὲ ἦν ἐς τὸ ἀκριβέστατον αὐτῶ μεμιμημένα, ἐπιγράψας τοῦ Θεοπόμπου τὸ ὄνομα τῶ βιβλίῳ διέπεμπεν ἐς τὰς πόλεις. Sul passo vd. di recente Parmeggiani 2012, con ampia bibliografia precedente.

³⁸ Vd. Bearzot 2010; sul ruolo di Tebe vd. Cordano 2003.

³⁹ Rassegna in *Appendice*, Liste B e C (E).

⁴⁰ Ephor. FGrHist 70 F 118 (= Str. 8. 5. 5): οἱ δὲ κατασχόντες τὴν Λακωνικὴν κατ’ ἀρχὰς μὲν ἐσωφρόνουν, ἐπεὶ δ’ οὖν Λυκούργῳ τὴν πολιτείαν ἐπέτρεψαν, τοσοῦτον ὑπερεβάλλοντο τοὺς ἄλλους ὥστε μόνοι τῶν Ἑλλήνων καὶ γῆς καὶ θαλάττης ἐπήρξαν, διετέλεσαν τε ἄρχοντες τῶν Ἑλλήνων ἕως ἀφείλοντο αὐτοὺς τὴν ἡγεμονίαν Θηβαῖοι καὶ μετ’ ἐκείνους εὐθὺς Μακεδόνες. οὐ μὴν τελέως γε οὐδὲ τούτοις εἶξαν, ἀλλὰ φυλάττοντες τὴν αὐτονομίαν ἔριν εἶχον περὶ πρωτείων αἰεὶ πρὸς τε τοὺς ἄλλους Ἑλληνας καὶ πρὸς τοὺς τῶν Μακεδόνων βασιλέας. Sul frammento eforeo vd. Parmeggiani 2011: 193-195; 248-249 con nt. 474; 658-659.

o fra gli imperi inducono a ritenere che per almeno alcuni autori (greci) esistesse una differenza sostanziale fra le due forme di dominio, indipendentemente dall'estensione effettiva dei possedimenti dei Macedoni e dei Romani. Prima di discuterne, tuttavia, è opportuno completare la rassegna delle attestazioni che riguardano, appunto, la posizione della Macedonia nelle diverse liste.

Come emerge dalle testimonianze della lista B, la Macedonia appare da taluni autori considerata a tutti gli effetti la terza o più spesso la quarta “egemonia” greca: così è appunto in Eforo (che pure omette Atene), in Polibio, in un passo in cui viene illustrato e motivato il trasferimento dell’egemonia in Grecia da Atene, via Sparta e Tebe, ad Alessandro⁴¹, e nella *Rhetorica ad Herennium* (ca. 90 a.C.), che riprendeva certamente materiali della tradizione oratoria ellenistica⁴²; in Strabone, che citando Eforo escludeva Atene dalla lista, alla Macedonia, in terza posizione, si aggiungeva infine Roma, come quarta “egemonia”⁴³: sarà da notare subito, e vi si tornerà, la presenza dei Romani in questa successione “greca”.

Esisteva dunque almeno una linea interpretativa (Polibio, *Rhetorica ad Erennio*) che poneva la Macedonia al quarto posto della serie “greca”, prima dell’avvento di Roma, ed è posizione che certamente rispecchia la verità storica, alla luce della sottomissione della Grecia (338 a.C.) ad opera di Filippo II. D'altra parte, nessuno poteva negare alla Macedonia di Alessandro la legittimità ad essere inclusa anche nella successione degli imperi d'Asia, dopo la conquista dell'impero achemenide di Dario III (334-331 a.C.): senza dubbio la Macedonia può e deve costituire il vero anello di congiunzione fra le due serie, e dunque solo esempio, prima di Roma, di dominio universale, vale a dire esteso su Asia ed Europa⁴⁴.

⁴¹ Plb. 29. 2: (Gli Ateniesi) τοιγαροῦν καλῆ χρησάμενοι προαιρέσει, παρὰ πόδας οὐ μόνον ἀνεκτίσαντο τὴν πατρίδα καὶ τὴν ἑαυτῶν χώραν, ἀλλὰ καὶ περὶ τῆς τῶν ἄλλων Ἑλλήνων ἡγεμονίας μετ' ὀλίγον ἠμφοισθήτου πρὸς Λακεδαιμονίους. μετὰ δὲ ταῦτα πάλιν ὑπὸ Σπαρτιατῶν καταπολεμηθέντες εἰς τοῦτ' ἀνάγκης ἦλθον ὥστε καθελεῖν τὰ τεῖχη τῆς αὐτῶν πατρίδος. [...] Σπαρτιάται δ' ἠττηθέντες ὑπὸ Θεβαίων πάλιν ἀπέβαλον τὴν τῶν Ἑλλήνων ἡγεμονίαν καὶ μετὰ ταῦτα τῆς τῶν ἐκτὸς ἀρχῆς ἀποστάντες συνεκλείσθησαν εἰς τοὺς τῆς Λακωνικῆς ὄρους. [...] Θεβαῖοι μετὰ τινα χρόνον ἄρδην ἐπέιδον τὴν αὐτῶν πατρίδα γενομένην ἀνάστατον, ὅτε προθέμενος Ἀλέξανδρος εἰς τὴν Ἀσίαν διαβαίνειν ὑπέλαβε διὰ τῆς εἰς Θεβαίους τιμωρίας τῷ φόβῳ φρουρήσειν τοὺς Ἑλληνας κατὰ τοὺς ἰδίους περισπασμούς· ἀλλὰ τότε πάντες ἠλέουν μὲν τοὺς Θεβαίους ὡς ἄδικα καὶ δεινὰ πεπονθότας, διεδικαίου δὲ τὴν πρᾶξιν ταύτην οὐδεὶς Ἀλεξάνδρου.

⁴² *Rhetorica ad Erennio* 4. 34: (κλίμαξ, *gradatio*) *Item: Imperium Graeciae fuit penes Athenienses, Atheniensium potiti sunt Spartiatae, Spartiatas superavere Thebani, Thebanos Macedones vicierunt, qui ad imperium Graeciae brevi tempore adiunxerunt Asiam bello subactam.*

⁴³ Str. 8. 5. 5: καταλυθέντων δὲ τούτων ὑπὸ Ῥωμαίων, μικρὰ μὲν τινα προσέκρουσαν τοῖς πεμπομένοις ὑπὸ Ῥωμαίων στρατηγῶν τυραννοῦμενοι τότε καὶ πολιτευόμενοι μοχηρῶς· ἀναλαβόντες δὲ σφᾶς ἐτιμήθησαν διαφερόντως καὶ ἔμειναν ἐλεύθεροι, πλὴν τῶν φιλικῶν λειτουργιῶν ἄλλο συντελοῦντες οὐδέν (cf. *supra*, nt. 41 per il passo precedente).

⁴⁴ A una valutazione della Macedonia in termini di “anello debole” della catena giunge per altre vie, ma non in contrasto con le osservazioni che seguono, Muccioli 2018.

Il regno macedone appare di conseguenza come il quarto impero d'Asia, successore legittimo dei Persiani. Questa concezione sembra potersi individuare già in Aristotele: sebbene nella *Politica* il filosofo alluda solo alla triade più antica (Assiria-Media-Persia)⁴⁵, si dispone di un documento molto interessante, datato dopo la vittoria di Alessandro a Gaugamela nel 331, che mostrerebbe che Aristotele aveva integrato la Macedonia nel canone degli imperi. Il testo in questione, che attende di essere ulteriormente studiato, anche sotto questo profilo, è la cosiddetta *Lettera ad Alessandro sulla politica verso le città*, trasmessa esclusivamente dalla tradizione araba, e su cui si addensano problemi di autenticità, nonostante le importanti argomentazioni addotte a favore da Marta Sordi⁴⁶. In questo testo è introdotto un elemento nuovo, proprio della riflessione filosofica aristotelica⁴⁷: il principio che i popoli d'Europa e d'Asia, ormai uniti sotto la dominazione macedone, devono essere diversamente governati da Alessandro, che deve comportarsi da "egemone" nei confronti degli abitanti dell'Europa (cioè dei Greci), e da "padrone" nei confronti dei popoli d'Asia; nonostante i dubbi, si potrebbe ritenere che questa posizione, autorevolmente espressa dal Peripato, fosse stata tutt'altro che estranea all'inserimento di Roma, al momento delle conquiste in Oriente, sia nella lista delle egemonie "greche", sia in quella degli imperi.

Comunque, che la successione degli imperi asiatici fosse tema cui gli esponenti della scuola aristotelica erano sensibili emerge sia da un frammento di Aristosseno in cui era presente la successione Assiri-Medi-Persiani⁴⁸, sia da una citazione del *Περὶ τύχης* di Demetrio Falereo incastonata in un passo di Polibio⁴⁹. Demetrio presentava il passaggio dai Persiani ai Macedoni come

⁴⁵ Arist., *Pol.* 3. 19. 1284a-b: τὸ δ' αὐτὸ (*scil.* la punizione) καὶ περὶ τὰς πόλεις καὶ τὰ ἔθνη ποιοῦσιν οἱ κύριοι τῆς δυνάμεως, οἷον Ἀθηναῖοι μὲν περὶ Σαμίους καὶ Χίους καὶ Λεσβίους ἐπεὶ γὰρ θάπτον ἐγκρατῶς ἔσχον τὴν ἀρχήν, ἔταπεινῶσαν αὐτοὺς παρὰ τὰς συνθήκας), [1284b] ὁ δὲ Περσῶν βασιλεὺς Μήδους καὶ Βαβυλωνίους καὶ τῶν ἄλλων τοὺς πεφρονηματισμένους διὰ τὸ γενέσθαι ποτ' ἐπ' ἀρχῆς ἐπέκοπτε πολλάκις.

⁴⁶ Arist., *Lettera di Aristotele ad Alessandro sulla politica nei confronti delle città*, 3. 4 (Bielawski – Plezia, Warsaw 1970): «Car sur l'Asie régnèrent pendant un certain temps les Assyriens, auxquels succédèrent les Mèdes, suivis par les Perses» (Trad. fr. J. Bielawski). Su questo testo vd. le argomentazioni a favore dell'autenticità di Sordi 1984, cui si contrappongono più di recente i dubbi di Swain 2013: 108-123.

⁴⁷ Vd. in proposito Sordi 1984.

⁴⁸ Aristox., *Vita di Archita* (F 50 Wehrli = Athen., *Deipn.* XII 546a): ὅτι μὲν οὖν περιμάχητός ἐστιν ὁ τοιοῦτος βίος φανερόν ἐκ τῶν συμβεβηκότων. Σύρους μὲν γὰρ Μῆδοι μετὰ τῶν μεγίστων κινδύνων ἀφείλαντο τὴν βασιλείαν οὐκ ἄλλου τινὸς ἔνεκα ἢ τοῦ κυριεῦσαι τῆς Σύρων ἐξουσίας, Μήδους δὲ Πέρσαι διὰ τὴν αὐτὴν αἰτίαν. αὕτη δ' ἐστὶν ἡ τῶν σωματικῶν ἡδονῶν ἀπόλαυσις. In merito, vd. soprattutto Zecchini 1988.

⁴⁹ Demetr. F 81 Wehrli (Περὶ τύχης, 3-6); cf. *FGrHist* 228 F 39 (= Polyb. XXIX 21, 3-6): [3] εἰ γὰρ λάβοιτ' ἐν νῶ μὴ χρόνον ἄπειρον μηδὲ γενεὰς πολλάς, ἀλλὰ πεντήκοντα μόνον ἔτη ταυτὶ τὰ πρό ἡμῶν, γνοιητ' ἂν ὡς τὸ τῆς τύχης χαλεπὸν ἐνταῦθα. [4] πεντηκοστῶ γὰρ ἔτει πρότερον οἶεσθ' ἂν ἡ Πέρσας ἢ βασιλεῖα τῶν Περσῶν ἢ Μακεδόνας ἢ βασιλεῖα τῶν Μακεδόνων, εἴ τις θεῶν αὐτοῖς προὔλεγε τὸ μέλλον, πιστεῦσαι ποτ' ἂν ὡς εἰς τοῦτον τὸν καιρὸν Περσῶν μὲν οὐδ'

un esempio della caducità degli imperi, e si comprende bene perché il passo fosse stato utilizzato da Polibio, che a sua volta rifletteva sulla sorte di Perseo, ultimo re di Macedonia sconfitto dai Romani a Pidna, nel 168⁵⁰: l'osservazione di Demetrio si adattava perfettamente alla nuova *translatio imperii* dai Macedoni ai Romani⁵¹. La stessa prospettiva è condivisa, nel I secolo a.C., da Diodoro, in due estratti attribuibili rispettivamente ai libri 31 (14) e 32 (2), trasmessi dalla tradizione bizantina⁵². Il primo passo riprende quasi testualmente Polibio⁵³, il secondo, più breve, propone una comparazione fra il dominio di Roma e gli imperi precedenti, in relazione ai successi della potenza romana. I frammenti che seguono, infatti, concernono il parallelo fra i fondatori dell'impero macedone, Filippo ed Alessandro, e i *leaders* della Roma dei suoi tempi. La fine di Perseo e le considerazioni di Scipione Emiliano sul destino degli imperi dopo la caduta di Cartagine nel 146 erano esempi ben adatti a stimolare riflessioni sul tema; e se Polibio e Diodoro presentano la questione in termini impliciti, il risultato finale si ritrova più tardi, in piena epoca imperiale, nel *Libro punico* di Appiano, che presenta espressamente la successione Assiria – Media – Persia – Macedonia – Roma⁵⁴.

Infatti, nell'immaginario greco dell'epoca ellenistica e romana, solo un impero vasto come quello di Alessandro poteva rappresentare l'unico precedente possibile del dominio di Roma, perché solo Alessandro, sia pur per un breve

ὄνομα λειφθήσεται τὸ παράπαν, οἱ πάσης σχεδὸν τῆς οἰκουμένης ἐδέσποζον, Μακεδόνες δὲ καὶ πάσης κρατήσουσιν, ὧν οὐδ' ὄνομα πρότερον ἦν γνώριμον [5]. ἀλλ' ὅμως ἡ πρὸς τὸν βίον ἡμῶν ἀσύνθετος τύχη καὶ πάντα παρὰ τὸν λογισμὸν τὸν ἡμέτερον καινοποιοῦσα καὶ τὴν αὐτῆς δύναμιν ἐν τοῖς παραδόξοις ἐνδεικνυμένη καὶ νῦν, ὡς ἐμοὶ δοκεῖ, δείκνυσι πᾶσιν ἀνθρώποις, [6] Μακεδόνας εἰς τὴν Περσῶν εὐδαιμονίαν εἰσοικίσασα, διότι καὶ τούτοις ταῦτα τάγαθὰ κέχρηκεν, ἕως ἂν ἄλλο τι βουλευῆσθαι περὶ αὐτῶν. Cf. anche D. S. 31. fr. 14 Goukowsky (= *Excerpta de sententiis*, 194, 27).

⁵⁰ Plb. 29. 21. 7-9: [7] ὁ νῦν γέγονε κατὰ Περσέα. ταῦτα μὲν οὖν Δημήτριος ὥσάνει θείῳ τινὶ στόματι περὶ τοῦ μέλλοντος ἀποπεφοίβακεν. [8] ἐγὼ δὲ κατὰ τὴν γραφὴν ἐπιστάς τοῖς καιροῖς καθ' οὓς συνέβη καταλυθῆναι τὴν Μακεδόνων βασιλείαν, οὐκ ἔκρινον ἀνεπιστάτως παραδραμεῖν, ἄτε γεγωνῶς αὐτόπτης τῆς πράξεως, ἀλλ' αὐτὸς τε τὸν πρέποντα λόγον ἐπιφθέγγασθαι καὶ Δημητρίου μνησθῆναι. [9] δοκεῖ γάρ μοι θειοτέραν ἢ κατ' ἀνθρώπον τὴν ἀπόφασιν ποιήσασθαι. σχεδὸν γὰρ ἑκατὸν καὶ πεντήκοντα πρότερον ἔτεισι τάληθές ἀπεφῆντο περὶ τῶν ἔπειτα συμβησομένων.

⁵¹ Sul passo di Demetrio vd. ora in particolare le riflessioni di Tuplin 2014.

⁵² D. S. 32. fr. 2 (*Excerpta de sententiis* 375 = 2 Walton): ὅτι οἱ τὰς ἡγεμονίας περιποιήσασθαι βουλόμενοι κτῶνται μὲν αὐτὰς ἀνδρεία καὶ συνέσει, πρὸς αὔξησιν δὲ μεγάλην ἄγουσιν ἐπιεικεία καὶ φιλανθρωπία, ἀσφαλίζονται δὲ φόβῳ καὶ καταπλήξει: τούτων δὲ τὰς ἀποδείξεις λάβοις ἂν ταῖς πάλαι ποτὲ συσταθείσαις δυναστείαις ἐπιστήσας τὸν νοῦν καὶ τῇ μετὰ ταῦτα γενομένη Ῥωμαίων ἡγεμονία.

⁵³ Vd. il testo *supra* nt. 49.

⁵⁴ App., *Pun.* 132: [...] (Scipione Emiliano) ἐπὶ πολὺ δ' ἔννου ἐφ' ἑαυτοῦ γενόμενός τε, καὶ συνιδὼν ὅτι καὶ πόλεις καὶ ἔθνη καὶ ἀρχὰς ἀπάσας δεῖ μεταβαλεῖν ὡσπερ ἀνθρώπους δαίμονα, καὶ τοῦτ' ἔπαθε μὲν Ἴλιον, εὐτυχῆς ποτε πόλις, ἔπαθε δὲ ἡ Ἀσσυρίων καὶ Μήδων καὶ Περσῶν ἐπ' ἐκείνους ἀρχὴ μεγίστη γενομένη, καὶ ἡ μάλιστα ἔναγχος ἐκλάμψασα ἡ Μακεδόνων [...].

periodo, aveva effettivamente riunito Asia ed Europa sotto un'unica regalità. Questa è infatti la prospettiva interpretativa di Polibio, quale s'incontra nel celebre esordio delle *Storie*, in una sintesi originale che fonde insieme, in modo acutissimo, la lista degli imperi e quella delle egemonie⁵⁵. Dopo la sconfitta di Cartagine e le vittorie in Oriente sugli ultimi eredi di Alessandro, il potere romano si estendeva su tre continenti; Polibio giudica questo dominio superiore a quello dei Persiani, signori della sola Asia, e a quello degli Spartani, ritenuti evidentemente gli egemoni – almeno per un periodo limitato – di tutto il mondo greco. I Romani sono anche considerati superiori ai Macedoni, perché in effetti questi ultimi non avevano esteso i loro confini, in Europa, oltre la Grecia. La lucidità e la modernità dell'analisi polibiana colpiscono ancora oggi; eppure la sua proposta d'integrazione fra le due serie di successioni non avrà fortuna. Infatti, si ritrova soltanto nella *Storia romana* di Appiano, di cui si tratterà a breve, e nel piccolo *Liber memorialis* di Lucio Ampelio, che sintetizza gli imperi del passato con un elenco di sette potenze, inserendo Spartani e Ateniesi (in ordine inverso) dopo la triade originaria e prima dei Macedoni e dei Romani⁵⁶.

Il mancato successo dello schema ideato da Polibio, comunque, non suscita particolare sorpresa, perché, com'è noto, l'impero unitario e “universale” di Alessandro – cui si alludeva nel *Proemio* – ebbe breve, brevissima durata: fra i suoi successori, nonostante le aspirazioni a mantenere l'unità di un impero costituito da territori immensi, conquistati “con la lancia”, prevalsero le ambizioni dei singoli Diadochi. Il risultato fu la spartizione dei domini, al termine di una lunga stagione di guerre, coalizioni e imprevedibili mutamenti di alleanze. Dopo la battaglia di Ipso (301 a.C.) e ancor più dopo la battaglia di Curupedio del 281

⁵⁵ Plb. 1. 2. 1-7: ὡς δ' ἔστι παράδοξον καὶ μέγα τὸ περὶ τὴν ἡμετέραν ὑπόθεσιν θεώρημα γένοιτ' ἂν οὕτως μάλιστα ἔμφανές, εἰ τὰς ἔλλογιμωτάτας τῶν προγεγενημένων δυναστειῶν, περὶ ἃς οἱ συγγραφεῖς τοὺς πλείστους διατέθεινται λόγους, παραβάλοισιν καὶ συγκρίνοισιν πρὸς τὴν Ῥωμαίων ὑπεροχὴν. [2] εἰσὶ δ' αἱ τῆς παραβολῆς ἄξια καὶ συγκρίσεως αὐταί. Πέρσαι κατὰ τινὰς καιροὺς μεγάλην ἀρχὴν κατεκτήσαντο καὶ δυναστείαν· ἄλλ' ὁσάκις ἐτόλμησαν ὑπερβῆναι τοὺς τῆς Ἀσίας ὄρους, οὐ μόνον ὑπὲρ τῆς ἀρχῆς, ἀλλὰ καὶ περὶ σφῶν ἐκινδύνευσαν. [3] Λακεδαιμόνιοι πολλοὺς ἀμφισβητήσαντες χρόνους ὑπὲρ τῆς τῶν Ἑλλήνων ἡγεμονίας, ἐπειδὴ ποτ' ἐκράτησαν, μόλις ἔτι δώδεκα κατείχον αὐτὴν ἀδήριτον. [4] Μακεδόνες τῆς μὲν Εὐρώπης ἤρξαν ἀπὸ τῶν κατὰ τὸν Ἀδρίαν τόπων ἕως ἐπὶ τὸν Ἰστρον ποταμὸν, ὃ βραχὺ παντελῶς ἂν φανεῖν μέρος τῆς προειρημένης χώρας. [5] μετὰ δὲ ταῦτα προσέλαβον τὴν τῆς Ἀσίας ἀρχὴν, καταλύσαντες τὴν τῶν Περσῶν δυναστείαν. ἄλλ' ὅμως οὗτοι πλείστων δόξαντες καὶ τόπων καὶ πραγμάτων γενέσθαι κύριοι, τὸ πολὺ μέρος ἀκμὴν ἀπέλιπον τῆς οἰκουμένης ἀλλότριον. [6] Σικελίας μὲν γὰρ καὶ Σαρδοῦς καὶ Λιβύης οὐδ' ἐπεβάλοντο καθάπαξ ἀμφισβητεῖν, τῆς δ' Εὐρώπης τὰ μαχίμωτα γένη τῶν προσεσπερίων ἔθνων ἰσχνῶς εἰπεῖν οὐδ' ἐγίνωσκον. [7] Ῥωμαῖοι γε μὴν οὐ τινὰ μέρη, σχεδὸν δὲ πᾶσαν πεποιημένοι τὴν οἰκουμένην ὑπήκοον αὐτοῖς, ἀνυπόστατον μὲν τοῖς ὑπάρχουσι πᾶσιν, ἀνυπερβλήτον δὲ καὶ τοῖς ἐπιγινομένοις ὑπεροχὴν κατέλιπον τῆς αὐτῶν δυναστείας. Su questo celeberrimo *incipit* vd. Walbank 1957: 40-42; Id. 2002; Musti 1978; Eckstein 1995; Weißenberger 2002; Hartog 2010.

⁵⁶ Ampelio, *Liber memorialis*, X: *De imperiis. Imperia ab ineunte aevi memoria fuerunt septem. Primi rerum potiti sunt Assyrii, deinde Medi, postea Persae, tum Lacedaemonii, dein Athenienses; post hos inde Macedones: sic deinde Romani.*

a.C. quell'impero "universale" che aveva unificato Asia ed Europa era svanito, diviso fra gli Antigonidi in Macedonia, i Tolemei in Egitto, gli Attalidi nell'Asia minore occidentale e i Seleucidi nel resto dell'Anatolia, in Mesopotamia e nelle "Satrapie Superiori". La situazione si complicò ulteriormente dopo la pace di Apamea nel 188 a.C., con la nascita di una serie di Stati i cui re non erano più Macedoni (Bitinia, Ponto, Cappadocia, Armenia, Media Atropatene). Tuttavia, nonostante questa sorta di "balcanizzazione" dell'impero di Alessandro, l'idea di "impero d'Asia" si mantenne grazie soprattutto alla politica dei Seleucidi, che – come ha ben mostrato in un denso saggio Federicomaria Muccioli⁵⁷ – nella loro propaganda insistevano sul proprio ruolo come "re dell'Asia".

Sebbene frammentarie, le testimonianze dell'epoca sembrano confermare che, per gli eredi del potere macedone, la questione della sovranità sull'Asia fosse fondamentale. Si sa che i grandi sovrani Seleucidi, Antioco III in particolare, davano una grande importanza al loro status di "re dell'Asia"⁵⁸. Questo sembra rientrare nell'ideologia dell'*imitatio Alexandri*: egli infatti, dopo Gaugamela sarebbe stato proclamato *basileus tes Asias*, secondo una versione nota a Plutarco⁵⁹. Ma al di là dell'ideologia, le fonti stesse mostrano che l'impero macedone è definitivamente riconosciuto come il successore naturale della triade originaria Assiria-Media-Persia: questa si ritrova in un frammento di Agatarchide di Cnido (II secolo a.C.), che nella sua sequenza storica menziona Cassandro e Lisimaco come eredi di Alessandro⁶⁰, e assai più tardi nell'*Anabasi di Alessandro* di Arriano⁶¹: dal momento che la lista di Arriano non comprende Roma, è molto probabile che essa risalisse a una precedente fonte di età ellenistica⁶². In sintesi, l'esame delle attestazioni consente di evidenziare le molteplici letture del ruolo della Macedonia nelle due liste, egemonie e imperi: l'immagine del regno macedone è messa in relazione ora con il mondo delle città greche, ora con l'idea di impero universale, infine, nella prospettiva dei Diadochi, con la sovranità dell'Asia. Si può credere che queste letture cominciassero ad essere elaborate già a

⁵⁷ Muccioli 2004.

⁵⁸ Plb. 11. 34. 14-16; vd. ancora Muccioli 2004; Id. 2013a.

⁵⁹ Plu. *Alex.* 34. 1, su cui Fredricksmeier 2000; Muccioli 2004.

⁶⁰ Agatarch., *Trattato sul Mar Rosso*, F 17 Müller: οἶδα γάρ, πρεσβύτερος ὢν καὶ πολλῶν ἔμπειρος γεγονῶς πραγμάτων, διὰ τοὺς θωπεύειν ἐπιβεβλημένους τοὺς ἐν ταῖς ὑπεροχαῖς καὶ τὰς μεγίστας βασιλείας ἄρδην ἀνηρημένους, τὴν Κασσάνδρου, τὴν Λυσιμάχου, τὴν Ἀλεξάνδρου τηλικαύτην οὖσαν, τὴν Μήδων, τὴν Περσῶν, ὥστε μηδὲ σπέρμα καταλελειφθαι γένους. Vd. Alonso Núñez 1997.

⁶¹ Arr. 2. 6. 6-7: καὶ τι καὶ δαιμόνιον τυχὸν ἦγεν αὐτὸν εἰς ἐκεῖνον τὸν χῶρον, οὐ μῆτε ἐκ τῆς ἵππου πολλῆ ὠφέλεια αὐτῷ ἐγένετο, μῆτε ἐκ τοῦ πλήθους αὐτοῦ τῶν τε ἀνθρώπων καὶ τῶν ἀκοντίων τε καὶ τοξευμάτων, μηδὲ τὴν λαμπρότητα αὐτὴν τῆς στρατιᾶς ἐπιδειξάι ἠδυνήθη, ἀλλὰ Ἀλεξάνδρῳ τε καὶ τοῖς ἀμφ' αὐτὸν εὐμαρῶς τὴν νίκην παρέδωκεν. [7] ἐχρῆν γὰρ ἦδη καὶ Πέρσας πρὸς Μακεδόνων ἀφαιρεθῆναι τῆς Περσῶν ἀφηρέθησαν, πρὸς Μήδων δὲ ἔτι ἔμπροσθεν Ἀσσύριοι.

⁶² Vd. Sisti, Zambrini 2001: 412.

partire dal III secolo a.C., ma è con l'avvento di Roma che esse trovarono una vera finalità politica; infatti, questi elementi consentono di illuminare, in filigrana, il dibattito degli intellettuali greci, e anche non greci, sulla dominazione romana.

L'EREDITÀ DIVISA: L'IMPERO MACEDONE FRA ROMA E I PARTI

Naturalmente, è difficile dedurre l'attitudine di un autore greco dal semplice ricorso alla successione degli imperi; ma se, come in alcuni casi, si conosce il suo atteggiamento nei confronti dei Romani, si possono mettere in luce le modalità con cui la impiega. Occorre prescindere in questa sede dal problema delle reazioni, diverse e talora contraddittorie, degli intellettuali greci di fronte all'ascesa del potere romano in Grecia e nell'Oriente ellenizzato, fra il II secolo a.C. e l'epoca della *pax Augustea*: sarà qui sufficiente rinviare per questi aspetti agli studi fondamentali a riguardo, i quali consentono di gettare luce anche su quegli autori pervenuti solo in forma frammentaria⁶³.

Di converso, un caso particolarmente interessante è quello di un testo riportato in una glossa a un capitolo di Velleio Patercolo, storico di età tiberiana, nel contesto della *translatio imperii* dagli Assiri ai Medi. Questa glossa riferisce il solo frammento conosciuto del *De annis populi Romani* dell'altrimenti sconosciuto Emilio Sura, la cui datazione, incerta, oscilla fra il II e il I secolo a.C.⁶⁴; si tratta anche della prima attestazione della successione degli imperi nella letteratura latina. La sequenza proposta in questo passo è in sé indicativa, in quanto pienamente coerente con l'auto-rappresentazione romana delle conquiste in Oriente; Emilio Sura scandisce infatti una sequenza di cinque imperi, Assiri-Medi-Persiani-Macedoni-Romani, in perfetta congruenza con le vittorie di Roma su Filippo V (197 a.C., Macedonia, Europa) e su Antioco III (190 a.C., Seleucidi, Asia). Le due vittorie, inoltre, sono messe in relazione con la precedente sconfitta di Cartagine a Zama, nel 202 a.C.: da qui, conclude l'autore, *summa imperii ad populum Romanum pervenit*.⁶⁵

⁶³ Vd. la bibliografia citata *supra*, nt. 2 e nt. 16, cui si aggiungano Muccioli 2006; Id. 2009; Id. 2013b.

⁶⁴ Emilio Sura, *de annis populi Romani* (= Vell. 1.6.6): [*Aemilius Sura de annis populi Romani: Assyrii principes omnium gentium rerum potiti sunt, deinde Medi, postea Persae, deinde Macedones; exinde duobus regibus Philippo et Antiocho, qui a Macedonibus oriundi erant, haud multo post Carthaginem subactam devictis summa imperii ad populum Romanum pervenit. Inter hoc tempus et initium regis Nini Assyriorum, qui princeps rerum potitus est, intersunt anni MDCCCXCIV*]; su questa testimonianza, e sull'identità dell'autore vd. Alonso Núñez 1989; Cotta Ramosino 2005.

⁶⁵ A ciò si aggiunga che, se avesse fondamento la proposta – avanzata da Cotta Ramosino 2005 – di identificazione di questo Emilio Sura con l'altrettanto evanescente Mamilio Sura, scrittore di botanica impiegato da Plinio il Vecchio, si potrebbero in via ipotetica attribuire al suo influsso le vaghe allusioni del naturalista al problema della *translatio imperii* presenti qua e là nella sua opera, per esempio a IV 39, dove rievocando la sconfitta di Perseo a Pidna ad opera di L. Emilio Paolo (168 a.C.) si rammenta il precedente possesso, da parte dei Macedoni,

Se per Emilio Sura dobbiamo limitarci a ipotesi, altre testimonianze presentano una chiave di lettura molto vicina a quella appena evidenziata, che si riflette nel punto di vista degli intellettuali greci “integrati”. È il caso delle *Antiquitates Romanae* di Dionigi di Alicarnasso⁶⁶ – che peraltro aveva cercato di dimostrare l'origine greca di Roma – e, più tardi, dell'*Elogio di Roma* di Elio Aristide⁶⁷. I due autori esaltano la grandezza, l'unicità e l'universalità della potenza romana; entrambi riportano due liste separate, egemonie e imperi, ma non le uniscono affatto, come aveva cercato di fare, in una visione unitaria del potere, Polibio. Se si osserva, si noterà che la Macedonia è ricordata soltanto fra gli imperi d'Asia, dunque non come potenza “universale”: entrambi considerano la sola Roma come l'anello di congiunzione, finale, delle due successioni. Una visione analoga, con l'impero romano come sola potenza universale, si ritrova ancora, ben nel IV sec. d.C., nell'elogio di Stilicone del poeta latino Claudiano⁶⁸: nei suoi versi, imperi ed egemonie del passato sono svaniti, non così Roma, la cui grandezza è difesa da Stilicone.

Una variante notevole di questa interpretazione è presente invece nel *Proemio* della *Storia romana* di Appiano⁶⁹, pagina di grande interesse, cui è dedicato uno studio recentissimo di Giusto Traina⁷⁰. Appiano, infatti, integra la Macedonia nelle due liste, ma separa l'egemonia di Filippo II (conquistatore dell'Europa) dall'impero di Alessandro (conquistatore dell'Asia). Lo storico, come già Polibio, mette l'accento sulle coordinate spazio-temporali dell'impero romano, sottolineandone estensione e durata: si tratta, anche qui, del riconoscimento dell'universalità di Roma rispetto a tutti i suoi predecessori, Macedonia compresa.

Ragioni di tempo, e di mancanza di dati, inducono a non dilungarsi sulle testimonianze di Diodoro e di Nicola di Damasco, entrambi autori di *Storie*

dell'*imperium terrarum* e dell'intero Oriente (*toto Oriente*).

⁶⁶ D. H. *Ant. Rom.* 1. 2. 2-3 (Vd. *Appendice*). In merito vd. Hartog 1991; Martin 1993.

⁶⁷ Ael. Arist. *A Roma* 15-27; 91 (imperi) 40-57 (egemonie): vd. *Appendice*. Cf. Olivier 1953; Fontanella 2007.

⁶⁸ Claud. Claudian. *De Consulatu Stilichonis*, 3. 160-167: vd. *Appendice*.

⁶⁹ App., *Praef.* 8-9: [8] ἀρχή τε οὐδεμία προήλθε πω μέχρι νῦν εἰς τοσοῦτο μεγέθους καὶ χρόνου. οὔτε γὰρ τὰ Ἑλλήνων, εἴ τις ὁμοῦ τὰ Ἀθηναίων καὶ Λακεδαιμονίων καὶ Θηβαίων, δυναστευσάντων παρὰ μέρος, ἀπὸ τῆς Δαρειοῦ στρατείας, ὅθεν αὐτοῖς ἐστὶν ἐλλαμπρύνεσθαι μάλιστα, ἐς τὴν Φιλίππου τοῦ Ἀμύντου τῆς Ἑλλάδος ἡγεμονίαν συναγάγοι, πολλὰ ἂν ἔτη φανεῖη. [...] [9] ἢ τε τῆς Ἀσίας ἀρχὴ ἔργων μὲν πέρι καὶ ἀρετῆς οὐδ' ἐς τὰ σμικρότατα τῶν Εὐρωπαϊῶν παραβάλλεται δι' ἀσθένειαν καὶ ἀτολίαν τῶν ἔθνων. καὶ τοῦτο δηλώσει καὶ ἡδε ἡ γραφὴ προϊούσα· ὀλίγαις γὰρ μάχαις Ῥωμαῖοι τοσοῦτων τῆς Ἀσίας ἔθνων κατέσχον, ὅσων <ἔτι νῦν> ἐπικρατοῦσι, καὶ ταῦτα Μακεδόνων αὐτῶν ὑπερμαχομένων, τὰ δὲ πολλὰ περὶ τὴν Λιβύην καὶ τὴν Εὐρώπην ἐξετρίφθησαν. Ἀσσυρίων τε αὐτὰ καὶ Μήδων καὶ Περσῶν, τριῶν τῶνδε μεγίστων ἡγεμονιῶν εἰς Ἀλέξανδρον τὸν Φιλίππου, συντιθεμένων οὔτ' ἂν ὁ χρόνος ἐφίκοιτο τῶν ἐνακοσιῶν ἐτῶν, ὅσα ἐστὶ Ῥωμαίοις ἐς τὸν παρόντα χρόνον, τό τε μέγεθος τῆς ἀρχῆς τῆς ἐκείνων οὐδὲ ἐς ἡμῖς νομίζω τῆσδε τῆς ἡγεμονίας ἀπαντᾶν [...]. Vd. in generale Alonso Núñez 1984; Gabba 2003.

⁷⁰ Traina 2018.

universali. Certamente ambedue utilizzarono la successione degli imperi, come testimoniano i frammenti che si riferiscono al segmento più antico della catena (Assiri-Medi-Persiani), secondo un procedimento “naturale” della storiografia universale, almeno per le epoche più remote. Tuttavia, lo stato dei frammenti relativi al periodo più vicino agli autori non permette di verificare il ruolo da loro assegnato alle potenze più recenti, la Macedonia e Roma.

Più interessante, di contro, si rivela la testimonianza di un terzo “storico universale” della stessa epoca, il romano Pompeo Trogo, originario della Gallia Narbonense e autore delle *Storie filippiche*, opera monumentale in 44 libri. Benché l’originale sia perduto, sono sopravvissuti i prologhi e un’epitome, redatta da Giustino in età imperiale⁷¹. Di regola, da un autore, romano, di storia universale ci si attenderebbe un allineamento alla visione romanocentrica quale quella di Emilio Sura o dei greci filo-romani come Dionigi di Alicarnasso ed Elio Aristide. Così tuttavia non è, perché le *Storie filippiche* presentano una visione della storia e della *translatio imperii* di segno assai diverso.

Anzitutto, la stessa impostazione “universale” dell’opera di Trogo lascia intuire che fosse ampiamente presente l’idea della successione degli imperi (dall’*Epitome* manca del tutto, invece, la lista delle egemonie greche), come del resto dimostrano numerosi passi⁷²; tuttavia, la catena non si conclude con il trasferimento dell’impero dalla Macedonia a Roma, perché di fatto a quest’ultima si contrappongono, con uno statuto altrettanto “imperiale”, i Parti, al cui regno viene infatti attribuita, al principio della narrazione a loro dedicata (xli 1. 1), la sovranità dell’Oriente (...*nunc Orientis imperium est*); addirittura, i Parti spartivano con i Romani il dominio del mondo intero⁷³.

Al di là dell’esattezza delle informazioni di Trogo, preme qui rilevare che, in una prospettiva aperta al dualismo fra i Romani e i Parti nella *translatio imperii* sulle regioni orientali dell’impero macedone di Alessandro e dei suoi successori,

⁷¹ Su di lui vd. la bibliografia citata *supra*, nt. 10.

⁷² Vd. e.g. Pomp. Trog. *Prologus libri I: Primo uolumine continentur haec: Imperium Assyriorum a Nino rege usque ad Sardanapallum post quem translatum est per Arbacem ad Medos, usque ad ultimum regem Astyagem; is a nepote suo Cyro pulsus regno, et Persae regno potiti*. Cf. Just. *Epit.* 10. 3. 7; 12. 7. 4; 30. 4. 16; 40. 2. 5.

⁷³ Iust. *Epit.* 41. 1-9: *Parthi, penes quos uelut diuisione orbis cum Romanis facta nunc Orientis imperium est, Scytharum exules fuere. 2 Hoc etiam ipsorum uocabulo manifestatur, nam Scythico sermone exules “parthi” dicuntur. 3 Hi et Assyriorum et Medorum temporibus inter Orientis populos obscurissimi fuere. 4 Postea quoque, cum imperium Orientis a Medis ad Persas translatum est, ueluti uulgi sine nomine praeda uictorum fuere. 5 Postremo Macedonibus triumphato Oriente seruierunt, 6 ut cuius mirum uideatur ad tantam eos felicitatem per uirtutem proeuctos, ut imperent gentibus, sub quarum imperio ueluti seruile uulgi fuere. 7 A Romanis quoque trinis bellis per maximos duces florentissimis temporibus lacessiti soli ex omnibus gentibus non pares solum, uerum etiam uictores fuere; 8 quamquam plus gloriae sit inter Assyria et Medica Persicae memorata olim regna et opulentissimum illud mille urbium Bactrianum imperium emergere potuisse quam longinqua bella uicisse, 9 praeterea cum grauius Scythicis et uicinalibus bellis adsidue uexati uariis periculis certaminibus urgerentur*. Vd. ora Muccioli 2016.

non stupisce che il centro tematico principale dell'opera (pur all'interno di un orizzonte cronologico e geografico "universale") fosse, come si evince dal titolo stesso, proprio l'impero macedone, la cui eredità "asiatica" – all'epoca della redazione delle *Storie* – era evidentemente tutt'altro che definitivamente assegnata ai Romani, pur vincitori di Filippo V, di Antioco III e di Perseo e pur vantando il possesso, dal 132 a.C., di una provincia denominata "Asia". Del resto, il mancato riconoscimento – da parte di taluni intellettuali greci e orientali – di Roma come potenza "universale", almeno per l'Asia dove l'eredità dell'impero macedone (a sua volta, ricordiamo, successore di quello persiano) era rivendicata non illegittimamente anche da altre potenze, da Mitridate VI Eupatore⁷⁴ ai Parti, sembra trasparire anche da altre attestazioni della successione degli imperi, dal I sec. a.C. in avanti⁷⁵. Un esempio è offerto da un frammento dell'erudito di Mileto Alessandro Poliistore (I sec. a.C.) trasmesso da Agazia: il passo, già di per sé molto complesso e problematico, presenta la sequenza Assiri – Medi – Persiani – Macedoni – Parti, senza riferimenti al dominio romano in Asia⁷⁶. La stessa successione si riscontra nel geografo Strabone⁷⁷, che – si è visto – non aveva difficoltà a riconoscere a Roma l'eredità dell'egemonia macedone in Grecia; di contro, in una delle due sole attestazioni della successione degli imperi d'Asia la sua serie si apre con gli Assiri e termina con i Parti. Il dualismo romano-partico in merito al dominio sull'Asia traspare ancora, per esempio, in Tacito, in un passo delle *Storie* in cui gli Ebrei, sempre soggetti al dominio degli imperi (Assiri-Medi-Persiani-Macedoni), riuscirono a guadagnare una certa indipendenza nel momento in cui i Macedoni erano in difficoltà, i Parti ancora "immaturo" e i Romani lontani⁷⁸.

⁷⁴ Sul ruolo di Mitridate nella successione degli imperi vd. ora Ballesteros Pastor 2018.

⁷⁵ Vd. Muccioli 2007.

⁷⁶ Alex. Polyh. *FGrHist* 273 F 81 (= Agath., *Storie* II 25, 4-9; = Ctes. F 10β Lenfant). Vd. Muccioli 2009. Cf. Id. 2013.

⁷⁷ Str. 11. 13. 5: ἡ δὲ μεγάλη Μηδία τὸ μὲν παλαιὸν τῆς Ἀσίας ἡγήσατο πάσης καταλύσασα τὴν τῶν Σύρων ἀρχήν· ὕστερον δ' ὑπὸ Κύρου καὶ Περσῶν ἀφαιρεθεῖσα τὴν τοσαύτην ἐξουσίαν ἐπὶ Ἀστυάγου διεφύλαττεν ὁμοῦς πολὺ τοῦ πατρίου ἀξιώματος, καὶ ἦν τὰ Ἐκβάτανα χειμᾶδιον τοῖς Πέρσαις· ὁμοίως δὲ καὶ τοῖς ἐκείνους καταλύσασι Μακεδόσι τοῖς τὴν Συρίαν ἔχουσι, καὶ νῦν ἔτι τοῖς Παρθυαίων βασιλεῦσι τὴν αὐτὴν παρέχεται χρεῖαν τε καὶ ἀσφάλειαν. Su questo passo vd. Lasserre 1982; Primo 2001; Engels 2008; Id. 2009; Id. 2010. La seconda menzione degli imperi è in 15. 3. 23, ma si ferma ai Macedoni, aggiungendo tuttavia, ma tangenzialmente, i Lidi (fra i Medi e i Persiani): vd. Gazzano 2018.

⁷⁸ Tac. *Hist.* 8. 5: *dum Assyrios penes Medosque et Persas Oriens fuit, despectissima pars servientium: postquam Macedones praepolluere, rex Antiochus demere superstitionem et mores Graecorum dare adnitus, quo minus taeterrimam gentem in melius mutaret, Parthorum bello prohibitus est; nam ea tempestate Arsaces desciverat. tum Iudaei Macedonibus invalidis, Parthis nondum adultis (et Romani procul erant), sibi ipsi reges imposuere.*

CONCLUSIONI

Se le osservazioni che siamo andati articolando hanno un fondamento, se ne possono trarre alcune riflessioni. Anzitutto, la teoria della successione degli imperi, quali che fossero le sue radici più remote, è da ritenersi uno schema interpretativo della storia tipico della storiografia greca, dalle sue origini in poi; la sequenza originaria (Assiri-Medi-Persiani) – che in principio poteva servire soprattutto come impalcatura cronologica – già con Erodoto pone però in evidenza un'equazione fra idea di impero e possesso del continente asiatico, equazione che nella mentalità greca classica coincideva con l'effettivo territorio sottoposto ai Persiani e che presupponeva una distinzione fra Asia ed Europa, dove in parallelo si articola una sequenza di egemonie “locali” greche. Solo le conquiste macedoni furono in grado di unire i due continenti, e di creare un impero per la prima volta “universale”, come la riflessione greca posteriore sembra mettere in risalto, includendo i Macedoni in entrambe le liste, o ponendo, con Polibio, egemonie greche (Sparta) e imperi orientali nella stessa linea di successioni. E proprio il posto occupato dalla Macedonia all'interno di questo duplice schema, e la sua controversa eredità – rivendicata tanto dalla potenza romana in ottica “universale” quanto, in senso più propriamente “asiatico”, dalle popolazioni iraniche dell'Oriente seleucidico – sembra costituire una chiave di lettura utile a valutare il significato ideologico delle successive attestazioni del canone degli imperi: laddove gli ammiratori del dominio romano tendono ad eliminare la Macedonia dalla lista delle egemonie greche, garantendo a Roma un primato fino ad allora ignoto ad altre potenze, gli intellettuali greci meno “allineati”, o per i quali la successione degli imperi aveva una valenza prettamente storiografica, appaiono più disposti ad ammettere il ruolo eccezionale dell'impresa di Alessandro; sarebbe interessante – ma certo arduo, visto lo stato della documentazione – verificare se e quanto questo celasse un intento polemico nei confronti dell'opinione pubblica e della propaganda ufficiale romana. Più agevole, di contro, è individuare una vena polemica più scopertamente antiromana in quelle fonti che – a partire dal I secolo a.C. – fecero ricorso alla successione degli imperi attribuendo l'eredità macedone in Asia non a Roma, bensì alle nuove potenze orientali, in particolare ai Parti; sul versante greco, questa presa di posizione potrebbe forse essere posta in connessione con il disagio dei provinciali d'Asia, vessati dai pubblicani e chiaramente giudicati una sorta di “greccità degenerata”⁷⁹. Se così fosse, se cioè la successione degli imperi nel pensiero storico greco avesse come baricentro un'universalità che non può prescindere dal dominio congiunto di Asia ed Europa, si potrebbe allora comprendere la ragione dell'esclusione da tutte le liste, fin dalle origini, di

⁷⁹ Come testimonia l'invettiva di Cicerone contro gli *Asiatici Graeci* nella *Pro Flacco* (59-66). Vd. anche Liv. 38. 17.

L'idea della *translatio imperii* nella storiografia ellenistica e romana: un modello interpretativo fra storia e propaganda politica

due indubbe potenze, l'Egitto (faraonico e poi tolemaico) e Cartagine, perché entrambe di fatto del tutto estranee, a livello storico, geografico e ideologico, a questa concezione⁸⁰; per altro verso, si potrebbe meglio spiegare la frequenza del ricorso a questo *topos* nelle fonti greche, come tentativo degli intellettuali greci di persuadere i *leaders* romani ad aderire a una mentalità – senz'altro miope, ma durevole e peculiarmente ellenica – in cui la sovranità “universale” si risolveva di fatto in una dialettica, di matrice può darsi aristotelica, fra due modi di intendere il potere, quello “europeo” di un egemone su uomini liberi e quello “asiatico” di un despota su veri e propri sudditi: ed è superfluo precisare quali fossero i *desiderata* dei Greci.

⁸⁰ Sull'Egitto vd. ora Roberto 2018.

BIBLIOGRAFIA

- Alcock, S. E. (1993), *Graecia capta: The Landscapes of Roman Greece*. Cambridge.
- Alcock, S. E., D'Altroy, T. N., Morrison, K. D., Sinopoli, C. M. (eds.) (2001), *Empires, Perspectives from Archaeology and History*. Cambridge.
- Alonso Núñez, J. M. (1984), "Appian and the World Empires", *Athenaeum* 62: 640-644.
- Alonso Núñez, J. M. (1988) "Herodotus' ideas about world empires", *Ancient Society* 19: 125-133.
- Alonso Núñez, J. M. (1989), "Aemilius Sura", *Latomus* 48: 110-119.
- Alonso Núñez, J. M. (1990), "The emergence of universal historiography from the 4th to the 2nd centuries BC", in Verdin, H., Schepens, G., De Keyser, E. (eds.) *Purposes of History: Studies in Greek Historiography from the 4th to the 2nd Centuries BC*. Leuven: 173-192.
- Alonso Núñez, J. M. (1992), *La Historia Universal de Pompeyo Trogo. Coordenadas espaciales y temporales*. Madrid.
- Alonso Núñez, J. M. (1997), "Approaches to World History in the Hellenistic Period: Dicaearchus and Agatharchides", *Athenaeum* 85: 53-67.
- Alonso Núñez, J. M. (1998a), "Le lecture greche della storia di Roma e lo sviluppo della storia universale", in Settis, S. (ed.) *I Greci. Storia, cultura, arte, società, II/3*. Torino, 1059-1078.
- Alonso Núñez, J. M. (1998b), "Lenguaje oracular e imperios universales: libros de Tobias, Daniel, Macabeos I, «Oraculos Sibilinos» y Tacito", in Chirassi Colombo, I., Seppilli, T. (eds.), *Sibille e linguaggi oracolari: mito storia tradizione. Atti del convegno Macerata-Norcia, settembre 1994*. Pisa-Roma, 427-441.
- Alonso Núñez, J. M. (2002), *The Idea of Universal History in Greece: From Herodotus to the Age of Augustus*. Amsterdam.
- Alonso Núñez, J. M. (2003), "Herodotus' Conception of Historical Space and the Beginnings of Universal History", in Derow P., Parker, R. (eds.) *Herodotus and his World: Essays from a Conference in Memory of George Forrest*. Oxford, 145-152.
- Asheri, D. (1997a), in Erodoto, *Le Storie. I, La Lidia e la Persia*. Milano.
- Asheri, D. (2003), "La successione degli imperi e delle egemonie: preistoria di due teorie", in Foraboschi, D., Pizzetti, S. (a cura di), *La successione degli imperi e delle egemonie nelle relazioni internazionali*. Milano, 11-25.
- Ballesteros Pastor, L. (2018), "De Rey del Ponto a Rey de Reyes. El imperio de Mitrídates Eupátor en el contexto del Oriente tardo-helenístico", in Cresci, L.R., Gazzano, F. (a cura di), *De Imperiis. L'idea di impero universale e la*

L'idea della *translatio imperii* nella storiografia ellenistica e romana: un modello interpretativo fra storia e propaganda politica

successione degli imperi nell'antichità. Roma, 137-170.

Baurain, C. (2016), "La «thalassocratie»: mythes et réalité historique (à propos de «la liste d'Eusèbe»)", *Historiká* 5: 17-40.

Bearzot, C. (2010), "Le potenze egemoniche greche nel quadro della storia universale", in Roberto, U., Mecella, L. (eds.) *Dalla storiografia ellenistica alla storiografia tardoantica: aspetti, problemi, prospettive. Atti del Convegno Internazionale di Studi, Roma, 23-25 ottobre 2008*. Soveria Mannelli, 11-24.

Bearzot, C., Landucci, F. (eds.) (2014), *Studi sull'Epitome di Giustino, I. Dagli Assiri a Filippo II di Macedonia*. Milano.

Bearzot, C., Landucci, F. (eds.) (2015), *Studi sull'Epitome di Giustino, II. Da Alessandro Magno a Filippo V di Macedonia*. Milano.

Clarke, K. (1999), "Universal Perspectives in Historiography", in Shuttleworth Kraus, C. (ed.) *The Limits of Historiography. Genre and Narrative in Ancient Historical Texts*. Leiden-Boston-Köln, 249-279.

Clarke, K. (2008), *Making Time for the Past: Local History and the Polis*. Oxford.

Cohen-Skalli, A. (2012), in Diodore de Sicile, *Bibliothèque Historique. Fragments, Livres VI-X*. Paris.

Cordano, F. (2003), "Egemonie in Grecia. Tebe in Senofonte e in Eforo", in Foraboschi, D., Pizzetti, S. (a cura di), *La successione degli imperi e delle egemonie nelle relazioni internazionali*. Milano, 53-60.

Corsaro, M. (1998), "Ripensando Diodoro: il problema della storia universale nel mondo antico, I – II", *Mediterraneo Antico* 1: 405-436.

Corsaro, M. (1999), "Ripensando Diodoro: il problema della storia universale nel mondo antico, I – II", *Mediterraneo Antico* 2: 117-169.

Cotta Ramosino, L. (2005), "Mamilio Sura o Emilio Sura? Alcune considerazioni sulla teoria della successione degli imperi nella *Naturalis Historia* di Plinio il Vecchio", *Latomus* 64: 945-958.

Cresci, L.R., Gazzano, F. (a cura di) (2018), *De Imperiis. L'idea di impero universale e la successione degli imperi nell'antichità*. Roma.

De Boer, S. (1985), "Rome, the *translatio imperii* and the early-Christian interpretation of *Daniel* II and VII", *Rivista di storia e letteratura religiosa* 21: 181-218.

Engels, J. (2008), "Universal History and Cultural Geography of the Oikoumene in Herodotus' *Historiai* and Strabo's *Geographika*", in Pigoñ, J. *The children of Herodotus: Greek and Roman historiography and its related genres*. Newcastle, 144-161.

Engels, J. (2009), "Demetrios von Kallatis 'Über Asien und Europa' (FGrHist 85 F 1-6): Universalhistorie und Kulturgeographie zwischen Ephoros und

- Strabon”, in Rathmann, M. (ed.), *Studien zur antiken Geschichtsschreibung*. Bonn, 187–202.
- Engels, J. (2010), “Strabo and the Development of Ancient Greek Universal Historiography”, in Liddle, P., Fear, A. (eds.), *Historiae Mundi: Studies in Universal Historiography*. London, 71–86.
- Engels, D. (2016), “‘The Rule of the Sea is indeed a Great Matter’. Mediterranean Identities and the Ideology of Thalassocracy”, *Latomus* 75: 289-313.
- Fear, A.T. (2010), “Orosius and Escaping from the Dance of Doom”, in Liddle, P., Fear, A. (eds.), *Historiae Mundi: Studies in Universal Historiography*. London, 176-188.
- Ferrary, J.L. (1988), *Philhellénisme et impérialisme. Aspects idéologiques de la conquête romaine du monde hellénistique de la seconde guerre de Macédoine à la guerre contre Mithridate*. (BEFAR 271) Roma.
- Ferrary, J. L. (1998), “*Loikoumene*, l’Orient et l’Occident d’Alexandre le Grand à Auguste: histoire et historiographie”, in Giardina, A. (ed.) *Convegno per Santo Mazzarino*. Roma, 97-132.
- Fontanella, F. (2007), in Elio Aristide, *A Roma*. Pisa.
- Foraboschi, D., Pizzetti, S. (a cura di) (2003), *La successione degli imperi e delle egemonie nelle relazioni internazionali*. Milano.
- Fredricksmeier, E. (2000), “Alexander the Great and the Kingship of Asia”, in Bosworth, A. B., Baynham, E. J. (eds.) *Alexander the Great in Fact and Fiction*. Oxford, 136-166.
- Gabba, E. (1993), “Storiografia greca e imperialismo romano” (1974) = Id., *Aspetti culturali dell’imperialismo romano*. Firenze, 7-33.
- Gabba, E., (2003), “La successione degli imperi in Dionigi e Appiano”, in Foraboschi, D., Pizzetti, S. (a cura di), *La successione degli imperi e delle egemonie nelle relazioni internazionali*. Milano, 73-76.
- Gaggero, G. (2018), “Alcune considerazioni sulle quattro monarchie di Daniele e sulle successive riletture cristiane”, in Cresci, L.R., Gazzano, F. (a cura di), *De Imperiis. L’idea di impero universale e la successione degli imperi nell’antichità*. Roma, 333-348.
- Galimberti, A., Zecchini, G. (eds.) (2016), *Studi sull’Epitome di Giustino, III. Il tardo ellenismo. I Parti e i Romani*. Milano.
- Gazzano, F. (2018), “L’impero che non fu. La Lidia nella successione degli imperi”, in Cresci, L.R., Gazzano, F. (a cura di), *De Imperiis. L’idea di impero universale e la successione degli imperi nell’antichità*. Roma, 37-64.
- Gnoli, T., Muccioli, F. (a cura di) (2007), *Incontri fra culture nell’Oriente ellenistico e romano*. Milano.

L'idea della *translatio imperii* nella storiografia ellenistica e romana: un modello interpretativo fra storia e propaganda politica

- Hartog, F. (1991), "Rome et la Grèce: les choix de Denys d'Halicarnasse", in Saïd, S. (ed.) *ΕΛΛΗΝΙΣΜΟΣ. Quelques jalons pour une histoire de l'identité grecque, Actes du Colloque de Strasbourg, 25-27 octobre 1989*. Leiden-New York-København-Köln, 149-167.
- Hartog, F. (2010), "Polybius and the First Universal History", in Liddle, P., Fear, A. (eds.), *Historiae Mundi: Studies in Universal Historiography*. London, 30-40.
- Haubold, J. (2013), *Greece and Mesopotamia. Dialogues in Literature*. Cambridge.
- Lanfranchi, G. B. (2003), "Imperi assiro, babilonese, persiano: continuità e discontinuità", in Foraboschi, D., Pizzetti, S. (a cura di), *La successione degli imperi e delle egemonie nelle relazioni internazionali*. Milano, 27-48.
- Lanfranchi, G. B. (2011), "Gli Assyriakà di Ctesia e la documentazione assira", in Wiesehöfer, J., Rollinger, R., Lanfranchi, G. B. (eds.) *Ktesias' Welt / Ktesias' World*. Wiesbaden, 175-223.
- Lanfranchi, G. B., Roaf, M., Rollinger, R. (eds.) (2003), *Continuity of Empire (?): Assyria, Media, Persia*. Padova.
- Lasserre, F. (1982), *Strabon devant l'Empire romain, Aufstieg und Niedergang der römischen Welt, II.30.1*. Berlin, 867-896.
- Lenfant, D. (2004), in Ctesias de Cnide, *La Perse, L'Inde, autres fragments*. Paris.
- Liddel, P. P., Fear, A. T. (eds.) (2010), *Historiae Mundi. Studies in Universal History*. London – New York.
- Mari, F. (2018), "Il miraggio di Ecbatana. Il dibattito sull'«impero» dei Medi e l'ipotesi di una provenienza iranica per l'idea di *translatio imperii* in Erodoto", in Cresci, L.R., Gazzano, F. (a cura di), *De Imperiis. L'idea di impero universale e la successione degli imperi nell'antichità*. Roma, 1-36.
- Marincola, J. (2007), "Universal History from Ephorus to Diodorus", in Id. (ed.) *A Companion to Greek and Roman Historiography*. Malden – Oxford, 171-179.
- Martin, P. M. (1993), "De l'universal à l'éternel: la liste des hégémonies dans la préface des *Antiquités romaines*", *Pallas* 39: 193-213.
- Mazza, M. (1999), "Roma e i Quattro Imperi. Temi della propaganda nella cultura ellenistico romana (1996)", in Id., *Il vero e l'immaginato. Profezia, narrativa e storiografia nel mondo Romano*. Roma, 1-42.
- Mazzarino, S. (1966), *Il pensiero storico classico, II*. Bari.
- Mazzarino, S. (19892), *Fra Oriente e Occidente. Ricerche di storia greca arcaica*. (1947), Milano.
- Mendels, D. (1981), "The Five Empires. A note on a Propagandistic Topos", *American Journal of Philology* 102: 321-344.

- Millar, F. (2006), *Rome, the Greek World, and the East. III, The Greek World, the Jews and the East*. Chapel Hill.
- Miller, M. (1971), *The Thalassocracies. Studies in Chronography II*. Albany, NY, 1971.
- Mitov, D. (2007), “Diodorus of Sicily and the Thracian thalassocracies: some notes in connection with the study of Molly Millar”, in *Iubilaeus VI. Сборник в памет на Карел и Хермингелд Шкорпил (Iubilaeus VI. In memory of Karel and Herminegild Škorpil)*. Sofia, 45-50.
- Momigliano, A. (1984), “The Origins of Universal History”, *Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa. Classe di Lettere e Filosofia*, s. III, 12, 1982, 533-560 (= *Settimo Contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico*. Roma, 77-103).
- Momigliano, A. (1982), “Daniele e la teoria greca della successione degli imperi”, in Id., *La storiografia greca*. Torino, 293-301.
- Mora, C. (2003), “Successioni di dinastie e dominio universale nei testi «storiografici» del Vicino Oriente antico. Spunti per una riflessione”, in Foraboschi, D., Pizzetti, S. (a cura di), *La successione degli imperi e delle egemonie nelle relazioni internazionali*. Milano, 49-52.
- Morris, I., Scheidel, W. (eds.) (2009), *The Dynamics of Ancient Empires. State Power from Assyria to Byzantium*. Oxford.
- Muccioli, F. (2004), “Il ‘Re dell’Asia’: ideologia e propaganda da Alessandro Magno a Mitridate VI”, in Criscuolo, L., Geraci, G., Salvaterra, C. (eds.) *Simblos 4*. Bologna, 105-158.
- Muccioli, F. (2005), “Aspetti della ‘translatio imperii’ in Diodoro: le dinastie degli Antigonidi e dei Seleucidi”, in Bearzot, C., Landucci, F. (eds.), *Diodoro e l’altra Grecia. Macedonia, Occidente, Ellenismo nella Biblioteca storica*. Milano, 183-222.
- Muccioli, F. (2007), “La rappresentazione dei Parti nelle fonti tra II e I secolo a.C. e la polemica di Livio contro i *levissimi ex Graecis*”, in Gnoli, T., Muccioli, F. (a cura di), *Incontri fra culture nell’Oriente ellenistico e romano*. Milano, 87-115.
- Muccioli, F. (2--9), “Letterati greci a Roma nel I sec. a.C. Elementi per una riconsiderazione di Alessandro Poliistore e Timagene”, in Conti, S., Scardigli, B. (eds.), *Stranieri a Roma. Atti del Convegno Internazionale di Studi (Pontignano, 22-23 maggio 2006)*. Ancona, 59-84.
- Muccioli, F. (2013a), *Gli epiteti ufficiali dei re ellenistici (Historia Einzelschriften, 224)*. Stuttgart.
- Muccioli, F. (2013b), “Timagene, un erudito tra Alessandria e Roma. Nuove riflessioni”, in Costa, V. (ed.) *Tradizione e trasmissione degli storici frammentari II*. Tivoli, 365-388.

L'idea della *translatio imperii* nella storiografia ellenistica e romana: un modello interpretativo fra storia e propaganda politica

- Muccioli, F. (2016), "I Parti (e le regalità greco-battriane e indo-greche) in Pompeo Trogo/Giustino, tra etnografia e storiografia", in Galimberti, A., Zecchini, G. (eds.), *Studi sull'Epitome di Giustino, III. Il tardo ellenismo. I Parti e i Romani*. Milano, 117-147.
- Muccioli, F. (2018), "L'anello debole della catena. L'egemonia macedone nella tradizione antica", in Cresci, L.R., Gazzano, F. (a cura di), *De Imperiis. L'idea di impero universale e la successione degli imperi nell'antichità*. Roma, 81-136.
- Olivier, J. H. (1953), "The ruling power: A study of the Roman empire in the second century after Christ through the Roman oration of Aelius Aristides", *Transactions of the American Philological Society* 43/4: 871-1003.
- Parmeggiani, G. (2011), *Eforo di Cuma: studi di storiografia greca*. Bologna.
- Parmeggiani, G. (2012), "Sui fondamenti della tesi antica della paternità anassimenea del *Tricarano*: mimesi stilistica e analogie tra i proemi storiografici di Anassimene di Lampsaco e di Teopompo di Chio (*Ad Anaximenes, FGrHist* 72 TT 6, 13; F 1)", *Histos* 6: 214-27.
- Parmeggiani, G. (ed.) (2014), *Between Thucydides and Polybius: The Golden Age of Greek Historiography*. Washington D.C.
- Parmentier, E. (2011), in Nicolas De Damas, *Histoires, Recueil de coutumes, Vie d'Auguste, Autobiographie. Textes traduits et commentés par E.P. et Barone, F.P.* Paris.
- Pigon, J. (ed.) (2008), *The Children of Herodotus: Greek and Roman Historiography and Related Genres*. Newcastle.
- Primo, A. (2001), "Valutazioni critiche di Strabone e Posidonio sul dominio di Roma", in Virgilio, B. (ed.) *Studi Ellenistici, 13*, Pisa-Roma, 199-232.
- Roberto, U. (2018), "*Translatio studii et imperii*. Diodoro, Africano e Giovanni Malala sul ruolo dell'Egitto nella storia universale", in Cresci, L.R., Gazzano, F. (a cura di), *De Imperiis. L'idea di impero universale e la successione degli imperi nell'antichità*. Roma, 217-262.
- Schepens, G. (1997), "Jacoby's *FGrHist*: Problems, Methods, Prospects", in Most, G.W. (ed.), *Collecting Fragments. Fragmente Sammeln*. Göttingen, 144-172.
- Schepens, G. (1998), "Prolegomena", in Id. (ed.), F. Jacoby, *Die Fragmente der Griechischen Historiker Continued (= FGrHistCont.), Part Four, Biography and Antiquarian Literature: IV A/1 (Biography. The Pre-Hellenistic Period)*, by Bollansée, J., Engels, J., Schepens, G., Theys, E., Leiden-Boston-Köln, VII-XXI.
- Schepens, G. (2000), "Probleme der Fragmentedition", in Reitz, C. (ed.), *Vom Text zum Buch*. St. Katharinen, 1-29.

- Sheridan, B. (2010), “Diodorus’ Reading of Polybius’ Universalism”, in Liddel, P. P., Fear, A. T. (eds.), *Historiae Mundi. Studies in Universal History*. London – New York, 41-55.
- Sisti F., Zambrini (2001), in Arriano, *Anabasi di Alessandro I*. Milano.
- Sisti F., Zambrini (2004), in Arriano, *Anabasi di Alessandro II*. Milano.
- Sordi, M. (1984), “La lettera di Aristotele ad Alessandro e i rapporti tra Greci e Barbari”, *Aevum* 58: 3-12.
- Sordi, M., Urso, G., Dognini, C., (1999), “L’Europa nel mondo greco e romano: ideologia e valori”, *Aevum* 73: 3-19.
- Sordi M. (2003), “Il problema della successione degli imperi tra Pompeo Trogo e Orosio”, in Foraboschi, D., Pizzetti, S. (a cura di), *La successione degli imperi e delle egemonie nelle relazioni internazionali*. Milano, 77-84.
- Swain, S. (1940), “The Theory of the Four Monarchies. Opposition History under the Roman Empire”, *Classical Philology* 35: 1-12.
- Swain, S. (2013), *Themistius, Julian, and Greek Political Theory under Rome*. Cambridge.
- Traina, G. (2018), “L’impero romano nel *Proemio* di Appiano”, in Cresci, L.R., Gazzano, F. (a cura di), *De Imperiis. L’idea di impero universale e la successione degli imperi nell’antichità*. Roma, 191-204.
- Troiani, L. (2003), “Il *Libro di Daniele* e la successione degli imperi”, in Foraboschi, D., Pizzetti, S. (a cura di), *La successione degli imperi e delle egemonie nelle relazioni internazionali*. Milano, 61-72.
- Tully, J. (2014), “Ephorus, Polybius, and τὰ καθόλου γράφειν: Why and How to Read Ephorus and his Role in Greek Historiography without Reference to ‘Universal History’”, in Parmeggiani, G. (ed.), *Between Thucydides and Polybius: The Golden Age of Greek Historiography*. Washington D.C., 153-175.
- Tuplin, Ch. (2014), “The Sick Man of Asia”, in Parmeggiani, G. (ed.), *Between Thucydides and Polybius: The Golden Age of Greek Historiography*. Washington D.C., 211-238.
- Vannicelli, P. (2001), “Herodotus’ Egypt and the foundations of universal history”, in Luraghi, N. (ed.) *The Historian’s Craft in the Age of Herodotus*, 211–240.
- Vattuone, R. (1998), “Le dimensioni “universali” della storiografia greca fra Erodoto e Teopompo”, In Aigner-Foresti, L. (ed.) *L’ecumenismo politico nella coscienza dell’Occidente (Bergamo, 18–21 settembre 1995)*. Roma, 57–96.
- Walbank, F. W. (1957), *A Historical Commentary on Polybius, I*. Oxford.
- Walbank, F. W. (2002), *Polybius, Rome and the Hellenistic World. Essays and*

L'idea della *translatio imperii* nella storiografia ellenistica e romana: un modello interpretativo fra storia e propaganda politica

Reflections. Cambridge.

Wickersham, J. (1994), *Hegemony and the Greek Historians*. Lanham, Maryland.

Woolf, G., (2001), "Inventing Empire in Ancient Rome", in Alcock, S. E., D'Altroy, T. N., Morrison, K. D., Sinopoli, C. M. (eds.), *Empires, Perspectives from Archaeology and History*. Cambridge, 311-322.

Woolf, G. (2014), *Roma. Storia di un impero*. Ed. italiana a cura di Traina, G., traduzione di De Siena, A. Torino.

ZecchiniE, G. (1988), "Una nuova testimonianza sulla *translatio imperii* (Aristosseno, *Vita di Archita*, fr. 50 Wehrli)" *Klio* 70: 362-371.

APPENDICE

LISTE

A. Gli Imperi

- Erodoto (I 95; 106-107; 130; 177-8; cfr. I 7; 53; 184): Assiri – Medi – (Lidi – Babilonesi) – Persiani
- Ctesia (F 1 b, F1p δ, F 5, F 8 Lenfant): Assiri – Medi – (Lidi) – Persiani
- Aristotele (?) (*Lettera ad Alessandro sulla politica verso le città*, 3,4): Assiri – Medi – Persiani – (Alessandro)
- Aristotele (*Politica* 1284b): Babilonesi (= Assiri) – Medi – Persiani
- Aristosseno (F 50 Wehrli = Athen. *Deipn.* XII 545a-546b): Assiri – Medi – Lidi – Persiani
- Aristosseno (F 50 Wehrli = Athen. *Deipn.* XII 545a-546b): Assiri – Medi – Persiani
- Demetrio Falereo (F 81 Wehrli = Polyb. XXIX 21; cf. Diod. XXXI 10): Persiani – Macedoni (sulla caduta degli Imperi)
- Polibio (XXIX 21): Persiani – Macedoni – Romani
- Emilio/Mamilio Sura, *De annis populi Romani* (= Velleio Patercolo, I 6,6): Assiri – Medi – Persiani – Macedoni – Romani
- Diodoro (II 32, 1-3; XXXI, 14; XXXII f. 2): Assiri – Medi – Persiani – Macedoni – Romani
- Nicola di Damasco (e.g. F 22, F 66 Parmentier): Assiri – Medi – (Lidi) – Persiani
- Alessandro Poliistore, *FGrHist* 273 F 81: Assiri – Medi – Persiani – Macedoni – Parti
- Strabone (XI 13,5): Assiri – Medi – Persiani – Macedoni (Seleucidi) – Parti
- Strabone (XV 23,2): Assiri – Medi – Lidi – Persiani
- Velleio Patercolo (I 6,1) Assiri – Medi
- Pompeo Trogo *Prologus libri I*; (Giustino, *Epitome delle Storie Filippiche* di Pompeo Trogo, X 3,7; XII 7,4; XXX, 4,16; XL 2,5; XLI, 1,1): Assiri – Medi – Persiani – Macedoni – Romani/Parti
- Agatarchide di Cnido (*Sul Mar Rosso*, F 17 Müller): Assiri – Medi – Persiani – Macedoni
- Tacito (*Hist.* V 8): Assiri – Medi – Persiani – Macedoni – (Romani/Parti)
- Appiano (VIII [*Punica*] 132): Assiri – Medi – Persiani – Macedoni – Romani
- Arriano (*Anab. Alex.* II 6,7): Assiri – Medi – Persiani – Macedoni
- Eusebio (*Chronicon*, pp. 98-106 Aucher): Assiri – Medi – Lidi – Persiani

L'idea della *translatio imperii* nella storiografia ellenistica e romana: un modello interpretativo fra storia e propaganda politica

Agazia (*Storie*, II 25, 4-9): Assiri – Medi – Persiani – Macedoni – Parti

Giovanni Malala (*Chronogr.* pp. 153-156 Dindorf = VI 5-11 pp. 119-122 Thurn: Lidia): Assiri – Lidi – Persiani

B. Le Egemonie greche

Anassimene di Lampsaco / Teopompo (?), *Trikaranos* (*FGrHist* 72 T 6 = *FGrHist* 115 T 10 = Paus. VI 18,5; cfr. Aristid. *or.* XXVI 50-51): Atene – Sparta – Tebe

Eforo (*FGrHist* 70 F 118 = Strabo VIII 5, 5): Sparta – Tebe – Macedonia

Polibio (XXXVIII 2): Atene – Sparta – Tebe – Macedonia

Rhetorica ad Herennium (IV 32): Atene – Sparta – Tebe – Macedonia

Strabone (VIII 5,5): Atene – Sparta – Tebe – Macedonia – Roma

[Pausania (VI 18,2): Atene – Sparta – Tebe (*Trikaranos*)]

C. Doppie liste (Imperi / Egemonie)

Dionigi di Alicarnasso (*Ant. rom.* I 2, 2): Assiri – Medi – Persiani – Macedoni – Romani (I)

Dionigi di Alicarnasso (*Ant. rom.* I 2, 3): Atene – Sparta – Tebe – Roma(E)

Appiano (*Praef.* 8): Atene – Sparta – Tebe – Macedonia (Filippo) – Roma (E)

Appiano (*Praef.* 9): Assiri – Medi – Persiani – Macedoni (Alessandro) – Romani (I)

Elio Aristide (*A Roma*, 15-23, 24-27): Persiani – Macedoni (Alessandro/Diadochi) – Romani (I)

Elio Aristide (*A Roma*, 91 e *Panatenaico*, 335): Assiri – Medi – Persiani – Macedoni – Romani (I)

Elio Aristide (*A Roma*, 40-57): Atene – Sparta – Tebe – Roma (E)

Claudiano (*De consulatu Stilichonis*, III 160-166): Atene – Sparta – Tebe – Roma (E)

Claudiano (*De consulatu Stilichonis*, III 162-167): Assiri – Persiani – Macedoni – Romani (I)

D. La lista di Polibio

Polibio (I 2,1): Persiani – Sparta – Macedoni – Roma

E. La lista di Ampelio

Ampelio (*Liber memorialis*, X): Assiri – Medi – Persiani – Sparta – Atene – Macedoni – Romani

**NEM BÁRBAROS E NEM HELENOS: OS MACEDÔNIOS DO SEC. IV
A.C. COMO TERCEIRA CATEGORIA EM PLUTARCO¹**
(Neither Barbarians nor Hellenes: the Macedonians of the 4th century BC as
a third category in Plutarch)

RAINER GUGGENBERGER

Universidade Federal do Rio de Janeiro
(rainer@letras.ufrj.br; ORCID: 0000-0003-0543-2606)

RESUMO: O texto estuda a categorização dos macedônios no século IV a.C. tendo como fonte principal a biografia de Alexandre Magno escrita por Plutarco. O próprio Alexandre se esforçou para dar aos helenos – e, em parte, também aos bárbaros – a possibilidade de se identificarem, até certo grau, consigo próprio e de identificar a si próprio com eles. No contexto da identificação dos helenos enquanto helenos e dos macedônios enquanto macedônios, analisa-se a importância da língua, da religião, da cultura, da etnicidade, da região geográfica e da história e mitologia, com a intenção de destacar traços comuns e traços distintos entre helenos e macedônios. Embora os macedônios não estivessem presentes na mitologia helênica, a casa real macedônica aproximava-se constantemente dessa mitologia. Os macedônios, assim como os helenos, tinham a tendência de menosprezar aqueles que eram considerados bárbaros pelos helenos. Como resultado, é preciso operar, no discurso acadêmico da História e Literatura Antiga, com uma terceira categoria à qual pertencem vários povos que até então eram incluídos, erroneamente, por uma parte dos pesquisadores modernos, na categoria “helenos”, e por outra parte, na categoria “bárbaros”, tendo sido esses considerados, na verdade, pelos próprios helenos nem bárbaros e nem helenos.

PALAVRAS-CHAVE: Plutarco, Vida de Alexandre, Macedônios, Bárbaros, Hellenos.

ABSTRACT: The text deals with the categorization of the Macedonians in the 4th century BC, using as main source the biography of Alexander the Great, as it was written by Plutarch. Alexander himself has been keen on giving to Hellenes – and, partly, also to Barbarians – the possibility to identify themselves, to a certain degree, with himself and to identify himself with them. In the context of the identification of the Hellenes as Hellenes and of the Macedonians as Macedonians the treatise will analyze the importance of language, religion, culture, ethnicity, geographic region and history and mythology, with the intent to highlight the traits which are common and those which are different for Hellenes at one hand and for Macedonians at the other. Macedonians, as well as Hellenes, tended to despise those who were considered Barbarians by the Hellenes. The obtained results show that it is necessary to operate within the academic discourse of Ancient History and Literature with a third category, to which various Ancient peoples belong, which, so far, by some modern scholars were

¹ Agradecemos à Bárbara da Costa e Silva pela correção minuciosa dos erros gramaticais e por ter aprimorado estilisticamente este trabalho.

wrongly included in the category "Hellenes" or in the category "Barbarians", whereas they were considered by the Hellenes themselves neither as Barbarians nor as Hellenes.
KEYWORDS: Plutarch, Life of Alexander, Macedonians, Barbarians, Hellenes.

Rainer Guggenberger is Professor of Greek Language and Literature at the Federal University of Rio de Janeiro, and studied Philosophy (esp. Ancient Philosophy and Philosophy of Language), Italian (esp. 15th Century Humanism) and Classics (esp. Homer, Lyric Poetry, Pre-Socratics, Plato and Aristotle). His current research is about the reception of Homer and Tragedies in the works of Plato, Xenophon, and Aristotle, and also on the construction of identities in Plutarch.

INTRODUÇÃO

Este trabalho pode ser visto como o primeiro passo de uma série de investigações que se ocupam 1) com a opinião dos macedônios sobre helenos e bárbaros e, 2) com a opinião dos helenos e bárbaros sobre os macedônios. A *materia prima* é a biografia de Alexandre Magno, escrita por Plutarco no primeiro século d. C. Futuras investigações, que deverão seguir a mesma direção que a atual, deverão ocupar com outras fontes biográficas e historiográficas da Antiguidade que abordem os macedônios e os seus grandes protagonistas: Filipe, Alexandre e os seus sucessores (os chamados diádocos). Tais outras fontes são sobretudo os textos de Diodoro Sículo, Cúrcio Rufo, Arriano e Marco Juniano Justino.²

Lendo Plutarco, é nítido que a maior parte dos helenos não considerava os macedônios como helenos.³ A análise detalhada da biografia de Alexandre tentará fornecer respostas a perguntas como: por que os macedônios não são considerados helenos?; os macedônios se consideraram helenos?; em qual aspecto, de qual maneira e qual é o porquê da aproximação com os helenos? Antecipando parte das respostas podemos constatar que os protagonistas macedônicos, sobretudo Alexandre, merecem a nossa dedicação especial, pois eles se comportam, em várias ocasiões, diferente dos demais macedônios, que não ambicionam ser vistos como helenos e até parecem se preocupar pouco com a opinião dos helenos e bárbaros. Já Alexandre – pelo menos na representação textual de Plutarco – se esforça para dar aos helenos – e, em partes, também aos bárbaros – a possibilidade de se identificarem, até certo grau, com ele próprio e de identificar ele próprio a eles.

² Fernández Nieto os chama de historiógrafos de segunda geração (2009: 35-36), em contraste com os historiógrafos de Alexandre Magno da primeira geração (Calístenes, Nearco de Creta, Aristóbulo de Cassandreia, Ptolemeu, Cares de Mitilene, Mársias de Pela, Efipo de Olinto, e outros).

³ O trabalho não abordará os passos históricos do período 1200 a 600 a.C. que conduziram à identificação de certos grupos e povos como helenos.

Neste contexto da identificação dos helenos enquanto helenos e dos macedônios enquanto macedônios, analisar-se-á a importância da língua, da religião, da cultura, da etnicidade, da região geográfica, e da história e mitologia,⁴ com a intenção de destacar traços comuns e traços distintos entre helenos e macedônios.

No primeiro momento, pretende-se comprovar que os macedônios não eram considerados helenos por Plutarco. Por fins heurísticos ignorar-se-á o fato de que os textos de Plutarco nem sempre refletem⁵ a autêntica opinião dos contemporâneos de Alexandre: nem a dos helenos sobre os macedônios e nem a dos macedônios e de Alexandre sobre os helenos.⁶ Essa ignorância somente se dissolveria no decorrer de futuras investigações acerca do mesmo tópico, analisando detalhadamente os textos dos demais autores que escreveram sobre os Macedônios e sobre Alexandre. Por isso, no momento, pouco importa também se as distorções dos fatos se devem a Plutarco ou as suas fontes – sobretudo Aristóbulo e Ptolemeu⁷. Tampouco será tomado em conta como Plutarco se definiu, ou seja, o fato que ele não se via como historiador⁸ (pelo menos não no sentido corrente dessa denominação nos cinco séculos a.C.):

⁴ “Herodotus’ definition of ‘to Hellenikon’ at 8.144.2 is a key passage in any discussion about Macedonians and Greeks. According to him, these were the main criteria on which ancient Greeks based their general ideas of Hellenic identity or Hellenicity: ‘to be of the same blood’ (to have common ancestors), to use the same Greek language, to share certain religious traditions at common sanctuaries and with common sacrifices, and to practise similar customs.” (Engels 2010: 81)

⁵ O próprio Plutarco usa a metáfora do espelho na introdução à *Vida de Timoleonte*: “A mim aconteceu consagrar-me à redação de vidas devido a outras pessoas, mas persisti e permaneci nesse domínio por minha própria causa, tentando, com a história, de um modo ou de outro, organizar e conformar minha vida às virtudes daqueles, como se olhando num espelho [ἐν ἐσόπτρῳ]. Pois, o que se passa parece ser nada mais que uma coexistência e simbiose, quando, como que recebendo e acolhendo cada um deles, de cada vez, como hóspede, através da história, consideramos ‘quanto era grande e capaz’, tomando de suas ações o que é mais forte e mais belo para conhecer-se.” (Plut. *Vida de Timoleonte*, 1-2; Tradução de Lins Brandão em Hartog 2001: 175) [ἐμοὶ τῆς τῶν βίων ἄψασθαι μὲν γραφῆς συνέβη δι’ ἑτέρους, ἐπιμένειν δὲ καὶ φιλοχωρεῖν ἤδη καὶ δι’ ἑμαυτόν, ὥσπερ ἐν ἐσόπτρῳ τῇ ἱστορίᾳ πειρώμενον ἀμῶς γέ πως κοσμεῖν καὶ ἀφομοιοῦν πρὸς τὰς ἐκείνων ἀρετὰς τὸν βίον. οὐδὲν γὰρ ἄλλ’ ἢ συνδιαιτήσει καὶ συμβιώσει τὸ γινόμενον ἕοικεν, ὅταν ὥσπερ ἐπιξενούμενον ἕκαστον αὐτῶν ἐν μέρει διὰ τῆς ἱστορίας ὑποδεχόμενοι καὶ παραλαμβάνοντες ἀναθεωρῶμεν ‘ὅσος ἦν οἶός τε’, τὰ κυριώτατα καὶ κάλλιστα πρὸς γνῶσιν ἀπὸ τῶν πράξεων λαμβάνοντες.] E a metáfora do espelho encontra-se também na *Glória dos Atenenses* (*Moralia* 345 F).

⁶ “With regard to literary sources, most indigenous ancient Macedonian historical, geographical and mythological works have not been preserved except for a few testimonies and fragments. Thus we have to rely almost completely on Greek authors (or even on later Roman ones) who wrote on Macedonia and Macedonian history. Most of these sources, however, are biased and (in the Classical and early Hellenistic periods) many are dominated by an Athenian perspective.” (Engels 2010: 82)

⁷ Fernández Nieto 2009: 36. E, mais detalhado, Guggenberger 2016: 135-136, rodapé 12.

⁸ Veja Guggenberger 2016: 134, rodapé 10, e para uma abordagem mais ampla da temática da historiografia e biografia na época greco-romana De Magalhães 2009.

ἄς γοῦν Θουκυδίδης ἐξήνεγκε πράξεις καὶ Φίλιστος, ἐπεὶ παρελθεῖν οὐκ ἔστι, μάλιστά γε δὴ τὸν τρόπον καὶ τὴν διάθεσιν τοῦ ἀνδρὸς ... ἐπιδραμῶν βραχέως καὶ διὰ τῶν ἀναγκαίων, ἵνα μὴ παντάπασιν ἀμελῆς δοκῶ καὶ ἀργὸς εἶναι, τὰ διαφεύγοντα τοὺς πολλούς, ὑφ' ἐτέρων δ' εἰρημένα σποράδην ἢ πρὸς ἀναθήμασιν ἢ ψηφίσμασιν εὐρημένα παλαιοῖς πεπεύραμαί συναγαγεῖν, οὐ τὴν ἄχρηστον ἀθροίζων ἱστορίαν, ἀλλὰ τὴν πρὸς κατανόησιν ἤθους καὶ τρόπου παραδιδούς.

Não me seria possível silenciar sobre fatos relatados por Tucídides e Filisto, pois tais fatos destacam o caráter de meu personagem [Nícias], suas disposições íntimas... Indiquei-os ligeiramente, atendo-me às coisas essenciais, para não ser acusado de omisso em minha tarefa. Mas o que me esforcei principalmente por reunir foram os aspectos geralmente ignorados; desinteressando-me de amontoar coisas que nada dizem, procurei recolher o que é adequado a fazer conhecer os hábitos e a natureza da alma” (capítulo I da *Vida de Nícias*; apud PLUTARCO 1965, s.p.⁹)

e na introdução da *Vida de Alexandre*:

οὔτε γὰρ ἱστορίας γράφομεν, ἀλλὰ βίους, οὔτε ταῖς ἐπιφανεστάταις πράξεσι πάντως ἔνεστι δῆλωσις ἀρετῆς ἢ κακίας, ἀλλὰ πρᾶγμα βραχὺ πολλάκις καὶ ῥῆμα καὶ παιδιὰ τις ἔμφασιν ἤθους ἐποίησε μᾶλλον ἢ μάχαι μυριόνεκροι καὶ παρατάξεις αἱ μέγισται καὶ πολιορκίαί πόλεων, ὥσπερ οὖν οἱ ζωγράφοι τὰς ὁμοιότητας ἀπὸ τοῦ προσώπου καὶ τῶν περὶ τὴν ὄψιν εἰδῶν, οἷς ἐμφαίνεται τὸ ἦθος, ἀναλαμβάνουσιν, ἐλάχιστα τῶν λοιπῶν μερῶν φροντίζοντες, οὕτως ἡμῖν δοτέον εἰς τὰ τῆς ψυχῆς σημεῖα μᾶλλον ἐνδύεσθαι καὶ διὰ τούτων εἰδοποιεῖν τὸν ἐκάστου βίον, ἐάσαντας ἐτέροις τὰ μεγέθη καὶ τοὺς ἀγῶνας.

não escrevemos histórias, mas vidas – e não é nas ações mais célebres, em absoluto, que está a demonstração da virtude ou do vício, mas, muitas vezes, um breve feito, uma palavra, uma brincadeira dão ênfase ao caráter mais que os combates mortais, as maiores batalhas e os assédios de cidades. Portanto, como os pintores salientam as semelhanças a partir do rosto e das formas visíveis em que se manifesta o caráter, preocupando-se menos com as outras partes, assim também deve-se permitir-nos penetrar antes nos sinais da alma e, através disso, desenhar a vida de cada um, deixando a outros as grandezas e os combates.¹⁰ (*Vida de Alexandre* 1-3)¹¹

⁹ Tradução (demasiado livre) do prefácio, segunda página não numerada de “O homem das 50 ‘Vidas’”, de Mário da Gama Kury.

¹⁰ Uma análise das intenções do estilo biográfico encontra-se em Bosman 2011, sobretudo na página 93.

¹¹ Tradução de Lins Brandão em Hartog 2001: 175.

OS MACEDÔNIOS COMO PODER DE FORA DA HÉLADE CLÁSSICA¹²

Segue-se uma análise textual que visa a comprovar que Plutarco não considerava os macedônios helenos, partindo das evidências textuais, encontráveis na *Vida de Alexandre*, que falem explícita ou implicitamente sobre a identificação de helenos como helenos e de macedônios como macedônios. Vale a pena destacar a inexistência de passagens que falem dos macedônios enquanto helenos.

Alexandre “[i]nterveio pessoalmente na batalha” que Filipe travou “contra os Gregos em Queroneia”¹³ (9. 2; *Alex.* p. 28) [ἐν δὲ Χαιρωνείᾳ τῆς πρὸς τοὺς Ἑλληνας μάχης παρῶν μετέσχε].¹⁴ Plutarco fala, portanto, sobre uma disputa entre helenos e macedônios. Isso significa que o heleno Plutarco não via os macedônios como helenos. Filipe perguntou a Demarato, o Coríntio, “se os Gregos viviam em harmonia na sua vida privada. ‘Na verdade, Filipe – respondeu-lhe Demarato – és tu que te preocupas com a Grécia” (9. 6; *Alex.* p. 29) [ἐπερωτῶντος τοῦ Φιλίππου πῶς ἔχουσιν ὁμονοίας πρὸς ἀλλήλους οἱ Ἕλληνες, ‘πάνυ γοῦν, ἔφη, ‘σοι προσήκει, Φίλιππε, κήδεσθαι τῆς Ἑλλάδος’]. Filipe, portanto, informou-se sobre os helenos. Isso mostra que os macedônios não se viam como helenos. Os médicos helenos temiam “o ressentimento dos Macedônios” (19. 2; *Alex.* p. 42) [τὴν ἐκ τοῦ σφαλῆναι διαβολὴν πρὸς τοὺς Μακεδόνας], caso eles não conseguissem curar Alexandre. Mas um médico heleno, Filipe, o Acarnânio, socorreu Alexandre com sucesso. (19. 2-5; *Alex.* p. 42-43) Os Macedônios se preocupam com Alexandre (19. 5; *Alex.* p. 43) e nunca com os helenos. O rei persa, Dario, chama os macedônios de macedônios e não de helenos. (30. 4; *Alex.* p. 59) Talvez os bárbaros fizessem uma distinção entre macedônios e helenos; ou, então, tratasse somente de um reflexo literário da atitude de Plutarco (e eventualmente de outros helenos) para com os macedônios.

O indiano Calano “saudou os Macedônios” (69. 3; *Alex.* p. 107) [ἔδεξιούτο τοὺς παρόντας τῶν Μακεδόνων] e não os helenos. É possível que os indianos do último terço do século IV a.C. consideraram e chamaram quase todos aqueles

¹² Uma análise textual da *Vida de Alexandre* evidencia que, pelo menos ao ver de Plutarco, não é só a Macedônia que não fez parte da Hélade clássica, mas que também a Trácia era vista como uma região não helênica. Parece, portanto, que as regiões mais nortes que eram reconhecidas por todos helenos indubitavelmente como fazendo parte da Hélade eram o sul de Epiro (somente até a altura de Ambrácia) e a Tessália.

¹³ O número arábico, seguido por outro número arábico, refere-se à capitulação e à paragrafação comuns do texto grego. “*Alex.* p.” refere-se à paginação da tradução portuguesa comumente usada. As traduções da *Vida de Alexandre* são de Hélio Vega, que são até hoje as mais acessíveis e divulgadas no Brasil. Colocamos partes do texto grego em parênteses ao lado da respectiva tradução quando julgarmos importante. A acentuação em português foi adaptada para as normas atuais. Preferimos “helenos” em passagens nas quais Hélio traduz como “gregos”. Em algumas passagens, tivemos que corrigir e comentar a tradução de Vega: por exemplo *Alex.* p. 33 (12. 3), *Alex.* p. 60 (31. 1) e *Alex.* p. 64 (33. 1).

¹⁴ Sobre a relação entre Filipe e Alexandre veja Burke 1983.

membros do exército de Alexandre, que se destacaram dos integrantes persas em aparência, de macedônios, uma vez que a maioria das partes do exército¹⁵ e o próprio Alexandre eram de fato macedônios e falavam provavelmente – enquanto estavam entre si, quer dizer sem os contingentes helenos por perto – em dialeto macedônico^{16, 17}.

“Os Gregos estavam reunidos no istmo e haviam resolvido, com um decreto, que se agregariam a Alexandre, na guerra contra os Persas” (14. 1; *Alex.* p. 34) [εἰς δὲ τὸν Ἴσθμὸν τῶν Ἑλλήνων συλλεγέντων καὶ ψηφισαμένων ἐπὶ Πέρσας μετ’ Ἀλεξάνδρου στρατεύειν]. A oposição conceitual refletiu-se também no comportamento de Alexandre: “Em geral, Alexandre era muito altivo com os bárbaros, e mostrava-se, na presença deles, persuadido de sua origem divina: com os gregos, era mais reservado, e não se deificava senão com certa moderação” (28. 1; *Alex.* p. 56) [καθόλου δὲ πρὸς μὲν τοὺς βαρβάρους σοβαρὸς ἦν καὶ σφόδρα πεπεισμένῳ περὶ τῆς ἐκ θεοῦ γενέσεως καὶ τεκνώσεως ὅμοιος, τοῖς δὲ Ἑλλήσι μετρίως καὶ ὑποφειδομένως ἑαυτὸν ἐξεθείαζε]. Os persas “mais bravos e os mais apegados ao rei [...] agarravam-se aos Macedônios e aos pés dos cavalos.” (33. 4; *Alex.* p. 65) [οἱ δὲ ἄριστοι καὶ γενναιότατοι πρὸ τοῦ βασιλέως ... ἐμπλεκόμενοι καὶ περισπαίροντες αὐτοῖς καὶ ἵπποις.] Alexandre, virando-se para Genódoco de Cárdia e Artêmio de Colofônia, exclama: “Não vos parece que os Gregos estão, entre os Macedônios, como se fossem semideuses na presença de animais selvagens?” (51. 2; *Alex.* p. 86) [‘οὐ δοκοῦσιν ... ὑμῖν οἱ Ἕλληνες ἐν τοῖς Μακεδόσιν ὥσπερ ἐν θηρίοις ἡμίθεοι περιπατεῖν;] Alexandre se direciona aqui a um habitante de uma colônia milesia da Trácia e a um habitante de uma colônia jônica (com uma possível pré-história micênica) da Ásia Menor, que, se não vistos como helenos plenos, pertenciam talvez a uma terceira categoria¹⁸, a de não helenos e não bárbaros, como os macedônios.

Alexandre, irritado, exprime a convicção de que os helenos são superiores aos macedônios. Há, porém, aspectos, nos quais Alexandre considera os macedônios, em outras passagens, superiores aos helenos: por exemplo no

¹⁵ “The hoplite unit of 700 heavily armed armoured soldiers belonging to the Corinthian Alliance, which Alexander took with him, remained in the shadows during Alexander’s entire campaign. Alexander took these soldiers not as fighters but more as hostages and guarantors of peace in Elada and for non-combat duties like securing roads” (Skokljjev-Donco/Nikolovski-Katin/Stefov 2010: 91).

¹⁶ Sobre a questão da língua do exército de Alexandre e dos macedônios veja mais adiante.

¹⁷ Um fenômeno análogo já existiu por parte das persas que chamaram todos os helenos de *yawanna*, derivado de Ἴωνες < Ἰάονες, devido ao fato que os primeiros contatos importantes com os helenos se deram com os Iônios do Leste (Ásia Menor e ilhas ao lado da Ásia Menor). Por consequência, os persas acharam que todos que falaram grego eram – ou pelo menos podiam ser chamados de – Iônios. As passagens analisadas indicam que os persas não chamaram os macedônios de *yawanna* mas de macedônios, destacando o seu pertencimento a uma categoria ou grupo diferente daqueles dos helenos.

¹⁸ Sobre o conceito da terceira categoria veja mais adiante.

âmbito militar. Esse ocorrido distanciamento do próprio grupo, ou seja, dos macedônios, do qual Alexandre fazia parte, deve ser visto mais como ato de cólera ou como uma tentativa retórica (exortativa¹⁹) para (re)motivar o exército.

Calístenes “[m]ostrou que as divisões entre os Gregos haviam sido a única causa do engrandecimento e do poder de Filipe” (53. 4; *Alex.* p. 89) [τὴν Ἑλληνικὴν στάσιν αἰτίαν ἀποφάναντα τῆς γενομένης περὶ Φίλιππον αὐξήσεως καὶ δυνάμεως]. Os Macedônios, portanto, não são helenos e conseguiram vencê-los somente em virtude da discordância entre eles, segundo o filósofo e principal historiador da campanha de Alexandre, Calístenes. A coragem de Calístenes “em dizer publicamente aquilo que, no segredo das consciências, provocava a indignação dos Macedônios mais idosos e mais honestos, pouparam uma grande humilhação aos Gregos e uma vergonha ainda maior a Alexandre, fazendo-o renunciar a homenagens de tal espécie” (54. 2; *Alex.* p. 90) [ἐν φανερῷ διελθὼν ἃ κρύφα πάντες οἱ βέλτιστοι καὶ πρεσβύτατοι τῶν Μακεδόνων ἠγανάκτουν, τοὺς μὲν Ἑλλήνας αἰσχύνῃς ἀπῆλλαξε μεγάλης, καὶ μείζονος Ἀλέξανδρον, ἀποτρέψας τὴν προσκύνῃσιν]. Plutarco, aqui, sendo heleno, assume a perspectiva dos helenos a respeito das intenções de Alexandre, de se deixar venerar, não somente pelos persas, mas também pelos helenos e macedônios como se fosse um deus-rei persa. Na maioria das vezes, quando Plutarco conta histórias do exército, ele fala de macedônios e não de helenos. É óbvia a existência de uma distinção, mais ou menos clara, entre macedônios e helenos para Plutarco. Porém, não pode ser descartada a possibilidade de ele utilizar “helenos” mesmo quando os atuantes de uma certa ação não são helenos e sim, neste caso, macedônios: por exemplo quando “os Gregos apelidavam-no [o indiano Stines; R.G.] Calano.” (65. 3; *Alex.* p. 103) [Καλανὸς ὑπὸ τῶν Ἑλλήνων ὠνομάσθη.] Resta saber se somente os integrantes helênicos do exército apelidaram-no dessa maneira.²⁰

Em algumas ocasiões, Plutarco descreve tratamentos especiais dos macedônios por parte de Alexandre, que, por exemplo, “pagou todas as dívidas dos Macedônios²¹” (70. 2; *Alex.* p. 108) [ὑπὲρ τῶν ὀφειλόντων αὐτὸς διαλύσας]. Por outro lado, o próprio Alexandre tinha uma dívida com os macedônios, pois sua glória é devida a eles. Eles, por sua vez, lembrando-se disso, o criticaram: “Serviu-se de nós para tudo o que quis, e agora nos repele ignominiosamente [...] Que despeça então a todos e olhe para todos os Macedônios como inúteis à sua glória²²” (71. 2; *Alex.* p. 109) [ἀνθρώποις ἀποχρησάμενον εἰς ἅπαντα νῦν

¹⁹ Do tipo dos discursos de *veikos*, encontrados na *Ilíada*, quando um herói repreende outro com duras palavras (inicialmente), para depois de uma reação positiva do criticado seguir em frente com palavras (mais) conciliadoras.

²⁰ Além disso, é possível que Plutarco, ao falar dos macedônios, incluiu às vezes membros de vez em quando incluiu membros de outros povos integrantes do exército de Alexandre.

²¹ No texto grego não consta a palavra “macedônios”, mas o contexto justifica tal tradução.

²² No texto grego não constam as palavras “à sua glória”.

ἀποτίθεσθαι σὺν αἰσχύνη ... πάντας οὖν ἐκέλευον ἀφιέναι καὶ πάντας ἀχρήστους νομίζειν Μακεδόνας]. É clara uma ligação emocional mais estreita entre Alexandre e os macedônios (e vice-versa) que com os helenos: “os Macedônios, que o julgavam morto, foram até às portas do paço, levantando grandes gritos, e obrigaram com ameaças seus companheiros da guarda a permitir-lhes a entrada” (76. 4; *Alex.* p. 114) [τοῖς Μακεδόσιν ἔδοξε τεθνάναι, καὶ κατεβῶν ἐλθόντες ἐπὶ τὰς θύρας, καὶ διηπειλοῦντο τοῖς ἐταίροις ἕως ἐβιάσαντο καὶ τῶν θυρῶν αὐτοῖς ἀνοιχθεισῶν]. Isso mostra que a guarda de Alexandre era constituída em boa parte por macedônios. Também depois da morte de Alexandre, a Hélade e a Macedônia continuaram a ser duas coisas diferentes. Cassandro, por exemplo, era considerado “rei da Macedônia, e senhor da Grécia”²³ (74. 4; *Alex.* p. 113).

Tendo em vistas o fechamento dessa seção do estudo, vale ressaltar os tebanos, que parecem que parecem serem tratados de forma especial, sempre positiva, por Plutarco; talvez por causa do seu patriotismo local, uma vez que ele mesmo foi de Queroneia, e Tebas pertencia à mesma região, à Beócia. Os tebanos, segundo Plutarco, convidaram os outros helenos “que quisessem concorrer para a libertação da Grécia a se enfileirarem entre eles” (11. 4; *Alex.* p. 32) [τοὺς τὴν Ἑλλάδα βουλομένους συνελυθεροῦν τάττεσθαι μετ’ αὐτῶν]. A intenção era, portanto, libertar a Hélade do domínio macedônico, que, obviamente, veio de fora da Hélade. Plutarco destaca as virtudes dos tebanos, mais do que as dos outros helenos:

ἠγωνίσθη μὲν οὖν ὑπὲρ δύναμιν ἀρετῆ καὶ προθυμίας παρὰ τῶν Θηβαίων πολλαπλασίοις οὐσι τοῖς πολεμίοις ἀντιταχθέντων ἐπεὶ δὲ καὶ τὴν Καδμείαν ἀφέντες οἱ φρουροὶ τῶν Μακεδόνων ἐπέπιπτον αὐτοῖς ἐξόπισθεν

Os soldados tebanos defenderam-se com coragem e ardor superiores a suas forças, pois o inimigo era infinitamente mais numeroso; a vitória, porém, só se tornou decisiva no momento em que as tropas macedônias que ocupavam a Cadméia atacaram os Tebanos pela retaguarda (11. 5; *Alex.* p. 32).

Em seguida Alexandre deixou destruir Tebas.²⁴ Ele “acreditou que esse exemplo de rigor produziria espanto e pavor entre os outros povos da Grécia e os obrigaria ao respeito” (11. 5; *Alex.* p. 32) [τὸ μὲν ὅλον προσδοκήσαντος αὐτοῦ τοὺς Ἕλληνας ἐκπλαγέντας πάθει τηλικούτῳ καὶ πτήξαντας ἀτρεμήσειν]. Os tebanos foram vistos como um dos povos da Hélade, contra os quais os macedônios atacaram, com o objetivo de tirar a liberdade dos helenos.²⁵ Plutarco

²³ Tradução livre do texto grego “Μακεδόνων βασιλεύοντα καὶ κρατοῦντα τῆς Ἑλλάδος”.

²⁴ “O ataque contra Tebas, pelo relevo que tem na narrativa de Plutarco, aparece como um teste decisivo à capacidade de Alexandre e às reacções do seu carácter.” (De Fátima Silva 2012: 5)

²⁵ Aqui não pode ser tematizado se esse ataque dos macedônios contra a Hélade foi sentido pela maioria dos helenos do século IV a.C. como algo mais ou menos igual ao ataque dos persas

conta a história de uma mulher tebana valente, Timocleia, que era irmã de Teageno, que combateu, em vão, pela liberdade dos helenos em Queroneia. Isso demonstra a conexão afetiva entre Tebas e Queroneia e afirma o afeto especial que Plutarco tinha por Tebas. Para ele, até o macedônio Alexandre admirou a virtude e a coragem da cidade.²⁶ Na ótica plutarquiana, ao que parece, tudo que vinha da Trácia era ruim, enquanto tudo que vinha de Tebas era positivo. O próprio biógrafo, portanto, tem predileções e não escreve história de modo neutro, mas sim, até certo grau, de modo tendencioso.

Segundo Plutarco, também os atenienses sentiram pelos tebanos.²⁷ Alexandre

Ἀθηναίοις δὲ διηλλάγη, καίπερ οὐ μετρίως ἐνεγκοῦσι τὸ περὶ Θήβας δυστύχημα· καὶ γὰρ τῆν τῶν μυστηρίων ἑορτὴν ἐν χερσὶν ἔχοντες ὑπὸ πένθους ἀφῆκαν, καὶ τοῖς καταφυγοῦσιν ἐπὶ τὴν πόλιν ἀπάντων μετεδίδοσαν τῶν φιλανθρώπων.

[r]econciliou-se com os Atenienses, apesar da profunda dor que estes demonstram quando souberam da desventura dos tebanos. Haviam eles renunciado, em sinal de luto, a celebrar a festa dos mistérios²⁸ [...] e haviam tratado com infinitas manifestações de humanidade os tebanos que se refugiaram em Atenas. (13. 1; *Alex.* p. 33)

Depois da destruição de Tebas, Alexandre, segundo Plutarco, ainda “manifestava sincero arrependimento ao lembrar-se da desgraça dos tebanos” (13. 2; *Alex.* p. 34) [αὐτὸν ἢ Θηβαίων ἀνιάσαι συμφορὰ] e até

ὄλως δὲ καὶ τὸ περὶ Κλεῖτον ἔργον ἐν οἴνῳ γενόμενον καὶ τὴν πρὸς Ἰνδοῦς τῶν Μακεδόνων ἀποδειλίασιν, ὥσπερ ἀτελῆ τὴν στρατείαν καὶ τὴν δόξαν αὐτοῦ

no século V a. C. Fato é que Filipe e Alexandre logo tentaram mostrar, que havia um inimigo comum (os persas) da Hélade e das regiões ao redor dela. Pelo menos, na perspectiva dos macedônios existiu, portanto, um inimigo da Hélade mais hostil do que eles.

²⁶ “Teageno, aquele que combateu contra Filipe pela liberdade dos Gregos e que foi morto em Queroneia enfrentando o exército tebano [aqui há um erro de tradução: no texto grego nem se encontram as palavras ‘o exército tebano’ – que, aliás, não foi enfrentado por Teageno, mas por Filipe; R.G.]. Alexandre admirou a resposta e o ato por ela praticado, e mandou que a soltasse e aos filhos.” (12. 3; *Alex.* p. 33) [Θεαγένου ἀδελφὴ γεγονέναι, τοῦ παραταξαμένου πρὸς Φίλιππον ὑπὲρ τῆς τῶν Ἑλλήνων ἐλευθερίας καὶ πεσόντος ἐν Χαιρωνείᾳ στρατηγούντος. θαυμάσας οὖν ὁ Ἀλέξανδρος αὐτῆς καὶ τὴν ἀπόκρισιν καὶ τὴν πρᾶξιν, ἐκέλευσεν ἐλευθέραν ἀπιέναι μετὰ τῶν τέκνων.]

²⁷ Talvez isso não seja verdadeiro historicamente – pelo menos não no sentido generalizado de que todos os atenienses sentiam a perda –, uma vez que Tebas travou guerra contra Atenas no decorrer do próprio século IV a.C.

²⁸ Talvez a festa deixou de ser celebrada, não pelo luto pelos tebanos, mas por outros motivos: por exemplo porque os atenienses sabiam que Atenas perderia definitivamente a sua autonomia para os macedônios ou porque Atenas estava em luto pelos mortos atenienses.

προεμένων, εἰς μῆνιν ἀνήγε Διονύσου καὶ νέμεσιν. ἦν δὲ Θηβαίων οὐδεὶς τῶν περιγενομένων ὃς ἐντυχῶν τι καὶ δεηθεὶς ὕστερον οὐ διεπράξατο παρ' αὐτοῦ, ταῦτα μὲν τὰ περὶ Θήβας.

[c]hegou mesmo a atribuir ao ressentimento e à vingança de Baco²⁹ o assassino de Clito, que ele matara em estado de embriaguez, e a covardia dos Macedônios, que se recusaram a segui-lo às Índias, deixando incompletas [...] sua expedição e sua glória. E jamais, a partir dessa época, não houve, entre os sobreviventes, um único tebano que a ele se dirigisse inutilmente para obter algum benefício.³⁰ Isso, no que concerne a Tebas. (13. 3; *Alex.* p. 34)

ATOS BÁRBAROS DE NÃO BÁRBAROS

O adjetivo “bárbaro”, pelo menos, desde a metade do primeiro milênio a. C.³¹ não foi somente usado em contextos nos quais se falou sobre aqueles que não eram helenos. Ele foi também aplicado em seu sentido derivado, figurativo e moderno.³² Apesar de terem cometidos alguns atos bárbaros, os macedônios nunca são chamados de bárbaros na *Vida de Alexandre*. O mesmo vale para os trácios, que parecem pertencer à mesma terceira categoria de não bárbaros e não helenos como os macedônios.³³ Na *Vida de Alexandre* os próprios helenos não

²⁹ Dioniso estava ligado estreitamente à Índia como também a Tebas na época de Alexandre (e já em Eurípidés), segundo Plutarco. Seria interessante saber se os macedônios já antes do século V conectaram Dioniso a esses dois lugares ou se isso foi efeito do contato com Eurípidés. Sobre Eurípidés e os macedônios veja Guggenberger 2016: 137-138, rodapé 21.

³⁰ Esses benefícios em favor de beócios, compatriotas de Plutarco, podem ser um dos motivos pelos quais Plutarco apresentou Alexandre, na maioria dos episódios contados, de modo positivo.

³¹ Em Homero ainda não se encontra esse adjetivo, mas somente uma vez o *compositum* barbarófono que designava alguém cujas expressões linguísticas não eram compreendidas. Homero “nem usa o termo ‘bárbaro’, e isso, ao meu ver, porque, no seu tempo, os helenos ainda não eram conhecidos por um nome só, definido como algo separado do mundo de fora” (Th. 1. 3. 3).

³² O primeiro testemunho disso é um fragmento de Heráclito (DK 22 B 107), no qual consta *κακοὶ μάρτυρες ἀνθρώποισιν ὀφθαλμοὶ καὶ ὤτα βαρβάρους ψυχὰς ἐχόντων* (más testemunhas para homens são olhos e orelhas, se eles tiverem almas bárbaras). “The Greek word *barbaros* refers particularly to any person, language or culture that is not Greek. In fact the etymology of this word is thought to come from the onomatopoeic sound of non-Greek speakers. Here Heraclitus makes a distinction between ‘barbarian souls’ and those that are not barbarian, i.e., those souls that participate in the ‘common’ cultural and linguistic community.” (O’Connell 2006: 35) Para uma discussão mais ampla deste fragmento veja Wilcox 1991. O nosso trabalho refutará essa opinião comum, articulada por O’Connell e os seus precedentes, mostrando que não todos os não helenos eram chamados automaticamente de bárbaros.

³³ Sobre a relatividade e a dependência ocasional e epocal da aplicação do termo “bárbaro”: “Without Greeks there would be no Barbarians, but equally without Barbarians there would be no Greeks. For Thucydides, that is a logical postulate. Yet there was a time, the time of yore, when Greeks, or rather future Greeks, arose out of Barbarian emigrations: first and foremost were the Athenians. For they belonged to the Pelasgian people. And the Pelasgians, Herodotus ‘concluded’, were ‘Barbarian’ and spoke a ‘Barbarian language’: ‘The Athenians, being themselves

cometeram atos perversos,³⁴ mas sim os trácios e – raramente – Alexandre e os macedônios.

Os trácios atacaram Tebas, integrando o exército de Filipe. Nesta ocasião “alguns soldados³⁵ trácios arrasaram a casa de Τι|μοκλεία [...] o próprio comandante, depois de a violar e a desonrar, perguntou-lhe se tinha ouro ou prata escondido” (12. 1; *Alex.* p. 32-33) [Θρᾶκές τινες ἐκκόψαντες οἰκίαν Τιμοκλείας ... ὁ δὲ ἡγεμῶν τῆ γυναικὶ πρὸς βίαν συγγενόμενος καὶ καταισχύνας, ἀνέκρινεν εἷ που χρυσίον ἔχοι κεκρυμμένον ἢ ἀργύριον]. Plutarco etimologiza o verbo “tracizar” (θρησκεύειν) e o associa a ritos bárbaros dos trácios:

ἡ δὲ Ὀλυμπιάς μᾶλλον ἐτέρων ζηλώσασα τὰς κατοχὰς καὶ τοὺς ἐνθουσιασμοὺς ἐξάγουσα βαρβαρικώτερον ὄφεις μεγάλους χειροῆθεις ἐφέιλκετο τοῖς θιάσοις, οἱ πολλάκις ἐκ τοῦ κιττοῦ καὶ τῶν μυστικῶν λίκνων παραναδύομενοι καὶ περιελιττόμενοι τοῖς θύρσοις τῶν γυναικῶν καὶ τοῖς στεφάνοις ἐξέπληττον τοὺς ἄνδρας.

Olimpíada, mais dedicada que as outras a estas mesmas superstições, e cujo fanatismo, ademais, tinha origem num aparato totalmente bárbaro, arrastava, nos coros de danças, serpentes domesticadas, que, deslizando fora da hera e das joias místicas, se enrolavam em torno dos tirsos dessas mulheres, e entrelaçavam-se em suas coroas, provocando o espanto na assistência. (2. 6; *Alex.* p. 20)

Olimpíada, mãe de Alexandre, geralmente é representada negativamente por Plutarco,³⁶ enquanto Filipe, o pai, é retratado de modo muito mais positivo – exceto quando recriminado por atos cometidos sob efeito da bebida – e suas

Pelasgian, changed their language when they were absorbed into the Greek family of nations’ (Hdt. 1 57. 2-3). Hecataeus of Miletus had an even more cut-and-dried view of the situation: the Peloponnese and virtually the whole of Greece had in the past been inhabited by Barbarians. Greekness was thus something that could be acquired, following a period of apprenticeship, at least, in those early periods when the divisions between peoples, spaces and costumes were, so to speak, still in gestation. [...] But these earlier times have seemingly disappeared forever, especially the possibility that Barbarians could transform into Greeks.” (Hartog 2015: 32)

³⁴ Plutarco não atribuiu nessa obra o adjetivo “bárbaro” aos comportamentos dos helenos.

³⁵ Essa palavra não consta no texto grego.

³⁶ “[...] alterações violentas, que, exasperando Alexandre, eram fomentadas pelo caráter arrogante de Olimpíada, mulher de índole ciumenta e vingativa.” (9. 3; *Alex.* p. 28-29) [πολλὰς αἰτίας καὶ μεγάλας διαφορὰς παρεῖχον, ἃς ἡ τῆς Ὀλυμπιάδος χαλεπότης, δυσζήλου καὶ βαρυθύμου γυναικός, ἔτι μείζονας ἐποίει, παροξυνούσης τὸν Ἀλέξανδρον.] “Atribuiu-se a Olimpíada a parte mais importante neste crime [o assassino de Filipe; R.G.]: acusavam-na de ter excitado o moço [o assassino Pausânias; R.G.], já irritado, contra o rei” (10. 4; *Alex.* p. 30) [τὸ μὲν πλείστον εἰς Ὀλυμπιάδα τῆς αἰτίας περιήλθεν, ὡς θυμουμένῳ τῷ νεανίσκῳ προσεγελευσαμένην καὶ παροξύνουσαν]. Alexandre “manifestou sua indignação a Olimpíada, que se satisfizera, durante sua ausência, com uma vingança cruel contra Cleópatra.” (10. 4; *Alex.* p. 31) [τὴν Κλεοπάτραν ἀποδημούντος αὐτοῦ τῆς Ὀλυμπιάδος ὡμῶς μεταχειρισαμένην ἠγανάκτησε.]

ações não são destacadas como bárbaras. Plutarco, mesmo sendo heleno, aceita muito mais os comportamentos do macedônio Filipe do que os de Olímpíada, que é oriunda de Epiro e parte dos epirotas foram eventualmente vistos como helenos.³⁷

A destruição de Tebas por parte de Alexandre, dos macedônios e dos trácios foi considerada uma façanha bárbara por Plutarco, que, por outro lado, reconheceu o esforço de Alexandre para compensá-la, ao dizer que Alexandre opôs “a uma façanha tão atroz e bárbara³⁸ um ato luminoso de bondade” (13. 2; *Alex.* p. 33) [ἐπιεικὲς ἔργον ὠμοτάτῳ καὶ σκυθρωποτάτῳ παραβαλεῖν βουλόμενος]. Esse não foi o único ato bárbaro cometido por Alexandre:

συνηέχθη καὶ τὰ περὶ Κλεῖτον, οὕτῳ μὲν ἀπλῶς πυθόμενοις τῶν κατὰ Φιλώταν ἀγριώτερα λόγῳ μέντοι συντιθέντες ἅμα καὶ τὴν αἰτίαν καὶ τὸν καιρὸν, οὐκ ἀπὸ γνώμης, ἀλλὰ δυστυχία τινὶ ταῦτα εὐρίσκομεν πεπραγμένα τοῦ βασιλέως, ὀργὴν καὶ μέθην πρόφασιν τῷ Κλείτου δαίμονι παρασχόντος.

verificou-se o assassinio de Clito, fato que, à primeira vista, pode parecer mais bárbaro³⁹ do que o da morte de Filotas [também causada por Alexandre; R.G.], mas que, considerado em sua causa e em suas circunstâncias, tem pelo menos a atenuante de não ter sido precedido de premeditação: a cólera e a embriaguez do rei deram causa ao infeliz destino de Clito. (50. 1; *Alex.* p. 84)

Além desses dois, Alexandre matou um terceiro compatriota macedônico: “Menandro, um de seus cortesãos, por ele nomeado comandante de uma fortaleza, não quis aí ficar. Então, o rei matou-o com suas próprias mãos⁴⁰” (57. 2; *Alex.* p. 93) [Μένανδρον τινα τῶν ἑταίρων ἄρχοντα φρουρίου καταστήσας, ὡς οὐκ ἐβούλετο μένειν, ἀπέκτεινε]. Também não se absteve de usar jovens e crianças da própria Macedônia para alcançar objetivos militares: “Sitiou outra fortaleza, em lugar não menos íngreme, e atacou-a comandando os macedônios mais moços” (58. 3; *Alex.* p. 94) [ἐτέρᾳ δὲ ὁμοίως ἀποτόμῳ προσβαλὼν τοὺς νεωτέρους τῶν Μακεδόνων παρώρμα]. Quando certos inimigos retiraram-se,

³⁷ A região do Epiro foi parte integral do mundo mitológico dos helenos. O segundo mais importante dos oráculos, o de Dodona, ficava na região. Mas mesmo assim, a região (pelo menos não toda ela) não era considerada helênica e os epirotas não eram considerados helenos, pelo menos não em todas as épocas da Antiguidade. Eles não podiam, por exemplo, participar dos Jogos Olímpicos. E quando Péricles, em 448 a.C., convidou todos os helenos para participar de um congresso pan-helênico, somente os epirotas até a altura da cidade de Ambrácia foram convidados.

³⁸ No texto grego não consta a palavra “bárbara”, mas σκυθρωποτάτῳ.

³⁹ Essa palavra não consta no texto grego.

⁴⁰ No texto grego consta somente que Alexandre o matou, sem informar como.

πρὸς αὐτοῦς ἀπιόντας ἐν ὁδῷ λαβὼν ἅπαντας ἀπέκτεινε, καὶ τοῦτο τοῖς πολεμικοῖς ἔργοις αὐτοῦ, τὰ ἄλλα νομίμως καὶ βασιλικῶς πολεμήσαντος, ὡσπερ κηλὶς πρόσσεστιν ... οἱ φιλόσοφοι πράγματα παρέσχον αὐτῷ, τοὺς τε προστιθεμένους τῶν βασιλέων κακίζοντες καὶ τοὺς ἐλευθέρους δῆμους ἀπιστάντες. διὸ καὶ τούτων πολλοὺς ἐκρέμασε.

Alexandre surpreendeu-os no caminho, e fê-los passar todos a fio de espada. Essa cilada pérfida aparece como uma mancha na vida militar de Alexandre, que até então fizera a guerra com lealdade e como rei. Os filósofos do país [da Índia; R.G.] [...] lhe criaram [...] dificuldades [...] por isso, ele mandou enforcar grande número desses sábios. (59. 3-4; *Alex.* p. 96)

Por ocasião do luto pelo amigo Heféstio, Alexandre fez os Cosseanos “passar todos a fio de espada, inclusive mulheres e crianças. Esta horrível carnificina foi chamada o sacrifício fúnebre de Hefestion.” (72. 3; *Alex.* p. 110) [κατεστρέφετο, πάντας ἡβηδὸν ἀποσφάπτων· τοῦτο δὲ Ἡφαιστιῶνος ἐναγισμὸς ἐκαλεῖτο.] É interessante notar que, apesar dessas crueldades, às vezes denominadas literalmente de bárbaras, Alexandre e os Macedônios nunca foram chamados de bárbaros. Parece que o fato de cometer atos bárbaros não faz um povo ser bárbaro, se o mesmo já não foi considerado bárbaro por outros motivos.

AVERSÕES E MENOSPREGOS DOS HELENOS E MACEDÔNIOS CONTRA OS BÁRBAROS

Ser considerado bárbaro não significa automaticamente ser inimigo daqueles que não são considerados bárbaros – no caso de Plutarco, os helenos, mas também os macedônios e outros. Porém, há vários momentos nos quais aqueles que não são bárbaros exprimem e demonstram aversões contra os bárbaros.⁴¹

⁴¹ É, porém, importante frisar que os diferentes helenos tinham imagens diferentes dos bárbaros. “Niemand in der griechischen Geschichte hat es nur *einen* Blick in den Orient gegeben. Dafür war Hellas mit seinen hunderten von Poleis und zahlreichen Ethnien politisch und kulturell viel zu heterogen. [...] Der Vielfalt griechischer Zugänge zu Lebensweise und Traditionen der selbst höchst vielfältigen orientalischen Kulturen, die lange Zeit der eher gebende denn nehmende Part in den griechisch-orientalischen Kulturkontakten waren, stehen allerdings, vor allem ab der Zeit der Perserkriege (490-479 v. Chr.), Bilder des Orients gegenüber, die wenig Raum für Differenzierungen und Nuancen lassen. Dem klar bestimmten Eigenen steht das ganz andere, oft genug bedrohliche oder minderwertige Fremde gegenüber.“ (Wiesehöfer 2009: 87) Expressões disso encontram-se também na arte: “Scorn for the Persian enemy finds caricatured expression on a little wine-jar from the sixties of the fifth century. It shows a Greek wearing a chlamys [short cloak], with his erect member in his hand, advancing with long strides upon a Persian archer, who turns his back on him, leaning forwards with his hands framing his face“ (Lissarrague 2002: 118). “The Persian Wars are traditionally seen as a radical juncture between the archaic and classical periods. The military confrontation and the Greek victory created a new world, polarised between Greeks and Barbarians. The ensuing classical period was the time when the Greeks were ‘inventing the barbarian’ and

A cortesã Taís da Ática incentivou a “queimar a casa desse Xerxes que incendiou Atenas” [κωμάσασα τὸν Ξέρξου τοῦ κατακαύσαντος τὰς Ἀθήνας οἶκον] e vangloriou-se pelo fato de que todos diriam “que as mulheres do acampamento de Alexandre vingaram melhor a Grécia dos males que lhe fizeram padecer os Persas, do que todos os generais” (38. 2; Alex. p. 70) [στρατηγῶν τὰ μετὰ Ἀλεξάνδρου γύναια μείζονα δίκην ἐπέθηκε Πέρσαις ὑπὲρ τῆς Ἑλλάδος].⁴² Esse é o único episódio de ódio dos helenos contra os persas narrado na *Vida de Alexandre*, enquanto são pelo menos dois dos macedônios contra bárbaros.

Filipe, por exemplo, mostra desprezo para com aqueles que se misturam não somente com bárbaros, mas até com aqueles dominados por bárbaros.⁴³ Ele repreendeu o seu filho “com os termos mais violentos e amargos, tratando-o [Alexandre] de covarde e indigno dos bens que lhe eram destinados, pois procurava ligar-se com um Cariano⁴⁴, com o escravo de um rei bárbaro.”

investing heavily in this invention. Greeks became highly aware of their common cultural and ethnic characteristics, while categorising all non-Greek people as Barbarians, who lacked Greek virtues and exhibited all non-Greek vices, such as luxury, effeminacy, despotism and lack of self-control. If the archaic period was characterised by exchange and Near Eastern influence on Greek culture, the classical period is characterised by confrontation and polarity. Alexander's conquest of the Persian Empire is then seen as a new radical change of the plot. [...] The creation of new settlements by the Hellenistic kings, which took the form of Greek poleis, was based on the migration of Greeks into Egypt and the Near East, and played an important role in the spread of Greek culture. The reformulation of Hellenicity as a cultural identity, which took place primarily in classical Athens, made it relatively easy for non-Greeks to acquire a Greek education and to adopt Greek culture [...] Given the large numbers of non-Greeks who had adopted Greek culture, the old, polar distinction between Greeks and Barbarians progressively lost much of its importance in the course of the Hellenistic period.” (Vlassopoulos 2013: 8) Como o nosso trabalho mostrará, tal polarização não gerou somente a divisão em helenos e bárbaros, mas também um terceiro gênero, chamada por nós de terceira categoria.

⁴² „Die Athener bezogen aus ihren Siegen bei Marathon und Salamis nicht nur enormes politisches Selbstbewusstsein, sondern leiteten aus ihnen letztlich auch das Recht zur Barbarenverachtung und die Legitimation zur Herrschaft über Hellas ab“ (Wiesehöfer 2009: 88). „Die pseudo-hippokratische Schrift ‘Über die Umwelt’ führte [...] die Schwächen der persischen und die Stärken der griechischen Lebensweise auf deren klimatische Bedingungen zurück, und die athenische Komödie (Aristophanes) karikierte persischen Despotismus, persisches Luxusbedürfnis und die bereits erwähnte ‘Persermode’ athenischer Aristokraten zugleich.“ (Wiesehöfer 2009: 90) „Ganz anders verlief die Entwicklung innerhalb der griechischen Bildkunst: Dort wurden die Perser in der zweiten Hälfte des 5. Jhs. und im beginnenden 4. Jh. gerade nicht Gegenstand diffamierender Charakterisierung, sondern erschienen im Gegenteil mehr und mehr als Vertreter einer ‘bewunderten Luxus-’ oder gar einer ‘erträumten Genusswelt’ (S. Muth)” (Wiesehöfer 2009: 92).

⁴³ “Earlier in Alexander's own century, the Spartan king, Agesilaus, had enjoyed considerable successes in Asia Minor, and of course, Philip, Alexander's father, had been ready to march against the Persian empire at the time of his murder (336 B.C.).” (Robinson 1957: 328)

⁴⁴ Os cários do século IV a.C. pertenciam, ao ver dos helenos, talvez à mesma categoria como Filipe e os macedônios, uma vez que a pátria deles ficava também nas (ou além das)

(10. 3; *Alex.* p. 30) [πικρῶς ἐλοιδόρησεν ὡς ἀγεννή καὶ τῶν ὑπαρχόντων περὶ αὐτὸν ἀγαθῶν ἀνάξιον, εἰ Καρὸς ἀνθρώπου καὶ βαρβάρῳ βασιλεῖ δουλεύοντος ἀγαπᾷ γαμβρὸς γενέσθαι.] Neste aspecto Alexandre distinguuiu-se fundamentalmente de seu pai, por apreciar a mistura de culturas. Mais tarde e justamente no contexto da realizada valorização dos bárbaros por parte de Alexandre, Clito o acusou: “É indigno – gritou – na presença de bárbaros, e especialmente de bárbaros inimigos⁴⁵, esses ultrajes para macedônios que foram mal sucedidos, mas que têm muito mais valor do que os que os insultam” (50. 5; *Alex.* p. 85) [οὐ καλῶς ἐν βαρβάροις καὶ πολεμίοις ὑβρίζεσθαι Μακεδόνας πολὺ βελτίονας τῶν γελώντων, εἰ καὶ δυστυχία κέχρηνται]. Depois de ter apresentado esses menosprezos dos bárbaros por parte de macedônios pertencentes à geração anterior a Alexandre, deve-se destacar que Plutarco não narra tais episódios de menosprezo dos bárbaros quando trata de Alexandre.

Os contatos de Alexandre com os bárbaros são descritos puramente em termos do avanço militar contra os mesmos e as consequências disso: “Precipitou-se, então, com seu exército, sobre as margens do Íster, e em pouco tempo sufocou as agitações dos bárbaros” (11. 3; *Alex.* p. 31) [τὰ μὲν οὖν βαρβαρικὰ κινήματα καὶ τοὺς ἐκεῖ πολέμους κατέπαυσεν ὀξέως ἐπιδραμῶν στρατῶ μέχρι πρὸς τὸν Ἰστρον]; “rôs em fuga os bárbaros que tinha defronte” (20. 4; *Alex.* p. 44) [φυγὴν ἐποίησε τῶν καθ’ αὐτὸν βαρβάρων]; “[e]ncontrou os Macedônios ocupados em saquear o acampamento dos bárbaros” (20. 6; *Alex.* p. 44) [κατέλαβε τοὺς Μακεδόνας τὸν μὲν ἄλλον πλοῦτον ἐκ τοῦ βαρβαρικοῦ στρατοπέδου φέροντας]. Pode-se acusar Alexandre, portanto, de ter cometido injustiças e barbaridades, mas – por outro lado – ele nunca manifestava nenhuma xenofobia, embora enfrentasse muitos bárbaros (pelo menos inicialmente) como inimigos.

margens da civilização helênica. Na Cária havia-se uma mistura de culturas. Na *Iliáda*, antes da colonização de partes dessa região pelos helenos, os cários foram justamente os únicos descritos como povo barbarófono. (*Il.* 2. 867)

⁴⁵ No texto grego consta καὶ: “bárbaros e inimigos”.

OS BÁRBAROS COMO INIMIGOS E SÚDITOS⁴⁶

Explicitamente Plutarco denomina os bárbaros mais vezes como “bárbaros” do que como “inimigos”.⁴⁷ Mas eles, de fato, servem como os inimigos principais de Alexandre.⁴⁸ Alexandre, certa vez, para evitar que os macedônios retornassem precocemente para a pátria, argumenta com a ameaça bárbara: “Até agora – disse – os bárbaros nos viram apenas em sonho. Se nos contentarmos com ter alarmado | a Ásia e regressarmos à Macedônia, eles cairão sobre nós como sobre mulheres.” (47. 1; *Alex.* p. 79-80) [λέγων ὡς νῦν μὲν αὐτοὺς ἐνύπνιον τῶν βαρβάρων ὀρώντων, ἂν δὲ μόνον ταράξαντες τὴν Ἀσίαν ἀπίωσιν, ἐπιθησομένων εὐθύς ὥσπερ γυναιξίν.] Um dos maiores desafios foram os encontros com Porus e seu exército. Ele defendeu “a passagem contra o resto dos Macedônios.” (60. 5; *Alex.* p. 97) [τοῖς διαβαίνουσι τῶν Μακεδόνων ἀπέλιπε.] “A batalha contra Porus arrefeceu o entusiasmo dos Macedônios e lhes fez perder a vontade de continuar o seu avanço.” (62. 1; *Alex.* p. 99) [τοὺς μέντοι Μακεδόνας ὁ πρὸς Πῶρον ἀγὼν ἀμβλυτέρους ἐποίησε καὶ τοῦ πρόσω τῆς Ἰνδικῆς ἔτι προελθεῖν ἐπέσχε.] Isso fez que os Macedônios resistissem “com todas as forças a Alexandre, quando este quis obrigá-los a atravessar o Ganges” (62. 1; *Alex.* p. 99) [ἰσχυρῶς Ἀλεξάνδρῳ βιαζομένῳ καὶ τὸν Γάγγην περᾶσαι ποταμόν].

⁴⁶ Alexander „had the whole body of Greek civilized opinion behind him. Euripides [IA 1400] held that it was proper (*eikos*) for ‚barbarians’ to be subject to Greeks. Plato [Rep. 470c-471a] and Isocrates [Paneg. I3. 184; Panath. 163] both thought of all non-Hellenes as natural enemies who could be enslaved or exterminated at will. Aristotle [Pol. 1256b 25] himself regarded a war against barbarians as essentially just.“ (Green 1991: 59) Aristóteles argumenta na *Ética Eudemia*: “Ninguém iria valorizar a existência pelo mero prazer de comer, ou de sexo [...] a não ser que for extremamente servil” (1215b 35), o que (com poucas exceções) é o caso dos bárbaros. Green comenta que “barbarians, it is clear, are to be despised above all because they live exclusively through and for the senses. The purely hedonistic life, in fact, was something which Aristotle taught his pupil to regard as beneath contempt. Such a doctrine must have had a strong appeal for Alexander, who always placed a premium on self-control and self-denial (at least during the earlier stages of his career), and whose enthusiastic, impressionable nature reveals a strong hero-worshipping streak. (It made no odds to him whether his hero was mythical or contemporary: he may have modelled himself on Achilles, but he was equally ready to adopt the quick-stepping gait of his old tutor Leonidas).“ (Green 1991: 60) “Greeks required to be treated as equals, to have their sense of independence [...] fostered with the greatest care. Asiatics, on the other hand, would only respond to, or respect, a show of rigorous authoritarianism [...]. Whether Aristotle intended this lesson or not, it was one that Alexander learnt all too well. As we shall see, he applied it to every individual or group with whom he subsequently came in contact.“ (Green 1991: 60)

⁴⁷ Por exemplo: „numerosas fogueiras que os inimigos [πολεμίων] haviam acendido” (24. 8; *Alex.* p. 51) [πυρὰ πολλὰ καιόμενα σποράδην τῶν πολεμίων], como também πολέμιοι (25. 1) e πολεμίους (26. 7). Uma vez as duas palavras apareceram juntas: βαρβάρους καὶ πολεμίους (50. 5).

⁴⁸ Os tessálios e os outros helenos gritaram que Alexandre “os lançasse contra o inimigo” (33. 1; *Alex.* p. 64) [ἐπέρρωσαν αὐτὸν βοῶντες ἄγειν ἐπὶ τοὺς βαρβάρους]. No texto grego não consta inimigo, mas βαρβάρους.

Além de serem os principais inimigos, os bárbaros também são súditos na narrativa de Plutarco. Depois de Alexandre ter se tornado rei dos bárbaros (!), esses quiseram fazer “conhecer ao rei a força da nação e sua natureza” (35. 2; *Alex.* p. 66) [ἐπιδεικνύμενοι δὲ τὴν φύσιν αὐτοῦ καὶ δύναμιν]. Em Persépolis, Alexandre fala com “uma grande estátua, de Xerxes, que a multidão [...] derrubara. [...] ‘Devo passar além [...] e deixar-te deitado no chão, para te castigar da guerra que moveste aos Gregos? ou levantar-te-ei, por estima de tudo o que havia de grande e generoso em tua alma?’” (37. 3; *Alex.* p. 69) [Ξέρξου δὲ ἀνδριάντα μέγαν θεασάμενος ὑπὸ πλήθους τῶν ὠθυμένων ... ‘πότερόν σε ... διὰ τὴν ἐπὶ τοὺς Ἕλληνας στρατείαν κείμενον παρέλθωμεν ἢ διὰ τὴν ἄλλην μεγαλοφροσύνην καὶ ἀρετὴν ἐγειρωμεν;’] Essa passagem deixa claro o respeito de Alexandre para com os nobres bárbaros; tema do próximo capítulo. Sinal desse respeito é, por exemplo, o fato de Dario, antes de morrer, pedir a Polistrato: “Aperta por mim a mão dele [Alexandre], como sinal de minha gratidão” (43. 2; *Alex.* p. 77) [ῥ ταύτην δίδωμι τὴν δεξιὰν διὰ σοῦ]. É, portanto, um macedônio que se apresenta como vingador dos helenos. Alexandre, no discurso recolhido (ou construído) por Plutarco, não fala com a estátua: “para te castigar da guerra que moveste ao meu povo”, mas ele fala “aos gregos”, considerando-se, então, não como um heleno. Pouco mais tarde, Alexandre diz aos macedônios que “podia submeter a terra inteira aos Macedônios” (47. 2; *Alex.* p. 80) [τὴν οἰκουμένην τοῖς Μακεδόσι κτώμενος ἐγκαταλέλειπται]. Ele não fala que iria submeter a terra aos helenos.⁴⁹

A IMAGEM HELÊNICA DA INFERIORIDADE DOS BÁRBAROS

Encontram-se exemplos da depreciação dos bárbaros e vários da valorização dos helenos – mais raramente dos macedônios – na *Vida de Alexandre*. Não sabemos se esses exemplos refletem as fontes originais usadas por Plutarco ou se refletem uma tendência do próprio Plutarco: um patriotismo helênico.

Plutarco destaca, sobretudo, a virtude e a competência do exército de Alexandre, e, por outro lado, a falta dessas qualidades positivas nos bárbaros:

φάλαγξ διέβαινε τῶν Μακεδόνων καὶ συνῆγον αἱ πεζαὶ δυνάμεις, οὐ μὴν ὑπέστησαν εὐρώστως οὐδὲ πολὺν χρόνον, ἀλλ’ ἔφυγον τραπόμενοι, πλήν τῶν μισθοφόρων Ἑλλήνων ... καὶ τοὺς πλείστους τῶν ἀποθανόντων καὶ τραυματισθέντων ἐκεῖ συνέβη κινδυνεῦσαι καὶ πεσεῖν, πρὸς ἀνθρώπους ἀπεγνωκότας καὶ μαχίμους συμπλεκομένους λέγονται δὲ πεζοὶ μὲν δισμῦριοι τῶν βαρβάρων, ἵππεῖς δὲ δισχίλιοι πεντακόσιοι πεσεῖν. τῶν δὲ περὶ τὸν Ἀλέξανδρον Ἀριστόβουλος φησι τέσσαρας καὶ τριάκοντα νεκροὺς γενέσθαι τοὺς πάντας, ὧν ἑννέα πεζοὺς εἶναι, τούτων μὲν οὖν ἐκέλευσεν εἰκόνας

⁴⁹ Neste caso, porém, poderia se tratar de uma estratégia retórica de Alexandre, uma vez que ele fala aos macedônios.

ἀνασταθῆναι χαλκᾶς, ἃς Λύσιππος εἰργάσατο. κοινούμενος δὲ τὴν νίκην τοῖς Ἑλλήσιν ἰδίᾳ μὲν τοῖς Ἀθηναίοις ἔπεμψε τῶν αἰχμαλώτων τριακοσίας ἀσπίδας, κοινῇ δὲ τοῖς ἄλλοις λαφύροις ἐκέλευσεν ἐπιγράψαι φιλοτιμοτάτην ἐπιγραφὴν Ἄλῆξανδρος ὁ Φιλίππου καὶ οἱ Ἑλληνες πλὴν Λακεδαιμονίων ἀπὸ τῶν βαρβάρων τῶν τὴν Ἀσίαν κατοικούντων

A [falange] dos Persas mostrou-se pouco vigorosa, e não ofereceu prolongada resistência: foi em curto tempo desbaratada e se pôs em fuga, com exceção dos mercenários gregos [...]. Foi quase exclusivamente nesta ocasião que Alexandre teve mortos e feridos, pois enfrentava homens desesperados e cheios de bravura. Diz-se que nesta batalha morreram vinte mil homens de infantaria e dois mil e quinhentos cavaleiros, do lado dos bárbaros. Segundo Aristóbulo, não houve, do lado de Alexandre, senão trinta e quatro mortos, entre os quais nove de infantaria. O rei fez erigir a todos estátuas de bronze, esculpidas por Lisipo. Associou os Gregos à honra de sua vitória, enviando, particularmente, aos Atenienses, trezentos escudos dos que tomara aos inimigos, e fazendo gravar, em nome de toda a Grécia, esta gloriosa inscrição sobre o resto dos espólios: “Alexandre, filho de Filipe, e os Gregos, excetuados os Lacedemônios, tomaram isto aos bárbaros que habitam a Ásia” (16. 6-8; *Alex.* p. 38-39).

Plutarco, portanto, salienta que Alexandre sofreu quase exclusivamente perdas quando enfrentava outros helenos, que estavam no serviço dos persas. Como também era o caso no ataque “das províncias marítimas do Império persa [...] As cidades de Halicarnasso e de Mileto foram as únicas a opor resistência” (17. 1; *Alex.* p. 39) [τῆς ἐπὶ θαλάσσει τῶν βαρβάρων ἡγεμονίας ... μόνη δὲ Ἀλικαρνασσὸς ἀντέστη καὶ Μίλητος], sendo elas de origem grega. É um *topos* comum, relacionar os bárbaros à covardia: “As fileiras da frente ainda não chegaram a agir, e já os bárbaros estavam em fuga” (33. 3; *Alex.* p. 64) [πρὶν δὲ συμμείξαι τοὺς πρώτους ἐξέκλιναν οἱ βάρβαροι]. E “os cavaleiros de Dario em grande parte debandaram, tomados de pânico” (33. 4; *Alex.* p. 65) [ἐξέπληξε καὶ διεσκέδασε τὸ πλεῖστον].

Encontram-se, porém, na *Vida de Alexandre* também exemplos contrários, que mostram bárbaros resistentes e macedônios preocupados:

οὔτε γὰρ τὰ βάρβαρα καὶ πρόσοικα γένη τὴν δούλωσιν ἔφερε ... οὔτε τὴν Ἑλλάδα κρατήσας τοῖς ὅπλοις ὁ Φίλιππος οἷον καταζεύξαι καὶ τιθασεῦσαι χρόνον ἔσχεν ... φοβουμένων δὲ τῶν Μακεδόνων τὸν καιρόν, καὶ τὰ μὲν Ἑλληνικὰ πάντως ἀφεῖναι ... τοὺς δὲ ἀφισταμένους τῶν βαρβάρων ἀνακαλεῖσθαι πρῶος καὶ θεραπεύειν τὰς ἀρχὰς τῶν νεωτερισμῶν

Os povos bárbaros dos países vizinhos não se resignavam, de fato, à servidão [...] Por outro lado, Filipe, apesar de ter subjugado a Grécia pela força das armas, não tivera tempo de domá-la e submetê-la [...] Os Macedônios, apreensivos com esta situação crítica, aconselhavam a Alexandre o abandono total da Grécia [...]

“Era preciso – diziam – acalmar com brandura os bárbaros revoltados” (11. 1-2; *Alex.* p. 31).

Mais tarde, nas batalhas contra Porus, serão sublinhadas a força e a audácia dos bárbaros, que farão frente à competência militar dos macedônios.

O RESPEITO COM OS BÁRBAROS

A despeito das aversões e do menosprezo que os helenos e também os macedônios demonstram para com bárbaros, existem vários exemplos na *Vida de Alexandre* que comprovam que isso não exclui a possibilidade de alguns helenos e macedônios manifestarem o respeito e estima aos bárbaros. Plutarco indica o próprio Alexandre como o que mais honra os bárbaros. Alexandre, enquanto ainda príncipe, “recebeu alguns embaixadores do rei da Pérsia” (5. 1; *Alex.* p. 23) [τοὺς δὲ παρὰ τοῦ Περσῶν βασιλέως πρέσβεις ἤκοντας]. Mais tarde, Alexandre rodeava-se de bárbaros: “Quando os Macedônios o viram cercado pelos estrangeiros, enquanto eles eram repelidos e tratados com ignomínia, perderam toda a altivez” (71. 3; *Alex.* p. 109) [ὑφ’ ὧν ὀρώντες αὐτὸν παραπεμπόμενον, αὐτοὺς δὲ ἀπειργομένους καὶ προπηλακιζομένους, ἐταπεινοῦντο]. Sobretudo com os nobres bárbaros, Alexandre mostrou-se hospitaleiro e generoso: por exemplo ao declarar que o seu alvo na guerra não foi o rei persa e sim um anseio de dominar a Pérsia. Ele disse aos familiares de Dario presos que “não fazia guerra contra Dario senão pelo império” (21. 2; *Alex.* p. 45) [Δαρείῳ γὰρ ὑπὲρ ἡγεμονίας πολεμεῖν].

Quanto às fontes de Plutarco, tanto Alexandre quanto outros macedônios admiraram tanto a beleza das persas quanto a do próprio rei persa:

λέγεται γε τὴν Δαρείου γυναῖκα πολὺ πασῶν τῶν βασιλίδων εὐπρεπεστάτην γενέσθαι, καθάπερ καὶ αὐτὸς Δαρείος ἀνδρῶν κάλλιστος καὶ μέγιστος, τὰς δὲ παῖδας εὐοικένας τοῖς γονεῦσιν. ... αὕτη δὲ, μετὰ τὴν Μέμνονος τελευτὴν χήρα γενομένη, περὶ Δαμασκὸν ἐλήφθη. πεπαιδευμένη δὲ παιδείαν Ἑλληνικὴν καὶ τὸν τρόπον ἐπιεικῆς οὔσα καὶ πατρὸς Ἀρταβάζου γεγονότος ἐκ βασιλέως θυγατρός, ἐγνώσθη, Παρμενίωνος προτρεψαμένου τὸν Ἀλέξανδρον ... τὰς δὲ ἄλλας αἰχμαλώτους ὀρῶν ὁ Ἀλέξανδρος κάλλει καὶ μεγέθει διαφερούσας ἔλεγε παίζων ὡς εἰσὶν ἀληθδόνες ὀμμάτων αἱ Περσίδες, ἀντεπιδεικνύμενος δὲ πρὸς τὴν ιδέαν τὴν ἐκείνων τὸ τῆς ἰδίας ἐγκρατείας καὶ σφροσύνης κάλλος, ὥσπερ ἀψύχους εἰκόνας ἀγαλμάτων παρέπεμψεν.

a esposa de Dario era, pelo que se assevera, a mais bela das rainhas que existiram no mundo, assim como o próprio Dario era o mais belo e bem feito de todos os homens; e suas filhas eram parecidas com os pais. [...] Enviuada pela morte de Cenon, Barsina fora presa perto de Damasco. Sendo ela instruída na literatura grega, de costumes amáveis e de nascimento ilustre, pois seu pai

era Artabazo, nascido da filha de um rei, Alexandre afeiçãoou-se-lhe. [...] Mas, quando viu as outras cativas, todas de um talhe e de uma beleza singulares, disse, gracejando, que as mulheres da Pérsia eram o tormento dos olhos. As atrações de seu aspecto ele opunha a beleza de sua própria continência e de sua própria moderação, e passava ao lado delas como perante belas estátuas inanimadas. (21. 3-5; *Alex.* p. 46)

Alexandre não suportou que alguém cometesse barbaridades contra os bárbaros, exceto as legitimadas por ele mesmo legitimadas por ele mesmo: “à minha mesa se servem peixes e não cabeças de sátrapas” (28. 2; *Alex.* p. 56) [ταῖς τραπέζαις ἰχθύας ὄρα̅ς ἐπικειμένους, οὐ σατραπῶν κεφαλὰς]. Isso fez com que Dario, na versão de Plutarco, orasse aos deuses no momento de sua morte: “não permitais que outro senão Alexandre se sente no trono de Ciro” (30. 7; *Alex.* p. 60) [μηδεὶς ἄλλος ἀνθρώπων καθίσειεν εἰς τὸν Κύρου θρόνον πλὴν Ἀλεξάνδρου]. Alexandre, por sua vez, “mandou depois embalsamar⁵⁰ o corpo de Dario com toda a magnificência que lhe era devida por sua alta posição e o enviou à sua mãe; depois, acolheu Exatres, irmão de Dario, no número de seus amigos.” (43. 3; *Alex.* p. 77) [τοῦ Δαρείου τὸ μὲν σῶμα κεκοσμημένον βασιλικῶς πρὸς τὴν μητέρα ἀπέστειλε, τὸν δὲ ἀδελφὸν Ἐξάθρην εἰς τοὺς ἐταίρους ἀνέλαβεν.] Quando ele achou

τὸν Κύρου τάφον εὐρῶν διορωρυγμένον ἀπέκτεινε τὸν ἀδικήσαντα, καίτοι Πελλαῖος ἦν οὐ τῶν ἀσημοτάτων ὁ πλημμελήσας, ὄνομα Πολύμαχος. τὴν δὲ ἐπιγραφὴν ἀναγνούς ἐκέλευσεν Ἑλληνικοῖς ὑποχαράξει γράμμασιν.

o sepulcro de Ciro aberto e violado, Alexandre castigou com a morte o autor do sacrilégio, embora fosse um Macedônio de Pela, personagem de destaque, chamado Polímaco. Tendo lido o epitáfio [no sepulcro de Ciro; R.G.], mandou gravar debaixo dele sua tradução em grego.⁵¹ (69. 2; *Alex.* p. 107)

Muitas vezes, observa-se uma relação de mútuo respeito entre Alexandre e os bárbaros: “Os bárbaros restituíram-no [o cavalo Bucéfalo; R.G.] e puseram suas cidades à sua discricção. Alexandre os tratou com humanidade e pagou o resgate do cavalo aos que o haviam roubado.” (44. 3; *Alex.* p. 78) [ἐπεὶ δὲ καὶ τὸν ἵππον ἄγοντες ἦκον καὶ τὰς πόλεις ἐγχειρίζοντες, ἐχρήσατο φιλανθρώπως

⁵⁰ No texto grego consta somente κεκοσμημένον.

⁵¹ É interessante notar que Alexandre deixou transcreever o texto para o grego e não para o dialeto macedônico. Seria interessante saber se as cartas que ele mandou para a Macedônia eram escritas em grego ou em dialeto macedônico. Existe a possibilidade de o dialeto macedônico fora da Macedônia não ter sido usado na forma escrita e de ele talvez nem ter sido a língua franca da correspondência dos macedônicos na própria Macedônia. Neste caso, teria sido um dialeto quase puramente oral, usado na escrita somente em raras ocasiões.

πᾶσι καὶ τοῦ ἵππου λύτρα τοῖς λαβοῦσιν ἔδωκεν.] Seja por ciúme ou por achar indigno tratar os bárbaros com tamanho respeito em várias ocasiões, a maioria dos “amigos de Alexandre [não gostaram], mas foi o que lhe valeu a afeição de uma multidão de bárbaros.” (59. 3; *Alex.* p. 96) [ἐφ’ οἷς τοὺς μὲν φίλους ἰσχυρῶς ἐλύπησε, τῶν δὲ βαρβάρων πολλοὺς ἐποίησεν ἡμερωτέρως ἔχειν πρὸς αὐτόν.] Quando Alexandre viu os progressos das trinta mil crianças, que ele tinha deixado para serem educadas ao modo grego e macedônico, ele “ficou encantado; mas, os Macedônios, ao contrário, ficaram desanimados: temiam que o rei não lhes tivesse mais a mesma afeição” (71. 1; *Alex.* p. 108-109) [μὲν ἦσθη, τοῖς δὲ Μακεδόσι δυσθυμία παρέσθη καὶ δέος, ὡς ἦττον αὐτοῖς τοῦ βασιλέως προσέξοντος].

MACEDÔNIOS COMO NÃO BÁRBAROS: IDEAIS E COMPORTEMENTOS COMUNS

O fato de os macedônios e, sobretudo, Alexandre valorizarem ideais e interesses dos helenos⁵² serviu como fator de identificação entre os macedônios e os helenos e contribuiu, provavelmente, para que os macedônios não fossem considerados bárbaros pelos helenos. Há traços associados tipicamente aos helenos – na autopercepção dos mesmos – identificáveis no comportamento dos macedônios: “Filipe [...] ambicionava, com uma vaidade de sofista, a fama de homem eloquente, e que mandava gravar em suas moedas as vitórias ganhas por seus carros nos jogos olímpicos” (4. 5; *Alex.* p. 22) [Φίλιππος λόγου τε δεινότητι σοφιστικῶς καλλωπιζόμενος καὶ τὰς ἐν Ὀλυμπία, νίκας τῶν ἀρμάτων ἐγχαράτων τοῖς νομίσμασιν]. Percebe-se a importância do esporte e de grandes eventos⁵³ como ponto de encontro da cultura helênica com outras, por exemplo a cultura macedônica.⁵⁴ A vaidade do pai é contrastada com a arrogância do filho Alexandre:

τῶν περὶ αὐτὸν ἀποπειρωμένων εἰ βούλοιτ’ ἂν Ὀλυμπίαισιν ἀγωνίασθαι στάδιον, ἦν γὰρ ποδώκης, εἴ γε, ἔφη, βασιλεῖς ἔμελλον ἔξειν ἀνταγωνιστάς·

⁵² Os helenos são o nosso ponto de referência para estabelecer quem é bárbaro e quem não é.

⁵³ A quem foi permitido participar dos jogos olímpicos e das grandes festas não automaticamente foi reconhecido como heleno, mas, por outro lado, não podia ser considerado bárbaro.

⁵⁴ Existem, porém, também diferenças culturais entre o estilo de vida dos macedônios e de helenos sofisticados, como os atenienses. A situação de vida dos macedônios “hatte, verglichen mit der der Griechen, durchaus archaische Züge; die Grundlagen des Wirtschaftslebens | waren noch nahezu vollständig agrarisch, der Anteil an Viehzucht war sehr groß, die Jagd hatte einen hohen Stellenwert. Auch in Klima und Landesnatur gab es Unterschiede: Wälder und Bergweiden, große Ebenen und Hügelländer, wasserführende Flüsse mussten vielen Griechen fremd vorkommen. Vor allem war die soziale und politische Organisation ganz anders, weil gerade, was für den Griechen deren Mitte ausmachte, die Polis, in Makedonien fehlte. Dort existierten Stämme, in denen mächtige Adlige, die zu Pferde in den Krieg zogen, das Sagen hatten.“ (Gehrke 2008: 4-5)

φαίνεται δὲ καὶ καθόλου πρὸς τὸ τῶν ἀθλητῶν γένος ἄλλοτρίως ἔχων πλείστους γέ τοι θεῖς ἀγῶνας οὐ μόνον τραγωδῶν καὶ αὐλητῶν καὶ κιθαρῳδῶν, ἀλλὰ καὶ ῥαψωδῶν, θήρας τε παντοδαπῆς καὶ ῥαβδομαχίας, οὔτε πυγμῆς οὔτε παγκρατίου μετὰ τινος σπουδῆς ἔθηκεν ἄθλον.

Indagados pelos amigos se iria disputar nos jogos olímpicos o prêmio da corrida, pois tinha grande agilidade, Alexandre respondeu: ‘Eu concorreria, se encontrasse reis como antagonistas’. Percebe-se, aliás, a sua | ojeriza pelo atletismo; de fato, ele, que tão frequentemente ofereceu prêmios para serem disputados entre os poetas trágicos, ou entre os músicos que tocavam a flauta ou a lira, ou ainda entre os rapsodos; ele, que organizou combates de toda espécie de animais, com lutadores armados de paus, nunca mandou executar, pelo menos com prazer, exercícios de pugilato. (4. 5-6; *Alex.* p. 22-23)

Em muitos aspectos, Alexandre apresentou-se como modelo de comportamento: “Atraído, como o era, não pela volúria e pelas riquezas, mas pela virtude e pela glória” (5. 3; *Alex.* p. 23) [οὐ γὰρ ἡδονὴν ζηλῶν οὐδὲ πλοῦτον, ἀλλ’ ἀρετὴν καὶ δόξαν]. Ela aproxima-se ao ideal de um erudito heleno: “Alexandre tinha também uma atração natural pela literatura: gostava de estudar e de ler. Considerava a *Iliada* como um arsenal para a arte da guerra” (8. 1-2; *Alex.* p. 27) [ἦν δὲ καὶ φύσει φιλόλογος καὶ φιλιαναγνώστης. καὶ τὴν μὲν Ἰλιάδα τῆς πολεμικῆς ἀρετῆς ἐφόδιον καὶ νομίζων καὶ ὀνομάζων].⁵⁵ Mais detalhes sobre as obras preferidas de Alexandre traz a seguinte passagem: “Hárpalus mandou-lhe as obras de Filistes, grande número das tragédias de Eurípedes, Sófocles e Ésquilo, e os ditirambos de Telestes e de Filoxenes.” (8. 3; *Alex.* p. 27) [κακείνος ἔπεμψεν αὐτῷ τὰς τε Φιλίστου βίβλους καὶ τῶν Εὐριπίδου καὶ Σοφοκλέους καὶ Αἰσχύλου τραγωδιῶν συχνάς, καὶ Τελέστου καὶ Φιλοξένου διθυράμβους.] Em vários momentos da *Vida de Alexandre*, Plutarco relata encontros com filósofos e observa o grande interesse de Alexandre pela filosofia. Nem o afastamento pessoal de Aristóteles

ὁ μέντοι πρὸς φιλοσοφίαν ἐμπεφυκῶς καὶ συντετραμμένος ἀπ’ ἀρχῆς αὐτῷ ζῆλος καὶ πόθος οὐκ ἐξερρήη τῆς ψυχῆς, ὡς ἡ περὶ Ἀνάξαρχόν τε τιμὴ καὶ τὰ πεμφθέντα Ξενοκράτει πενήκοντα τάλαντα καὶ Δάνδαμιν καὶ Καλανὸς οὕτω σπουδασθέντες μαρτυροῦσι.

excluiu de sua alma o gosto, ou melhor, a paixão ardente pela filosofia. Esse sentimento era inato nele e crescera à medida que avançara na idade: isso é

⁵⁵ Sobre os antecedentes próximos de Alexandre como amigos da poesia e das artes e como influenciados por filósofos, veja Droysen 2010: 66, e Gehrke 2000: 20.

demonstrado pelas honras por ele tributadas a Anaxarco⁵⁶, pelos cinquenta talentos que enviou ao filósofo Xenócrates⁵⁷ e pela profunda estima que tinha por Dandamis e por Cálamo⁵⁸. (8. 4; *Alex.* p. 28)

Outra passagem que salienta o fato de os macedônios não serem considerados bárbaros é quando os macedônios conheceram pela primeira vez o estilo de vida dos bárbaros: “os Macedônios, que, pela primeira vez saboreavam os prazeres do ouro, do dinheiro, das mulheres, do luxo dos bárbaros, acabaram fazendo como os cães que provaram carniça” (24. 2; *Alex.* p. 49) [γευσάμενοι τότε πρῶτον οἱ Μακεδόνες χρυσοῦ καὶ ἀργύρου καὶ γυναικῶν καὶ διαίτης βαρβαρικῆς, ὥσπερ κύνες ἔσπευδον ἀνάμενοι στίβου]. E em outra ocasião é Alexandre, que

θαρρῶν δὲ τοῦ σώματος τῆ κοφότητι, καὶ τῷ πονεῖν αὐτὸς ἀεὶ παραμυθούμενος τὴν ἀπορίαν τῶν Μακεδόνων, προσέδραμε τοῖς ἔγγιστα πῦρ καίουσι: καὶ περικαθημένους τῇ πυρᾷ δύο βαρβάρους πατάξας τῷ ἐγχειριδίῳ ... ἐφόβησαν ὥστε φυγεῖν ... καὶ κατηλισθησαν ἀκινδύνως

[c]onfiando em sua agilidade natural e acostumado a pagar sempre em pessoa para aliviar aos Macedônios o peso de seus labores, corre até aos bárbaros cujas fogueiras estavam mais próximas, atravessa com a espada dois [...] os bárbaros, aterrorizados, fugiram precipitadamente. [...] e os Macedônios passaram a noite sem perigo (24. 8; *Alex.* p. 51).

Alexandre, para recriar e manter a estima dos helenos, era “cioso sobretudo de mostrar-se generoso para com os gregos, escreveu-lhes⁵⁹ que todas as tiranias ficavam, desde então, abolidas na Grécia, e que os povos afinal podiam governar-se por suas próprias leis” (34. 1; *Alex.* p. 66) [φιλοτιμούμενος δὲ πρὸς τοὺς Ἕλληνας ἔγραψε τὰς τυραννίδας πάσας καταλυθῆναι καὶ πολιτεύειν αὐτονόμους]. Apesar da oposição de helenos importantes (por exemplo Demóstenes) contra o domínio macedônico, Plutarco aponta que houve helenos – sobretudo dentro do exército de Alexandre – que estimavam o rei macedônico chegando ao ponto de idolatrá-lo. Demarato de Corinto “chorou [...] como um bom velho: ‘De que alegria fostes privados – exclamou ele – Gregos que perecesteis em combate antes de ver Alexandre sentado no trono de Dario!’” (37. 4; *Alex.* p. 70) [πρεσβυτικῶς ἐπιδακρῦσαι, καὶ εἰπεῖν ὡς μεγάλης ἡδονῆς στεροῖντο τῶν Ἑλλήνων οἱ τεθηκότες πρὶν ἰδεῖν Ἀλέξανδρον ἐν τῷ Δαρειοῦ θρόνῳ καθήμενον.] Em outra ocasião o mesmo heleno quase se repetiu:

⁵⁶ Nascido na Trácia e amigo de Alexandre.

⁵⁷ Nascido em Calcedônia, na Ásia Menor, mas residente em Atenas desde a juventude.

⁵⁸ Os dois são gimnosofistas da campanha para a Índia.

⁵⁹ Como Alexandre escreveu, e não falou diretamente, é provável que ele que ele tenha se direcionado aos helenos que não o acompanhavam na campanha.

“Lastimo os gregos que morreram antes de te ver sentado no trono de Dario, pois foram privados de uma grande satisfação” (56. 1; *Alex.* p. 92) [μεγάλης ἡδονῆς ἐστερηῆσθαι τοὺς Ἕλληνας, ὅσοι τεθνήκασι πρὶν ἰδεῖν Ἀλέξανδρον ἐν τῷ Δαρείου θρόνῳ καθήμενον].

A RELAÇÃO DE ALEXANDRE COM OS MACEDÔNIOS

Em contraste a isso, um compatriota de Alexandre, o macedônio Clito, insatisfeito com a reverência de Alexandre aos bárbaros, provocou o seu rei: “Como invejamos a felicidade dos que morreram antes de ver os macedônios flagelados pelas vergas dos Medas, e obrigados, para serem recebidos por seu⁶⁰ rei, a implorar a proteção dos Persas!” (51. 1; *Alex.* p. 86) [μακαρίζομεν δὲ τοὺς ἤδη τεθνηκότας πρὶν ἐπιδεῖν Μηδικαῖς ράβδοις ξαινομένους Μακεδόνας, καὶ Περσῶν δεομένους ἵνα τῷ βασιλεῖ προσέλθωμεν.] Parece, portanto, que os macedônios tinham menos receio de exprimir as suas opiniões contra Alexandre do que os helenos que se encontravam no exército. Plutarco apresenta, mais uma vez, indícios de que os macedônios – menos Alexandre – se achavam naturalmente superiores aos bárbaros. Exaustos pela campanha distante empreendida por Alexandre, os macedônios esperaram “que Alexandre pensasse em regressar à Macedônia e não quisesse mais permanecer entre os bárbaros” (38. 4; *Alex.* p. 70-71) [ὅτι τοῖς οἴκοι προσέχοντός ἐστι τὸν νοῦν καὶ μὴ μέλλοντος ἐν βαρβάροις οἰκεῖν]. Parece, pois, que os macedônios não entendiam o porquê de ficar em países distantes e bárbaros. Contudo, eles demonstravam preocupação e estima ao rei sobretudo quando em perigo ou nos dias anteriores à morte de Alexandre. Quando ele foi ferido, “os Macedônios, entrando em quantidade, cercaram-no, levantaram-no, e transportaram-no, desmaiado, até sua tenda” (63. 5; *Alex.* p. 101) [ἐν τούτῳ δὲ τῶν Μακεδόνων περιχυθέντων ἀρπασθεὶς ἀναίσθητος ἤδη τῶν περὶ αὐτὸν ἐπὶ σκηνῆς ἐκομίζετο]. Salvo eventuais desobediências, os soldados macedônios, sobretudo os comuns, mostravam-se leais e dispostos a salvar a vida do rei, demonstrando também fora do campo de batalha afeto a ele: “Os Macedônios, que assistiam [à apresentação artística e ao que seguiu depois; R.G.], bateram palmas e convidaram o rei, com gritos, a dar-lhe [ao bailarino Bagoas] um beijo. Alexandre cingiu-o nos braços e beijou-o.” (67. 4; *Alex.* p. 105) [ιδόντας δὲ τοὺς Μακεδόνας κροτεῖν καὶ βοᾶν φιλήσαι κελεύοντας, ἄχρι οὗ περιβαλὼν κατεφίλησεν.]

MACEDÔNIOS COMO NÃO BÁRBAROS: A RELIGIÃO

Além de ideais e de comportamentos comuns (ou talvez como subgrupo dos mesmos), a religião serve como outro elemento identificador entre helenos e

⁶⁰ No texto grego não consta um pronome possessivo, mas meramente “pelo rei”.

macedônios. Plutarco apresenta os macedônios e, sobretudo, Filipe e Alexandre como adeptos da mesma religião que os helenos.⁶¹ Eles consultam o oráculo de Delfos⁶² (e também o de Amon),⁶³ eles fazem sacrifícios em ocasiões nas

⁶¹ Plutarco apresenta, portanto, somente a religiosidade manifestada pela casa real, e não a realidade diversificada da Macedônia: “The men of Lower Macedonia worshipped Greek gods; the royal family claimed descent from Heracles. But the highlanders were much addicted to Thracian deities, Sabazius, the Clodones and Mimallones, whose wild orgiastic cult-practices closely resembled those portrayed by Euripides in the *Bacchae*.” (Green 1991: 5)

⁶² Algo que bárbaros não fazem. E talvez um dos motivos pelos quais Heródoto não chama Creso e os lídios de bárbaros: porque Creso consultou o oráculo de Delfos antes de decidir ir à guerra contra os medos. “Alexandre foi a Delfos, para consultar o deus daquele templo” (14. 4; *Alex.* p. 35) [βουλόμενος δὲ τῷ θεῷ χρήσασθαι περὶ τῆς στρατείας ἦλθεν εἰς Δελφούς]. Mas Alexandre fez algo atípico com a sacerdotisa de Delfos: “Então foi ele mesmo procurá-la, levando-a à força ao templo. A profetisa, vencida, por assim dizer, pela violência, exclamou: ‘Oh, meu filho! tu és invencível!’” (14. 4; *Alex.* p. 35) [αὐτὸς ἀναβάς βία πρὸς τὸν ναὸν εἰλκεν αὐτήν, ἢ δὲ ὥσπερ ἐξητημένη τῆς σπουδῆς εἶπεν ‘ἀνίκητος εἶ, ὦ παῖ’].

⁶³ “Filipe enviou Querão de Megalópolis a consultar o oráculo de Delfos acerca do sonho que havia tido; e, como resposta, Querão declarou – segundo se diz – que Apolo ordenara-lhe que sacrificasse a Amon e venerasse de modo particular esse deus. Acrescenta-se que Filipe perdeu uma das vistas ao olhar através do buraco da porta, pelo qual vira Júpiter deitado ao lado de sua esposa, sob a forma de uma serpente.” (3. 1; *Alex.* p. 20) [οὐ μὴν ἀλλὰ Φιλίππῳ μὲν, μετὰ τὸ φάσμα πέμψαντι Χαίρωνα τὸν Μεγαλοπολίτην εἰς Δελφούς, χρησμὸν κοιμισθῆναι λέγουσι παρὰ τοῦ θεοῦ κελεύοντος Ἄμμωνι θύειν καὶ σέβεσθαι μάλιστα τοῦτον τὸν θεὸν ἀποβαλεῖν δὲ τῶν ὄψεων αὐτὸν τὴν ἑτέραν, ἦν τῷ τῆς θύρας ἀρμῷ προσβαλῶν κατώπτευσεν ἐν μορφῇ δράκοντος συννευαζόμενον τῇ γυναικὶ τὸν θεόν.] Essa ordem do oráculo faz, de antemão, referência ao episódio do filho Alexandre em Egito no oráculo de Amon, a seguida do qual a relação com Amon tornou-se momento central na religião praticada por Alexandre, que, por exemplo, “jurou na presença deles, por Júpiter Amon e pelos outros deuses” (47. 7; *Alex.* p. 81) [διαλλάξας ἐπώμοσε τὸν Ἄμμωνα καὶ τοὺς ἄλλους θεούς]; e outra vez “chegou um oráculo de Amon” (72. 2; *Alex.* p. 110) [ἐξ Ἄμμωνος ἦλθε μαντεία]. Clito diz que Alexandre quer “Amon como pai” (50. 6; *Alex.* p. 86) [Ἄμμωνι σαυτὸν]. Resumindo Radet: “Das Ideal Alexanders sei ein einziges Reich gewesen, die ganze Erde umfassend [...] Dieser theokratische Traum sei der Grund von Alexanders Werk, die große Inspiration seines Lebens. Ammon habe Alexander als seinen Sohn proklamiert und ihn als Universalherrscher der Welt eingesetzt.” (Seibert 1972: 193)

quais os helenos também costumam sacrificar,⁶⁴ rogam⁶⁵ a e veneram Zeus⁶⁶,

⁶⁴ Alexandre, até “[n]os dias de lazer, sacrificava aos deuses logo ao levantar-se” (23. 2; *Alex.* p. 48) [ἐν δὲ ταῖς σχολαῖς πρῶτον μὲν ἀναστὰς καὶ θύσας τοῖς θεοῖς]. Ele “organizou sacrifícios e cerimônias solenes em honra dos deuses” (29. 1; *Alex.* p. 57) [θυσίας τοῖς θεοῖς καὶ πομπὰς ἐπέτελε]. “Alexandre, proclamado rei da Ásia, ofereceu aos deuses sacrifícios magníficos” (34. 1; *Alex.* p. 66) [βασιλεὺς δὲ τῆς Ἀσίας Ἀλέξανδρος ἀνηγορευμένος ἔθυε τοῖς θεοῖς μεγαλοπρεπῶς]. Alexandre “fez sacrifícios pela cura” (41. 3; *Alex.* p. 74) [ἔθυσεν ὑπὲρ αὐτοῦ]. Alexandre “naquele dia sacrificara aos Dioscuros.” (50. 4; *Alex.* p. 85) [τεθυκότος τοῦ βασιλέως Διοσκούροις.] Alexandre “após os sacrifícios aos deuses, reiniciou sua viagem” (63. 6; *Alex.* p. 101) [θύσας τοῖς θεοῖς αὐθις ἀνήχθη]; e “fez o sacrifício” (76. 1; *Alex.* p. 114) [τὰ ἱερά τοῖς θεοῖς ἐπιθείς] quando já perto da morte. “Erigiu também, em honra dos deuses, altares que os reis dos Persas [Πραισίων!] ainda veneram: eles passam todos os anos o Ganges, para ali fazerem sacrifício à moda dos Gregos [Ελληνικὰς θυσίας (sem acento no texto grego da edição LOEB)].” (62. 4; *Alex.* p. 100) [ἰδρύσατο δὲ βωμοὺς θεῶν, οὓς μέχρι νῦν οἱ Πραισίων βασιλεῖς διαβαίνοντες σέβονται καὶ θύουσιν Ἐλληνικὰς θυσίας.] Que os sacrifícios aconteciam neste caso à moda dos helenos (e não dos macedônios), faz mais uma vez provável, que não tinha (muita) diferença entre os sacrifícios como eram feitos na Macedônia e como eram feitos nas regiões da Hélade. Alexandre costumava gastar de modo generalizado (e por natureza; 39: φύσει) muitos recursos (39: ele era μεγαλοδωρότατος), com os soldados e amigos, e também em assuntos religiosos, exigindo de outros macedônios a mesma postura de evitar “tratar os deuses mesquinamente” (25. 5; *Alex.* p. 52) [πρὸς τοὺς θεοὺς μικρολογούμενος].

⁶⁵ Átalo, um nobre macedônio, “tio de Cleópatra [...] convidava os Macedônios a rogar aos deuses” (9. 4; *Alex.* p. 29) [ἐν τοῖς Κλεοπάτρας γάμοις ... παρεκάλει τοὺς Μακεδόνας αἰτεῖσθαι παρὰ θεῶν]. Plutarco mostra que também os persas (30. 6; *Alex.* p. 59) – e não somente os helenos e os macedônios – oravam para deuses.

⁶⁶ O pintor Apeles pintou Alexandre carregando um raio (4. 2) [a tradução de Vega interpreta: “representando Júpiter tonante” (*Alex.* p. 22)]. “Alexandre foi saudado pelo profeta de Amon com o título de filho de Júpiter. Alexandre lhe perguntou se alguém entre os assassinos de seu pai tinha escapado” (27. 3; *Alex.* p. 55) [ὁ μὲν προφήτης αὐτὸν ὁ Ἄμμωνος ἀπὸ τοῦ θεοῦ χαίρειν; ὅς ἀπὸ πατρὸς, προσεῖπεν ὁ δὲ ἐπήρετο μὴ τις αὐτὸν εἴη διαπεφυγὼς τῶν τοῦ πατρὸς φωνῶν]; e o profeta disse que o pai verdadeiro do Alexandre não é mortal. (27. 4; *Alex.* p. 55). “Então Alexandre fez a Júpiter [no texto grego consta θεὸν; R.G.] oferendas magníficas e aos sacerdotes [ἀνθρώπους!] ricos presentes” (27. 4; *Alex.* p. 55) [ἔδωρεῖτο τὸν θεὸν ἀναθήμασι λαμπροῖς καὶ χρήμασι τοὺς ἀνθρώπους.] “Alguns afirmam que o profeta, querendo dirigir-lhe em grego a saudação de amizade o *paidion* (‘oh, meu caro filho’) enganou-se na última letra da palavra, por ignorar a língua, e colocou um *s* no lugar do *n*, o *pai Dios* (‘oh, filho de Júpiter!’) Esse erro de pronúncia agradou muito a Alexandre, e foi a origem do boato que depois tanto se espalhou, segundo o qual o deus o teria chamado com o nome de filho.” (27. 5; *Alex.* p. 55) [ἔνιοι δὲ φασὶ τὸν μὲν προφήτην Ἐλληνιστὶ βουλούμενον προσεῖπεν μετὰ τινος φιλοφροσύνης ὃ παιδίον, ἐν τῷ τελευταίῳ τῶν φθόγγων ὑπὸ βαρβαρισμοῦ πρὸς τὸ σίγμα ἐξενεχθῆναι καὶ εἶπειν, ὃ παιδίος, ἀντὶ τοῦ νῦ τῷ σίγμα χρησάμενον, ἀσμένῳ δὲ τῷ Ἀλεξάνδρῳ τὸ σφάλμα τῆς φωνῆς γενέσθαι καὶ διαδοθῆναι λόγον ὡς παῖδα Διὸς αὐτὸν τοῦ θεοῦ προσεῖπόντος.] Certa vez, durante uma trovoadra, todos estavam tomados de pavor: “Filho de Júpiter – disse-lhe o sofista Anaxarco, que se achava presente – não és tu que produzes todo este barulho?” (28. 2; *Alex.* p. 56) [Ἀνάξαρχος ὁ σοφιστὴς παρῶν ἔφη πρὸς αὐτὸν, μὴ τι σὺ τοιοῦτον ὁ τοῦ Διὸς;] Alexandre “rogou aos deuses – conforme relata Calístenes, nos termos seguintes: ‘Se de fato sou filho de Júpiter, dignai-vos defender os Gregos e dar segurança a seus golpes’” (33. 1; *Alex.* p. 64) [παρεκάλει τοὺς θεοὺς, ὡς Καλλισθένης φησὶν, ἐπενυχόμενος, εἴπερ ὄντως Διόθεν ἐστὶ γεγονῶς, ἀμῦναι καὶ συνεπιρρώσαι τοὺς Ἕλληνας]. Aqui, Alexandre encena-se como defensor dos helenos e não dos macedônios. Fica, porém, claro, que Alexandre não fingiu ser imortal, mas que ele assumiu ser mortal: “Meus amigos, o que corre aqui é sangue, e não aquele licor [ἰχώρ] sutil ‘Que escorre das feridas dos deuses imortais’” (28. 2; *Alex.* p. 56) [τοῦτο μὲν εἶπεν, ὃ φίλοι, τὸ ῥέον αἷμα, καὶ οὐκ ἰχώρ,

acreditam também em outros dos deuses olímpicos (Atena⁶⁷, Apolo⁶⁸, Artemis⁶⁹, Dioniso⁷⁰)⁷¹, e reconhecem e adoram heróis helenos como Hércules e Aquiles. E parece que, pelo menos para Filipe e Alexandre, os adivinhos até tinham maior destaque do que, por exemplo, entre os atenienses.⁷² Pode ser que os macedônios

οἷός πέρ τε ρέει μακάρεσσι θεοῖσιν’]. Clito confirma, mesmo estando irritado, que Alexandre é considerado “filho dos deuses” (50. 6; *Alex.* p. 85) [Ἀμμωνί σαυτὸν], mas diz também que ele é mortal. Isso não é uma humilhação, uma vez que também Aquiles e Hércules eram mortais. Resumindo Tarn: “Zwar habe Alexander nie geglaubt, Gott oder Sohn eines Gottes zu sein, aber er wollte Gott seines Imperiums werden.” (Seibert 1972: 200)

⁶⁷ “Visitou Ílion, fez ali um sacrifício a Minerva e algumas libações aos heróis; banhou com azeite a coluna funerária de Aquiles, andou em volta do túmulo, completamente nu, segundo o costume” (15. 4; *Alex.* p. 36) [ἀναβάς δὲ εἰς Ἴλιον ἔθυσσε τῇ Ἀθηνᾷ καὶ τοῖς ἥρωσιν ἔσπεισε. τὴν δὲ Ἀχιλλέως στήλην ἀλειψάμενος λίπα καὶ μετὰ τῶν ἑταίρων συναναδραμιῶν γυμνός, ὡσπερ ἔθος ἐστίν]. Alexandre, portanto, também faz sacrifícios para Atena, mesmo – ou talvez exatamente porque – ela sendo Deusa principal de Atenas. Alexandre – talvez por falta de macedônios na *Ilíada* – queria estabelecer vínculos entre si próprio e a *Ilíada*.

⁶⁸ Num sonho de Dario: “Parece que o deus [que tinha enviado o sonho; R.G.] anunciava muito claramente, por meio dessa visão, o alto grau de grandeza e de esplendor reservado à pujança dos Macedônios.” (18. 5; *Alex.* p. 41) [διὰ τούτων, ὡς ἔοικεν, ὑπεδηλοῦτο παρὰ τοῦ θεοῦ λαμπρὰ μὲν γενήσασθαι καὶ περιφανῆ τὰ τῶν Μακεδόνων] Plutarco (ou a fonte dele) destaca que o deus reservou o esplendor primeiramente aos macedônios e não aos helenos. Alexandre “sonhou que Hércules, estendendo-lhe a mão, chamava-o do alto das muralhas. Diversos tírios, também durante o sono, julgaram ter ouvido Apolo dizer-lhes que iria pôr-se ao lado de Alexandre, por estar descontente com o que se fazia na cidade.” (24. 3; *Alex.* p. 50) [ὄναρ εἶδε τὸν Ἡρακλέα δεξιούμενον αὐτὸν ἀπὸ τοῦ τείχους καὶ καλοῦντα. τῶν δὲ Τυρίων πολλοῖς κατὰ τοὺς ὕπνους ἔδοξεν ὁ Ἀπόλλων λέγειν ὡς ἄπεισι πρὸς Ἀλέξανδρον οὐ γὰρ ἀρέσκειν αὐτῷ τὰ πρασσόμενα κατὰ τὴν πόλιν.]

⁶⁹ “Alexandre nasceu [...] no dia mesmo em que o templo de Diana incendiara-se em Éfeso. A esse respeito, Hegésias de Magnésia soltou uma exclamação [...]: ‘Não é estranho [...] que o templo se tenha queimado, pois Diana estava ocupada com o parto da mãe de Alexandre!’” (3. 3; *Alex.* p. 21) [ἐγεννήθη δ’ οὖν Ἀλέξανδρος ... καθ’ ἣν ἡμέραν ὁ τῆς Ἐφεσίας Ἀρτέμιδος ἐνεπρήσθη νεὸς ὡς γ’ Ἠγησίας ὁ Μάγνης ἐπιπεφώνηκεν ἐπιφώνημα ... καταφλεχθῆναι τὸν νεῶν τῆς Ἀρτέμιδος ἀσχολουμένης περὶ τὴν Ἀλεξάνδρου μαίωσιν.]

⁷⁰ Sobre o culto de Dioniso na Macedônia veja O’Brien 1992: 13-16.

⁷¹ “It appears that he considered five gods as his main champions in the undertaking: Zeus, Athena, Heracles, Dionysus, and Apollo. While still in Macedonia, he issued his new imperial coinage featuring on his silver tetradrachmas the head of Heracles on one side, and Zeus Basileus, with eagle and scepter, on the other, and on his gold staters the helmeted head of Athena on one side, and the figure of Nike (as attribute of Athena) on the other.” (Fredricksmeier 2003: 261)

⁷² Alexandre viu “Aristandro embaraçado e gostava de favorecer sempre as predições dos adivinhos” (25. 2; *Alex.* p. 51) [διηπορημένον αὐτὸν ἰδὼν ὁ βασιλεὺς καὶ συμφιλοτιμούμενος αἰεὶ τοῖς μαντεύμασιν]. “Quanto a Alexandre, enquanto os Macedônios descansavam, fez com Aristandro, seu adivinho, sacrifícios secretos em sua tenda, imolando vítimas ao Medo [Φόβος].” (31. 4; *Alex.* p. 61) [Ἀλέξανδρος δὲ τῶν Μακεδόνων ἀναπαυομένων αὐτὸς πρὸ τῆς σκηπῆς μετὰ τοῦ μάντεως Ἀριστάνδρου διέτριβεν, ἱερουργίας τινας ἀπορρήτους ἱερουργούμενος καὶ τῷ Φόβῳ σφαγιαζόμενος.] “O adivinho Aristandro lembrou-lhe [a Alexandre], porém, a visão que tivera a respeito de Clito e o prodígio ao qual assistira [...] era preciso reconhecer a execução dos decretos do destino. Isso pareceu confortá-lo um pouco.” (52. 1; *Alex.* p. 87) [Ἀριστάνδρου δὲ τοῦ μάντεως ὑπομνησκόντος αὐτὸν τὴν τε ὄψιν ἣν εἶδε περὶ τοῦ Κλείτου, καὶ τὸ σημεῖον, ὡς δὴ πάλα καθεμαρμένον τούτων, ἔδοξεν ἐνδιδόναι.]

tinham a tendência de deificar as partes da natureza⁷³ (igual a Homero, quando ele descrevia, por exemplo, o rio Escamandro como ser divino), e que eles eram (ainda) mais supersticiosos do que a grande parte dos helenos, mas Alexandre tentou anular as superstições (pelo menos nos casos, nos quais eles ameaçavam o sucesso da sua campanha): “os reis da Macedônia não costumavam fazer avançar suas tropas durante o mês do Désius. Alexandre reformou essa superstição” (16. 2; *Alex.* p. 37) [(Δαισίου γὰρ οὐκ εἰώθεισαν οἱ βασιλεῖ τῶν Μακεδόνων ἐξάγειν τὴν στρατιάν), τοῦτο μὲν ἐπληρωθῶσατο κελεύσας δεῦτερον Ἀρτεμίσιον ἄγειν].⁷⁴

HISTÓRIA E MITOLOGIA

As história e mitologia comuns ajudam a criar pontos de identificação entre grupos que vivem distantes uns dos outros, mas compartilhar das mesmas narrações míticas não é o suficiente: a região de Epiro, por exemplo, faz parte dos mesmos ciclos míticos como regiões da Hélade, mas parece que mesmo assim os epirotas não eram considerados helenos, pelo menos não todos e não por todos os helenos.⁷⁵

A Macedônia tem a desvantagem de não ser parte integral da mitologia helênica e de tampouco existir muita história em comum, ainda que muitos macedônios tivessem nomes helênicos. Filipe e, sobretudo, Alexandre tentaram compensar esses defeitos, aproximando a própria casa real e a si mesmos ao mundo dos heróis míticos da Hélade. Já Plutarco observou que Alexandre, de propósito, encenou-se de maneira a permitir o manuseio da mitologia e da religião como formas de facilitar o domínio sobre outros. Isso inclui a tentativa de se aproximar da mitologia helênica como meio de evitar ser visto como um bárbaro pelos helenos, passando a imagem de ser um macedônio que é quase um heleno.⁷⁶

⁷³ Alexandre usufruiu disso na sua argumentação em frente do exército: “Seria desonrar o Hesponto – disse Alexandre. – Se o atravessai, vou agora ter medo de passar o Granico!” (16. 2; *Alex.* p. 37) [εἰπὼν αἰσχύνεσθαι τὸν Ἑλλήσποντον εἰ φοβήσεται τὸν Ἰρανικὸν διαβεβηκῶς ἐκεῖνον].

⁷⁴ Somente nos últimos dias de vida, “Alexandre, completamente abandonado às suas fantasias supersticiosas, ficou tão perturbado, tão atemorizado, que as coisas mais insignificantes, bastando que se apresentassem de maneira um tanto extraordinária e estranha, apareciam-lhe como sinais e prodígios. Seu raço estava repleto de gente fazendo sacrifícios, exciações ou profecias” (75. 1; *Alex.* 113) [ὁ δ’ οὖν Ἀλέξανδρος ὡς ἐνέδωκε τότε πρὸς τὰ θεῖα ταραχῶδης γενόμενος καὶ περιφοβὸς τὴν διάνοιαν, οὐδὲν ἦν μικρὸν οὕτως τῶν ἀήθων καὶ ἀτόπων ὃ μὴ τέρας ἐποιεῖτο καὶ σημεῖον ἀλλὰ θυομένων καὶ καθαιρόντων καὶ μαντευόντων μεστὸν ἦν τὸ βασίλειον].

⁷⁵ O fato de compartilharem uma mesma mitologia não automaticamente exclui de serem vistos como bárbaros; isso depende da maneira segundo a qual um certo povo ou grupo está representado nos mitos comuns. Por outro lado, quem já é inimigo dos helenos dentro dos mitos facilmente será considerado bárbaro: por exemplo certos aliados dos troianos ou os povos residentes na região da Cólquida, pátria de Medeia.

⁷⁶ “Alexandre estava longe de enganar-se sobre si mesmo e de envaidecer-se por sua pretendida divindade: Limitava-se a utilizar a opinião que os outros tinham a respeito, para os dominar.” (28. 3; *Alex.* p. 57) [ὁ δ’ οὖν Ἀλέξανδρος ... δῆλός ἐστιν αὐτὸς οὐδὲν πεπονηῶς οὐδὲ τετυφωμένος, ἀλλὰ τοὺς ἄλλους καταδουλούμενος τῇ δόξῃ τῆς θεϊότητος.] “The inspiration that Alexander (and his companions) drew from Homer made him (and

Sendo assim, a autorepresentação de Alexandre como alguém que deriva de deuses e de heróis pan-helênicos⁷⁷ e que os emula⁷⁸ pode ser uma forma de antecipar e de impedir que certos helenos o denominassem e o tratassem como um bárbaro. Parece que os macedônios já seguiram desde o século V a.C. uma política cultural que tinha como objetivo a integração com o mundo helênico,⁷⁹ que culminou, por exemplo, na contratação de grandes poetas helênicos, como Eurípides⁸⁰, tendo, talvez, como intenção aproximarem-se dos helenos e distanciarem-se dos bárbaros.

Alexandre não somente construiu um “eu” em face de uma realidade passada, mas também aspirava a corrigir as máculas de Aquiles, quando tais eram percebidas por ele (cf. Plut. *Moralia* 343b). Sendo assim, os dois paradigmas (*imitatio* e *aemulatio*) têm que ser lembrado sempre, e tampouco pode ser esquecido a paralela com contemporâneos (*comparatio*). Esse último fato indica que a self-fashioning de Alexandre, com o objetivo de se tornar herói,

them) ‘true Mycenaeans,’ [...] Alexander was not only a successful performer, engaging the cooperation of other performers in various media, not least artists and writers, articulate voices that could craft an associated representational image with clear public overtones.” (Cohen 1995: 483) “Later in his career Alexander must have realized the need to control the way in which he was publicly seen at home and abroad, as well as the fact that his own once genuinely personal vision held public potential [...] From a certain point on, the personal and political, reality and myth, blend inextricably, and there is no use in trying to sort them out neatly. [...] Ultimately Alexander realized the propagandistic value of controlled history, surrounding himself with writers who were to recast events in prose and in epic poetry.” (Cohen 1995: 486).

⁷⁷ “É opinião corrente que, do lado paterno, Alexandre descendia de Hércules, por Carano, e, do lado materno, dos Eacides, por Neoptolemo.” (2. 1; *Alex.* p. 19) [Ἀλέξανδρος ὅτι τῷ γένει πρὸς πατρὸς μὲν ἦν Ἡρακλείδης ἀπὸ Καράνου, πρὸς δὲ μητρὸς Αἰακίδης ἀπὸ Νεοπτολέμου, τῶν πάνυ πεπιστευμένων ἐστὶ.] “[M]ais que uma simples crença, esse tipo de ligação era uma forma de legitimar o poder dos reis macedônios e facilitar a sua aceitação frente à população grega.” (Ziegler 2009: 109)

⁷⁸ Por exemplo a analogia de Alexandre com Aquiles e Hércules. “In the same context Demosthenes decided to clip Alexander’s budding reputation as the new Achilles by labeling him the mock hero Margites, thereby implying that the more Alexander is styled or styles himself another Achilles, the more he becomes a caricature of the Homeric hero.” (Gunderson 1981: 188)

⁷⁹ Não somente Filipe e Alexandre, mas também outros nobres da Macedônia eram educados de modo helênico, por exemplo Cassandro foi criado em estilo helênico (τεθραμμένος Ἑλληνικῶς; 74. 1).

⁸⁰ É interessante notar que justamente esse poeta abordou a questão dos bárbaros em suas várias facetas. “Euripides’ ideas about Barbarians seem to give rise to a problem. Certainly, most critics agree in thinking that, for once, Euripides has made himself the spokesman for established values and the resolute advocate of Greek superiority. But others, more careful and cautious, like W. Kranz or H. Diller, admit that the portrayal of the Barbarian in Euripides’ drama is far from simple, and that the tragedian wavers between two opposite positions, regarding the barbarian now as a born slave, now as a fully fledged human being. Still others, like V. di Benedetto or E. Lévy, map out a process of evolution from the first tragedies, which give the Barbarian a positive image and bear witness to an effort to understand, up to the last [...] which exalt Panhellenic values.” (Said 2002: 63)

não somente tinha um componente pessoal, mas também um cultural. Aparentemente, o passado heróico (Idade de Bronze?) era neste contexto um passado vivo e relevante e foi percebido mais como algo semelhante que algo diferente [da atualidade; R.G.]. (Cohen 1995: 484)⁸¹

O jogo associativo com heróis era um evento performativo⁸² e “envolveu um atuante singular que agiu para si mesmo e não tanto para a comunidade, mas, no mesmo momento, invocava uma coloração pública, enquanto sendo uma performance que se autodramatizava, direcionando-se a um público militar.” (Cohen 1995: 484)⁸³ Os macedônios aproximavam-se a Hércules já desde gerações anteriores a Alexandre. Ele, por sua vez, começou a celebrar mais uma outra associação: aquela com Aquiles.⁸⁴

Mesmo não sendo possível superestimar a importância de Hércules, a figura heroica Aquiles possuía um lado refletivo, uma complexidade humana que eludia a representação comum de Hércules enquanto representação de força física crua e devia ter atraído a personalidade complexa de Alexandre. (Cohen 1995: 485)⁸⁵

O uso celebrativo da mitologia helênica por Alexandre e seus antepassados próximos pode, portanto, ser interpretado como um esforço para ser reconhecido entre os helenos.

⁸¹ “Not only did Alexander construct a self in light of a past reality, but he also strove to correct Achilles’ flaws as he occasionally perceived them (cf. Plut. *Moralia* 343b). Thus both paradigms (*imitatio* and *aemulatio*) must be kept in mind, nor was the parallel lost to contemporaries (*comparatio*). This last fact indicates that Alexander’s self-fashioning into a hero had not only a personal but a cultural component. It suggests that the heroic (Bronze Age?) past was in that context a living and a relevant past, seen in terms of its sameness rather than its otherness.”

⁸² Por exemplo: “There at Troy he stood picturing the heroic deeds which had once taken place [...] Plut. *Moralia* 331d” (Cohen 1995: 485).

⁸³ “involved a single agent acting on his own behalf rather than the community’s, but at the same time it conjured up a public tone, in that it was a self-dramatizing performance addressed to a military audience.”

⁸⁴ Sobre a importância e a forma da relação de Alexandre com Aquiles veja Guggenberger 2016. “Do ponto de vista de Plutarco, Aquiles deixou no jovem Alexandre uma marca genética, que o acompanhou ao longo da vida e pôde explicar as qualidades precoces que o filho de Filipe II desde cedo demonstrou.” (De Fátima Silva 2012: 128) “[T]he associations with Heracles, a well established connection for the Macedonian royal house, and with Achilles, a more recent association gained for Alexander through his mother, though inchoate in public opinion, received encouragement from their repetition in the orators. Notwithstanding the mockery and cynicism the orator often joined to linking Alexander with Achilles, it is obvious that such subtle and sophisticated attacks did more to inflate than to diminish the expectation that Alexander | was an ACHILLEUS REDIVIVUS. This is so because the ‘man on the street’ missed the irony” (Gunderson 1981: 188-189).

⁸⁵ “Even though the importance of Herakles can never be overestimated, there was a reflective side to Achilles’ heroic persona, a human complexity, which eluded Herakles’ usual representation in terms of naked physical power and which must have held an added appeal for Alexander’s complex personality.”

A consciência nacional dos gregos não era apoiada jamais por instituições políticas e também as festas em comum e a reverência ao oráculo de Delfos lhe davam somente pouco apoio. Essa consciência nacional não se criava pela língua, que se dividia em muitos dialetos, e tampouco pelo culto, que era diferente de acordo com as regiões. Neste contexto, a epopeia, que narra uma campanha dos pan-aqueus contra a cidade asiática, sem dúvida, contribuía muito para que os gregos se sentissem como unidade. Quando, finalmente, os persas atacaram a Grécia, a lembrança mítica conseguia fortalecer a consciência da solidariedade (Snell 1952: 8)⁸⁶.

MACEDÔNIOS COMO NÃO BÁRBAROS: A LÍNGUA

Plutarco destaca um episódio, no qual Alexandre, embriagado, chamou “seus escudeiros com voz forte, em dialeto macedônio [Μακεδονιστί], sinal de grande paixão” (51. 4; *Alex.* p. 86) [ἀνεβρόα Μακεδονιστί καλῶν τοὺς ὑπασπιστάς τοῦτο δὲ ἦν σύμβολον θοροῦβου μεγάλου]. É provável, portanto, que Alexandre falava com a sua guarda macedônica em dialeto macedônico, mas que ele mudava para um dialeto helênico⁸⁷ na presença de helenos. Plutarco mostra que o dialeto macedônico foi a língua íntima de Alexandre e que ele o usava em momentos de agitação e de forte emoção. Quando gritava e saía de si, ele usava essa língua automaticamente como língua materna, não tendo condições mentais em tais momentos para usar a segunda língua dele, que era um dos dialetos helênicos ou uma mistura dos mesmos. Segundo Plutarco, a língua dos macedônios, portanto, não era igual àquela dos helenos.⁸⁸

⁸⁶ “Das nationale Bewußtsein der Griechen, hat so keinerlei Halt an politischen Institutionen, nur einen schwachen Halt an den gemeinsamen Festen, an der Ehrfurcht vor dem delphischen Orakel, und es konnte sich an der Sprache, die in viele Dialekte zerfiel, und am Kult, der in allen Landschaften verschieden war, kaum bilden: da hat das Epos, das einen Zug der Panachaier gegen die asiatische Stadt schilderte, zweifellos viel dazu beigetragen, daß die Griechen sich als Einheit fühlten, und als dann vollends die Perser gegen Griechenland zogen, konnte die mythische Erinnerung das Bewußtsein der Solidarität stärken”.

⁸⁷ Provavelmente um do tipo jônico, talvez um próximo ao ático (devido à importância cultural e literária de Atenas) – constituindo eventualmente já uma fase preliminar do *koiné*. Seria interessante poder analisar se, inicialmente, o *koiné* contou com a contribuição de elementos do dialeto macedônico. Parece, porém, que o *koiné* (quase) não foi influenciada pelo dialeto macedônico, embora o próprio Alexandre e a maioria dos líderes do exército tivessem falado Μακεδονιστί.

⁸⁸ “The German historian Beloch (1886) also asserted that ,the Macedonians spoke a different language in king Archelaus’s (413-399 B.C.) presence, which the (Dorians) Hellenes didn’t understand.” (Skokljev-Donco/ Nikolovski-Katin/Stefov 2010: 127) Pela carência de testemunhos escritos, essa língua dos macedônios não pode ser mais reconstruída. Os testemunhos supérstites estão em letras gregas. Sobre a história da escrita usada na Macedônia antes da adoção do alfabeto grego, veja Skokljev-Donco/ Nikolovski-Katin/Stefov 2010: 111-117. Segundo o indo-europeista Heiner Eichner o macedônico da época de Alexandre era a língua indo-europeia mais próxima ao grego, quer dizer aos dialetos helênicos. Há, porém, linguistas (por exemplo Panayotou 1994) que argumentam, que não

CONCLUSÃO

Vários traços que unem e separam os helenos e os macedônios, e que podem ter contribuído à união e à separação deles, foram apresentados. Desses traços, a religião e uma certa série de comportamentos e ideais eram aqueles que, segundo Plutarco, quase não se distinguiram.⁸⁹ No meio caminho está a língua, que se distinguiu, mas não tanto, dos dialetos helênicos. Constatou-se que quase não existe uma história comum e que os macedônios não estavam presentes na mitologia helênica, embora a casa real macedônica tenha se aproximado constantemente a essa mitologia, pelo menos desde o século V a.C.⁹⁰

Evidenciou-se também que os macedônios, assim como os helenos, tinham a tendência de menosprezar aqueles que eram considerados bárbaros pelos helenos. A depreciação e uma posição desfavorável frente aos bárbaros podem contribuir para que um determinado grupo ou povo não heleno não seja visto como bárbaro. Porém, combater alguém que é (também) considerado bárbaro (nem que seja o bárbaro por excelência, como o rei dos persas) não é o suficiente para se livrar de uma imagem bárbara.⁹¹

Há outros possíveis elementos identificadores entre macedônios e helenos que não podem ser analisados, uma vez que Plutarco não fala explicitamente, por exemplo, sobre as diferenças de etnicidade dos helenos e macedônios e nem foca muito na região geográfica. Contudo isso não quer dizer que esses dois elementos não podem ter influenciado na categorização dos macedônios como não helenos e como não bárbaros. É esse campo semântico que chamamos de “terceira categoria”. Não é, portanto, correto distinguir somente helenos de bárbaros, mas é preciso introduzir uma terceira denominação. Nessa terceira categoria encontram-se, entre outros, os macedônios, os trácios⁹², (provavelmente pelo menos a maioria dos) epirotas, e habitantes helenófonos da Magna Grécia⁹³.

se trata de uma outra língua indo-europeia, mas de um dialeto helênico, que absorveu elementos não helênicos.

⁸⁹ Pelo menos na ótica apresentada por Plutarco. Por detalhes históricos e especificidades da religião macedônica veja Christesen/Murray 2010.

⁹⁰ Talvez essa aproximação fez com que a realeza macedônica tenha sido admitido nos Jogos Olímpicos (Hdt. 5. 22), algo normalmente reservados aos helenos, a partir do mesmo século.

⁹¹ Se fosse assim, os povos do oriente e oriente médio que travaram batalhas contra os persas teriam sido considerados não bárbaros pelos helenos, o que não era o caso.

⁹² Os trácios já aparecem na mitologia como povo não aliado aos helenos (por exemplo na *Ilíada*) e que não é civilizado, como já mostra Arquíloco que fala deles como selvagens e escravizados.

⁹³ O atleta Failo de Crotona “tendo os Italiotas abandonado os Gregos, que eles julgavam irremediavelmente perdidos [essa explicação do abandono não consta no texto grego usado; R.G.], equipou uma galera à própria custa e foi a Salamina, para participar dos riscos da Grécia.” (34. 2; *Alex.* p. 66) [τῶν ἄλλων Ἰταλιωτῶν ἀπεγνωκότων τοὺς Ἑλληνας ιδιόστολον ἔχων ναῦν ἔπλευσεν εἰς Σαλαμίνα, τοῦ κινδύνου τι μεθέξων.] Isso mostra que os habitantes da Magna Grécia não eram considerados helenos, embora muitos ainda estivessem conectados à Hélade de modo tão intenso que uns poucos até auxiliaram no combate contra os persas.

Os macedônios, em Plutarco, nunca foram chamados de bárbaros. E, naturalmente, os próprios macedônios não se consideravam bárbaros.⁹⁴ Até no caso da conquista e punição brutal da “capital” da Beócia, Tebas, Plutarco não os chama de bárbaros. (11. 5-6; *Alex.* p. 32) A casa real macedônica, especialmente Alexandre⁹⁵, tentou ganhar o reconhecimento dos helenos, sobretudo dos atenienses *qua* helenos mais sofisticados culturalmente e, aparentemente, não dos Espartanos, uma vez que esses não participaram da campanha e do seu exército.⁹⁶ Os helenos mais destacados por Plutarco são os atenienses⁹⁷, seguidos

⁹⁴ Alexandre foi ralhado pelo nobre macedônio Clito: “não convide à sua mesa homens livres e cheios de franqueza e fique entre bárbaros e escravos, prontos a adorar sua cintura persa e seu traje branco” (51. 3; *Alex.* p. 86) [μη καλεῖν ἐπὶ δεῖπνον ἄνδρας ἐλευθέρους καὶ παρρησίαν ἔχοντας, ἀλλὰ μετὰ βαρβάρων ζῆν καὶ ἀνδραπόδων, οἱ τὴν Περσικὴν ζώνην καὶ τὸν διάλευκον αὐτοῦ χιτῶνα προσκυνήσουσιν]. Essa autopercepção dos macedônios como livres e francos, serve como contraste com o costume de Alexandre de conviver com bárbaros, tratá-los bem e ser respeitado por eles.

⁹⁵ A passagem na qual o desempenho de Alexandre em tentar agradar os atenienses é mais evidente é: “Oh Atenienses, imaginai os perigos contra os quais eu me arrisco para merecer os vossos louvores!” (60. 3; *Alex.* p. 97) [Ἀθηναῖοι, ἄρα γε πιστεύσατε ἂν ἠλικούς ὑπομένω κινδύνους ἔνεκα τῆς παρ’ ὑμῖν εὐδοξίας;] Num contexto de situações em quais Alexandre falou com os helenos, Plutarco menciona uma tabuleta, na qual constava que “o império dos Persas desapareceria, derrubado pelos Gregos” (17. 2; *Alex.* p. 39) [ἐδηλοῦτο παύσεσθαι τὴν Περσῶν ἀρχὴν ὑπὸ Ἑλλήνων καταλυθεῖσαν]. Não foi mencionado, portanto, o papel e a participação dos macedônios (além do próprio Alexandre como o seu rei) nas batalhas, dos quais a contribuição era mais acentuada e importante do que a dos helenos.

⁹⁶ “The attitude of city-state Greeks to this sub-Homeric enclave [Macedon; R.G.] was one of genial and sophisticated contempt. They regarded Macedonians in general as semi-savages, uncouth of speech and dialect, retrograde in their political institutions, negligible as fighters, and habitual oath-breakers, who dressed in bear-pelts and were much given to deep and swinish potations, tempered with regular bouts of assassination and incest. [...] No one had forgotten that Alexander I, known ironically as ‘the Philhellene’, had been debarred from the Olympic | Games until he manufactured a pedigree connecting the Argeads with the ancient Argive kings.” (Green 1991: 6-7) O fato que Alexandre I (não a ser confundido com Alexandre II, o Grande) foi chamado de Filelono já mostra que os macedônios não foram considerados helenos pelos próprios helenos. O fato que a fonte principal deste trabalho é a obra de um heleno, tem que nos alertar a respeito da verdadeira importância dos helenos no pensamento de Alexandre: “since our sources almost invariably reflect the Greek point of view, there is the constant risk of overestimating the importance of Greek interests in Alexander’s mind.” (Faraguna 2003: 99)

⁹⁷ Atenas e os atenienses foram um caso especial para Alexandre e isso é evidenciado em várias passagens da *Vida de Alexandre*: “governando a Hélade” (13. 2; *Alex.* p. 33 representa uma outra e má tradução da passagem) [ἄρξουσιν τῆς Ἑλλάδος]. “Atenodoro, multado pelos Atenienses por não ter comparecido às festas de Baco, rogou ao rei [Alexandre] que intercedesse em seu favor. Alexandre não o fez, mas pagou a multa em lugar dele.” (29. 3; *Alex.* p. 57) [ἐπεὶ δὲ Ἀθηνόδωρος ὑπὸ τῶν Ἀθηναίων ζημιωθείς, ὅτι πρὸς τὸν ἀγῶνα τῶν Διονυσίων οὐκ ἀπήνησεν, ἤξιον γράψαι περὶ αὐτοῦ τὸν βασιλέα, τοῦτο μὲν οὐκ ἐποίησε, τὴν δὲ ζημίαν ἀπέστειλε παρ’ ἑαυτοῦ.] Plutarco mostra que mulheres áticas se relacionaram e casaram com macedônios no decorrer da campanha de Alexandre: por exemplo “a cortesã Taís, natural da Ática, e então amante de Ptolemeu, aquele que depois foi rei do Egito [“do Egito” não consta no texto grego; R.G.]” (38. 1; *Alex.* p. 70) [Θαῖς ἢ Πτολεμαίου τοῦ βασιλεύσαντος ὕστερον ἑταῖρα, γένος Ἀττικῆ].

pelos tebanos. E ele deixa também muito claro que os tessálios⁹⁸ e os espartanos eram indubitavelmente helenos.

Quando “depois de conquistado o Egito, Alexandre projetou a construção duma cidade grega [Ἑλληνίδα], grande e populosa, dando-lhe seu próprio nome” (26. 2; *Alex.* p. 53) [τῆς Αἰγύπτου κρατήσας ἐβούλετο πόλιν μεγάλην καὶ πολυάνθρωπον Ἑλληνίδα συνοικίσας ἐπώνυμον ἑαυτοῦ καταλιπεῖν], o pronável é que ele tenha pensado nas grandes *poleis* helênicas como modelos, uma vez que na Macedônia não existiam tais modelos. Isso mostra que Ἑλληνίδα não significa, nesta ocasião, que Alexandre queria fundar cidades somente para helenos e não para os macedônios.

Seibert, portanto, tem razão ao criticar que Robinson⁹⁹ por usar “a denominação ‘gregos’ para gregos e macedônios [...] deve ter criado uma ideia totalmente errada, sobretudo utilizando-a em contextos referentes à administração e ao exército.” (Seibert 1972: 187)¹⁰⁰ Na visão de Seibert as diferenças entre helenos e macedônios eram sobretudo visíveis em questões administrativas e militares. Uma análise de Plutarco, porém, evidencia que os helenos distinguem a si mesmos dos macedônios, desde o início e antes da reunião por ocasião da campanha de Alexandre e não somente em termos administrativos e militares.

Ao que parece, para que um grupo, uma tribo ou um povo fossem pertencentes à terceira categoria¹⁰¹, eles deveriam falar um dialeto helênico ou

⁹⁸ “Alexandre falou prolongadamente aos Tessálios e aos outros Gregos” (33. 1; *Alex.* p. 64) [τοῖς Θετταλοῖς πλείστα διαλεχθεὶς καὶ τοῖς ἄλλοις Ἑλλησιν]. A edição Loeb (Plutarco 1967: 323, rodapé 1) comenta acerca essa passagem: “Sometimes the term ‘Hellenes’ excludes, and sometimes it includes, the Macedonians. The context must decide. Cf. xlvii. 5.” Acharnos esse comentário equivocado, uma vez que ao redor dessa passagem, Alexandre parece se direcionar exclusivamente àquela parte do seu exército que se constituiu pelos helenos. A leitura minuciosa da *Vida de Alexandre* mostra que Plutarco sempre distingue nitidamente entre macedônios e helenos e não costuma incluir os primeiros quando ele fala dos helenos. A citada passagem 47. 5 da qual o comentador se serve para fins comparativos demonstra explicitamente que Plutarco fez tal distinção, uma vez que ali não se fala somente da presença dos helenos, mas da dos helenos e também da dos macedônios. Seguindo à tradução de Vega, teria uma única passagem, na qual Plutarco falaria de helenos incluindo os macedônios, quando um dos companheiros de Alexandre conta, que “os soldados do exército grego” (*Alex.* p. 60) fizeram uma brincadeira. No texto grego, porém, não consta a palavra “grego” e tampouco a palavra “exército”, mas somente στρατηγὸν (31. 1). Quem aborda a temática da categorização dos macedônios sob uma perspectiva sincrônica (no nosso caso a categorização dos macedônios da segunda metade do século IV na ótica de Plutarco), portanto, não precisa somente consultar constantemente o texto grego, mas ele também não deve confiar na literatura secundária, que afirma – baseando-se em meras interpretações de pouquíssimas passagens da literatura clássica (por exemplo em Heródoto) – que os macedônios deveriam ser considerados helenos: por exemplo Lefèvre 2013: 235 e Droysen 2010: 59-61.

⁹⁹ Robinson 1936: 298-305.

¹⁰⁰ “die Bezeichnung Griechen für Griechen und Makedonen [...] muß ein völlig falsches Bild entstehen, besonders bei der Verwendung in der Verwaltung und im Heer.”

¹⁰¹ A terceira categoria corresponde ao caso daqueles que não eram nem helenos e nem bárbaros na visão dos helenos.

um dialeto que continha um número considerável de elementos familiares ao grego, como é o caso do macedônico. Mas falar um tal dialeto não significa automaticamente que o falante desse dialeto fosse considerado heleno. A língua semelhante somente permite que o respectivo falante não seja incluído na lista dos bárbaros.

Há vários outros parâmetros de identificação, dentre os quais está a região. Parece, por exemplo, que os povos da Magna Grécia, que habitavam áreas distantes e remotas da Hélade, não contavam como helenos plenos, embora fossem falantes de dialetos da Eubeia e de outras regiões da Hélade. Isso quer dizer que a dicotomia comum que separa os povos da Antiguidade grega em helenos e bárbaros não pode ser mantida, e que os gregos faziam distinções mais sutis. Deste modo é preciso operar com uma terceira categoria a qual pertencem vários povos que até então eram incluídos, erroneamente, por uma parte dos pesquisadores modernos na categoria “helenos” e por outra parte na categoria “bárbaros”, tendo sido esses considerados, na verdade, pelos próprios helenos nem bárbaros e nem helenos.¹⁰²

A introdução dessa terceira categoria não somente está de acordo com Plutarco, mas também com Demóstenes, contemporâneo de Filipe e de Alexandre. O orador constata, através de negações acumulativas, que Filipe não é heleno (οὐ μόνον οὐχ'Ἕλληνας ὄντος), que não tem nada a ver com os helenos (οὐδὲ προσήκοντος οὐδὲν τοῖς Ἕλλησιν), e que nem é bárbaro (ἀλλ' οὐδὲ βαρβάρου), mas sim um patife macedônio (ἀλλ' ὀλέθρου Μακεδόνας), de um país onde anteriormente não era nem possível comprar um escravo que prestasse. (Κατὰ Φιλίππου 3. 31)

¹⁰² “Alexandre servia-se de Hefestion para fazer conhecer suas vontades aos bárbaros, a [sic!] de Cratera para tratar com os Gregos e os Macedônios” (47. 5; *Alex.* p. 81) [δι' ἐκείνου μὲν ἐχρημάτιζε τοῖς βαρβάροις, διὰ τοῦτου δὲ τοῖς Ἕλλησι καὶ τοῖς Μακεδόσι].

BIBLIOGRAFIA

- Aristotelis (1991), *Ethica Eudemia*. Walzer, R. R.; Mingay, J. M. (eds.). Oxford.
- Bosman, P. (2011), “Signs and Narrative Design in Plutarch’s Alexander”, *Akroterion* 56: 91-106.
- Burke, E. M. (1983), “Philip II and Alexander the Great”, *Military Affairs* 47, 2: 67-70.
- Christesen, P.; Murray, S. C. (2010), “Macedonian Religion”, in Roisman, J.; Worthington, I. (eds.). *A Companion to Ancient Macedonia*. Malden, Oxford, 428-445.
- Cohen, A. (1995), “Alexander and Achilles – Macedonians and ‘Mycenaeans’”, in Carter, J. B.; Morris, S. P. (eds.). *The ages of Homer: A tribute to Emily Townsend Vermeule*. Austin, 483-505.
- De Fátima Silva, M. (2012), “Alexandre da Macedônia: Um paradigma de excelência”, *Imagens da Educação* 2, 3: 1-10.
- De Fátima Silva, M. (2012), “Registo e Memória. Arriano e Plutarco sobre Alexandre”, in Ramos, J. A.; Simões Rodrigues, N. (eds.). *Mnemosyne kai Sophia*. Coimbra, 127-148.
- De Magalhães, L. O. (2009), “Plutarco: historiografia e biografia na cultura greco-romana”, *História da historiografia* 3: 181-187.
- Demosthenes (2002), *Politische Reden*. (Übersetzung Wolfhart Unte), Stuttgart.
- Diels, H; Kranz, W. (eds.) (1951), *Die Fragmente der Vorsokratiker*. 3 Bände. 5. Auflage. Berlin.
- Droysen, J. G. (2010), *Alexandre o Grande*. Rio de Janeiro.
- Engels, J. (2010), “Macedonia and Macedonians” in Roisman, J.; Worthington, I. (eds.). *A Companion to Ancient Macedonia*. Malden, Oxford, 81-98.
- Faraguna, M. (2003), “Alexander and the Greeks”, in Roisman, J. (ed.): *Brill’s Companion to Alexander the Great*. Leiden, Boston, 99-130.
- Fernández Nieto, F. J. (2009), “Die Geschichtsschreiber Alexanders des Großen – Römer und Griechen” (Übersetzung Martin Knapp), in Hansen, S.; Wieczorek, A.; Tellenbach, M. (eds.), *Alexander der Grosse und die Öffnung der Welt: Asiens Kulturen im Wandel*. Regensburg, 33-37.
- Fredricksmeyer, E. (2003), “Alexander’s Religion and Divinity”, in Roisman, J. (ed.). *Brill’s Companion to Alexander the Great*. Leiden, Boston, 253-278.
- Gehrke, H.-J. (2000), *Alexander der Große*, München.
- Gehrke, H.-J. (2008), *Geschichte des Hellenismus*, München.
- Green, P. (1991), *Alexander of Macedon, 356-323 B.C.: A historical biography*, Berkeley, Los Angeles, Oxford.

- Guggenberger, R. (2016), “Alexandre Magno e a instrumentalização da mitologia grega. Fruto de convicção pessoal, premissa de propaganda ou meio para despertar confiança?”, in De Araújo Martins Esteves, A.; Bantin de Assumpção, L. F., De Souza Nogueira, R. (eds.). *Líderes Políticos da Antiguidade*. Rio de Janeiro, 121-154.
- Gunderson, L.L. (1981), “Alexander and the Attic Orators”, in Dell, H. J. (ed.). *Ancient Macedonian Studies in Honor of Charles F. Edson*. Thessaloniki, 183-192.
- Hartog, F. (2001), *A História de Homero a Santo Agostinho* (Tradução Jacyntho Lins Brandão), Belo Horizonte.
- Hartog, F. (2015), “Barbarians: from the Ancient to the New World”, in Boletsi, M.; Moser, C. (eds.). *Barbarism revisited: New Perspectives on an Old Concept*. Leiden, 31-44.
- Herodot (1971), *Historien* (Übersetzung August Horneffer) 4. Auflage. Stuttgart.
- Homeri (2010), *Ilias*. van Thiel, H. (ed.). Hildesheim, Zürich, New York.
- Lefèvre, F. (2013), *História do mundo grego antigo*. São Paulo.
- Lissarrague, F. (2002), “The Athenian Image of the Foreigner”, in Harrison, T. (ed.). *Greeks and Barbarians*. Edinburgh, 101-124.
- O’Brien, J. M. (1992), *Alexander the Great: The Invisible Enemy: A biography*, London, New York.
- O’Connell, E. (2006), *Heraclitus and Derrida: Presocratic Deconstruction*. New York.
- Panayotou, A. (1994), *Langues indo-européennes*. Paris.
- Plutarch (1916), *Lives. III: Pericles and Fabius Maximus. Nicias and Crassus*. (Tradução Bernadotte Perrin), Cambridge (Mass.).
- Plutarch (1918), *Lives. VI: Dion and Brutus. Timoleon and Aemilius Paulus*. (Tradução Bernadotte Perrin), Cambridge (Mass.).
- Plutarch (1962), “On the fortune or the virtue of Alexander”, in: *Plutarch’s Moralia in fifteen volumes. IV: 263d-351b*. (Tradução Frank Cole Babbitt), Cambridge (Mass.), 379-487.
- Plutarch (1967), *Lives. VII: Demosthenes and Cicero. Alexander and Caesar*. (Tradução Bernadotte Perrin), Cambridge (Mass.).
- Plutarco (1965), *Alexandre e César* (Tradução Hélio Vega), Rio de Janeiro. [cit. Alex.]
- Robinson, C. A., Jr. (1957), “The Extraordinary Ideas of Alexander the Great”, *The American Historical Review* 62, 2: 326-344.
- Robinson, C. A., Jr. (1936), “Alexander the Great and the Barbarians”. in *Classical Studies Presented to Edward Capps*. Princeton, 298-305.

Nem bárbaros e nem helenos: os macedônios do sec. IV a.C. como terceira categoria em Plutarco

- Said, S. (2002), “Greeks and Barbarians in Euripides’ Tragedies: The End of Differences”, in Harrison, T. (ed.) *Greeks and Barbarians*. Edinburgh, 62-100.
- Seibert, J. (1972), *Alexander der Grosse*, Darmstadt.
- Skokljević-Donco, A.; Nikolovski-Katin, S.; Stefov, R. (2010), *Macedonia in ancient times*. Skopje.
- Snell, B. (1952), “Homer und die Entstehung des geschichtlichen Bewusstseins bei den Griechen”, in *Varia Variorum: Festgabe für Karl Reinhardt*. Münster, Köln, 2-12.
- Tucídides (2001), *História da Guerra do Peloponeso* (Tradução Mário da Gama Kury), Brasília.
- Vlassopoulos, K. (2013), *Greeks and Barbarians*, Cambridge.
- Wiesehöfer, J. (2009), “Das Bild der Anderen: Perser aus der Sicht der Griechen – Griechen aus der Sicht der Perser”, in Hansen, S.; Wiczorek, A.; Tellenbach, M. (eds.). *Alexander der Grosse und die Öffnung der Welt. Asiens Kulturen im Wandel*. Regensburg, 87-93.
- Wilcox, J. (1991), “Barbarian ‘psyche’ in Heraclitus”, *The Monist* 74, 4: 624-637.
- Ziegler, V. (2009), *Plutarco e a formação do governante ideal no principado romano: uma análise da biografia de Alexandre*. Diss. UNESP.

POLÍBIO E A ETNICIDADE¹

(Polybius and Ethnicity)

ERICH S. GRUEN

University of California, Berkeley

(gruene@berkeley.edu; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7526-6749>)

RESUMO: Há muito é sabido que Políbio nutria opiniões fortes em relação a estrangeiros de fora do mundo greco-romano. Ele não poupou comentários negativos a respeito de *xenoi*, *barbaroi*, estrangeiros e o “outro”. Mas será que sua avaliação sobre tais forasteiros representa um juízo sobre a etnicidade deles? Existe algum elemento racial nessas atitudes? Seria a inferioridade do “outro” herdada ou inescapável? Este texto examina em detalhe o uso feito por Políbio do que parecem ser termos com implicações étnicas tais quais *genos* e *ethnos*, mostrando que eles exibem um espectro amplo e diverso de significados e só muito raramente conotam caracteres étnicos ou nacionais. O ensaio explora as observações de Políbio a respeito de “bárbaros” em geral e de povos específicos como egípcios, gauleses e cartagineses. Os comentários sobre tais nações são, de fato, duros e negativos, censurando seu comportamento, costumes e atitudes, mas em cada caso Políbio também escreve algumas palavras de admiração, sem perder tempo com aniquilações sumárias de caracteres. Mais importante, quando ele notava um problema, não o atribuía a uma natureza inata ou a traços herdados. Implicitamente ele negava que esses povos fossem cativos de uma etnicidade cerrada que ditasse sua natureza e conduta.

PALAVRAS-CHAVE: bárbaros, estereótipos étnicos, *ethnos*, *genos*

ABSTRACT: It has long been known that Polybius had strong feelings about foreigners outside the world of the Greeks and the Romans. He did not spare negative comments about *xenoi*, *barbaroi*, the aliens, the “other.” But did his estimate of these outsiders represent a judgment on their ethnicity? Is there a racial element in the expressed attitudes? Was the inferiority of the “other” inherited and inescapable? This paper examines in detail Polybius’ usage of what seem to be ethnically laden terms like *genos* and *ethnos*, showing that they exhibit a wide and diverse range of meanings and only very rarely connote ethnic or national character. The essay explores Polybius’ remarks about “barbarians” in general, and about individual peoples like Egyptians, Gauls, and Carthaginians. The comments about such nations are indeed often harsh and negative, castigating their behavior, customs, and actions. But in each case Polybius also has some admiring words, and did not engage in sheer character assassination. And, more importantly, when he did find fault, he did not ascribe it to inborn nature or inherited traits. He implicitly denied that these peoples were trapped in a locked ethnicity that dictated their nature and conduct.

KEYWORDS: barbarians, ethnic stereotypes, *ethnos*, *genos*

¹ Tradução de Bárbara da Costa e Silva.

Políbio não escondia suas preferências. Ele pouco se continha. O historiador era firme em suas convicções sobre indivíduos, grupos ou nações. Sua admiração por homens como Arato, Filopêmen e Cipião Emiliano, era patente, bem como seu desprezo, por inúmeras razões, por homens como Timeu, Calícrates e Prússia II. A galeria de heróis e de vilões era extensa. Ele também tinha opiniões bem marcadas sobre povos. Seus aqueus prevalecem entre aqueles avaliados positivamente, como os romanos, pelo menos em grande parte da sua obra, enquanto os etólios, cretenses e alexandrinos não são tão bem vistos. As opiniões de Políbio são comumente claras e inequívocas.

Espera-se igual clareza na avaliação do historiador do “outro”, das nações e das culturas que estavam fora do universo dos gregos e dos romanos, cujas características, comportamentos e costumes mantinham-nos longe das civilizações das quais Políbio fazia parte e nas quais ele se sentia confortável. Como ele louvou os *xenoi*, os *barbaroi*, os estranhos, os adversários daqueles com os quais ele se identificava? Esse tema nunca foi sistematicamente investigado. É fácil, claro, citar uma variedade de comentários hostis e de censura, mas um problema mais fundamental deve ser discutido. A avaliação de Políbio do “outro” representa um julgamento sobre etnicidade? Há um elemento racial nas atitudes expressas? A inferioridade do “outro” é herdada e inescapável?

“BÁRBAROS”

Políbio não tinha apreço por “bárbaros”. Ele compartilhava de um sentimento helênico de superioridade sobre aqueles que não falavam grego e que não se beneficiavam da história, da cultura e das tradições gregas. Quão profunda era sua antipatia? Políbio considerava os bárbaros como inferiores, um caso de distinção racial que os submetia a um desdenho irremediável?

O termo *barbaros* ou formas derivadas ocorrem com alguma regularidade na obra historiográfica de Políbio. Normalmente eles têm um tom pejorativo. O historiador – e os gregos, em geral – dificilmente os reconheceria como uma designação desejável. No entanto, isso não acarreta que a fraseologia expressasse um preconceito profundo e nem que o “bárbaro” possuísse falhas de caráter oriundas de deficiências étnicas inatas.

Uma análise mais atenta das passagens nas quais Políbio emprega a palavra ou seus cognatos revela uma impressão diferente.² A vasta maioria das ocorrências, mais de 70%, não traz consigo nenhuma implicação condenatória. A designação aparece como uma etiqueta para marcar pouco mais que algo não grego. Em algumas passagens, o significado é explícito: há gregos e bárbaros e,

² Cf. a coleção de testemunhos reunida em Champion 2004: 245-253, com discussão reunida em 241-244. Veja também Eckstein 1995:119-125.

entre eles, todo o resto.³ Qualquer língua, a não ser a grega, será bárbara. O intelectual romano A. Postúmio compôs uma história em grego, desculpando-se em seu prefácio pelos “barbarismos” que pudesse ter cometido inadvertidamente – um ponto sobre o qual Políbio faz piada.⁴ Em outras passagens, a etiqueta é usada para nações ou tribos específicas. Na narrativa de Políbio, os mamertinos, mercenários que tomaram a cidade de Messana, e seus compatriotas que ocupavam o Régio, pavimentando o caminho para a Primeira Guerra Púnica, são designados em diversas ocasiões como *barbaroi*. Eles, com certeza, eram uma trupe desagradável, mas o termo em si é neutro, equivalente no contexto a simplesmente “mercenário”.⁵ Políbio usa o termo frequentemente para se referir aos gauleses, sejam os aliados ou os adversários de Aníbal, sejam os que ameaçam a Itália pelos Alpes ou sejam aqueles que migraram da Anatólia e se bateram contra comunidades gregas e principados.⁶ Porém, trata-se de um modo de identificação e não de uma descrição de traços de personalidade.⁷

Barbaros possui a mesma conotação para uma série de povos que aparecem na obra de Políbio: persas⁸, habitantes da Anatólia⁹, tribos hispânicas¹⁰, tribos que viviam ao redor da Macedônia¹¹, trácios e gálatas em torno do Pôntico¹², povos perto do Monte Zagro¹³, tribos nas satrapias que resistiam a Antíoco III¹⁴, os na Média e na Hircânia¹⁵, os nas cercanias da Elimaida¹⁶, tribos italianas¹⁷, mercenários cartagineses¹⁸. Referências a bárbaros aparecem também no contexto de grandes áreas geográficas, especialmente as muito distantes, nas periferias do mundo conhecido.¹⁹ Em todas essas passagens, que contém a maioria das ocorrências do termo “bárbaro”, Políbio não elabora juízos sobre atributos étnicos. Os povos que são assim descritos, via de regra, não vivem em cidades ou em assentamentos, são bélicos e destemidos, e podem se comportar de modo

³ Plb. 5. 33. 5-6, 8. 9. 6; cf. 8. 19. 9.

⁴ Plb. 39. 1. 7-8.

⁵ Plb. 1. 9. 3-4, 1. 9. 7-8, 1. 11. 7, 3. 43. 1-2.

⁶ Plb. 2. 35. 6, 3. 42. 4, 3. 43. 12, 3. 43. 5, 3. 43. 9, 3. 43. 10, 3. 43. 12, 3. 49. 2, 3. 50. 2, 3. 50. 5, 3. 50. 9, 3. 51. 1, 3. 51. 3, 3. 52. 3, 3. 52. 7, 3. 53. 2-3, 3. 53. 4, 3. 53. 6, 3. 60. 10, 5. 111. 7, 9. 30. 3, 9. 35. 1, 9. 35. 3, 10. 37. 5.

⁷ Plb. 2. 15. 8: Ταυρίσκοι καὶ Ἄγωνες καὶ πλείω γένη βαρβάρων ἕτερα.

⁸ Plb. 9.34.2-3, 9.39.4-5, 38.2.4.

⁹ Plb. 3. 6. 10-11.

¹⁰ Plb. 3. 14. 6, 3. 14. 8, 11. 32. 5, 35. 5. 1.

¹¹ Plb. 4. 29. 1-2, 7. 11. 5, 9. 35. 2-4, 23. 8. 3-4, 23. 10. 5; cf. frag. 168B-W.

¹² Plb. 4. 38. 7, 4. 38. 10, 4. 45. 7-8.

¹³ Plb. 5. 44. 7.

¹⁴ Plb. 5. 55. 1, 5. 55. 4.

¹⁵ Plb. 10. 27. 3-4, 10. 29. 3-4, 10. 30. 2-3, 10. 30. 7, 10. 30. 9, 10. 31. 2-3, 10. 31. 11-13, 10. 48. 8.

¹⁶ Plb. 31. 9. 2.

¹⁷ Plb. 2. 39. 7, 10. 1. 2-3, 33. 8. 3, 34. 10. 13-14.

¹⁸ Plb. 15. 1. 4-5.

¹⁹ Plb. 3. 37. 11, 3. 58. 8, 23. 13. 2.

violento e cruel, mas Políbio não vincula esses comportamentos a tendências naturais determinadas por descendência. Às vezes, ele até demonstra admiração pela audácia e pela coragem dos bárbaros.²⁰

Romanos se enquadram na categoria de “bárbaros”? As atitudes de Políbio perante os romanos são complexas e mutáveis, uma mistura problemática de admiração e de decepção. Esse não é o momento de discutir essa questão espinhosa.²¹ Os romanos recebem a etiqueta “bárbaro” em poucos e muito bem selecionados momentos. As circunstâncias desses momentos merecem uma reflexão. Neles, quem fala não é o próprio Políbio. Ele dá voz, em um discurso memorável, ao líder etólio Agelau em Naupacto em 217 a.C., que urge Filipe V da Macedônia e os gregos a colocar um fim em suas rixas, para que a Hélade toda não seja vítima da “nuvem do oeste”. Agelau impeliu seus compatriotas a abandonarem suas diferenças e unirem-se para conter a invasão dos “bárbaros”, salvando, assim, a si mesmos e a suas cidades.²² O etólio fez referência à guerra entre Roma e Cartago, prevendo que quem fosse vitorioso nesse embate voltaria sua atenção ao leste e para ali estenderia seu poder.²³ O medo de cair sob a dominação de qualquer um dos *barbaroi* motivou a intervenção de Agelau. Ele não especifica nenhuma barbaridade, apenas mostra preocupação acerca da subordinação a um poder não grego.²⁴

O ponto torna-se mais claro em um discurso subsequente de um porta-voz acarnânio feito alguns anos mais adiante na narrativa de Políbio. O porta-voz denuncia a Etólia por sua aliança com Roma - uma união com bárbaros ao invés de homens da sua própria estirpe, uma parceria que visa somente a escravidão.²⁵ Em seguida, um terceiro discurso, feito por um ródio em 207 a.C., reitera a acusação, classificando os romanos mais uma vez como bárbaros e alertando com relação à escravização da Hélade, e contrasta de modo explícito o comportamento grego ao dos conquistadores romanos, que submetem suas vítimas à violência e ao ultraje gratuito.²⁶

A censura é dura. Mas é do próprio Políbio? Evitaremos aqui a questão, bastante controversa e discutida, sobre se esses discursos são autênticos ou fabricados ou se possuem um núcleo central genuíno muito manipulado.²⁷ De

²⁰ Plb. 3. 43. 8, 33. 10. 6.

²¹ Cf. o tratamento extensivo dado por Champion 2004, em especial 47-57; 105-122; 193-203, com bibliografia. Cf. também Erskine 2000: 165-182.

²² Plb. 5. 104. 1: δύναιτο τὰς τῶν βαρβάρων ἐφόδους ἀποτριβόμενοι συσφῆζειν σφᾶς αὐτοὺς καὶ τὰς Πόλεις.

²³ Plb. 5. 104. 3. A metáfora da nuvem em 5. 104. 10.

²⁴ Plb. 10. 25. 1-5.

²⁵ Plb. 9. 37. 4-10, esp. 5-6, 9. 38. 5.

²⁶ Plb. 11. 5. 2, 11. 5. 6-7.

²⁷ Ver, e.g., Pedech 1964: 259-276; 295-302; Lehmann 1967: 135-149; Morkholm 1967: 240-253; idem 1974: 127-132; Deininger 1971: 23-37; idem 1974: 103-108; Champion 1997: 111-128; idem 2000: 425-444; Baronowski 2011: 149-151.

qualquer modo, o que possuímos são composições de Políbio. Quão fiéis aos originais são esses discursos ainda é uma questão de conjectura. Assim como qualquer historiador que se preze, Políbio colocaria a mais persuasiva retórica e os mais apropriados argumentos para os propósitos de quem fala na boca de quem os fala. Representar os romanos como estrangeiros que buscam subjugar a Hélade e aterrorizar seus povos seria adequado dadas as circunstâncias. Não é possível inferir nada legítimo a partir desses textos acerca das próprias atitudes de Políbio.

Mais expressivo é o fato de Políbio jamais chamar os romanos de “bárbaros” em sua própria voz. Ele diz que Hierão de Siracusa aliou-se aos cartagineses para expulsar os “bárbaros” que ocupavam a Messina da Sicília. Isso, porém, refere-se evidentemente aos mamertinos e não aos romanos. Mesmo que se refira aos dois, Políbio atribui esse modo de pensar a Hierão e não se responsabiliza por nada.²⁸ Há uma ambiguidade similar quando Políbio se refere à prática de sacrificar um cavalo antes da batalha, a qual ele atribui a “quase todos os bárbaros”.²⁹ Não é claro se os romanos estão inclusos. A outra única referência a romanos como bárbaros está em um discurso de mensageiro a Filipe V – novamente não na voz do historiador.³⁰ Isso não é uma coincidência. *Barbaros* talvez signifique pouco mais que “não grego” na grande maioria dos contextos. Porém, não se trata de uma denominação laudatória e pode até mesmo expressar um velado desprezo. Políbio, seja de modo sincero ou prudente, evita aplicá-la aos romanos.

Resta um problema mais fundamental: Políbio atribui ao “bárbaro” qualidades ou características que estão conectadas ao seu próprio eu e que definem sua identidade? Uma série de passagens, ao menos superficialmente, parecem justificar essa conclusão. Políbio, que não era nenhum entusiasta dos bárbaros, compartilhava do gosto helênico de desdenhar do não grego. Quão profundo é esse ponto? Isso constituiu um *bias* contra o “outro”? As passagens em questão merecem um olhar mais atento. Como sempre, o contexto tem um papel vital.

O comentário mais genérico aparece associado aos eventos subsequentes à Primeira Guerra Púnica. O embate brutal entre cartagineses e suas rebeldes tropas de mercenários impulsionam uma afirmação radical de Políbio: as circunstâncias nos ensinam quais são e quão longe vão as diferenças entre aqueles com práticas bárbaras e confusas e aqueles criados com educação, leis e costumes civilizados.³¹ O alcance e o escopo dessa afirmação, no entanto, podem não ser tão abrangentes quanto parecem. Ela foi provocada pela guerra incomumente feroz

²⁸ Plb. 1. 11. 7.

²⁹ Plb. 12. 4b. 2

³⁰ Plb. 18. 22. 8.

³¹ Plb. 1. 65. 7: τί διαφέρει καὶ κατὰ πόσον ἦθη σύμμικτα καὶ βάρβαρα τῶν ἐν παιδείαις καὶ νόμοις καὶ πολιτικοῖς ἔθεσιν ἐκτεθραμμένων.

e sem tréguas e está associada a soldados mercenários que, com certeza, tinham “práticas bárbaras e confusas”, tendo em vistas as vidas instáveis e a ausência de uma lealdade sólida. Isso não se estende a todos os *barbaroi*.

Pouquíssimos comentários de Políbio podem sugerir falhas que tipificam bárbaros em geral. Ele critica severamente os epirotas por contratarem mercenários gauleses para protegerem a cidade principal e por, depois, serem traídos. Políbio diz que nenhum povo deve confiar sua fortuna a tropas mais fortes do que eles mesmos, especialmente se tais tropas consistem de bárbaros.³² Trata-se de um golpe indireto contra a falta de confiabilidade dos gauleses, para a qual Políbio chama atenção algumas vezes. Porém, esse é o único exemplo no qual ele aparentemente estende o significado do termo; até mesmo aqui, *barbaroi* pode se referir simplesmente aos gauleses. Uma afirmação mais problemática aparece na narrativa acerca de um líder espanhol que vacilava entre apoiar Roma ou Cartago e que, no fim, se decidiu por trair Cartago ao entregar prisioneiros aos romanos, que, pareciam, na visão do espanhol, o lado com mais chances de vitória. Políbio descreve a decisão como baseada em “um pensamento hispânico e bárbaro”.³³ O significado aqui não é o de que um “pensamento bárbaro” leva à traição, mas sim que o ibérico baseou seus cálculos em questões pragmáticas, não morais. Essa forma de tomar uma decisão dificilmente seria confinada somente a bárbaros.

Crueldade na guerra também é algo que caracteriza os “bárbaros”. No contexto dos embates entre trácios e bizantinos, Políbio pergunta “o que seria mais amedrontador do que guerrear com vizinhos que são também bárbaros?” Isso significaria algum tipo especial de modo de guerrear bárbaro? Provavelmente não. Políbio elabora mais sobre esse tema ao destacar a devastação de lavouras por bárbaros.³⁴ Tal comportamento não estava limitado somente a não gregos. Quando Políbio descreve a batalha entre a cavalaria romana e a dos ibéricos e celtas como “verdadeiramente bárbara”, ele fala sobre descer do cavalo e lutar corpo-a-corpo.³⁵ A referência é sobre a tática, não sobre o caráter. Políbio nota a selvageria dos bárbaros, mas fala aqui especificamente das tribos na rota contemplada por Aníbal entre a Espanha e a Itália, não sobre uma característica universal.³⁶

Políbio raramente tece comentários que podem ser aplicados de modo mais abrangente ao caráter ou à conduta “bárbaros”. No entanto, esses comentários não nos levam muito longe. O governante da Bactria, segundo a narrativa de Políbio, procurou dissuadir Antíoco III de invadir suas terras argumentando que isso traria hordas de nômades desejosos apenas de “barbarizar” (*ekbarbarothesesthai*)

³² Plb. 2. 7. 12: ἄλλως τε καὶ βαρβάρων.

³³ Plb. 3. 98. 3-4: συλλογισμὸν Ἰβηρικὸν καὶ βαρβαρικόν.

³⁴ Plb. 4. 45. 5-8.

³⁵ Plb. 3. 115. 2-3.

³⁶ Plb. 9. 24. 4-5.

a região.³⁷ O que o verbo significa não é claro. Essa palavra não reaparece no texto de Políbio. O historiador, em outro momento, faz uma observação interessante. Ao registrar a chegada de enviados de tribos hispânicas em Roma para uma audiência com o *praetor urbanus*, Políbio nota que, embora fossem bárbaros, eles fizeram discursos longos e que descreveram a causa de seus conterrâneos com muitos detalhes.³⁸ Apesar das primeiras impressões, esse comentário não é sarcástico. Os enviados propuseram-se uma tarefa difícil e a executaram em uma língua que não era a deles.

Uma última passagem pode ser interpretada como um retrato de características negativas atribuídas a bárbaros em geral. Políbio, em sua dura crítica aos líderes aqueus que levaram seu país à guerra com Roma, afirma que não seria fácil encontrar tamanha estupidez entre os *barbaroi*.³⁹ Na avaliação do historiador, os bárbaros parecem ser um parâmetro de referência para a máxima estupidez. Tal retrato, no entanto, está longe de ser recorrente em Políbio e não se pode citá-lo como exemplar. Apenas os aqueus por quem ele nutria o maior desprezo conseguiram levá-lo a tamanho indignação.⁴⁰

Em resumo, o uso frequente do termo *bárbaros* em Políbio não deve ser interpretado erroneamente. A grande maioria dos casos é inofensiva, sem implicações condenatórias, apenas designações neutras de não gregos. Os romanos, com quem Políbio conviveu, escapam dessa nomenclatura. Afirmações de Políbio que sugerem características inerentes ao termo são marcadamente escassas, têm uma pertinência limitada e não são abrangentes. Ao designar povos como bárbaros, o historiador não era impulsionado por considerações étnicas.

GAULESES

Além da ampla conotação que “bárbaro” possuía, Políbio tinha muito a dizer sobre povos estrangeiros específicos inimigos sejam dos gregos sejam dos romanos ou sejam de ambos. Os comentários, como é esperado, são normalmente negativos. Será que eles possuíam uma dimensão racial que excluía tais povos da sociedade greco-romana? Os gauleses e os celtas são um caso valioso. Ambos têm papéis significativos no texto de Políbio. Enquanto temíveis inimigos tantos de gregos quanto de romanos em momentos críticos, eles certamente chamaram a atenção do historiador. Os gauleses investiram

³⁷ Plb. 11. 34. 5-6.

³⁸ Plb. 35. 2. 6: οἱ δὲ καίπερ ὄντες βάρβαροι.

³⁹ Plb. 38. 18. 7-8: τοιαύτης δὲ τῆς ἀνοίας καὶ τῆς ἀκρισίας συμβαινούσης περὶ πάντας οἶαν οὐδ' ἂν ἐν βαρβάρους εὖροι τις ῥαδίως.

⁴⁰ Uma outra figura por quem Plb. alimenta desprezo é Prúsias II da Bitínia. Ele descreve os hábitos luxuriosos como “o estilo de vida bárbaro de Sardanápalos”; 36.15.5-6. Pouco pode se dizer sobre esse comentário pejorativo. Os “bárbaros” sobre os quais fala Plb. em sua obra dificilmente poderiam manter um estilo de vida extravagante.

contra Delfos em 279 a.C. com a intenção de destruir o templo sagrado e foram repelidos por uma coalisão de cidades gregas liderada pelos etólios (e pelo deus Apolo, segundo a tradição, que provocou raios, uma tempestade de neve e um desmoronamento para afastar os invasores).⁴¹ O evento aterrorizou o mundo grego. Um evento igualmente traumático aconteceu nos períodos primordiais da história romana e reverberou nos séculos seguintes. Os celtas desceram da Planície do Pó até Roma em 390 a.C., afugentaram o exército romano e saquearam a cidade; uma catástrofe marcada na memória romana.⁴² Esse foi apenas o começo. Após serem afugentados de Delfos, os gauleses migraram para a Anatólia, onde rapidamente adquiriram a fama de destemidos guerreiros e inimigos da civilização helênica. Essa imagem foi diligentemente adotada pelos atálidas de Pérgamo, que se representavam como os vencedores do helenismo através de monumentos e inscrições, uma imagem enaltecida pela representação dos celtas como bárbaros inclinados à destruição.⁴³ Os romanos estiveram em repetidas batalhas contra povos gauleses no norte da Itália entre meados do século IV a.C. até o século II a.C.⁴⁴ Isso aconteceu durante o período em que Políbio viveu. Quando o historiador aqueceu se propôs a escrever, as hostilidades estavam frescas na memória e outras ainda estavam por vir. Não é surpreendente que Políbio difame os gauleses. Ele tinha uma razão para realçar a animosidade e as derrotas, seja para encorajar seus leitores romanos, seja para tranquilizá-los. Os celtas tinham fama de ser gananciosos e não confiáveis, uma reputação explorada pelo historiador.⁴⁵ Em sua apresentação, os celtas não hesitaram em seu apropriar da propriedade de seus vizinhos e/ou aliados.⁴⁶ A avareza se tornou sua marca.⁴⁷ Eles eram beberrões.⁴⁸ Políbio mais de uma vez os condena por ἀθεσία: eles eram erráticos e não confiáveis.⁴⁹ Eles tendiam também ao impulso e suas ações eram governadas mais pelo fervor do que pelo raciocínio.⁵⁰ Políbio faz referência à arrogância, à violência e à falta de legislação desses povos.⁵¹ No campo de batalha, eles partiam para o ataque avidamente, mas não conseguiam sustentar tal posição de vantagem.⁵² Políbio martela as qualidades pouco atraentes do comportamento celta.

⁴¹ Veja, esp. Paus. 1. 4. 4, 22. 12-23. 14; Justino, 24. 6. 6-8. 15

⁴² O testemunho mais completo está em Liv. 5. 33-44.

⁴³ Cf. Schalles 1985; Gruen 2000: 17-31, com referências. Plb., 18. 41. 7, ressalta a exploração de Átalo I de sua vitória contra os gauleses como forma de engrandecer sua imagem.

⁴⁴ Veja Dyson 1985: 17-86.

⁴⁵ Sobre a reputação gaulesa, cf. Williams 2001: 18-69.

⁴⁶ Plb. 2. 7. 5-6, 2. 19. 3-4.

⁴⁷ Plb. 2. 17. 3-4, 2. 22. 2-3, 3. 78. 5.

⁴⁸ Plb. 2. 19. 4.

⁴⁹ Plb. 2. 32. 8, 3. 49. 2, 3. 70. 4, 3. 78. 2.

⁵⁰ Plb. 2. 21. 2, 2. 35. 3.

⁵¹ Plb. 3. 3. 5, 18. 37. 9, 21. 41. 2-3.

⁵² Plb. 2. 33. 2-3, 2. 35. 6; cf. 3. 43. 12.

Vale ressaltar que quase todos os comentários aparecem relacionados à guerra. Os gauleses frequentemente aparecem como inimigos de Roma e como temíveis adversários no campo de batalha. O foco nos aspectos negativos não é uma surpresa. Políbio, porém, não se entrega somente ao menosprezo. Ele ressalta as qualidades que fazem dos gauleses adversários à altura dos romanos. Eles tinham uma altura impressionante e uma aparência atraente.⁵³ Alguns até mesmo tinham a fama de serem corajosos.⁵⁴ Na batalha, eles exibiam uma audácia que poderia causar terror em seus adversários.⁵⁵ Os gauleses que migraram para a Anatólia adquiriram a fama de serem o povo mais bélico da Ásia.⁵⁶ Políbio elogia a organização da formação militar deles.⁵⁷ É reveladora a narrativa de Políbio acerca da renovação das hostilidades entre gauleses e romanos em 232 a.C., após um longo hiato. Ele atribui a origem do conflito à agressividade dos romanos. A expansão e a expropriação de terras pelos romanos no Piceno resultaram na expulsão dos senones; os boios, com razão, temiam serem os próximos. Os boios, por sua vez, iniciaram a guerra sendo motivados por razões compreensíveis: eles estavam convencidos de que a ação romana era presságio não de um mero conflito por supremacia, mas sim da implementação de um genocídio.⁵⁸ A inimizade dos gauleses para com Roma estava longe de ser irracional.⁵⁹ Políbio claramente não representa os gauleses como meros selvagens desvairados. Eles lutaram por suas terras contra um poder maior que estava determinado a erradicá-los.

O quadro é mais complexo e flexível do que tradicionalmente se entende. Os gauleses possuíam qualidades tanto admiráveis quanto condenatórias, o que Políbio não esconde ou omite. Isso, porém, vai além de um ato de equilibrar traços dignos e indignos. Políbio evita reduzir os celtas à uma imagem engessada e estereotipada, a um povo cujo caráter e comportamento derivam de deficiências genéticas. Várias tribos que habitavam o Vale do Pó e as cercanias, de acordo com o historiador, levavam vidas simples, morando em vilarejos, com posses mínimas, sem conhecimento de questões intelectuais ou artísticas e absortos na agricultura e na guerra.⁶⁰ Essa descrição, embora pouco elogiosa, não tem tons pejorativos.⁶¹ Os gauleses tinham recursos limitados e necessidades limitadas. As circunstâncias da geografia e da história determinam o estilo de vida, não o caráter inato. Ao falar sobre a tendência dos gauleses para a bebedeira excessiva, seguida da tomada das propriedades dos vizinhos e das querelas internas

⁵³ Plb. 2. 15. 7.

⁵⁴ Plb. 2. 15. 7, 3. 34. 2, 5. 111. 2.

⁵⁵ Plb. 2. 18. 1-2, 2. 35. 2.

⁵⁶ Plb. 18. 41. 7.

⁵⁷ Plb. 2. 29. 5.

⁵⁸ Plb. 2. 21. 7-9.

⁵⁹ Plb. 3. 34. 2, 3. 78. 5.

⁶⁰ Plb. 2. 17. 9-12.

⁶¹ Veja Gruen 2011: 142-143. *Contra*: Williams 2001: 79-88.

acerca dos espólios, Políbio atribui isso ao comportamento costumeiro e não à deficiência étnica.⁶² A referência à paixão gaulesa, *thymos*, não constitui uma marca étnica. Os romanos também poderiam ceder a ela.⁶³

Será que Políbio sugere que as características gaulesas têm uma base genética inata? A suposta ganancia dos gauleses, longe de ser um traço inerente, aparece em Políbio como um rumor: *pheme*.⁶⁴ O historiador faz referência a *Galatike athesia* (“instabilidade gaulesa”), que, superficialmente, poderia ser interpretada como uma característica nacional.⁶⁵ O contexto, contudo, sugere algo muito diferente. Políbio refere-se à não confiabilidade dos aliados gauleses alistados pelos romanos contra outros gauleses; uma preocupação compreensível, não uma alusão a uma tendência inata.⁶⁶ De modo similar, em outros momentos, Políbio, ao chamar atenção para a ἀθεσία dos celtas e para a provável falta de credibilidade deles, tem em mente um contexto específico: os mercenários gauleses a serviço de Cartago, cuja lealdade não poderia ser assegurada se eles fossem forçados a suportar um período longo de inatividade e ócio.⁶⁷ Paradoxalmente, Políbio também representa Aníbal suspeitando da fidelidade dos gauleses em seu exército por conta da resistência gaulesa ao trabalho, sem notar inconsistência alguma.⁶⁸ Os gauleses estão resistentes à ação ou impacientes por ela? Seja como for, as passagens falam sobre mercenários gauleses contratados por terceiros. As circunstâncias especiais do serviço de mercenário, nas quais a confiabilidade é um problema, não se traduzem em reflexões sobre caráter nacional.⁶⁹

O historiador aqueu evita representar os celtas como um povo de disposição inalterável e de natureza determinada pela herança genética. Uma passagem em particular é reveladora. Políbio reporta que, depois das guerras do início do séc. III a.C., os gauleses mantiveram a paz por quarenta e cinco anos – toda uma geração assombrada pelos reflexos da guerra que preferiu manter-se à distância. Tudo mudou quando veio uma nova geração inexperiente nos perigos e nas calamidades da guerra. Os jovens, temperamentais e ávidos, começaram a dismantelar os acordos, causando conflitos com os romanos antes de brigarem entre si e se engajaram em uma luta interna que, eventualmente, levou ao engrandecimento romano.⁷⁰ A narrativa de Políbio aqui nega a ideia de uma militância gaulesa inflexível e voltada ao conflito perpétuo, seja pelo

⁶² Plb. 2. 19. 3-4: τοῦτο δὲ σύνηθές.

⁶³ Plb. 2. 19. 10. Para o *thymos* gaulês, ver Plb. 2. 21. 2, 2. 35. 2-3.

⁶⁴ Plb. 2. 7. 5-6.

⁶⁵ Plb. 2. 32. 8.

⁶⁶ Plb. 2. 32. 1-10.

⁶⁷ Plb. 3. 70 .4; cf. 3. 78. 2.

⁶⁸ Plb. 3. 79. 4-7.

⁶⁹ Acerca dos comentários de Plb. sobre os mercenários, ver Sckstein 1995:125-129.

⁷⁰ Plb. 2. 21. 1-9.

lucro material ou por um impulso imprudente.⁷¹ Uma mudança nas gerações é a responsável pela quebra da duradoura paz. Os gauleses não estão encerrados em uma etnicidade estática.

CARTAGINESES

Políbio tinha boas razões para se engajar com os fenícios ou com seus descendentes diretos, os cartagineses. Sua narrativa da expansão imperial romana cobre três dos maiores embates com Cartago, o mais proeminente antagonista dos romanos: as Guerras Púnicas. Um veredito pouco favorável ao poder fenício, que quase interrompeu a ainda iniciante expansão romana, seria esperado. No entanto, Políbio não apresenta uma visão simples ou uma posição parcial. Os fenícios sempre tiveram uma reputação mista entre os autores gregos. Eles foram admirados como mercadores, navegantes e colonizadores e isso poderia levá-los a serem considerados gananciosos, astuciosos e desonestos.⁷² Políbio não estava imune aos estereótipos negativos. Ele afirma que os cartagineses não se envergonhavam do lucro.⁷³ Ele também reporta inúmeros atos de injustiça cometidos pelos cartagineses.⁷⁴

Políbio, no entanto, pouco se engaja em destruir o caráter púnico. Nota-se que ele, por exemplo, não traz nenhum eco da hostilidade que mais tarde emergiria dentre os autores romanos, a suposta *Punica fides* (“perfidia cartaginesa”). Ao contrário, ao narrar as acusações mútuas de violação de tratados, que anteciparam a Segunda Guerra Púnica, entre romanos e cartagineses, o historiador é mais do que imparcial. Ele coloca na boca de Aníbal a ousada afirmação de que os cartagineses não ignorariam as quebras de acordos feitas pelos romanos, pois não é a prática dos cartagineses negligenciar aqueles que eram vítimas de injustiça⁷⁵. Políbio, em sua própria voz, se pronuncia com relação aos verdadeiros perpetradores da guerra: a causa mais significativa do conflito, diz ele, é a tomada da Sardenha pelos romanos e o conseqüente tributo ali imposto injustamente. Resumidamente: Cartago tinha o direito de declarar guerra, enquanto a perfídia era característica do lado oposto.⁷⁶ A narrativa de Políbio pressupõe que os cartagineses, longe de receberem o epíteto de violadores de tratados, não confiáveis e ardilosos por natureza, justificaram sua posição em termos de respeito aos acordos, uma questão de orgulho e de caráter nacionais. Na boca de

⁷¹ A frase em 2. 21. 3 ὁ φύσιν ἔχει γίνεσθαι indica uma mudança natural que vem com a renovação da geração e não diz nada sobre a natureza gaulesa.

⁷² Cf. D.S. 5. 35. 4; Ps. Arist. *De Mirabilibus Auscultationibus* 135; veja Capomacchia 1991: 267- 29 269; Mazza 1988: 548-567; outras referências em Gruen 2011: 116-122.

⁷³ Plb. 6. 56. 1; cf. 9. 11. 2, 9. 25. 4.

⁷⁴ Plb. 10. 37. 8-10.

⁷⁵ Plb. 3. 15. 5-7: οὐ οὐ περιόψεσθαι παρεσπονδημένους. πάτριον γὰρ εἶναι Καρχηδονίοις τὸ μηδένα τῶν ἀδικουμένων περιορᾶν.

⁷⁶ Plb. 3. 10. 3-5, 3. 15. 10, 3. 30. 4. Cf. Gruen 2011: 123-125.

Aníbal, claramente, trata-se de uma composição retórica, algo que um orador falaria. O fato de Políbio atribuir tal posição a Aníbal, o mais poderoso inimigo romano, é muito significativo. Para Políbio, os cartagineses não operavam pelo estereótipo étnico da falta de credibilidade.

Será que Políbio atribui aos fenícios/cartagineses características que derivam de um caráter nacional? Duas passagens podem justificar essa pergunta. O historiador, ao descrever os métodos de autoproteção de Aníbal contra possíveis assassinos entre seus aliados gálicos, nota que o general possuía uma série de perucas, as quais ele utilizava intercaladamente para esconder sua identidade. Políbio descreve esse esquema como um “estratagema fenício” (Φοινικικῶ στρατηγίῳ).⁷⁷ Isso indica uma inclinação natural dos fenícios ao ardil?⁷⁸ Não necessariamente. Políbio não julga negativamente essa manobra; trata-se somente de um esquema inteligente para frustrar possíveis assassinos. Tendo em vista o êxito do artifício, é possível até mesmo interpretá-lo positivamente. No máximo, alude-se à astúcia dos fenícios, uma noção ligada aos mercadores, aos navegantes e aos colonizadores e não a uma nação específica.⁷⁹ A segunda passagem constitui a única clara referência a qualidades que seriam inatas aos fenícios; aí, nota-se a censura do historiador. Ao comentar a tendência dos fenícios de lutar entre si, o historiador faz referência ao desejo inerente pelo poder.⁸⁰ Certamente, essas são características que não são exclusivas dos fenícios.

Evidentemente, Políbio está transmitindo antigas impressões que os helênicos tinham sobre qualidades duvidosas dos fenícios. Porém, tais impressões não dominam a análise que ele faz dos cartagineses.⁸¹ O historiador aqueu, de fato, partindo de Aristóteles, admira a constituição cartaginesa. Como é conhecido, o livro VI das *Histórias* centra-se na discussão da estrutura constitucional de Roma, a qual, na visão do historiador, é superior a qualquer outra. No entanto, ele reconhece que o sistema cartaginês oferece uma medida de comparação; as instituições desse sistema também oferecem uma mescla de elementos aristocráticos, monárquicos e democráticos, uma organização

⁷⁷ Plb. 3. 78. 1. Cf. a referência em Platão a uma “nobre mentira” como “algo fenício”; *Rep.* 3. 414 b-c. Posidônio alega que as histórias sobre um oráculo e sobre as expedições de Tiro às Colunas de Hércules são “mentira fenícia”; *Str.* 3. 5. 5. Isso não precisa necessariamente indicar uma expressão proverbial sobre a falsidade dos fenícios e pode ser apenas uma indicação da fonte dessa desinformação.

⁷⁸ É interpretado assim por Walbank 1957: 412 e Franko 1994: 158.

⁷⁹ Cf. *Hom. Od.* 13. 271, 15. 415.

⁸⁰ Plb. 9. 11. 1-2: πρὸς αὐτοὺς ἐστασίαζον, αἰεὶ παρτατριβόμενοι διὰ τὴν ἔμφυτον Φοίνιξι πλεονεξίαν καὶ φιλαρχίαν. Outras referências à ganância, não necessariamente inata, estão em Plb. 6. 56. 1, 9. 25. 4.

⁸¹ Plb. descreve a Guerra travada entre os cartagineses e seus soldados mercenários no norte da África após a derrota na Primeira Guerra Púnica como uma que excedeu todos os outros conflitos em crueldade e violação da lei, 1. 88.5-6. Os cartagineses não são descritos como vilões. A feracidade deveu-se às ações dos mercenários, Plb. 1. 80-81, 1. 86.

admirável e bem-pensada.⁸² Aos olhos de Políbio, Roma está no topo, pois o auge de Cartago já havia passado, enquanto Roma rumava para seu auge.⁸³ De toda forma, Cartago representava um critério através do qual o sucesso de Roma era medido.

Quando apropriado, Políbio admirava as qualidades dos cartagineses. Após a derrota de Cartago em Drepana, que pôs fim à Primeira Guerra Púnica, o historiador louva o caráter da nação. Apesar da derrota anunciada, reporta ele, os cartagineses, em sua determinação e amor pela honra, estavam dispostos a lutar, rendendo-se apenas à força do cálculo racional.⁸⁴ Políbio evita rotular a nação com clichés sobre deficiências intrínsecas.

EGÍPCIOS

Os egípcios, ao contrário, parecem não ter nenhum atenuante. Políbio foi profundamente afetado pelos assassinatos em Alexandria que seguiram a morte de Ptolomeu IV em 204 e que levaram ao poder ministros reais, ocasionando manifestações contra os que estavam no poder. O historiador relata cenas vívidas de esfaqueamentos, mutilações, torturas, de extração de olhos e, até mesmo, de mordidas violentas dadas por implacáveis multidões. Para o historiador, esses são sinais da crueldade gerada pela ira daqueles que viviam no Egito.⁸⁵ Políbio visitou pessoalmente Alexandria em algum momento após 145 a.C. e sua impressão do lugar foi negativa. Ele diferencia três diferentes grupos na cidade: os egípcios nativos, os mercenários e o *genos* dos alexandrinos. Com relação aos povos indígenas em particular, ele os classifica como voláteis e resistentes ao controle civil.⁸⁶ Outros comentários também levam a uma avaliação negativa. Ao elogiar o general ptolomaico no Chipre, Políbio nota que ele não era de modo algum similar a um egípcio, mas sim sensível e competente.⁸⁷ Em seu laudatório obituário de Ptolomeu VI Filométor, Políbio comenta que, quando tudo ia bem, Ptolomeu relaxava-se um pouco e apresentava uma certa tendência egípcia à preguiça e ao deboche.⁸⁸

⁸² Plb. 6. 43. 1, 6. 47. 9, 6. 51. 1-2. Aristóteles sobre Cartago: *Pol.* 1272b, 1273a-b.

⁸³ Plb. 6. 51-52, 6. 56. 1-5.

⁸⁴ Plb. 1. 62. 1: ταῖς μὲν ὀρμαῖς καὶ ταῖς φιλοτιμίαις ἀκμὴν ἔτοιμοι πολεμεῖν ἦσαν, τοῖς δὲ λογισμοῖς ἐξηπόρουν. Plb. elogia muito a sagacidade e a prudência do general cartaginês Amílcar, que utilizou todos os recursos possíveis para manter sua nação sã e salva, porém se rendeu a um tratado de paz quando a situação estava perdida. 1. 62. 3-7.

⁸⁵ Plb. 15. 33. 10: δεινὴ γὰρ τις ἢ περὶ τοὺς θυμοὺς ὠμότης γίνεται τῶν κατὰ τὴν Αἴγυπτον ἀνθρώπων.

⁸⁶ Plb. 34. 14. 2: τὸ τε Αἰγύπτιον καὶ ἐπιχώριον φύλον, ὄξυ καὶ [οὐ] πολιτικόν.

⁸⁷ Plb. 27. 13. 1: οὐδαμῶς Αἰγυπτιακὸς γέγονεν, ἀλλὰ νουνεχὴς καὶ πρακτικὸς

⁸⁸ Plb. 29. 7. 7: καὶ τις οἶον ἀσωτία καὶ ῥαθυμία περὶ αὐτὸν Αἰγυπτιακὴ συνέβαινε. O rei espartano exilado Cleomenes, após um período em Alexandria, expressou desânimo com relação às circunstâncias no Egito: Plb. 5. 35. 10. Ele, porém, focou no rei e na situação do

Podemos, então, inferir que os egípcios de Políbio eram por natureza cruéis, raivosos, voláteis, incontrolláveis, preguiçosos e dissolutos? Essas características não são coerentes umas com as outras e poderíamos nos perguntar se elas realmente representam comentários espontâneos, baseados em certos eventos, circunstâncias ou indivíduos, e não juízos profundos sobre o caráter dos egípcios. Um quadro diferente aparece em outro passo de Políbio, no qual se fala sobre as consequências da batalha de Ráfia em 217, travada entre forças ptolomaicas e Antíoco III. Ptolomeu recrutou e armou um número grande de egípcios para essa batalha, a qual foi vencida por ele. Como consequência, o triunfo encorajou os nativos egípcios, que, orgulhosos do feito, não mais estavam dispostos a obedecer um governante. Logo depois, eles buscaram um novo líder e sentiram-se no direito de cuidarem de si próprios.⁸⁹ Isso, com certeza, não estaria em consonância com a imagem dos egípcios como libertinos e indolentes.

O retrato de Políbio dos três grupos que ele identificou em Alexandria merece uma maior atenção. Ele difere os egípcios nativos, os mercenários e os alexandrinos. Segundo a interpretação corrente, o historiador não tece comentários elogiosos a nenhum dos três grupos e exhibe asco da situação da cidade. Ele considerava os mercenários opressivos e ignorantes e os alexandrinos, embora não atentos à sociedade cívica, um pouco melhores que os mercenários, pois, ainda que fossem uma sociedade mista, eram gregos em origem e mantinham costumes comuns a todos os gregos.⁹⁰ Os egípcios, por sua vez, ele descreve como ὄξυ καὶ πολιτικόν. Tais palavras são polêmicas. À primeira vista, elas parecem positivas: “aguçados e envolvidos com o espaço cívico”. Contudo os acadêmicos não acreditam que Políbio possa ter sido elogioso para com os egípcios, especialmente quando os outros dois grupos são tratados com desdém. Por isso, πολιτικόν é corrigido para ἀπολιτικόν ou para οὐ πολιτικόν e os epítetos traduzidos como “voláteis e resistentes ao controle cívico”.⁹¹ Porém, um contraste entre os egípcios e os outros não é impossível e o texto deve ser mantido tal qual o original, a não ser por razões que exijam mudança. A argúcia dos egípcios reaparece no relato acerca da oposição ao regime em 204. Tal oposição poderia contar como um sinal de pensamento cívico, uma vez que Políbio certamente via o regime como ilegítimo e odioso. Essa problemática fica sem resolução, mas a passagem não pode ser usada para comprovar uma deficiência étnica dos egípcios aos olhos de Políbio.

A voracidade e a barbaridade em Alexandria em 204 constituem uma acusação mais séria, especialmente se são creditadas à natureza dos egípcios. Mas será que são? Políbio atribui a ira e a crueldade aos “homens que habitam

reino, não nos egípcios.

⁸⁹ Plb. 5. 107. 1-3.

⁹⁰ Plb. 34. 14. 1-8.

⁹¹ Plb. 34. 14. 2. Ver Fraser 1972: 145, nota 184; Walbank 1979: 629; idem 2002: 60.

o Egito”.⁹² Os eventos aconteceram em Alexandria, uma cidade de população variada, que consistia de gregos, judeus, mercenários de muitas nações, além dos egípcios. Quem são os perpetradores da selvageria? O relato de Políbio não é específico. A liderança em Alexandria contra o grupo que detinha o poder após a morte de Ptolomeu IV era de soldados macedônios, não de soldados egípcios.⁹³ A eles se juntaram guarnições das partes altas do Egito, i.e. gregos e macedônios.⁹⁴ A hostilidade contra aquelas no poder foi expressa pelo “povo”, pela “população”, pelos “muitos”⁹⁵, que consistiam de homens de muitas nacionalidades, soldados e civis.⁹⁶ Não há razões para confinar tal hostilidade aos egípcios e para acreditar que Políbio os culpabiliza somente e primariamente.⁹⁷ As críticas de Políbio aos egípcios estão à parte de deficiências étnicas.

ETHNOS

Políbio, ao classificar os povos, pensou em termos raciais ou étnicos? Será que esses povos eram identificados como grupos de descendentes, definidos em termos de parentesco? A terminologia pode nos oferecer uma pista - e, de fato, ela é reveladora - mas talvez não com o resultado esperado. Políbio frequentemente emprega as palavras *ethnos* e *genos* com relação a grupos de pessoas ou coletivos. À primeira vista, isso pode sugerir conotações raciais. Contudo os contextos e os usos de tais termos merecem escrutínio. Políbio emprega *ethnos* ou *ethne* em inúmeras ocasiões, mais de cem vezes. Isso é sinal de insinuações raciais? Muito longe disso. A parte mais substancial dessas ocorrências, cerca de 40%, é política, não étnica, em caráter. *Ethnos* é a palavra mais comum para “liga”, uma entidade política coletiva, ou o que é mais comumente chamado de “estado”, em contraste a *polis*.⁹⁸ Políbio regularmente vale-se do termo para designar seu próprio estado nativo, o *ethnos* dos aqueus: τὸ τῶν Ἀχαιῶν ἔθνος.⁹⁹ De fato, ele pode simplesmente encurtar a frase para *ethnos* em contextos nos quais a referência aos aqueus é óbvia.¹⁰⁰ A palavra também é aplicada a outros coletivos, como a Liga Etólia e a Liga Beócia.¹⁰¹ O significado é inequívoco em ambos os casos:

⁹² Plb. 15. 33. 10: τῶν κατὰ τὴν Αἴγυπτον ἀνθρώπων

⁹³ Plb. 15. 26. 1-8.

⁹⁴ Plb. 15. 26. 10-11.

⁹⁵ Plb. 15. 27. 1, 15. 27. 3, 15. 28. 8, 15. 29. 3, 15. 30. 4, 15. 30. 9, 15. 32. 4, 15. 32. 11, 15. 33. 5.

⁹⁶ Plb. 15. 29. 4: πάντα τὰ γένη συμπεφωνήκει καὶ τὰ στρατιω καὶ τὰ πολιτικά. Cf. 15. 30. 4.

⁹⁷ A afirmação de Fraser 1972: 82 de que “não há dúvidas que ele [Plb.] se refere aos egípcios nativos” é infundada.

⁹⁸ Sobre os perigos de usar “estado”, cf. Mackil 2013: 4-8.

⁹⁹ Plb. 2. 6. 1, 2. 12. 4, 2. 37. 7, 2. 40. 5-6, 2. 43. 7, 2. 43. 10, 4. 1. 4, 4. 17. 7, 9. 34. 6, 9. 38. 9, 16. 35. 1, 22. 3. 5, 22. 7. 1, 23. 9. 1, 23. 18. 2, 24. 1. 6, 24. 6. 1, 24. 10. 10, 24. 13. 4, 30. 13. 8.

¹⁰⁰ Plb. 2. 45. 1, 2. 45. 4, 2. 45. 6, 2. 51. 2, 4. 60. 6, 22. 7. 9, 23. 16. 6, 23. 16. 12, 23. 17. 9, 28. 13. 13, 30. 32. 3, 38. 9. 6, 38. 9. 8.

¹⁰¹ Plb. 2. 12. 5, 9. 29. 4, 9. 38. 9, 20. 3. 1, 20. 5. 2, 21. 4. 5, 21. 33. 1, 27. 2. 10.

refere-se a uma entidade coletiva, que opera como a união de comunidades, engajada em atividades políticas, diplomáticas ou militares. Em sua descrição mais detalhada do *ethnos* dos aqueus, Políbio fala em termos de união política, estrutura constitucional, compartilhamento de leis, medidas, pessoas e sistema monetário, elegibilidade conjunta para magistraturas, cargos no conselho e unidades judiciais, todas instituições políticas.¹⁰² Nada disso está relacionado à etnicidade.

Ethnos com frequência aparece com um significado genérico, impreciso, de nada além de “povo” ou “nação”, sem que aquilo que os une seja especificado. Políbio pode valer-se de *ethnos* para falar, por exemplo, dos numídios, dos arcádios, dos lacônicos, dos aqueus, dos massílios, dos etólios, dos acarnânios, dos beócios e, até mesmo, dos gauleses e dos judeus.¹⁰³ O historiador também utiliza a palavra para denotar povos normalmente entendidos como “tribos”, dentro de uma unidade nacional maior, como os ardianos e os dassaretas na Ilíria, os gauleses ínsubres, boios, senones e outros, os hispânicos ólcades, carpetanos, baleários, vaceus e outros, e tribos da Média, os estabelecidos ao longo do Mar Negro, as tribos da Macedônia e da Trácia, as da Líbia e uma variedade de povos itálicos como os brúcios, os lucânios e os samnitas.¹⁰⁴ Os habitantes além das Colunas de Hércules eram chamados apenas de “*ethne* bárbaras”.¹⁰⁵ O termo também pode ser estendido para aqueles identificados por suas cidades.¹⁰⁶ Políbio emprega o termo de modo ainda mais lato para se referir às “nações ocidentais” como um todo, de modo a distinguir *ethnos* simplesmente, sem nenhum laço étnico.¹⁰⁷ De fato, a palavra poderia, de modo ainda mais genérico, referir-se aos “mais ilustres e nobres *ethne* do mundo”.¹⁰⁸ Ela pode também conotar território, ao invés de identidade de grupo.¹⁰⁹ Políbio com frequência a emprega de modo genérico, quase formular, para se referir a uma categoria paralela a cidades, reis, lugares (*topoi*) ou alguma combinação deles, sem indicar o que determina a sua composição.¹¹⁰ Em outros momentos,

¹⁰² Plb. 2. 37. 7-10; cf. 2. 38. 5-9.

¹⁰³ Plb. 1. 31. 2, 2. 38. 3, 2. 41. 3, 2. 49. 6, 2. 58. 5, 4. 32. 3, 4. 76. 1, 5. 1. 1, 7. 14c, 8. 12. 7, 15. 23. 8, 16. 32. 3, 16. 39. 1, 18. 13. 8, 18. 41. 7, 21. 29. 12, 22. 4. 14, 22. 9. 4, 38. 10. 8, 38. 10. 12.

¹⁰⁴ Plb. 2. 12. 2, 2. 17. 4, 2. 17. 8, 2. 22. 1, 3. 13. 5, 3. 14. 2, 3. 33. 10-11, 3. 35. 2, 5. 44. 4, 5. 44. 8, 7. 11. 5, 8. 14b. 1, 10. 1. 2, 12. 3. 4, 13. 10. 9, 16. 40. 4, 33. 10. 12, 34. 9. 13, 34. 11. 7.

¹⁰⁵ Plb. 3. 37. 11.

¹⁰⁶ Nucерianos: Plb. 3. 91. 4.

¹⁰⁷ Plb. 1. 2. 6: τῶν προσεσπερίων ἔθνῶν; 18. 28. 2.

¹⁰⁸ Plb. 2. 37. 5.

¹⁰⁹ Plb. 3. 56. 3, 23. 13. 2.

¹¹⁰ Esse uso é encontrado no relato de Plb. acerca do tratado entre Aníbal e Filipe V da Macedônia; 7. 9. 5-9, 7. 9. 16: χωρὶς βασιλέων καὶ πόλεων καὶ ἔθνῶν, e frequentemente em outros passos: 5. 90. 5, 9. 1. 4, 12. 25e. n5, 12. 28.a. 4, 18. 1. 4, 18. 47. 5, 21. 17. 12, 21. 25. 7, 21. 43. 24-25.

ele a emprega como equivalente a *polis*.¹¹¹ Os usos diversificados impossibilitam um significado particular ou consistente e – muito menos – um significado étnico.

Os momentos em que *ethnos* pode sugerir que características nacionais são associadas a determinados povos são extremamente raros. Quatro deles merecem análise. Primeiramente, o *ethnos* dos arcádios, que, segundo Políbio, possuem, entre os gregos, uma reputação ligada à virtude. Ele atribui tal reputação aos arcádios como um todo e exemplifica essa característica através da reverência dos arcádios aos deuses, de onde surgem a hospitalidade e o amor pela humanidade.¹¹² Políbio ressalta as práticas e o estilo de vida dos arcádios, não os traços inatos.

Como segundo exemplo, tomemos a passagem em que o historiador representa Filipe V expressando sua gratidão e boa disposição para com o *ethnos* dos aqueus.¹¹³ Filipe, claro, tinha em mente seus propósitos políticos e militares e ele não articula as razões para sua afeição, sejam elas raciais ou de outra natureza. Políbio reitera o comentário algumas linhas adiante sem fornecer as razões para o entusiasmo crescente de Filipe com relação ao *ethnos* dos aqueus.¹¹⁴ O contexto maior é o de conseguir vantagens por alianças em tempos de guerra. Nada sugere nenhum afeto pelo caráter aqueu.

Terceiro exemplo: uma conotação étnica emerge nos comentários de Filipe durante as negociações com o comandante romano Flaminino, enquanto o macedônio buscava descreditar as alegações dos etólios. Na visão do rei, a maioria dos etólios não é nem mesmo grega, assim como os *ethne* dos agreus, apodotas e anfilóquios.¹¹⁵ Mas não podemos fazer muito com isso. Quais são os critérios que distinguem “a maioria dos etólios” dos demais etólios em termos de identidade grega (*greekness*)? O rei elabora retoricamente, não oferecendo nada de substancioso. O sentimento é veiculado pela boca de Filipe, não pela de Políbio.

Um último exemplo é comentado. Segundo Políbio, em suas várias representações das opiniões gregas acerca da decisão romana de destruir Cartago, um grupo alegou que o *ethnos* dos romanos, embora orgulhosos de conduzir os assuntos bélicos de modo simples e honorável, evitando fazer ataques e emboscadas noturnas, valeu-se de engodo e fraude na decisão sobre Cartago.¹¹⁶ Novamente, pouco pode ser extraído disso. Políbio não fala em sua própria voz e a afirmação é apenas uma dentre as quatro divergentes. Não se pode deduzir que

¹¹¹ Os lócrios, diz ele, não possuem uma *polis*, mas sim dois *ethne*. Plb. 12. 10. 3. Ele não distingue tipos de estado.

¹¹² Plb. 4. 20. 1 οὐ μόνον διὰ τὴν ἐν τοῖς ἤθεσι καὶ βίοις φιλοξενίαν καὶ φιλανθρωπίαν, μάλιστα δὲ διὰ τὴν εἰς τὸ θεῖον εὐσέβειαν

¹¹³ Plb. 4. 72 .6.

¹¹⁴ Plb. 4. 73 .2.

¹¹⁵ Plb. 18. 5. 8-9: αὐτῶν γὰρ Αἰτωλῶν οὐκ εἰσὶν Ἕλληνες οἱ πλείους.

¹¹⁶ Plb. 36. 9. 9-10.

o historiador endossava a visão segundo a qual o caráter inato dos romanos foi aqui abandonado. Em suma, as passagens em que poderia haver a sugestão de um tom étnico são parcas e não indicam que Políbio as acolhia.

GENOS

Se investigarmos os usos por Políbio do termo *genos*, chegaríamos às mesmas conclusões. Etnicidade não é o cerne. Metade das mais de cem aparições da palavra em Políbio significa “tipo”, “forma” ou “classe”. Por exemplo, Políbio utiliza a palavra logo no começo de sua obra ao perguntar “qual tipo de constituição” os romanos utilizaram para conquistar o mundo conhecido, uma frase que ele repete em três outras ocasiões.¹¹⁷ O termo pode significar também “um tipo de estratégia”, “todo tipo de vinho”, “todo tipo de madeira, solo ou pedra”, “cada forma de decretos e proclamações”, “um tipo de leitor”, “outros tipos de animais”, “uma forma de acampamento”, “outro modo de andar”, “todo tipo de emboscada e ataque”, “esse tipo de fraude”, “essa forma de justificativa”, “esse tipo de assassinos, ladrões e invasores”.¹¹⁸ Muitos outros exemplos similares podem ser encontrados no texto de Políbio.¹¹⁹ A tarefa principal de *genos* é assinalar uma categoria.

A versatilidade da palavra, no entanto, pode revelar outros significados. Como *ethnos*, embora menos frequente, *genos* pode trazer a noção genérica de “povo” ou “nação” sem a indicação de como a identidade coletiva é definida.¹²⁰ Esse uso ocorre predominantemente no contexto de soldados mercenários contratados pelos cartagineses ou pelos ptolomeus, que consistem em múltiplos *gene* e alistados ou pagos *kata gene*.¹²¹ A imprecisão do termo pode ser ilustrada pelo fato de Políbio usá-lo num mesmo contexto que *ethnos*, uma combinação confusa na qual a distinção entre eles – se é que há uma – é completamente obscura: “os *gene* mais bélicos dos *ethne* ocidentais da Europa”.¹²² Diante disso, *genos* parece ser uma subdivisão de *ethnos*, mas não há mais nada nas *Histórias* que nos levem a essa conclusão. Tal junção indica sobreposição e confusão e não distinção e exatidão.

Além de designar uma nação ou um povo, *genos*, em uma grande parcela dos

¹¹⁷ Plb. 1. 1. 5: τίνοι γένει πολιτείας; 6. 2. 3; 8. 2. 3, 39. 8. 7; cf. 6. 3. 5, 6. 4. 6, 6. 57. 2- 3.

¹¹⁸ Plb. 4. 38. 5, 4. 41. 9, 5. 71. 9, 5. 106. 8, 6. 5. 8, 6. 27. 1, 6. 40. 10, 7. 15. 1, 9. 1. 2, 9. 1. 5, 18. 40. 2, 30. 4. 15, 39. 8. 7.

¹¹⁹ Plb. 1. 58. 4, 2. 16. 14, 3. 18. 9, 3. 71. 4, 5. 53. 9, 5. 98. 1, 5. 98. 11, 8. 4. 3, 10. 15. 1, 10. 43. 1, 11. 1a. 2-3, 11. 1a. 5, 12. 4. 10, 12. 4d. 1, 12. 12. 7, 12. 25. 5, 12. 25a. 3, 12. 25b. 4, 12. 25c. 2, 18. 15. 13, 18. 17. 4, 18. 31. 2, 20. 9. 8, 29. 8. 3, 29. 8. 5, 31. 10. 7, 31. 18. 5.

¹²⁰ Como no caso dos bitínios: Plb. 36. 15. 3.

¹²¹ Plb. 1. 67. 2, 1. 67. 4, 1. 69. 1, 1. 69. 3, 1. 69. 7, 1. 70. 2, 1. 80. 8, 5. 64. 1, 15. 29. 4.

¹²² Plb. 1. 2. 6: τῆς Εὐρώπης τὰ μαχιμώτατα γένη τῶν προσεσπερίων ἔθνῶν. Paton, na edição da Loeb, não traduz γένη e ἔθνῶν: “the most warlike nations of the western Europe”.

exemplos, refere-se a unidades menores, essencialmente tribais. Políbio utiliza o termo para se referir a tribos no norte da África, na Gália e na Média.¹²³

A expressão *to genos* combinada à localização geográfica ocorre em muitas ocasiões e simplesmente significa “de nascença/ por nascimento”, como em “etólio por nascimento”, “cretense por nascimento”, “megalopolitano de nascença”, “um tarantino de nascença” ou “um acarnânio por nascimento”.¹²⁴ Em apenas uma ocasião esse uso vai além da denotação geográfica: Políbio faz uma única referência a “celta de nascença”.¹²⁵ Não se pode ir além a partir de um único exemplo.

Em alguns exemplos, Políbio usa *genos* para indicar genealogia familiar. A maioria dos exemplos se refere à linhagem real.¹²⁶ Outros são usados com relação a casas aristocráticas romanas.¹²⁷ Em um caso, o historiador fala sobre herança familiar (*genos*).¹²⁸ Nessas passagens, o termo certamente denota laços sanguíneos e esse uso é irrelevante para a identidade coletiva dos povos.¹²⁹

A flexibilidade de *genos* é evidente a todo momento: é possível designar uma unidade militar, uma classe ou grupo político ou um segmento da população da cidade.¹³⁰ Em uma ocasião, o termo significa “gênero literário” e, surpreendentemente, em duas ocasiões ele aparece como “gênero” (masculino e feminino).¹³¹ Políbio emprega a palavra até mesmo para designar a humanidade: τὸ τῶν ἀνθρώπων γένος.¹³²

Alude-se à raça nos usos de *genos*? Talvez haja uma alusão muito distante quando Políbio fala sobre “um certo τὸ γένος celta” ou sobre um *genos* de homens na Cele-Síria que adequavam suas alianças políticas às circunstâncias ou os colonizadores lócrios na Itália cujas relações eram guiadas mais por seu *genos* do que por escolha própria.¹³³ Contudo essas alusões raras, breves e subdesenvolvidas não afetam o quadro maior: a diversidade do uso de *genos*, assim como *ethnos*, é o elemento mais marcado. Isso impede que o termo seja reduzido a um significado uniforme. O maior volume de ocorrências da palavra pode ser entendido como “tipo” ou “categoria” e pode, ocasionalmente, aparecer em referência a uma nação

¹²³ Plb. 1. 77. 4, 2. 15. 8, 2. 17. 5, 2. 223. 2, 4. 46. 4, 5. 4. 7.

¹²⁴ Plb. 5. 40. 1, 5. 58. 3, 5. 61. 4, 5. 68. 4, 8. 15. 1, 10. 22. 2, 13. 4. 4, 15. 31. 7.

¹²⁵ Plb. 2. 36. 1: τινος Κελτοῦ τὸ γένος.

¹²⁶ Plb. 1. 8. 3, 2. 41. 5, 4. 1. 5, 4. 33. 6, 4. 35. 11, 4. 35. 13, 4. 81. 1, 6. 7. 6.

¹²⁷ Plb. 6. 53. 2, 31. 28. 2, 39. 1. 2.

¹²⁸ Plb. 20. 6. 5.

¹²⁹ Cf. also Plb. 7. 10. 2, sobre um eminente messênio: οὐδενὸς ἦν δεύτερος Μεσσηνίων πλούτῳ καὶ γένει.

¹³⁰ Unidade militar, cf. Plb. 6. 24. 1, 6. 34. 8; grupo político: 23. 12. 6; segmento da cidade: 34. 14. 2, 34. 14. 4.

¹³¹ *Genre*: Plb. 15. 36. 3: τῷ τῆς ἱστορίας γένει. *Gender*: 10. 18. 6, 31. 26. 10: τοῦ τῶν γυναικῶν.

¹³² Plb. 6. 5. 5, 6. 6. 4, 18. 15. 15-16.

¹³³ Celta: Plb. 2. 36. 1 (veja acima); Cele-Síria: 5. 86. 7-9; Lócrios: 12. 6b. 4.

ou tribo com o significado de “de nascença” ou “família” e também com uma outra série de conotações que não privilegiam um padrão único e que não devem ter um impresso sobre elas. O termo não traz consigo nenhuma bagagem racial no corpus polibiano e nem sugere que o historiador considerou genealogia como um elemento que define identidade étnica.

CONCLUSÃO

Políbio talvez tenha tido pouca simpatia pelo que era estrangeiro. Ele certamente não era nenhum universalista e nenhum advogado pela abolição da diferença. O “bárbaro” estava alheio. Os adversários da Grécia e de Roma estavam fora da esfera que Políbio considerava congênita e empática. As diferenças eram sociais, morais e convencionais. O historiador evitava traçar diferenças étnicas ou raciais.

BIBLIOGRAFIA

- Baronowski, D.W. (2011), *Polybius and Roman Imperialism*, London.
- Capomacchia, A.M.G. (1991) "L'Avidità dei Fenici", in *Atti del II Congr. Int. di Studi Fenici e Punici*, Rome, 2167-269.
- Champion, C.B. (1997) "The Nature of Authoritative Evidence in Polybius and the Speech of Agelaus at Naupactus", *TAPA* 127: 111-128.
- (200) "Romans as Barbaroi. Three Polybian Speeches and the Politics of Cultural Indeterminacy", *CP* 95: 425-444.
- (2004) *Cultural Politics in Polybius's Histories*, Berkeley.
- Deininger, J. (1971) *Der politische Widerstand gegen Rom in Griechenland, 217-86 v. Chr.*, Berlin.
- (1973) "Bemerkungen zur Historizität der Rede des Agelaus, 217 v. Chr. (Polyb. 5.104)", *Chiron* 3: 103-108.
- Dyson, S.L. (1985) *The Creation of the Roman Frontier*, Princeton.
- Eckstein, A.M. (1985) *Moral Vision in the Histories of Polybius*, Berkeley.
- Erskine, A. (2000) "Polybios and Barbarian Rome", *MedAnt* 3: 165-182.
- Franko, G. (1994) "The Use of Poenus and Carthaginiensis in Early Latin Literature", *CP* 89: 153-158.
- Fraser, P.M. (1972) *Ptolemaic Alexandria, II*, Oxford.
- Gruen, E.S. (2000) "Culture as Policy: The Attalids of Pergamon," in N.T. de Grummond e B.S. Ridgway (ed.), *From Pergamon to Sperlonga: Sculpture and Context*, Berkeley, 17-31.
- (2011) *Rethinking the Other in Antiquity*, Princeton.
- Lehmann, G.A. (1967) *Untersuchungen zur historischen Glaubwürdigkeit des Polybios*, Münster.
- Mackil, E. (2013) *Creating a Common Polity: Religion, Economy, and Politics in the Making of the Greek Koinon*, Berkeley.
- Mazza, F. (1988) "The Phoenicians as Seen by the Ancient World," in S. Moscati, *The Phoenicians*, New York, 548-567.
- Morkholm, O. (1967) "The Speech of Agelaus at Naupactus, 217 B.C.", *ClMed* 28: 240-253.
- (1974) "The Speech of Agelaus Again", *Chiron* 4: 127-132.
- Pedech, P. (1964) *La méthode historique de Polybe*, Paris.
- Schalles, H.-J. (1985) *Untersuchungen zur Kulturpolitik der pergamenischen Herrscher im dritten Jahrhundert vor Christus*, Tübingen.
- Walbank, F.W. (1957) *A Historical Commentary on Polybius I*, Oxford.

—— (1979) *A Historical Commentary on Polybius, III*, Oxford.

—— (2002) “Egypt in Polybius,” in F.W. Walbank, *Polybius, Rome, and the Hellenistic World*, Cambridge, 53-69.

Williams, J.H.C. (2001) *Beyond the Rubicon: Romans and Gauls in Republican Italy*, Oxford.

**MEMORIA, HISTORIA AQUEA Y AUTOBIOGRAFÍA EN LAS
HISTORIAS DE POLIBIO: ALGUNAS OBSERVACIONES¹**
(Memory, Achaean History, and Autobiography in the Histories of Polybius:
Some Remarks)

ÁLVARO M. MORENO LEONI
Universidad Nacional de Río Cuarto / Universidad Nacional de Córdoba/CONICET
(moreno.leoni@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-4427-9934>)

El historiador que cuenta la historia es el mismo que ya la ha vivido y la conoce desde adentro de un modo peculiar. (Herbert Hodges, *Dilthey*, 2010, p. 29)

RESUMEN: El objetivo de este artículo es estudiar de qué modo la experiencia autobiográfica de Polibio se incrustó en la historia contada de la expansión romana a lo ancho del Mediterráneo y de qué manera gracias a esto el historiador/narrador fue capaz de moldear él mismo su imagen como un modelo político para sus lectores griegos.

PALABRAS CLAVES: Polibio, historiografía, autobiografía, memoria.

ABSTRACT: The aim of this paper is to study the way how Polybius' autobiographical experience was embedded into the narrated history of the Roman expansion through the Mediterranean and in which way thanks to that the historian/narrator was able to shape himself his image as a political model for his Greek readers.

KEYWORDS: Polybius, historiography, autobiography, memory.

INTRODUCCIÓN

Nacido en Megalópolis en el seno de una de las principales familias de la élite política aquea, Polibio (ca. 200-118 a.C.) es conocido principalmente por haber llegado a ser el historiador de la expansión romana por el Mediterráneo entre los siglos III-II a.C. Pero esto no habría ocurrido si no se hubiera producido un importante vuelco en su carrera a raíz del drástico desenlace de la Tercera Guerra Macedónica (171-168 a.C.). Al haber sido elegido hiparca federal en 170/69 a.C. como representante de una facción política que buscaba preservar el máximo nivel de autonomía en el conflicto entre Perseo de Macedonia y Roma experimentó serias dificultades durante su magistratura. Al término del conflicto, sellado con una rotunda victoria romana en los campos de Pidna, y como resultado de la lucha de

¹ Una versión previa de este trabajo fue leída en la “Jornada de historiografía helenística: novas abordagens teórico-metodológicas” en la Universidad de San Pablo (Brasil) el día 15 de septiembre de 2016. Agradezco por su invitación a este importante evento académico, y por el excelente trato dispensado y su amabilidad, a los Profs. Dres. Breno Battistin Sebastiani y Fernando Rodrigues Jr.

facciones de la que Calícrates de Leonte y los partidarios de un mayor acercamiento a Roma salieron victoriosos, fue enviado como detenido político a Italia junto a otros mil políticos aqueos. Allí permaneció en Roma, durante diecisiete años, y empezó a escribir sus *Historias*, aunque no se alejó por ello de sus preocupaciones políticas.²

Una cuestión que llama la atención al lector de Polibio es, por un lado, su permanente preocupación por su *persona* histórica, con definir el tipo de historiador que cree ser y la forma en que lo define y presenta a sus lectores, es decir, como narrador extradiegético. Por otro lado, y en consonancia con lo anterior, también sorprende la recurrente aparición de Polibio en la obra como un actor/personaje, dando forma, en algunos casos, a una verdadera narrativa homodiegética. Se trata de cuestiones que, en general, no han sido tradicionalmente exploradas por la literatura clásica sobre las *Historias*, dominada hasta no hace mucho por un enfoque histórico más preocupado por extraer datos históricos (*realia*) de la obra para reconstruir los pormenores de la expansión romana.

Cuando se estudia esta presencia recurrente, a la vez de un narrador extradiegético y de uno homodiegético, se supone generalmente una disociación entre ambas dimensiones. *A priori* esta distinción, en principio, es pertinente. Algunos autores atienden específicamente a la dimensión literaria y, por lo tanto, circunscriben su discusión al terreno de las intenciones autorales y a su construcción intratextual como narrador, mientras que otros, por el contrario, privilegian un enfoque histórico, lo que los lleva a interesarse por Polibio como actor político/personaje y su relación con el sentido político de estas apariciones en la obra. Por mi parte, considero que, en una narrativa factual, histórica, se puede asumir hasta cierto punto, y con algunas reservas, una relativa identidad entre narrador y autor.³

Algunos de los aspectos de la construcción del narrador están vinculados específicamente con la importancia que la historiografía antigua atribuía a la experiencia personal del historiador (*autopatheia/empeiraa*). Mediante la inclusión de detalles autobiográficos, relacionados con la participación previa en el campo político (asambleas, embajadas o batallas), Polibio podría haber estado buscando conducir a sus lectores a formarse una opinión de él como el historiador más apropiado para la tarea, como un narrador competente.⁴ Aunque no está claro que la experiencia fuera considerada una dimensión central en la historiografía clásica, en Heródoto o en Tucídides, puede que haya llegado a ser valorada a partir del siglo IV a.C. en adelante, y Polibio al menos es bastante enfático sobre esto en el libro 12⁵.

² Thornton 1999: 585-634.

³ Ver interesantes opiniones con respecto al problema en otro autor griego, Pausanias: Akujärvi 2005: 54.

⁴ Marincola 2004: 136.

⁵ No es seguro que Polibio hubiera estado familiarizado directamente con la historiografía del siglo V a.C., sino que posiblemente tuvo acceso a varios de sus postulados por intermedio de historiadores como Éforo, Teopompo o Timeo: Scardino 2018.

Estudios enriquecidos por los aportes de la narratología han reforzado además esta interpretación, puesto que han puesto de relieve el cuidado exhibido en la composición de una narración en la que las intervenciones narratorias estaban calculadas para moldear el texto producido.⁶ Nikos Miltsios ha mostrado de qué manera estas intervenciones, que producían una sensación de orden y confiabilidad en la exposición, permitían al historiador-narrador, al mismo tiempo, mantener una comunicación permanente con sus lectores, guiándolos hacia una comprensión de los temas centrales.⁷ Georgina Longley, por su parte, ha vinculado las intervenciones del “yo”, o del “nosotros”, que Polibio utiliza indistinta y liberalmente como *persona* histórica o narrador extradiegético, con el despliegue de una actitud didáctica autoconsciente, que mostraría que Polibio buscaba conducir a los lectores en los primeros cinco libros de su obra a comprender lo novedoso de su historia universal.⁸ Contra Elisabeth Ibendorff, que había puesto el acento en la recurrencia de este tipo de intervenciones didácticas, pero las había visto como un elemento superfluo, propio de un temperamento incoherente de maestro de escuela, estas intervenciones son muy importantes para la construcción de sentido en la obra.⁹

Con respecto a la recurrencia de “Polibio” como un personaje histórico, y su presencia como narrador homodiegético en varios puntos, se ha relacionado esto con su estrategia política posterior a su detención en Roma. Craig Champion, en ese sentido, ha indagado sobre la autorrepresentación como orador en algunas asambleas aqueas entre 170/169 a.C., y ha visto estos pasajes como parte de una apología contra las acusaciones de haber actuado como un demagogo antirromano en aquella oportunidad. Así, había mostrado cierto cuidado en aparecer en la narrativa como un aliado leal y responsable de Roma.¹⁰ Especial atención, por su parte, es prestada por John Thornton a algunos fragmentos de los libros 38-39, que tratan sobre la Guerra Aquea y el subsiguiente arreglo romano del Peloponeso (146/5 BC). Allí, Polibio emerge como un “mediador” político entre Grecia y Roma, lo que también ha sido expuesto de forma elocuente por Breno Sebastiani a propósito de la identificación del historiador aqueo con la figura de Odiseo, muy apropiada para entrelazar la narrativa histórica con un papel de mediación diplomática y política.¹¹

En este trabajo, por mi parte, parto de tres premisas centrales para entender la presencia de Polibio como narrador/personaje en la obra: 1) Defiendo la existencia de una dimensión autobiográfica en las *Historias*; 2) Pienso que esta

⁶ Miltsios 2013: 115-116.

⁷ *Ibid.*, 125.

⁸ Longley 2013: 175-206.

⁹ Ibendorff 1930: 24. Cf. Marincola 2001: 125.

¹⁰ Champion 2004: 199-212.

¹¹ Thornton, J., *op. cit.*; Sebastiani 2015: 123-148; Sebastiani 2017: 145-169.

dimensión autobiográfica es parte de una autorrepresentación (*self-fashioning*), que no es producto de la creatividad libre del historiador, sino que nace de un juego dinámico con las instituciones y códigos culturales en los que el mismo estaba inmerso; 3) Sostengo que esta autorrepresentación tiene un carácter ejemplar, para ser emulada por el público. Parto, por lo tanto, de una simple pregunta, ¿qué vínculo existe entre autobiografía, autorrepresentación y didáctica en las *Historias* y qué utilidad tiene identificarlo para comprender el sentido de práctica política que subyace a la obra?

I. AUTOBIOGRAFÍA

Aunque griegos y romanos conocieron cierto carácter “autobiográfico” en sus obras, el género literario de la autobiografía como práctica masiva parece ser, en cambio, un producto del siglo XVIII¹². Esto no quiere decir que aspectos de la vida de un autor no aparecieran a menudo incrustados en otros tipos de géneros literarios, o que incluso existieran obras similares, aunque de forma aislada. En la *Suda*, incluso, un texto de Nicolao de Damasco se denomina *peri tou idiou biou kai tes heautou agoges*, lo que parece además corresponderse semánticamente con el *De vita sua* romano.¹³ Además, en la historiografía antigua, en particular, no parece haber sido inusual la inserción de experiencias autobiográficas, tal como revela el caso de Jenofonte.¹⁴ También Tucídides menciona su propia participación como personaje histórico en la historia por él narrada.¹⁵

En el *De gloria Atheniensium* Plutarco escribió, a propósito de la *Anábasis*: “Jenofonte, para estar seguro, se volvió su propia historia (*Xenophon men gar autos heautou gegonen historia*) al escribir sobre su generalato y sus éxitos.¹⁶ Seguía a continuación con el tema de la falsa atribución de la obra a un tal Temistógenes de Siracusa, que, para Plutarco, habría sido simplemente un recurso utilizado por Jenofonte para dar mayor credibilidad a las grandes hazañas narradas. Pero, ¿por qué un escritor decidía escribir sobre sí mismo en la Antigüedad? Como Plutarco explica en su *De laude ipsius*, la *periautologia* era un recurso aceptable solo en una ocasión: cuando un autor necesitaba responder a acusaciones previas.¹⁷

¹² Por supuesto, existen obras en la antigüedad clásica que pueden ser consideradas “autobiográficas”, sería necio negarlo. Ejemplos claros de ello son, por ejemplo, las Confesiones de Agustín de Hipona o Los discursos sagrados de Elio Arístides. Sin embargo, lo que la crítica literaria moderna sostiene es que es el siglo XVIII es el momento de desarrollo masivo del género, producto de las transformaciones resultantes del quiebre del Antiguo Régimen y las crecientes aspiraciones individuales de la burguesía moderna. Con todo, ver: Baslez, Hoffmann, Pernot 1993.

¹³ Momigliano 1986: 26-27.

¹⁴ Xen., *HG*. 3. 1. 2.

¹⁵ Thuc. 4.104; 5.26.

¹⁶ Plu., *Mor*. 345 E.

¹⁷ Plu., *Mor*. 540 C.

Santo Mazzarino subrayó precisamente esta como la principal causa del auge de las memorias de políticos y reyes en época helenística.¹⁸ En cualquier caso, una dimensión autobiográfica no implica una intención autoral de “reconstruir” los hechos de manera fiel, una pretensión, por lo demás, imposible desde un punto de vista epistemológico. Todas las memorias, en realidad, adquieren sentido y valor solo cuando las consideramos como experiencias del pasado situadas en el presente.

Considero que dos cuestiones son particularmente importantes para entender la dimensión autobiográfica en Polibio. Primero, que la experiencia propia responde a cierto “orden” discursivo retrospectivo, pues, el pasado se construye partiendo siempre desde el presente, que adquiere el sentido de un *telos*, del fin de una vida, y también del origen de la narrativa.¹⁹ Ello ocurre de forma especial en el llamado epílogo de las *Historias*, en el que se hace coincidir el fin de la historia, como relato de los hechos, con el fin de la historia como vida (39. 8. 3). Pero también se vislumbra en el llamado segundo proemio de las *Historias*, en el que Polibio mina el *telos* inicial, proponiendo la adición de diez libros al proyecto original de treinta para cubrir los acontecimientos entre el 167-145 a.C. Allí, se expone un vínculo especial experiencial con la historia a narrar: “debido a la importancia de las acciones y al carácter inesperado de los eventos, y principalmente porque no solo fui testigo de la mayor parte, sino unas veces colaborador y otras hacedor, he emprendido la redacción, por así decir, de una historia nueva, tomando un punto de partida nuevo también” (3. 4. 13).

Las referencias autobiográficas se vuelven particularmente numerosas a partir del libro 28, lo que actualiza el riesgo de la *periautologia* (y la falta de credibilidad): “evitaremos todo cuanto sea posible la excesiva ofensa de hablar sobre nosotros mismos” (36. 12. 3). Frank Walbank señaló que los libros 31-40 adolecían de una falta de unidad temática, por haber sido redactados a partir de memorias y notas personales que el historiador quería aprovechar.²⁰ Sin embargo, más que un cambio narrativo, difícil de apreciar dado el estado fragmentario del texto, se advierte un cambio temporal (y experiencial) en la propuesta. Como ha advertido Jonas Grethlein, Polibio mina el final de su obra con la inserción de un nuevo *telos*; la *aderitos exousia* (potestad incontestada) romana, que había sido alcanzada en el libro 30, se proyecta hacia el futuro, lo que contribuye a cuestionar la idea de que el dominio romano sea necesariamente el *telos* de la historia.²¹

Segundo, tanto la historiografía como la autobiografía son altamente performativas, pues, construyen una realidad al mismo tiempo que cuentan

¹⁸ Mazzarino 1974: 30-37. (cfr. Marasco 2011: 117; Bearzot 2011: 79-80.

¹⁹ May 1982: 66, 182-183.

²⁰ Walbank 1977: 139-162.

²¹ Grethlein 2013: 234-240.

una historia.²² La lógica mimética del aprendizaje mediante ejemplos en la historiografía antigua es plenamente reconocida por Polibio, quien, por ejemplo, incluye una digresión sobre Filopemén para que el público pudiera “imitar y emular (*zelosai kai mimesasthai*)” a este político aqueo (10. 21. 3-4).²³ Además, tanto en época moderna como antigua, “el tipo de objeto representado en la autobiografía sirve como propósito cultural”,²⁴ que no debe entenderse como un simple reflejo, sino como parte de una capacidad creadora, que en Polibio se convierte en una herramienta de intervención política.²⁵

En ese sentido, pienso que la persuasión de su discurso, de la efectividad de los modelos provistos a los lectores y de los temas abordados en la obra, estaba vinculada también a su autorrepresentación. Polibio necesitaba presentar su propia vida como un ejemplo político. En 11. 10. 1-6, a propósito de una intervención de Filopemén en contra del lujo en el vestir de las tropas, dice el historiador aqueo que fue el orador más influyente porque su vida “ejemplar” se correspondía con sus palabras: “Si el que hace la exhortación tiene una vida privada conforme con lo que dice (*hotan de kai idion bion akolouthon eispheretai tois eiremenois ho parakalon*), su consejo tendrá efectivamente la máxima credibilidad” (11. 10. 2). Agregaba: “Aducía como ejemplo en todas las situaciones su vida privada (*paradeigma gar en pasi ton idion eispheromenos*)” (10. 5).

II. AUTORREPRESENTACIÓN

La autorrepresentación (*self-fashioning*), que es un concepto acuñado para la literatura del Renacimiento por Stephen Greenblatt, ha mostrado su utilidad también en estudios sobre la literatura clásica. Toda obra expresa una determinada idea de sí mismo del autor, un sentido de orden personal, una forma característica de dirigirse al mundo, una estructura de deseos, pero revela igualmente una influencia fuerte de los códigos sociales y culturales en que la misma se expresa.²⁶ De acuerdo con paradigmas estructuralistas, no existen momentos de subjetividad autoral pura, sin restricciones, puesto que el acto de representarse implica un juego permanente de construcción de la identidad frente a una multiplicidad de instituciones culturales en permanente tensión con la necesidad individual de no “abandonar las ansias de libertad”.²⁷

En la parte final de su obra, Polibio explicita su relación con dos instituciones centrales. Por un lado, menciona los grandes honores que muchas ciudades peloponésicas le otorgaron tanto en vida, como después de su muerte (*kai zonta*

²² Aurell 2015: 5.

²³ Ver ahora: Teitelbaum 2017: 330-342.

²⁴ Bergland 1994: 133.

²⁵ Thornton 2013: 145-164.

²⁶ Greenblatt 2005: 1.

²⁷ *Ibid.*, 256-257.

kai metallaxanta: 39. 5. 4) en agradecimiento por su intervención posterior a la Guerra Aquea. Esta clase de honores cívicos póstumos están atestiguados epigráficamente desde el siglo II a.C., lo que hace innecesario pensar en un editor póstumo autor de estas líneas.²⁸ Por otro lado, refiere luego al agradecimiento de los romanos por su buena voluntad (*charin axian tes pros Rhomaious*), tras un último viaje a Roma. Su práctica, su autorrepresentación está vinculada, por lo tanto, a la búsqueda de ambos reconocimientos.

Eckstein ha advertido que la autorrepresentación está vinculada a un *ethos* aristocrático del deber de actuar.²⁹ Entre los libros 28-29 Polibio aparece rodeado de amenazas (28. 3. 7), que conducirán finalmente a su detención, pero ante la presión de griegos y romanos eligió mostrarse como un seguidor del precepto de Arcón de no abandonarse a sí mismos (*mede proesthai sphas autous*) (28. 6. 7), que suponía aceptar la colaboración con Roma, pero sin abandonar los propios objetivos aqueos. El valor social de actuar se realza también en pasajes posteriores sobre su presencia en África.³⁰ Una de las consecuencias de su estadía allí fue que Polibio no pudo estar en Grecia durante el ataque romano (cfr. Oros. 5. 3), aunque habría regresado a tiempo para presenciar el saqueo de Corinto (Str. 8. 6. 28). Sin embargo, se autorrepresentó en un papel activo durante las operaciones militares africanas, tal como lo había hecho al hablar sobre el avance romano hacia Macedonia en el 169 a.C., cuando había participado de todos los riesgos (*ton ... kindynon meteichon*) de las operaciones (28. 13. 2). Se trata de la exhibición de una profunda adhesión al *ethos* guerrero homérico,³¹ como parecen indicar algunas menciones en otros textos, como el *Regum et imperatorem apophthegmata* de Plutarco (Plu., *Mor.* 200 A-B), un papiro (POxy 4808)³² o Amiano Marcelino (24. 2. 16). Aunque el estado fragmentario de los últimos libros no permite hacer un estudio sistemático, su autorrepresentación en África es notable: un hombre que, con más de cincuenta años, era aún capaz de enfrentar el riesgo de asaltar una puerta de una ciudad sitiada.³³

Pero la autorrepresentación no es solo la de un hombre de acción militar, sino también, tal como Thornton ha mostrado, la de un mediador en los conflictos.³⁴ En contextos narrativos previos a la Guerra Aquea se menciona su actuación como mediador (36. 11. 1: en Lilibeo; 12. 5. 1: con los locrios). En ambos casos, la mediación está vinculada a Roma. En una dimensión diferente, pero con un sentido similar, se expone en el libro 31 el inicio de su relación con Escipión

²⁸ Veyne 1997: 273-280; Heller 2011: 287-312; Chiricat 2005: 207-223. Es notable que Jonas Grethlein (2013: 240) vuelva a reafirmar que se trata de las palabras de un editor póstumo.

²⁹ Eckstein 1995.

³⁰ Baronowski 2011: 135.

³¹ Eckstein 1995: 40.

³² Beresford 2007: 31; Thornton 2013a: 30.

³³ Eckstein 1995: 13.

³⁴ Thornton 1999.

Emiliano. Sommer ha mostrado algunos silencios en la representación de esta relación (31. 23. 1-25. 1; 29. 8), en la que permanentemente se busca borrar el lado asimétrico de la relación clientelar romana.³⁵

Plutarco (*Mor.* 814C) reconoció que algunos griegos, como Polibio y Panecio, habían actuado de forma beneficiosa con los demás griegos al influir sobre sus poderosos amigos romanos y obtener favores concretos. Pausanias reprodujo tres siglos más tarde un epígrafe, que pudo leer él mismo en Megalópolis, en el que se resaltaba el papel de Polibio como aliado “que recorrió toda la tierra y el mar, y se hizo amigo de los romanos y calmó su ira contra el mundo griego (*kai hoti symmachos genoito Rhomaion kai pauseien autous orges tes es to Hellenikon*)” (Paus. 8. 30. 8), lo que coincide en buena medida con la autorrepresentación en la introducción de los catastróficos acontecimientos de la Guerra Aquea: “en tiempos de peligro es cierto que aquellos que son griegos deberían ayudar a los griegos de cualquier forma, a través de apoyo activo, ocultando las faltas y tratando de calmar la ira del poder gobernante, como yo mismo hice cuando esto ocurrió” (38. 4. 7).³⁶ No estaría lejos de su presentación de los beneficios obtenidos de parte de los romanos por los locrios gracias a su intervención personal (*di'eme*) (12. 5. 1-3).

Si recuperamos la idea de Greenblatt de que toda experiencia de autorrepresentación implica la expresión de una tensión frente a instituciones que hacen de referencias, podríamos pensar que, en el caso de Polibio, estas fueron la política griega y el poder imperial romano. Pausanias escribe sobre la relación entre Polibio y Escipión que: “Siempre que el romano (Escipión) obedeció el consejo de Polibio, no cometió errores” (Paus. 8. 30. 9). Polibio buscaba construir su imagen como un aliado responsable, incluso durante su detención, en la que había podido volverse el maestro de un prominente romano (30. 23-30).³⁷ En el relato autobiográfico del escape de Demetrio de Roma, Polibio se muestra ante todo como un hombre de acción, pero, sobre todo, de consejos precisos (31. 11. 4-14. 3).³⁸ La historia emotiva de las lágrimas de Escipión ante Cartago, en ese sentido, parece estar orientada a mostrar también su eficacia como consejero y mentor de un romano distinguido, que ha absorbido plenamente las enseñanzas expuestas en la obra (que coinciden plenamente con la perspectiva del maestro).

En la imagen como “mediador”, que se construye en el arreglo posterior a la Guerra Aquea, primero se realiza su actitud moderada, conciliadora, tendiente a

³⁵ Sommer 2013: 307-318. cfr. Baronowski 2011: 133.

³⁶ Walbank 1999a: 689. La ira es una actitud típica de los romanos a partir del libro 21, para controlar la cual Polibio intenta dar claves a sus lectores: Erskine 2015: 105-127. Podría pensarse que Polibio también se presenta aquí como un modelo para su público, de intervención diplomática orientada a morigerar, suavizar o calmar (*paraiteomai*), la ira de los poderosos: 38. 4. 7; 21. 25. 10; 22. 5. 6; 30. 31. 13, ver: Erskine 2015: 112-113, n. 35.

³⁷ Friedländer 1955: 337-351.

³⁸ Mitsios 2013: 136.

evitar los conflictos internos al interior de las ciudades aqueas, tal como ocurre cuando rechaza el regalo de las propiedades de Dieo ofrecido por los *decem legati* romanos. Polibio cede allí incluso a la tentación de explicitar el sentido modélico que su figura adquiere para sus conciudadanos, puesto que alude a la máxima reputación entre los ciudadanos (*kallisten doxan exenenkanto para tois politais*) que obtuvieron quienes siguieron su consejo en esa oportunidad (39. 4. 2-4; cfr. 20. 12. 6-7). Su posterior defensa de las estatuas de Filopemén, y de su pasada política frente a Roma, también fue exitosa porque convenció a la comisión romana de respetar no solo sus estatuas, sino también las de Arato y de Aqueo y “en agradecimiento por esta acción el pueblo erigió una estatua de mármol del propio Polibio” (39. 3. 1-11).³⁹ Su capacidad de negociar con el poder romano eficazmente, mediante la palabra, se presenta al público, pues, como una fuente concreta de beneficios para la comunidad y, por tanto, de honor para él.

Ante estas dos realidades con las que estaba en tensión, la experiencia autobiográfica se presentaba dependiente de un cierto orden, cuyos rasgos centrales eran ser un sujeto: 1) con participación activa tanto en la asamblea como en el combate; 2) con incidencia en las decisiones a través de consejos eficaces; y, 3) con potencial de mediador entre Roma y las comunidades cívicas griegas, capaz así de obtener beneficios directos para la comunidad.

III. CULTURA POLÍTICA Y DIDÁCTICA

Toda producción discursiva remite a algún aspecto del comportamiento del autor, pero expresa también los códigos sociales y culturales que moldean su comportamiento y motivan su reflexión activa sobre los mismos.⁴⁰ La coincidencia entre la autorrepresentación en las *Historias* y la representación de Polibio en las estelas peloponesias en su honor puede echar luz en esa dirección. Para Thornton estas inscripciones “revelan el modo cómo Polibio y los ambientes cercanos a él buscaban presentar la fase culminante de su actividad política”,⁴¹ Se conocen menciones a tres retratos, datados con seguridad luego del 146 a.C., a los que deben sumarse cuatro posteriores acompañados de inscripciones. Pero como John Ma ha señalado, a propósito de las estatuas honoríficas en las póleis helenísticas, “el monumento honorífico era el artefacto de una cultura política particular, estaba diseñado para expresar valores comunitarios, declaraciones y relaciones; representaba a un individuo, pero también a la comunidad toda”,⁴² Se trata, por lo tanto, de la materialización de una “intención honorífica”, producto de una ideología cívica.

³⁹ Pasaje reconstruido a partir de cuatro fragmentos de Plutarco: Walbank 1999a: 730.

⁴⁰ Greenblatt 2005: 7.

⁴¹ Thornton 1999: 596.

⁴² Ma 2013: 243.

Ma también advierte que hay una cierta serialización coordinada a nivel pan-peloponesio de imágenes e inscripciones en honor de un individuo específico, Polibio, en un momento que resulta insólito, dado que coincide con la desarticulación federal tras la derrota a manos de Roma.⁴³ Tal vez se trate de una práctica similar a la erección de múltiples retratos en honor a Filopemén en las ciudades aqueas tras la muerte del líder (Plu., *Phil.* 21.5). Según Ma, esta práctica podía estar relacionada con una estrategia cívica que buscaba que las póleis mostraran cultura y propósito comunes en un momento verdaderamente difícil. Filopemén era un héroe para los aqueos y, en algún punto, en el caso de Polibio se produjo una práctica similar para agradecer su rol mediador. Parece que Polibio a título individual exploró también esta asociación personal con Filopemén, como muestran los ladrillos del templo de Zeus en Megalópolis.⁴⁴ Pero en el caso de las estelas honoríficas conservadas, como la de Clítor, tiene que haber existido un diálogo especial con la cultura política aquea y con su historia reciente. La coincidencia a nivel del lenguaje entre su autorrepresentación y las inscripciones en su honor puede leerse, en ese sentido, como una feliz coincidencia en la apelación a un ideal cívico de la élite política aquea.

El contexto general se caracterizaba por una violenta transformación del sistema interestatal helenístico, lo que debió implicar cierto acomodamiento del modelo político propuesto con aquel. Polibio exigía a los líderes griegos, sobre todo, responsabilidad en su comportamiento como aliados activos de los romanos, no como sumisos subordinados. Para ello, este discurso se asociaba con su autorrepresentación y con las imágenes de políticos aqueos como Arato, Filopemén y Licortas. Una estela en el ágora de Megalópolis que Pausanias vio durante su recorrido presentaba a Polibio, en efecto, como un nuevo Odiseo, pero fundamentalmente como un aliado de los romanos (*symmachos... Rhomaion*) y como un mediador. Este tema vuelve a aparecer en Plutarco (*Mor.* 814 D), que sostiene que algunos griegos, como Polibio y Panecio, “gracias al afecto que les profesaba Escipión, realizaron una importante contribución al bienestar de sus respectivas patrias”.

Sin embargo, esta autorrepresentación no fue completamente libre, sino que estuvo atravesada necesariamente por los códigos cívicos vigentes durante la segunda mitad del siglo II a.C., que aseguraban su inteligibilidad y aceptación dentro del discurso político aqueo. Al respecto, Ma ha hecho algunas observaciones a propósito de la famosa estela de Clítor, que contiene un famoso relieve en el cual está representado Polibio, de la cual algunos detalles estéticos y simbólicos se nos escapan: armas que le asignan un rol militar, equipado con una lanza con punta masiva y escudo hoplita argivo (quizá asociados con la reforma

⁴³ Ibid., 280-282.

⁴⁴ Lauter 2002: 375-386.

militar de Filopemén), anillos en su mano izquierda (insignias de mando o regalos que materializaban lazos de amistad con monarquías helenísticas, o tal vez obsequio de poderosos amigos romanos), etc. De todos modos, sí se advierte un equilibrio entre las aspiraciones individuales y el control y moldeado del mensaje por parte de la comunidad.⁴⁵

El cabello corto y la ausencia de barba son los elementos quizá más sorprendentes porque vinculan el relieve con el tipo de estatua imberbe del aristócrata filorromano, que, hacia el siglo I a.C., se convertirá en una forma frecuente de proclamación pública de amistad con los romanos.⁴⁶ Un rostro correctamente afeitado podía ser leído como típicamente “romano” o, si se trataba de un griego, como de un “florromano” (cfr. Dio 36. 17). Por lo tanto, esta representación apela a una imagen de un sujeto vinculado a Roma, con una actitud pública amistosa, de aliado, como sugiere también la inscripción de Pausanias. Quizá en sintonía con el tipo especial de evérgeta identificado por Louis Robert, capaz de obtener grandes beneficios para su comunidad a través de sus relaciones con senadores influyentes.⁴⁷

Pero esta autorrepresentación como un individuo con acceso al diálogo como aliado con los romanos lo coloca en la línea distinguida de líderes aqueos que él mismo se encargó de trazar. Su modelo de político es uno que tiene la necesidad de interactuar con Roma, pero también de hacerlo con sus conciudadanos griegos. El mismo emerge frente a dos antimodelos, el primero, el de líderes como Calícrates, que habían recurrido a la amistad con Roma para reforzar su posición política personal, y, segundo, al de líderes como Critolao y Dico, que condujeron al desastre por enfrentarse a los aqueos insensatamente con Roma.

En la *Achaica* del libro 2 el éxito aqueo helenístico se vincula con la emergencia de las figuras de Arato, Filopemén, Licortas y de “los que han elegido los mismos principios políticos (*kai tous tauta touto proelomenous andras*)” (2. 40. 2), lo que le permite tácitamente incluirse en esta selecta galería de héroes federales. Pero la autorrepresentación había cristalizado en un marco de tensión entre el poder romano y la política griega, lo que volvía compleja la asociación con unos líderes (él incluido) que justamente habían tenido un pasado polémico. En su relato, Polibio habría tenido que silenciar la participación de Arato en la Liga Helénica a propósito de la alianza de Filipo V con Aníbal.⁴⁸ Quizá también habría tenido que ocultar las acciones que Filopemén en Creta, llevadas a cabo bajo la égida política del mismo rey enemigo.⁴⁹ Pero, además, tanto Filopemén

⁴⁵ Ma 2013: 282-284.

⁴⁶ Smith 1998: 56-93.

⁴⁷ Robert 1969: 42-64.

⁴⁸ Golan 1995: 35-36.

⁴⁹ Errington 1969: 32-34.

como Licortas tenían cierta mala fama entre los romanos y para superar esta tensión, era necesario oponerlos y, por lo tanto, oponerse a sí mismo al antimodelo construido a partir de la embajada de Calícrates a Roma, a partir de la cual “al senado romano le sobraron aduladores (*kolakon*), pero anduvo escaso de amigos verdaderos (*philon de spanizein alethinon*)” (24. 10. 5).

Para aparecer como un aliado leal, un verdadero amigo, y no como un adulador (*kolax*), requería que los líderes de la *Achaica* se adaptaran a su modelo. Así, en el momento crítico de ataque en contra de las estatuas de Filopemén, Polibio logró demostrar que aquel había intentado aleccionar y convencer a los romanos sobre sus decisiones cuestionables, pero siempre había sido el primero en apoyar a los romanos en sus guerras (cfr. 24. 13. 9). Amistad no implicaba obedecer sin dignidad, y podía requerir, incluso, resistir dentro de un limitado espacio de posibles, tal como había hecho Arato con el rey de Macedonia durante la llamada Conspiración de Apeles: “Arato se dirigió a Filipo, pues juzgaba que una cuestión de este tenor se debía cortar en un principio y no posponerla (*krinantes en archais peri ton toiouton diistasthai kai me katamellein*)” (4. 76. 8). En las inscripciones helenísticas “*diistasthai*”, de *diistemi*, tiene un campo semántico entre “disputar” y “resistir”, lo que conduce a suponer la expresión de una oposición.⁵⁰ Arato es representado, por lo tanto, como un defensor activo de los derechos y de la autonomía aquea frente a un aliado por medios diplomáticos enérgicos.⁵¹

El ya mencionado pasaje del libro 39 sobre las estatuas de Filopemén brinda una clave para entender el modelo propuesto, que construye al líder ideal como aquel que es capaz de persuadir de forma efectiva a través del diálogo. Filopemén, según Polibio, si alguna vez se había opuesto a las órdenes romanas había sido solo para “explicarles y persuadirlos sobre lo que las mismas tenían de cuestionable (*didaskain kai peithein hyper ton amphibetoumenon*)” (39. 3. 5). Arato habría actuado del mismo modo en el Itome, donde trató de enseñar a Filipo a respetar los términos de su alianza con los mesenios. Finalmente, el mismo mensaje subyace en el famoso, y quizá ficticio,⁵² debate entre Aristeno y Filopemén donde se supone que el último habría dicho:

“Pero si nosotros mismos, desconociendo nuestros derechos, nos declaramos dispuestos, cual si fuéramos prisioneros de guerra, a hacer cualquier cosa que se nos ordene, ¿qué diferencia habrá entre el pueblo aqueo y el de los sicilianos, el de los capuanos y el de otros notoriamente esclavizados ya desde antiguo?” (24. 13. 4).

⁵⁰ Walbank 1999: 528; Welles 1934: 327.

⁵¹ Ver: Moreno Leoni 2017: 140-147.

⁵² Pédech 1964: 417; Walbank 1999a: 265; Ferrary 1988: 294-9.

Parece que el discurso de Licortas ante A. Claudio Nerón y los exiliados espartanos (184 a.C.), preservado por Livio (34. 37. 9-12), tenía un tono similar.⁵³ Pausanias registra también las palabras de Licortas, que “expuso el caso de los aqueos en un discurso que sugería que los romanos tenían alguna culpa” (Paus. 7. 9. 4).⁵⁴ El modelo político se construye, entonces, en una oposición entre el “adulador” (*kolax*) y el “verdadero amigo” (*philos alethinós*). La autorrepresentación habría estado discursivamente vinculada, entonces, con el modelo de líder griego propuesto, capaz de advertir, corregir y, en última instancia, hacer recordar pacíficamente a los romanos la importancia de la contención con aliados y súbditos, ya expresada por Filopemén:

“si alguien les explica que (*hotan mentoi ge didaxe tis autous*) de algunas de sus peticiones, unas no se pueden cumplir y otras comportan desdoro y vergüenza grandes a los aliados, ellos no acostumbran a porfiar ni a presionar en asuntos de este tipo. ‘De modo que’, dijo, ‘si alguien les explica ahora (*ean tis autous didaxe*) que a los aqueos acatar este escrito les supone transgredir leyes y juramentos y violar lo consignado en las estelas en lo que concierne a la política conjunta de la Confederación, los romanos se retractarán y convendrán en que nuestras prevenciones son fundadas y que con razón desoímos sus ruegos” (24. 8. 3-5).

Ni capitulación, ni aceptación pasiva del dominio. En efecto, creo que hay un costado idealista profundamente enraizado: los márgenes de acción posteriores al 146 a.C. pueden preservarse solo si el líder griego es capaz de “enseñar” o “advertir” (*didaskhein*) a los romanos desde su lugar de aliado (24. 10. 5; cfr. 30. 18. 5). El uso del *didaskhein*, como ha advertido Jean-Louis Ferrary, atribuido a Filopemén, a Licortas, pero también a sí mismo, nos aleja del terreno de la súplica y nos instala en un espacio de diálogo donde el poder parece ausente, reemplazado por la influencia y la adhesión voluntaria, lo que desproblematiza la experiencia de la sujeción política.⁵⁵ Esta construcción intelectual jugó su rol al intentar crear, pues, consenso y hacer al poder romano si no aceptable, al menos tolerable.

Además, las posibilidades, reales o ideales, de ejercer un rol activo como aliado quedaban vinculadas en el discurso de Polibio a la *parrhesia* o “libertad de palabra” con los romanos.⁵⁶ En época helenística, la concesión de la misma a los consejeros razonables fue juzgada como una virtud propia de buenos reyes (Isoc., *Ad Nic.* 9-35). Polibio además mencionaba esta “libertad de palabra” como uno de los rasgos principales de la *politeia* aquea (2. 38. 6; 42. 3; cfr. 4. 31. 4), y la

⁵³ Briscoe 2008: 334-335.

⁵⁴ Desideri 2007: 171-179.

⁵⁵ Ferrary 2005: 15-32.

⁵⁶ *Das Recht der freien Meinungsäußerung, Redefreiheit* (“derecho a expresión libre”, “libertad de palabra”): Glockmann; Helms 1998: s.v. *parrhesia*.

atribuía también a Filopemén en su trato con los aliados (20. 12. 6-7). La *parrhesía* formaba parte además de la tradición política aquea en la que se había formado (23. 12. 8-9). El joven Filipo V, por ejemplo, había decidido dejar el Itome, en contra de su impulso inicial, porque Arato “le hablaba ahora con libertad de palabra y autoridad (*tote de meta parrhesias hama kai met’ axioseos legontos*), y le pedía que no hiciera oídos sordos a su consejo” (7. 12. 9). Al introducir su narración de la Guerra Aquea, en consonancia, Polibio intervenía como narrador/historiador para decir que no creía que “alguien tímido y temeroso con respecto a exponer libremente sus palabras (*phoboumenon tous meta parrhesias logous*)” pudiera ser considerado ‘un amigo’ (*philon*) o ‘un ciudadano virtuoso’ (*politēn agathon*)” (38. 4. 3). “Verdaderos amigos” (*tois alethinois philois*) y hablar “con libertad de expresión” (*meta parrhesias*) vuelven a ser asociados por Trasícrates en su discurso (11. 6. 7).

Es cierto que el Filopemén de Polibio expresaba sus dudas sobre la posibilidad de negociar con Roma, pero añadía que “cuando alguien que ha sido leal, les recuerda las cosas justas, usualmente dan vuelta atrás y se corrigen en la medida de lo posible (ὅταν μέντοι γέ τις ὑπέμνησε τῶν δικαίων, τετηρηκῶς τὴν πίστιν, ἀνατρέχουσι καὶ διορθοῦνται σφᾶς αὐτοὺς κατὰ δύναμιν ἐν τοῖς πλείστοις)” (24.10.11). En 38. 4. 7-8, en su pasaje sobre la escritura de la historia de la Guerra Aquea, Polibio defendía la conveniencia de recordar estos hechos (*dia ton hypomnematon paradusin*) para corregir los espíritus (*tais psychais diorthousthai*). El paralelo léxico entre ambos pasajes conduce a una identificación entre la autorrepresentación y el modelo del buen político.

Durante la Tercera Guerra Macedónica Polibio escribió a propósito de la reacción griega suscitada por la victoria inicial de Perseo en Calicino, que “si alguien les hubiera preguntado con libertad de palabra (*ei gar tis... autous ereto meta parrhesias*)” si querían que los reyes de Macedonia tuvieran aquel poder, “si alguien les hubiera brevemente recordado (*ei de kai brachea tis hypemnese*)” los males que los reyes habían hecho en el pasado, los griegos hubieran cambiado su actitud inmediatamente (27. 10. 1-5). La *parrhesia* permitía, entonces, enfrentar tanto la irracionalidad del pueblo como la opresión romana y, en ese sentido, Arato, Filopemén, Licortas y, tácitamente, Polibio emergían como modelos ideales, que replicaban la conclusión del debate entre Aristeno y Filopemén: una resistencia más allá de la palabra no era ya posible (24. 11-13).

CONCLUSIÓN

El único camino que quedaba a los griegos era el diálogo, y de forma más limitada de lo que Polibio imaginaba. Su propuesta didáctica apuntaba a mostrar esto mediante una asociación tópica con su autorrepresentación como modelo de líder político. Las nuevas condiciones históricas del sistema interestatal en el mundo mediterráneo requerían líderes que fueran capaces de

actuar racionalmente e interactuar pacíficamente con Roma, dentro de un marco más limitado de acción sin traicionar la autonomía de sus respectivos Estados. Moderar la dureza del dominio romano, por lo tanto, por medio del diálogo, el ejemplo y la diplomacia.

En un estudio autobiográfico, y en uno histórico a menudo también, el pasado se sitúa narrativamente antes del presente, en una secuencia diacrónica, esperando que ambos momentos se conecten de forma lógica con los eventos subsiguientes porque describir una secuencia de paso del tiempo implica un procedimiento selectivo que favorece la información relevante a las circunstancias presentes de escritura de la autobiografía. El orden que Polibio creyó hallar en su historia, y en su experiencia, emerge en lo que parece ser el verdadero epílogo de la obra. Allí, Polibio rogaba a los dioses, pidiendo que el orden alcanzado gracias a su última misión en Roma durara, y escribía: “así coronamos nuestra actividad política anterior, que mereció un trato de favor por las buenas disposiciones hacia Roma. Por ello, agradecemos a todos los dioses que nos permitan vivir de tal forma el resto de nuestra vida, y en estas condiciones, pues somos conscientes de que la Fortuna es muy capaz de envidiar a los hombres, precisamente en aquellos casos en que la vida de alguien parece más feliz y más plena de éxito” (39. 8. 2). Su vida para ese momento narrativo se había vuelto parte de la historia contada en la obra y Polibio, como un ‘personaje en el papel’, había adoptado una importancia didáctica como una figura política arquetípica que iba más allá de su propia experiencia de vida para convertirse en un modelo.

BIBLIOGRAFÍA

- Akujärvi, J. (2005) *Researcher, Traveller, Narrator: Studies in Pausanias' Periegesis*. Lund.
- Aurell, J. (2015) *Theoretical Perspectives on Historian's Autobiographies. From Documentation to Intervention*. Londres.
- Baronowski, D. (2011) *Polybius and Roman Imperialism*. Londres.
- Baslez, M.-F., Hoffmann, Ph. Y Pernot, L. (Ed.) (1993) *L'invention de l'autobiographie d'Hésiode à Saint Augustin*. París.
- Bearzot, C. (2011) "Royal Autobiography in the Hellenistic Age" in: G. Marasco (ed.). *Political Autobiographies and Memoirs in Antiquity. A Brill Companion*. Leiden, 37-85.
- Beresford, A. G. et al. (2007) "4808. On Hellenistic Historians" in: R. Hatzilambrou et al. (ed.). *The Oxyrhynchus Papyri, v. LXXI*. London, 27-36.
- Bergland, B. (1994) "Postmodernism and the Autobiographical Subject: Reconstructing the 'Other'" in: K. Ashley et al. (ed.). *Autobiography and Postmodernism*. Amherst, 130-166.
- Briscoe, J. A. (2008) *Commentary on Livy. Books XXXVIII-XL*. Oxford.
- Champion, C. (2004) "Polybian Demagogues in Political Context." *HSCPh* 102: 199-212.
- Chiricat, E. (2005) "Funérailles publiques et enterrement au gymnase à l'époque hellénistique" in: P. Fröhlich; Ch. Müller (ed.). *Citoyenneté et participation à la basse époque hellénistique*. Genève, 207-223.
- Desideri, P. (2007) "'Come prigionieri di guerra' (Pol. 24.13.4): Gli Achei dall'alleanza alla sottomissione a Roma." *SHHA* 25: 171-179.
- Eckstein, A. (1995) *Moral Vision in the Histories of Polybius*. Berkeley-Los Angeles.
- Errington, R. (1969) *Philopoemen*. Oxford.
- Erskine, A. (2015) "Polybius and the Anger of the Romans" in: D. Cairns; L. Fulkerson (ed.). *Emotions between Greece and Rome*. Londres, 105-127.
- Ferrary, J.-L. (1988) *Philhellénisme et impérialisme: Aspects idéologiques de la conquête romaine du monde hellénistique, de la seconde guerre de Macédoine à la guerre contre Mithridate*, Roma.
- Ferrary, J.-L. (2005) "Le jugement de Polybe sur la domination romaine: État de la question" in: J. Santos Yanguas, J.; E. Torregaray Pagola (ed.) *Polibio y la península ibérica*. Vitoria.
- Friedländer, P. (1955) "Socrates Enters Rome." *AJPh* 66: 337-351.
- Glockmann, G.; Helms, H. (1998) *Polybios-Lexikon*, v. 2, n. 1. Berlín.

- Golan, D. (1995) *The Res Graeciae in Polybius: Four Studies*. Como.
- Greenblatt, S. (2005) *Renaissance Self-Fashioning from More to Shakespeare*. Chicago.
- Grethlein, J. (2013) *Experience and Teleology in Ancient Historiography*. New York.
- Heller, A. (2011) "D'un Polybe à l'autre: statuaire honorifique et mémoire des ancêtres dans le monde grec d'époque impériale." *Chiron* 41: 287-312.
- Ibendorff, E. (1930) *Untersuchungen zur darstellerischen Persönlichkeit des Polybios*. Rostock.
- Lauter, H. (2002) "'Polybios hat es geweiht...'. Stiftungsinschriften des Polybios und des Philopoimen aus dem neuen Zeus-Heiligtum zu Megalopolis (Griechenland)." *AW* 33: 375-386.
- Longley, G. I. (2013) "Polybius': self-conscious didacticism?" in A. Marmorodoro; J. Hill (ed.). *The Author's Voice in Classical and Late Antiquity*. Oxford, 175-206.
- Ma, J. (2013) *Statues and Cities. Honorific Portraits and Civic Identity in the Hellenistic World*. Oxford.
- Marasco, G. (2011) "The Hellenistic Age: Autobiography and Political Struggles" in: G. Marasco (ed.). *Political Autobiographies and Memoirs in Antiquity. A Brill Companion*. Leiden, 87-120.
- Marincola, J. (2001) *Greek Historians*. Cambridge.
- Marincola, J. (2004) *Authority and Tradition in Ancient Historiography*. Cambridge.
- May, G. (1982) *La autobiografía*. México.
- Mazzarino, S. (1974) *Il pensiero storico classico*, v. 1, Roma-Bari.
- Miltsios, N. (2013) *The Shaping of Narrative in Polybius*. Berlin.
- Momigliano, A. (1986) *Génesis y desarrollo de la biografía en Grecia*. México.
- Moreno Leoni, A. (2017) *Entre Roma y el Mundo Griego: Memoria, autorrepresentación y didáctica del poder en las Historias de Polibio*. Studia N°8. Ordia Prima. Córdoba.
- Pédech, P. (1964) *La méthode historique de Polybe*. Paris.
- Robert, L. (1969) "Théophraste de Mytilène à Constantinople." *CRAI* 113: 42-64.
- Scardino, C. (2018) "Polybius and Fifth-Century Historiography: Continuity and Diversity in the Presentation of Historical Deeds" in: N. Miltsios y M. Tamiolaki (eds.). *Polybius and his Legacy*. Berlín-Nueva York, 299-321.
- Sebastiani, B. B. (2015) "La storia come mezzo: l'Odiseo mediatore di Polibio." *Erga-Logoi* 3: 123-148.
- Sebastiani, B. B. (2017) *Fracasso e verdade na recepção de Políbio e Tucídides*. Coimbra.

- Smith, R. (1998) "Cultural Choice and Political Identity in Honorific Portrait Statues in the Greek East in the Second Century A.D." *JRS* 88: 56-93.
- Sommer, M. (2013) "Scipio Aemilianus, Polybius, and the Quest for Friendship in Second-Century Rome" in: B. Gibson; Th. Harrison (ed.). *Polybius & his World: Essays in Memory of F. W. Walbank*. Oxford, 307-318.
- Teitelbaum, E. (2017) "Polybius' Reflections on Regulus: A Study of Some Aspects of Historian's Attitude to Roman Imperialism" In: O. Gobelko; A. Korolekov (ed.). *The Punic Wars. A History of the Great Confrontation*. San Petersburgo, 330-342.
- Thornton, J. (1999) "Tra politica e storia: Polibio e la guerra acaica." *MediterrAnt* 1: 585-634.
- Thornton, J. (2013) "Polibio e gli imperi (Filippo V, Cartagine e altri *paradeigmata*)." *DHA Suppl.* 9: 145-164.
- Thornton, J. (2013a) "Oratory in Polybius' *Histories*" in: Ch. Kremmydas; K. Tempest (ed.). *Hellenistic Oratory. Continuity and Change*. Oxford, 21-42.
- Veyne, P. (1997) "Décrets latins de consolation et la date de l'édition de Polybe" in: A. Chastagnol; S. Demougin; L. Lepelley (ed.). *Splendidissima civitas*. París, 273-280.
- Walbank, F. W. (1977) "Polybius' Last Ten Books" in: T. Reekmans; E. Van't Dack; H. Verdin (ed.). *Historiographia Antiqua: Commentationes Lovanienses in honorem W. Peremans septuagenarii editae*. Leuven, 139-162.
- Walbank, F. (1999) *A Historical Commentary on Polybius*, v. 1, Oxford.
- Walbank, F. W. (1999a) *A Historical Commentary on Polybius*, v. 3. Oxford.
- Welles, C. (1934) *Royal Correspondence of the Hellenistic Age: A Study in Greek Epigraphy*, New Haven.

A POLÊMICA DO LIVRO XII DE POLÍBIO E OS TEMPOS HISTÓRICOS

(The controversy surrounding Polybius' Book XII and the Historical Times)

DANIEL BARBO

Bolsista PNPd/CAPES do DLCV-FFLCH-USP
(ORCID:<https://orcid.org/0000-0001-7434-3098>)

RESUMO: Este estudo possui dois objetivos. Primeiro, fazer um esboço da recepção do método historiográfico de Timeu no Livro 12 de Políbio a partir da conexão de dois campos teórico-metodológicos: os Estudos de Recepção Clássica e a História Intelectual. Segundo, demonstrar que a metodologia proposta por Reinhart Koselleck na esfera dos estudos da História dos Conceitos (*Begriffsgeschichte*) e dos Tempos Históricos (*Historischer Zeiten*) reafirma e amplia consideravelmente o potencial investigativo dos métodos em pleno florescimento dos Estudos de Recepção Clássica, redimensionando o papel ativo do receptor ao abordá-lo pela perspectiva da tensão temporal (o diferencial entre *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*). Consideramos que a análise da recepção de um método historiográfico ganhará em rigor e potencial crítico se vinculada à investigação dos conceitos que cristalizam as tensões temporais que, por estarem em relação dialética com os processos culturais de um dado tempo histórico, condicionam a própria construção dos métodos historiográficos. Nesta perspectiva, pretende-se assegurar uma leitura dos métodos historiográficos de Timeu e de Políbio em função de seus futuros passados e restitui-los aos seus próprios tempos históricos, o que possibilitará uma avaliação das posições historiográficas modernas sobre o Livro 12 de Políbio e da própria 'polêmica' que elas estabeleceram.

PALAVRAS-CHAVE: Políbio; Timeu; Métodos Historiográficos; Estudos de Recepção Clássica; Reinhart Koselleck.

ABSTRACT: This study has two objectives. First, to make an outline of the reception of the historiographical method of Timaeus in Polybius' Book 12 from the connection of two theoretical-methodological fields: the Classical Reception Studies and the Intellectual History. Second, to demonstrate that the methodology proposed by Reinhart Koselleck in the sphere of studies of the History of Concepts (*Begriffsgeschichte*) and Historical Times (*Historischer Zeiten*) reaffirms and expands considerably the investigative potential of the methods in full bloom of the Classical Reception Studies, resizing the active role of the receiver when approached by the perspective of the temporal tension (the differential between space of experience and horizon of expectation). We consider that the analysis of the reception of a historiographical method will gain in rigor and critical potential if it is linked to the investigation of the concepts that crystallize the temporal tensions that, for being in a dialectical relation with the cultural processes of a given historical time, affect the very construction of the historiographical methods. In this perspective, it is intended to ensure a reading of the historiographical methods

of Timaeus and Polybius in function of their futures past and to restore them to their own historical times, which will enable an appraisal of the modern historiographical positions on Polybius' Book 12 and the very 'polemic' they have established.

KEYWORDS: Polybius; Timaeus; Historiographical Methods; Classical Reception Studies; Reinhart Koselleck.

I. INTRODUÇÃO

Políbio de Megalópolis (200-118 a.C.) foi um historiador grego da época helenística. Três elementos podem ser observados como pré-requisitos em sua metodologia da escrita da história: (i) a experiência política; (ii) a autópsia ou o conhecimento pessoal das regiões tratadas e (iii) o estudo e crítica das fontes.¹ Ele caracterizou a sua forma de escrever história como *pragmatike historia* (Plb.1.2) e *kath' holou* (universal), percebendo uma organicidade, uma conectividade, nos eventos políticos de seu tempo:

O que é peculiar à nossa obra e espantoso em nossa época é isto: assim como o acaso fez convergir quase todos os acontecimentos do mundo habitado para um único centro e fez com que tudo se voltasse para um único e mesmo objetivo, do mesmo modo é preciso levar aos leitores, pela história e sob uma única visão sinóptica (*synopsisin*), a manobra de que o acaso se serviu para realizar a interação dos fatos. Foi sobretudo isso o que nos desafiou e incitou para o projeto da história, bem como o fato de que ninguém, em nossa época, empreendeu tratar desses fatos por completo (*syntaxein*); se o tivesse, muito menor seria minha ambição nesse sentido. Ora, vendo que muitos se dedicam a guerras específicas e a alguns fatos concomitantes, mas que ninguém se pôs a examinar, ao que sabemos, a ordenação geral dos eventos – quando e onde começaram, e como terminaram (*synteleian*) –, considere absolutamente necessário não negligenciar nem deixar que passasse sem estudo a mais bela e proveitosa empresa do acaso. Pois ele, frequentemente inovador e continuamente (*synechos*) jogando com a vida humana, jamais realizou, em uma palavra, tal façanha, nem disputou um jogo como em nossa época. Assim, dos escritores de histórias parciais não é possível obter uma visão de conjunto (*synidein*), senão qualquer pessoa suporia compreender imediatamente a configuração de todo o mundo habitado, bem como seu ordenamento e disposição gerais (*sympasan*), depois de percorrer uma a uma as cidades mais ilustres ou, por Zeus, depois de vê-las destacadas em um mapa, algo de modo algum verossímil. Parece-me que padece de algo semelhante quem acredita que por meio de uma história parcial terá adequada visão de conjunto (*synopsesthai*), como se, ao ver desmembradas as partes de um corpo antes vivo e belo, pensasse ter se tornado efetivamente testemunha da vitalidade e da beleza de um ser vivo. Se alguém recompusesse

¹ Walbank 1991:16.

(*syntheis*) e reconstruísse o mesmo ser dando-lhe a forma e a aparência de um que vive, e em seguida novamente o mostrasse àquele indivíduo, penso concordaria rapidamente que antes se afastava muito da verdade e se portava como quem sonhava. Pelas partes é possível ter noção do todo, mas não ciência e juízos sólidos. Por isso deve-se considerar a história parcial totalmente superficial se comparada (*symballesthai*) ao conhecimento e à credibilidade derivados da História Universal. Apenas pela coesão (*symplokes*) e justaposição de todos os elementos em relação uns aos outros, e ainda por sua semelhança e diferença, é possível apreender a utilidade e o prazer da história após uma visão geral. (Plb.1.4)²

O plano inicial era narrar a história da conquista romana, dos princípios da Segunda Guerra Púnica (220 a.C.) à submissão da Macedônia (168 a.C.), tomando a segunda guerra contra os cartagineses como ponto de partida devido à simultaneidade de três grandes conflitos: a guerra entre Roma e Cartago, a guerra das Ligas gregas (Aqueia, Etólia e Beócia), que contava com a participação incessante de Filipe, e a guerra entre Antíoco III e Ptolomeu IV Philopator. Até esse momento, segundo Políbio, eventos de várias partes do mundo estavam desconectados, dispersos; à época da Segunda Guerra Púnica, em fins do século III a.C., no entanto, os assuntos italianos e africanos passaram a ter relação direta com os assuntos gregos e asiáticos. A história havia se tornado um todo orgânico (*somatoeide*):

A partir de então, porém, a história se tornou como que um corpo único (*somatoeide*): os fatos da Itália e da África se coligaram aos da Ásia e da Grécia, e todos convergiram para um único fim. Por isso iniciamos nossa obra por esses tempos. Na guerra mencionada, os romanos, tendo vencido os cartagineses e considerado que cumpriram o mais difícil e importante rumo ao domínio universal, então pela primeira vez se sentiram confiantes para lançar mãos ao resto do mundo e cruzar com exércitos para a Grécia e territórios da Ásia. (Plb.1.3.4-7)³

Homem de experiência política e militar no mundo romano do século II a.C., conhecedor da maior parte das regiões e dos eventos os quais eram objeto de suas pesquisas (Ele conheceu, além da Grécia, a Itália, a Sicília, a África, o Egito e a Hispânia), Políbio percebia nestas conexões universais um modo próprio de conceber a escrita de suas histórias. Sobre a sua *pragmatike historia*, ele afirma:

² Tradução de B. B. Sebastiani 2016.

³ Tradução de B. B. Sebastiani 2016.

Eu decidi escrever uma história dos eventos atuais (*pragmatikos tropos*), em primeiro lugar, porque há sempre alguma novidade neles que exige novo tratamento – uma vez que não estava em poder dos antigos narrar eventos subsequentes ao seu próprio tempo – e, em segundo lugar, devido à grande utilidade prática de tal história, tanto antigamente quanto, especialmente, nos dias de hoje, quando o progresso das artes e das ciências tem sido tão rápido que aqueles que estudam história estão, pode-se quase dizer, munidos de um método para lidar com qualquer contingência que possa surgir. Sendo o meu objetivo, portanto, não tanto entreter leitores, mas beneficiar aqueles que prestam cuidadosa atenção, desconsidere outros assuntos e fui levado a escrever este tipo de história. (Plb.9.2)

Seu *pragmatikos tropos* visava fornecer lições políticas e militares, uma história política muito semelhante à de Tucídides (Plb.1.35; Th.1.22). Entusiasmado com o modelo político romano e persuadido pelo que se denominou mais tarde de militarismo cívico⁴, Políbio preocupava-se com os impactos sociais das guerras e com as ameaças à vida civilizada. A história política de Políbio pretende demonstrar as diferenças entre causa (*aitia*), pretexto (*prophasis*) e início (*arche*) dos eventos, o que foi uma grande inovação nos limites de sua prática historiográfica:

Políbio partia da premissa de que somente a experiência pessoal forneceria os dados e o treinamento necessários para a elaboração de uma história pragmática e para sua compreensão por parte do leitor. A fim de orientar a leitura, diferenciou causas, pretextos alegados, inícios e desdobramentos (ou efeitos) como fatos afins e cronologicamente sucessivos. Restringiu tais fatos, por sua vez, a pensamentos e/ou ações humanas claramente identificáveis (3.6.6-7; 22.18). O acerto na inferência desses fatos e das relações entre eles decorreria do juízo do investigador experimentado (1.5.3-5; 3.6.7) e atento a verdade factual (1.14), fosse ele historiador e/ou leitor (12.25i.8). Tal inferência se manifestaria como entendimento da história (*ennoia*) e sucesso planejado (12.25i.8).⁵

Após a identificação das causas (12.25b.1), a investigação do historiador e o entendimento do leitor prolongariam a cadeia de inferências analógicas ao definir paradigmas (éticos ou circunstanciais) compreensíveis e úteis: “transpostas as circunstâncias semelhantes para as ocasiões apropriadas” (12.25b.3). Para ambos, o passado seria a base a partir da qual projetariam antecipações de futuro – para a escrita ou outra ação: “surtem meios e antecipações que permitem antever o que é iminente e, ora tomando precauções, ora imitando o passado, é possível enfrentar com mais confiança o que quer que sobrevenha” (12.25b.3). As antecipações

⁴ Sant’Anna 2012.

⁵ Sebastiani 2016: 33-34.

indutivas promovidas pela história pragmática se diferenciariam de outros tipos de previsão porque racionalmente prováveis e politicamente eficazes.⁶

Portanto, para Políbio, a experiência de um homem de Estado que requer a participação em assuntos políticos e militares e que proporciona a presença nas regiões e eventos dos quais se quer narrar seria o atributo fundamental para quem quer que queira escrever a história (*pragmatike historia*). Esta especial reivindicação polibiana está de acordo como a sua temática: uma narrativa política e militar dos eventos, uma narrativa que quer deixar para a posteridade a superioridade romana no embate entre as sociedades do mundo mediterrânico nos séculos III e II a.C. e a universalidade histórica que ela pressupõe.⁷

Políbio tornou-se fundamental no trabalho do historiador, a despeito do estado fragmentado de sua obra, por ser o único relato contínuo de seu tempo que nos chegou, por apresentar uma visão histórico-universal, por sua doutrina da *anakyklosis* (6.5-6), além da variedade de suas reflexões teórico-metodológicas em sua crítica a outros historiadores (por exemplo, ao mencionar Zeno e Antístenes de Rodes como dignos de comemoração por serem contemporâneos dos eventos que narram e ao condenar a tragicidade de Filarco). Tendo influenciado Montesquieu fortemente, sua importância não se limitou ao século XVIII. Ainda hoje, quando se pensa em escrever história, particularmente a história republicana romana e a de sua relação com o mundo helenístico, ou ainda, em termos mais poéticos, a grande aventura imperial conduzida por Roma nos séculos III e II, Políbio se mostra fonte indispensável e, para muitos, de rigor metodológico superior.

A sistematização das críticas de Políbio a outros historiadores permitiu a divisão de parte da historiografia helenística em (i) historiografia retórica (a exemplo de Isócrates de Atenas, Éforo de Cumas, Teopompo de Quios e Anaxímenes de Lampsaco) e (ii) historiografia trágica (a exemplo de Duris de Samos e Filarco).⁸ Uma grande parte destas críticas foi dirigida ao historiador grego Timeu de Tauromênio (350-260 a.C.).

Timeu escreveu uma história da Sicília desde as origens até 289 a.C. em 38 livros, narrou as guerras entre Pirro e Roma até 264 a.C. e redigiu uma cronologia dos vencedores olímpicos, sistematizando um novo modo de datar. Dentre os grandes historiadores até então, Timeu foi o primeiro a usar majoritariamente fontes escritas em detrimento de fontes orais ou a experiência própria. Parece ter sido o primeiro historiador de relevância que se ocupou com a narrativa da história de Roma. Mariachiara Angelucci afirma que, diferentemente dos interesses históricos de Políbio, “a historiografia de Timeu, Éforo e Teopompo

⁶ Sebastiani 2016: 34.

⁷ Baron 2009; Pédech 1964.

⁸ Walbank 1990: 34-37; Meister 2008: 193-194.

tinha um interesse pela cultura dos povos bárbaros que ia além do ponto de vista meramente político e militar e que incluía temas de história cultural muito apreciados pelo público.”⁹

Nenhuma obra de Timeu chegou a nós modernos. Temos, salvo engano, duas situações: fragmentos de suas obras em outros autores, como Diodoro Sículo (11-15), e críticas/análises de suas obras feitas por alguns autores, entre eles, Políbio, que é o autor com o maior volume de críticas negativas ao método de escrita da história de Timeu, mas também Dioniso de Halicarnasso (*Ant.Rom.*1.6; 1.74) e Longino (4). Entretanto, há autores que fizeram críticas positivas ao método de Timeu, especialmente Cícero (*De Orat.*, 2.58; *ad Fam.*5.12.2-7), mas também Diodoro Sículo (4.21-22-56; 4.59-8; 11), Aulo Gélio (2.1.1), Plutarco (*Vit.Tim.*) e Pompeu Trogo, conforme a epitome de Justino¹⁰. Ainda, segundo Kenneth Sacks, “dos três escritores anteriores a Políbio que também criticaram Timeu, o mais famoso é, de longe, Polemão Periegeta, autor do começo do século II a.C. de uma obra intitulada *Pros Timaion (Contra Timeu)*.”¹¹ Os outros dois são Istros e Demétrio de Scépsis.

Timeu sobreviveu em boa medida por meio do olhar de Políbio. O propósito deste autor era mostrar, por meio da obra daquele, “como não escrever a história”. Portanto, os ataques inserem-se numa discussão, sobretudo, sobre o método histórico. O Livro 12 de Políbio representa, segundo Baron¹², uma das poucas discussões sobre método histórico da Antiguidade. E os ataques de Políbio foram a um historiador que havia escrito por volta de um século antes dele. Uma parte dos pesquisadores que estudaram os ataques específicos de Políbio a Timeu tenderam a se concentrar em responder se eles eram justificados ou não.

A escrita da história de Timeu foi, portanto, bastante criticada por Políbio.¹³ Para o historiador de Megalópolis, o historiador de Tauromênio não praticou a autópsia (Plb.12.27-28) ou o conhecimento pessoal das regiões tratadas (Plb.12.3-4) e não tinha experiência política (Plb.12.25f-g), negligenciando a parte mais importante da escrita da história: a investigação (*to peri tas anakriseis meros*) e possuía uma confiança excessiva em fontes escritas (Plb.12.25e). Políbio argumentou que “toda a pesquisa em biblioteca no mundo não pode compensar a falta da experiência pessoal em ver lugares e testemunhar eventos.”¹⁴

Políbio dirigiu contra Timeu palavras duras sobre a invenção de sentenças retiradas puramente de sua imaginação.¹⁵ Segundo Políbio, “devemos levantar

⁹ Angelucci 2011: 341.

¹⁰ Conforme Baron (2013: 54), “Embora Justino nunca mencione Timeu pelo nome, as similaridades entre algumas partes de sua narrativa siciliana e fragmentos explicitamente atestados mostram que Pompeu Trogo usou Timeu para a sua *Philippica*.”

¹¹ Sacks 1981: 61.

¹² Baron 2009: 3.

¹³ Green 2006: 19.

¹⁴ Baron 2009: 9.

¹⁵ Baron 2013: 58.

sérias dúvidas a respeito do caráter de Timeu”, já que o mesmo fazia parte do grupo dos homens “cegos mesmo com os olhos abertos”.¹⁶ Timeu foi acusado de ter apresentado intencionalmente algumas afirmações falsas, o que revelaria a sua falta como historiador:

Pode qualquer um que leia estes discursos notar que Timeu relatou-os falsamente em seu trabalho e fez isso deliberadamente? Pois, ele não registrou as palavras proferidas nem o sentido do que realmente foi dito, mas tendo decidido quanto ao que deveria ter sido dito, ele reconta todos estes discursos e tudo mais que acompanha os eventos como um homem em uma escola de retórica tentando falar sobre um determinado assunto, mostra seu poder de oratória, mas não dá notícia do que foi realmente dito. (Plb.12.25a)

O teor da crítica a Timeu diz muito também da dívida teórica que Políbio tinha com o antecessor. Timeu foi o primeiro historiador grego a tratar de Roma, que começou a despertar a atenção do mundo helênico após a vitória sobre Pirro (275 a.C.). No prólogo, Políbio atrelou a própria narrativa às de dois antecessores, assim inserindo-se na ininterrupta tradição historiográfica grega que reconhecia Homero como ponto de partida: a de Arato (1.3.2), com relação aos gregos, e a de Timeu (1.5.1), com relação aos romanos. Políbio também se serviu do sistema de contagem de anos por olimpíadas, elaborado por Timeu, conjugando-o quando possível à contagem romana pelo nome dos cônsules.¹⁷

Políbio era um historiador muito mais competente do que Timeu e, portanto, sua sagacidade revelou a incompetência do historiador de Tauromênio? Políbio, criticando especialmente Timeu na parte de sua obra consagrada a um “debate historiográfico”, usou este autor como um espelho cheio de distorções que refletia mais a si próprio do que Timeu? Políbio fez de Timeu um espantalho para melhor evidenciar sua *pragmatike historia* e, com isso, rebaixar um “inimigo” e elevar, conscientemente, a si próprio como o grande historiador de Roma? Sobre esta última tendência, Collingwood lembra-nos que

nenhum pensador ou escritor competente perde o seu tempo a atacar um espantalho. Uma polêmica intensa contra certa doutrina é um sinal infalível de que a doutrina em questão se faz sentir fortemente no mundo do escritor e exerce, mesmo sobre ele, uma poderosa atração.¹⁸

O Livro XII de Políbio, portanto, estabelece uma polêmica aguda com o historiador Timeu ao se remeter à questão: qual é o ofício do historiador nos

¹⁶ Walbank 1990: 34.

¹⁷ Sebastiani 2016: 35.

¹⁸ Collingwood 1946: 21-22.

séculos que testemunham a queda do poder das poleis gregas e o avanço do poderio universal romano?

2. OS TEMPOS HISTÓRICOS E A QUESTÃO DA RECEPÇÃO HISTORIOGRÁFICA DE TIMEU

Os historiadores modernos posicionam-se diante desta polêmica antiga. Os estudos mais típicos dentro da historiografia moderna tendem a compartilhar da conclusão de Políbio a respeito de Timeu. Este parece ser o caso de historiadores como George Law Cawkwell, Lionel Pearson, Felix Jacoby (*Quellenkritik*) e Frank W. Walbank. Numa outra vertente, historiadores como Christopher Baron, Guido Schepens, Riccardo Vattuone e Hansulrich Labuske centram-se na tese de que houve uma distorção de Timeu na obra de Políbio, e as de autores como Paul Pédech que acreditam que houve ali uma má compreensão de Timeu e do contexto histórico de seu método.

É provável que uma das obras mais importantes que procuraram investigar o método de Timeu seja *Timaeus of Tauromenium and Hellenistic Historiography*, de Christopher Baron. Este livro pretendeu demonstrar que tanto a natureza das evidências quanto os pressupostos modernos sobre a escrita da história no Período Helenístico têm distorcido o tratamento e julgamento de historiadores perdidos e de textos fragmentários. Se grande parte do que se sabe sobre Timeu está preservada no contexto polêmico do livro 12 de Políbio, quando se move para fora desse quadro e se examina os fragmentos de Timeu em seu próprio contexto, obtém-se uma melhor posição para a avaliação de seu método e de suas realizações, incluindo o seu uso de invectivas polêmicas e sua composição de discursos. Além de prover uma base para a reavaliação da escrita histórica grega no Período Helenístico, usando Timeu como um estudo de caso, a obra de Baron estabelece uma sólida abordagem metodológica para o estudo de textos fragmentários.

Outra crítica de Políbio a Timeu refere-se ao conteúdo histórico de suas obras. Segundo Políbio, as histórias escritas por Timeu eram de menor importância para os destinos do mundo mediterrâneo. Entretanto, uma análise mais atenta e acurada dos acontecimentos políticos e sociais da época de Timeu, trabalho já iniciado nesta obra de Baron, demonstra que esta acusação não tem fundamento. Tal análise expressa o quanto os temas de suas obras eram relevantes e dignos de nota, pois tangenciavam acontecimentos importantes para o destino da história política do Mediterrâneo *daquele momento*. Um exemplo desta relevância pode ser verificado pelas relações travadas entre o tirano de Siracusa (Agátocles), o rei do Épiro (Pirro) e o rei da Macedônia (Demétrio) e suas influências tanto na parte ocidental quanto oriental do Mediterrâneo, incluindo especialmente o mundo grego.¹⁹

¹⁹ Baron 2013.

A inovação metodológica de Baron – para além do estudo dos fragmentos de Timeu, fora do olhar polibiano – é a análise do contexto histórico em que as *histórias* do historiador de Tauromênio foram escritas; a análise dos acontecimentos políticos e sociais de sua época. Baron percebe que somente em tal perspectiva começar-se-ia a jogar luz e decodificar o significado da causticidade de Políbio. Portanto, para a elucidação e decifração da polêmica estabelecida pelo historiador de Megalópolis, o estudo do que significa escrever a História da Sicília/Pirro no contexto da primeira metade do século III a.C. é a contrapartida necessária ao estudo de “o que significa escrever história na Roma dos Emílio-Cipiões”.²⁰

Neste sentido, para além das posições historiográficas já estabelecidas – i. A concordância com as conclusões de Políbio a respeito de Timeu; ii. A distorção ou deturpação de Timeu por Políbio e sua transformação em um espantalho; iii. A incapacidade de Políbio de compreender Timeu e seu mundo – propomos outra via: a restituição de cada autor ao seu próprio *tempo histórico*²¹ evidenciando em quais aspectos a metodologia de Políbio distinguia-se e aproximava-se da de Timeu. É necessário que se analise qual é o método historiográfico de Políbio por meio de sua própria discursividade ao escrever suas histórias, ao anunciar o seu método e ao criticar seus predecessores. É necessário que se analise também qual é o método historiográfico de Timeu por meio dos fragmentos de sua escrita conservados em outros autores (como em Diodoro Sículo) e por meio das críticas positivas e negativas consagradas a sua obra por outros historiadores (não apenas por Políbio, mas também por Dioniso de Halicarnasso, Longino, Cícero, Diodoro Sículo, Plutarco, Gélio, Pompeu Trogo, Polemão Periegeta, Istros e Demétrio de Scépsis). Será necessário alargar o foco da análise para esta restituição dos métodos historiográficos timaico e polibiano aos seus próprios tempos históricos com a intenção de reler a polêmica que ronda o Livro XII de Políbio.

Para Koselleck (2006), o *tempo histórico*, ligando-se às ações sociais e políticas em seus ritmos próprios de realização, a seres humanos concretos, agentes e sofreadores, às instituições e organizações que dependem deles, coloca a questão maior de saber como, em cada presente, as dimensões temporais do passado e do futuro foram postas em relação. Apreende-se o tempo histórico ao se determinar em um dado presente a tensão/diferença entre passado e futuro, entre *campo de experiência* e *horizonte de expectativa*. O historiador alemão assim define estas categorias:

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração

²⁰ Sebastiani 2016: 18.

²¹ Koselleck 2006; Reis 1996.

racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias. Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem.²²

A temporalização é apreendida pela tensão entre estas duas dimensões temporais, posto que passado e futuro necessariamente remetem-se um ao outro.²³ É assim tanto para personagens, eventos e processos históricos quanto para o que é e não é legítimo no campo do processo da escrita da história. Na relação tensional entre passado, futuro e presente, Koselleck considera que *experiência e expectativa*

[...] são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político.²⁴

Mas nossos dois conceitos não se encontram apenas na execução concreta da história, na medida em que a fazem avançar. Como categorias, eles fornecem as determinações formais que permitem que o nosso conhecimento histórico decifre essa execução. Eles remetem à temporalidade do homem, e com isto, de certa forma meta-historicamente, à temporalidade da história.²⁵

O ponto central da proposta historiográfica de Koselleck é, portanto, entender o movimento da ação política e social ao longo da história a partir da investigação dos modos como os homens relacionaram concretamente em seu presente a dimensão de sua experiência passada com suas expectativas de futuro. A história concreta pode ocorrer na medida em que os homens que a fazem sofrem a tensão entre suas experiências e determinadas expectativas. Assim,

essa concepção hermenêutica de significação do tempo histórico que conecta passado, presente e futuro em uma relação em constante mutação, além de

²² Koselleck 2006: 309-310.

²³ Reis 2011: 18.

²⁴ Koselleck 2006: 308.

²⁵ Koselleck 2006: 309.

sugerir que a verdade dos fatos históricos é linguisticamente situada, também aponta para uma dinâmica das expressões linguísticas que é dependente dos acontecimentos concretos. Ou seja, os acontecimentos concretos – guerras, alianças, cataclismos, pestes, etc. – são experimentados pelos indivíduos de tal forma que estes redefinem suas próprias concepções linguísticas sobre esta mesma experiência.²⁶ Essa é a relação entre discurso e ação que Koselleck coloca no centro de seu método de investigação histórica.²⁷

Se a temporalização é apreendida pelo diferencial ou tensão entre passado e futuro em cada presente, logicamente, as críticas de Políbio ao método histórico de um antecessor são reflexões que partem de um tempo histórico que não se equivale mais ao daquele antecessor criticado. A tensão entre campo de experiência e horizonte de expectativa produzem, em cada presente, diferentes escritas da história. Truísmo: Timeu faz parte do espaço de experiência de Políbio. Este recebe aquele em sua obra pressionado por um novo horizonte de expectativa: Timeu é o exemplo de *como não escrever a história!* Se a história é sempre de experiências vividas e de esperas dos homens que agem e sofrem, creio que uma análise neste sentido poderá esclarecer elementos cruciais do debate metodológico envolvendo Políbio e Timeu, no qual Políbio, embora seguidor de alguns aspectos da tradição historiográfica de Timeu, diz renegar o historiador de Tauromênio no todo.

A investigação das tensões entre passado e futuro sob as quais foram elaborados e praticados os métodos de cada historiador (de Timeu e de Políbio) é importante porque as condições sociais, políticas e culturais da segunda metade do século II a.C., momento em que Políbio escreve, determinam ou consolidam tensões temporais que seguramente não são as mesmas da primeira metade do século III a.C., momento em que Timeu escreve. Na segunda metade do século II a.C., sofreram mutações o campo de experiência e o horizonte de expectativa, tanto de Políbio enquanto indivíduo quanto de seu mundo político e sociocultural: as relações internacionais são outras e Políbio, diferentemente de Timeu, dizia-se um homem de ação no mundo romano.

Há indicações, por exemplo, de que, no período em que Políbio escreve, a história era muito mais politicamente útil do que nunca fora antes. Não por acaso – em contraste com os historiadores gregos do passado, cujo ofício não lhes garantia nenhum benefício social, sendo alguns deles inclusive expatriados ou exilados, como Heródoto, Tucídides e Timeu – Políbio e os historiadores romanos faziam parte da elite dominante. Sendo um homem culto, Políbio, tendo sido levado a Roma, fez amizade com os Cipiões e tornou-se preceptor de Públio Cornélio Cipião Emiliano Africano, seguindo-o em suas conquistas.

²⁶ Jasmin 2005; Koselleck 1992.

²⁷ Vizeu; Matitz 2011: 4.

Apoiam esta conclusão da importância política da história, os maiores contatos e disputas entre as várias partes do mundo conhecido, de oeste a leste e de norte a sul do Mediterrâneo e de outras partes do oriente (contatos precipuamente alargados após o império alexandrino), e a emergente hegemonia de Roma neste contexto mais universalizante. Esta evidência tem logicamente uma profunda relação com a forte necessidade de Políbio de proclamar seu método como *pragmatike historia*, o qual se enquadra na lógica de uma história talvez não necessariamente *mais politicamente engajada*, em comparação a, por exemplo, Tucídides, mas certamente *refém de um poder político*. Embora Políbio tenha se afeiçoado à Constituição Romana e ao próprio modo de vida romano, exercendo cargos políticos e militares em nome do seu expansionismo, ele era um grego que fora exilado por conta deste mesmo processo de expansão, o qual se dedicou a narrar. Quando pôde regressar à Grécia, dadas as suas ligações com a elite romana, dedicou-se a tentar amenizar a dureza do jugo romano sobre as cidades gregas. Roma confiou-lhe a missão de introduzir em sua terra natal a lei romana, uma tarefa extremamente difícil e delicada. Tais condições têm muito a revelar sobre suas expectativas a respeito do futuro de Roma, da Grécia, do processo de universalização em curso e de como escrever a história.

Na perspectiva de uma análise da recepção sob a ótica dos tempos históricos, são de suma relevância os resultados do estudo do conceito de *Historia Magistra Vitae*²⁸. Cícero registra com esta expressão a ideia de que o estudo do passado serve de lição para o futuro. Esta caracterização da história como *exempla* predominou na historiografia clássica, medieval e renascentista, tendo o seu declínio iniciado por volta do século XIX, sendo considerada naquele momento já um velho *topos* sendo diluído na história em movimento que caracteriza a época moderna. Os grandes criadores e primeiros propagadores desta perspectiva da história, até onde os registros podem nos provar, foram primeiro Tucídides, seguido por Políbio. A popularização desta característica da historiografia grega no ocidente cristão por meio do latim e da perspectiva de Cícero é um passo que por si só já demanda uma investigação da recepção desta característica originalmente grega em Cícero e no mundo pós-clássico. De fato, esta expressão

orientou, ao longo dos séculos, a maneira como os historiadores compreenderam o seu objeto, ou até mesmo a sua produção. (...) qualquer que seja o ensinamento que subjaz a nossa fórmula, há algo que sua utilização indica de modo inegável. Seu uso remete a uma possibilidade ininterrupta de compreensão prévia das possibilidades humanas em um *continuum* histórico

²⁸ Cf. Cic. De Orat., 2.36; Koselleck, 2006: 41-60.

de validade geral. A história pode conduzir ao relativo aperfeiçoamento moral ou intelectual de seus contemporâneos e de seus pósteros, mas somente se e enquanto os pressupostos para tal forem basicamente os mesmos.²⁹

Esta característica longeva da percepção do significado da história remete-nos mais uma vez à importância crucial das categorias meta-históricas *experiência* e *expectativa* na compreensão dos processos históricos e literários da recepção. A forte tendência de Políbio a considerar a sua história como *exempla* para seus leitores e para a posteridade é tanto (mais) um elemento da tensão passado/futuro em seu presente quanto uma nova circunstância que nos elucida algo importante sobre a sua recepção de Timeu.

A ‘temporalização da história,’ nos termos de Koselleck, criou uma consciência das características específicas do tempo e, desse modo, levou a uma ênfase na individualidade ou mesmo autonomia das épocas. Uma das consequências disto é o questionamento do *topos* da *Historia Magistra Vitae*. Enquanto o uso exemplar do passado não desapareceu completamente na era moderna, a singularidade das épocas torna as justaposições diretas de diferentes eventos bastante problemáticas e se tais justaposições querem reivindicar alguma plausibilidade, elas têm que ter em conta e pesar cuidadosamente as configurações culturais dos eventos que são comparados uns com os outros.³⁰

Hardwick considera que “os estudos de recepção, portanto, preocupam-se não somente com textos individuais e a relação entre eles, mas também com os processos culturais mais amplos que dão forma e configuração àqueles relacionamentos” (2003: 5). A tensão provocada pelo diferencial continuamente mutável entre *experiência* e *expectativa* em cada presente, razão da singularidade temporal das épocas, por estar em relação dialética com *os processos culturais mais amplos*, proporciona um instrumento de análise que dilata a apreensão do ato da recepção.

Se a palavra “recepção foi escolhida para o lugar de palavras como ‘tradição’ ou ‘herança’ precisamente para enfatizar o papel *ativo* desempenhado pelos receptores” e se ela “envolve o reconhecimento de que o passado e o presente estão sempre mutuamente implicados”³¹, as categorias meta-históricas que revelam os tempos históricos chancelam esta interdependência temporal entre o passado (ou o espaço de experiência) e o presente e acrescentam uma terceira dimensão temporal, o futuro (ou o horizonte de expectativa), ampliando o escopo da análise do papel do receptor.

Se Timeu fazia parte do *espaço de experiência* de Políbio, este, por sua vez, só pôde escrever o que escreveu sobre aquele sob a aura de um específico *horizonte*

²⁹ Koselleck 2006: 42-43.

³⁰ Grethlein 2014.

³¹ Martindale 2006: 11-12.

de expectativa: o daquele que, na iminência de um mundo grego dominado e dependente, preferiu contar a história da reluzente constituição política e das glórias bélicas de um povo que o acolheu e para o qual prognosticava o domínio de todo o mundo conhecido sob o prenúncio de um instigante e avassalador movimento de universalização. Neste contexto, o futuro (e a escrita da história) pertencia aos homens de ação, não aos de biblioteca; pertencia aos homens do *front*, não aos sentados em Atenas. Pode-se tentar compreender melhor a recepção da experiência de Timeu em Políbio se se observa atentamente o olhar deste para o futuro antecipado. Foi esta expectativa que delineou a maior parte daquilo que nós modernos podemos esquadriñar e avaliar para conjecturar o que deve ter sido a experiência historiográfica de Timeu. É no atrito entre seu passado e seu futuro que o historiador de Megalópolis faz a recepção do historiador de Tauromênio.

A temporalização que revela a completude dos relacionamentos históricos e os significados das recepções deve incluir as relações entre todas as dimensões do tempo: passado, presente e futuro. Como os indivíduos são múltiplos e as sociedades são múltiplas, decorre que os presentes são múltiplos e, portanto, múltiplos também são os tempos históricos:

A reflexão sobre o tempo histórico é feita através dos conceitos que analisam e interpretam as ações e intenções de sujeitos coletivos e singulares. O tempo histórico perde a continuidade, homogeneidade e linearidade conferidas pelo tempo-calendário, pois sua referência não é mais apenas o número dos movimentos objetivos, mas as relações de dependência, reciprocidade e descontinuidade das mudanças políticas e sociais. Ele se torna intrínseco à experiência vivida das sociedades particulares, i.e., sua relação particular ao seu passado e ao seu futuro antecipado. Assim, não se pode falar de um tempo histórico único, mas de tempos históricos plurais, como são plurais as sociedades. Pode-se falar de tempos históricos heterogêneos, com mudanças e direções não lineares. As sociedades se relacionam diferentemente, em cada época, ao seu próprio passado e ao seu futuro. Isto é: uma sociedade pode mudar de perspectiva em relação a si mesma, pode resgatar passados esquecidos, esquecer passados sempre presentes, abandonar projetos, propor outras esperas. A história se torna plenamente uma “ciência dos homens no tempo”, porque passa a incluir também o futuro em sua perspectiva. Aliás, o objetivo das sociedades é construir a ação que as levará ao futuro, que irá realizar as suas metas. Elas não podem atingi-las apenas do presente para o futuro e precisam fazer um “recuo estratégico” ao passado.³²

Com esta abordagem da recepção que leve em consideração os tempos históricos, esta ciência dos homens no tempo, pode-se evitar, nos termos de Hardwick

³² Reis 2011:19-20.

e Stray³³, (i) a divisão artificial comum no interior dos Estudos Clássicos entre ‘processos de recepção’ e ‘análise dos próprios textos e contextos clássicos’, e, em particular, (ii) a negação das relações dialógicas entre ‘recepção’ e ‘análise dos contextos antigos’.

Certamente, também uma análise que compare as partes das duras críticas de Políbio a Timeu e as partes em que o historiador de Megalópolis confere valor positivo ao método historiográfico do historiador de Tauromênio deve indicar outra chave que explique não somente o significado de Timeu em Políbio, mas, sobretudo, o que é legítimo e pertinente dizer a respeito de ambos os métodos.

O campo teórico-metodológico denominado Estudos de Recepção Clássica (Classical Reception Studies)³⁴ aborda as perspectivas nas quais as obras clássicas foram recebidas nas sociedades pós-clássicas ou na própria sociedade clássica, como é o caso da recepção de Timeu em Políbio. Eles são um ramo dos Estudos de Recepção (Reception Studies)³⁵, os quais absorveram as influências do campo literário da Teoria da Recepção (Reception Theory)³⁶. Este campo de pesquisas em recepção clássica emergiu na erudição do mundo de fala anglofônica, especialmente na Inglaterra.

A ‘recepção’, neste sentido, conforme Hardwick e Stray, é devotada à investigação das formas pelas quais o material grego e romano (textos, ideias, mitos, cultura material e visual) tem sido transmitido, traduzido, interpretado, extraído, reescrito, reorganizado, reimaginado, reanalisado e representado ao longo da história.³⁷ Portanto, os Estudos de Recepção Clássica possuem uma percepção multidisciplinar inovadora em relação à agenda da chamada *tradição clássica* (The Classical Tradition)³⁸, que se ocupava especialmente em reafirmar o inestimável valor da Antiguidade no decorrer da história ocidental. O termo *recepção clássica* foi cunhado em finais da década de 1990 sob a inspiração de uma operação no campo literário que, desde a década de 1960, não mais consideram os trabalhos literários como tendo um valor imanente, mas como sendo ‘recebidos’, como objetos de uma ‘reapropriação’.

A relação que se estabelece aqui entre *Estudos de Recepção* e *Tempos Históricos* (*Historischer Zeiten*) não é fortuita, acidental ou aventureira. A proposta de Koselleck é a abordagem dos Tempos Históricos (o diferencial específico de cada presente engendrado pela tensão ininterrupta entre espaços de experiência e horizontes de expectativa) no plano linguístico, por meio de

³³ Hardwick & Stray 2008: 4.

³⁴ Cf. Martindale 1993; Hardwick 2003; Martindale & Thomas 2006; Hardwick & Stray 2008; De Pourcq 2012.

³⁵ Cf. Martindale 2007.

³⁶ Cf. Jauss 1970; Jauss 1982; Martindale 2006; Batstone 2006; Souza 2011.

³⁷ Hardwick & Stray 2008: 1.

³⁸ Cf. De Pourcq 2012; Kallendorf 2007.

sua História dos Conceitos (*Begriffsgeschichte*): uma semântica dos conceitos históricos que investiga a constituição linguística de experiências do tempo na realidade passada. Esta abordagem semântica não implica um interesse puramente histórico-linguístico ou apenas uma busca pelos diversos significados históricos dos termos. A História dos Conceitos tem por objetivo apreender a experiência humana expressa na linguagem. As categorias meta-históricas definidas por Koselleck revertem-se num instrumento adequado para a análise e a explicação da dimensão da ação humana.

Deste modo, revela-se uma interpenetração entre a História dos Conceitos, a História Intelectual e a História Social. Esta interpenetração se dá em diversos níveis. De fato, as investigações dos usos e significados dos conceitos sociopolíticos trazem à tona os conflitos, as tensões, os apaziguamentos, as permanências, as mudanças e as projeções de futuro contidos em determinada situação histórica. A abordagem semântica, portanto, abre novas perspectivas para o estudo da história social e intelectual, fornecendo indícios das relações entre grupos sociais por meio da investigação das *lutas semânticas* travadas neste domínio. Sobre a extração de significados históricos a partir da temporalização, Koselleck afirma que “todo evento histórico possui qualidades temporais, tanto em seu desenvolvimento quanto em sua recepção: duração, trajetórias, aceleração etc.”³⁹

Termos e expressões como *autopsia*, *pragmatike historia*, *pragmatikos tropos*, *kath' holou*, *aitia*, *prophasis*, *arche*, *anakyklosis*, *somatoeide*, *cheirokratia*, *oikoumene*, *to peri tas anakriseis meros* compõem a estrutura semântica que sinaliza a temporalização no método histórico polibiano. São termos que registram, mediante as mudanças históricas, a tensão temporal no presente da escrita de sua obra. Sobre a expressão *anakyklosis*, por exemplo, Koselleck informa-nos que

Segundo a doutrina antiga, havia um número limitado de formas constitucionais, que substituíam alternadamente umas às outras, mas que, de acordo com sua natureza, jamais poderiam ser ultrapassadas por outras formas. Trata-se dos tipos constitucionais ainda correntes entre nós e de suas formas decadentes, que se seguem umas às outras de maneira quase obrigatória. Haréau cita Louis LeRoy como testemunha esquecida desse mundo passado. Para LeRoy, a primeira dentre todas as formas de governo era a monarquia, a qual, uma vez transmutada em tirania, era dissolvida pela aristocracia. Segue-se o conhecido esquema, segundo o qual a aristocracia transforma-se em oligarquia, deposta a seguir por uma democracia, a qual, por fim, degenera na forma decadente de uma oclocracia, dominação pelas massas. Nesse ponto ninguém mais governa de fato, e o caminho para a dominação por um único indivíduo encontra-se novamente livre. Inicia-se

³⁹ Koselleck 2006: 343.

novamente o velho círculo. Trata-se aqui de um modelo de revolução que, em grego, foi compreendido como *metabole ton politeion* ou como *anakyklosis ton politeion* e que se nutria da experiência de que toda a forma de convivência política é, por fim, limitada. Cada mudança conduz a uma forma de governo já conhecida, sob a qual os homens são obrigados a viver. Seria impossível romper esse círculo natural.⁴⁰

No caso da literatura, a *reception turn* da segunda metade do século XX está associada à ascensão da Reception Theory e a dois teóricos alemães em particular, Hans-Robert Jauss e Wolfgang Iser. A feição mais distintiva desta teoria é a preocupação com o *erwartungshorizont* (horizonte de expectativa), cujo argumento era o de que “as diferentes expectativas de diversos leitores frente a um texto formatam os diversos modos pelos quais o dado texto é entendido”.⁴¹ No caso da filosofia alemã, ‘horizonte’ é uma de suas metáforas tradicionais, transmitida de Edmund Husserl a seu estudante Martin Heidegger, deste a seu estudante Hans-Georg Gadamer e deste a seu estudante Wolfgang Iser.⁴² A filosofia de Heidegger e a estética da recepção de Jauss foram algumas das inspirações para a *Begriffsgeschichte* praticada por Koselleck.⁴³

3. CONCLUSÃO

A metodologia proposta pela conjugação entre Tempos Históricos (*Historischer Zeiten*) e História dos Conceitos (*Begriffsgeschichte*) reafirma e amplia consideravelmente o potencial investigativo dos métodos em pleno florescimento dos Estudos de Recepção Clássica, redimensionando o papel ativo do receptor ao abordá-lo pela perspectiva da tensão temporal – o diferencial entre *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*. Consideramos que a análise da recepção de um método historiográfico ganhará em rigor e potencial crítico se vinculada à investigação dos conceitos que cristalizam as tensões temporais que, por estarem em relação dialética com os processos culturais mais amplos, condicionam a própria construção dos métodos historiográficos.

Se, por um lado, há um parentesco entre estes campos teóricos, o que alinha e compatibiliza suas proposições, por outro, a dimensão temporal do futuro, enquanto categoria histórica desenvolvida por Koselleck (*futuros passados*), temporaliza o momento da recepção. A tensão provocada pelo diferencial continuamente mutável entre *experiência* e *expectativa*, ou o abarcamento do tempo histórico, o que remete à singularidade das épocas, é não somente uma

⁴⁰ Koselleck 2006: 63-64.

⁴¹ Burke 2013: 24.

⁴² Burke 2013: 24.

⁴³ Burke 2013: 26.

das bases mais concretas e influentes do desenvolvimento de *processos culturais amplos*, como também uma chave de análise que possibilita e amplia a apreensão deste enfoque de recepção.

Enfim, empreender um estudo da recepção do método historiográfico de Timeu no Livro XII de Políbio a partir da conjugação destes dois campos teórico-metodológicos – os Estudos de Recepção Clássica e os Tempos Históricos – significará responder de que forma o método de Políbio distinguiu-se e aproximava-se do de Timeu em função de cada futuro passado (*Vergangene Zukunft*). Este modo de abordar a questão deve possibilitar uma reavaliação das posições historiográficas modernas sobre o Livro XII e de toda a polêmica a seu respeito.

BIBLIOGRAFIA

A. AUTORES ANTIGOS

- Cicero (1967), *De Oratore*. vol. I, books I-II. Loeb Classical Library. Translated by E. W. Sutton. Loeb Classical Library. Cambridge, London.
- Cicero (1958), *The letters to his friends. (Epistularum ad Familiares)*. vol. I, books I-VI. Translated by W. Glynn Williams. Loeb Classical Library. Cambridge, London.
- Diodorus Siculus (1967), *Library of History*. vol. II, books II (continued) 35-IV, 58. Translated by C. H. Oldfather. Loeb Classical Library. Cambridge, London.
- Diodorus Siculus (1939), *Library of History*. vol. III, books 4.59-8. Translated by C. H. Oldfather. Loeb Classical Library. Cambridge, London.
- Diodorus Siculus (1950), *Library of History*. vol. V, books 12.41-13. Translated by C. H. Oldfather. Loeb Classical Library. Cambridge, London.
- Dionysius of Halicarnassus (1960), *Roman antiquity*. vol. 1, books 1-2. Translated by Earnest Cary. Loeb Classical Library. Cambridge, London.
- Gellius (1927), *Attic Nights*. vol. I. books 1-5. Translated by John C. Rolfe. Loeb Classical Library. Cambridge, London.
- Jacoby, Felix. (2016), *Timaíos von Tauromenion (566)*. In: Id. (ed.). *Die fragmente der Griechischen Historiker*. Part I-III, Brill Online.
- Justin (2012), *Epitome of the Philippic History of Pompeius Trogus*. Two Volumes. Translated by: J. C. Yardley. London.
- Longinus (1995), *On the sublime*. Translated by W. H. Fyfe. Loeb Classical Library. Cambridge.
- Plutarch (1918), *Lives*. vol. VI. *Timoleon and Aemilius Paulus*. Translated by Bernadotte Perrin. Loeb Classical Library. London, New York.
- Políbio (2016), *História Pragmática. Livros I a V*. Tradução, Introdução e Notas: Breno Battistin Sebastiani. São Paulo.
- Polybii (2012), *Historiae*. vol. 3. Ludwig August Dindorf; Theodorus Büttner-Wobst; Ludwig August Polybius. Bibliotheca Scriptorvm Graecorvm et Romanorvm Tevberiana.
- Polybii (1967-95), *Historiae*. Ed. Th. Büttner-Wobst. 5 vols. Lipsiae.
- Polibius (1925), *The Histories*. vol. IV, books IX-XV. Loeb Classical Library. London, New York.
- Polybe (1961), *Histoires. livre XII*. Texte établi, traduit et commenté par P. Pédech, Paris.

B. BIBLIOGRAFIA MODERNA

- Angelucci, Mariachiara (2011), “Polemon’s contribution to the periegetic literature of the II century B.C”. *ῥπου - Ricerche di Storia Antica* 3: 326-41.
- Baron, Christopher A. (2013), *Timaeus of Tauromenium and Hellenistic Historiography*. New York.
- Burke, Peter (2013), “The history and theory of reception”, in: Lloyd, Howell A. (ed.). *The reception of Bodin*. Leiden and Boston, 21-37.
- Collingwood, R. G. (1946), *The idea of history*. New York.
- De Pourq, Maarten (2012), “Classical Reception Studies: reconceptualizing the study of classical tradition”, in *The International Journal of the Humanities* 9, 4: 219-26.
- Green, Peter (2006), *Diodorus Siculus. Books 11-12.37.1. Greek History, 480-431 BC. The Alternativa version*. Austin.
- Grethlein, Jonas (2010), “Experientiality and “narrative reference”, with thanks to Thucydides”, in *H&T* 49: 315-335.
- (2013), *Experience and teleology in ancient historiography: futures past from Herodotus to Augustine*. Cambridge.
- (2014), “Future past: time and teleology in (ancient) historiography”, *H&T* 53: 309-330.
- Hardwick, Lorna (2003), *Reception Studies, Greece and Rome New Surveys in the Classics* 33, Oxford.
- Hardwick, Lorna; Stray, Christopher (eds.) (2008), *A companion to Classical Receptions*. Oxford.
- Jauss, Hans Robert (2005), “Literary History as a Challenge to Literary Theory”, in: Jauss, Hans Robert. *Toward an Aesthetic of Reception*. Tr. T. Bahti. Minneapolis, 3-45.
- Kallendorf, Craig W. (ed.). (2007), *A Companion to the Classical Tradition*. Oxford.
- Koselleck, Reinhart. (2006), *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro.
- (2002), *The Practice of Conceptual History: Timing History, Spacing Concepts*. Stanford.
- Labuske, H. (1982), “Geschichtsschreibung im Hellenismus: Polibios und seine konkurrenten”, *Klio* 66: 479-487.
- Liddel, Peter; Fear, Andrew. (eds.) (2010), *Historiae Mundi: Studies in Universal Historiography*. London.
- Martindale, Charles. (2006), “Introduction: thinking through reception”, in: Martindale, Charles; Thomas, Richard F. (ed.). *Classics and the uses of*

- reception*. Oxford, 1-13.
- (2007), “Reception”, in: Kallendorf, Craig W. (ed.). *A Companion to the Classical Tradition*. Oxford.
- (1993), *Redeeming the Text: Latin Poetry and the Hermeneutics of Reception*. Cambridge.
- Martindale, Charles; Hardwick, Lorna. (2015), “Reception”, in *Oxford Classical Dictionary*. <http://classics.oxfordre.com/> DOI: 10.1093/acrefore/9780199381135.013.5507.
- Meister, K. (1998), *La storiografia greca. Dalle origini alla fine dell'ellenismo*. Roma; Bari.
- Pearson, Lionel. (1987), *The Greek Historians of the West: Timaeus and his predecessors*. Atlanta.
- Pédech, Paul (1964), *La Méthode Historique de Polybe*. Paris.
- Reis, José Carlos (1996), “O conceito de tempo histórico em Ricoeur, Koselleck e Annales: uma articulação possível”, in *Síntese Nova Fase* 23, 73: 229-252.
- (2011), “O tempo histórico como ‘representação intelectual’”. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais* 8, 2:1-21.
- Sacks, Kenneth (1981), *Polybius on the Writing of History*. Berkeley, Los Angeles, London.
- Sant’Anna, Henrique Modanez de (2012), “Políbio e os princípios de sua investigação histórica - algumas considerações”, *Revista Mundo Antigo* 1, 2: 141-53.
- Schepens, Guido. (1994), “Politics and belief in Timaeus of Tauromenium”, *Ancient society* 25: 249-78.
- Sebastiani, Breno Battistin (2016), “Introdução”, in: Políbio *História Pragmática. Livros I a V*. São Paulo.
- (2008), “Políbio contra Timeu, ou o Direito de Criticar”, *Revista Eletrônica Antiguidade Clássica* 2: 6-25.
- Schepens, Guido; Bollansée, Jan. (eds.). *The Shadow of Polybius: Intertextuality as a Research Tool in Greek Historiography. Proceedings of the International Colloquium, Leuven, 21-22 September 2001*.
- Souza, Jefferson Cleiton de (2011), *A nova hermenêutica e a teoria da recepção em Jauss e Ricoeur*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Vattuone, Riccardo (1983), *Ricerche su Timeo: la ‘pueritia’ di Agatocle*. Florence.
- Vizeu, Fabio; Mattiz, Queila Regina Souza (2011), “Contribuições da História dos Conceitos (Begriffsgeschichte) para os Estudos Organizacionais”, in *XXXV Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, 4 a 7 de setembro de 2011*.

Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR2305.pdf>.
Acesso em: 17 de fevereiro de 2016.

Walbank, Frank W. (1967), *A historical commentary on Polybius. vol. II. Commentary on Books VII–XVIII*. Oxford.

——— (1962), “Polemic on Polybius”, in *Journal of Roman Studies* 52: 1-12.

——— (1972), *Polybius*. Los Angeles and London.

——— “Polybius and the Roman State”, A lecture delivered at Duke University on May 5th, 1964, and at several other universities in the United States and Canada the same spring. Disponível em: <http://grbs.library.duke.edu/article/viewFile/11811/4073>. Acesso em: 28/01/2016.

——— (2003), *Polybius, Rome and the Hellenistic World - Essays and Reflections*. Cambridge.

INVENTIO E DISPOSITIO NO DEBATE SENATORIAL DE *BELLUM CATILINAE* 50. 4-52, DE SALÚSTIO
(*Inventio* and *dispositio* in the senatorial debate of Sallust's *Bellum Catilinae* 50. 4-52)

ADRIANO SCATOLIN

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP)

<https://orcid.org/0000-0003-0056-9187>

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar o debate senatorial apresentado em *Bellum Catilinae* 50. 4-52 de uma perspectiva retórica, mais especificamente, dos pontos de vista da *inuentio* e da *dispositio*. Para tal, confronta-se o relato salustiano com as demais fontes antigas do debate e investigam-se os critérios internos da monografia que justificam suas diferenças.

PALAVRAS-CHAVE: Salústio; *Bellum Catilinae*; debate senatorial; *inventio*; *dispositio*

ABSTRACT: This paper analyses the senatorial debate of Sallust's *Bellum Catilinae* 50. 4-52 from a rhetorical perspective, more specifically from the points of view of *inuentio* and *dispositio*. In order to do so, I confront the Sallustian exposition with the remaining ancient sources for the debate and investigate the internal criteria adopted in the monograph that explain the disparities between them.

KEYWORDS: Sallust; *Bellum Catilinae*; senatorial debate; *inventio*; *dispositio*

INVENTIO E DISPOSITIO NO DEBATE SENATORIAL DE *BELLUM CATILINAE* 50. 4-52, DE SALÚSTIO

I — Introdução

O debate senatorial ocorrido no Templo da Concórdia, em 5 de dezembro de 63 a.C., no qual o Senado votou pela pena de morte contra cinco dos líderes da conjuração de Catilina que haviam sido capturados com provas incriminadoras, é um dos momento culminantes do *Bellum Catilinae* de Salústio². Em sua apresentação, o historiador optou por ater-se ao absolutamente essencial: o

¹ O autor agradece os organizadores da *Jornada de historiografia helenística: novas abordagens teórico-metodológicas* (FFLCH/USP, 2016), Breno Battistin Sebastiani, Fernando Rodrigues Júnior e Bárbara da Costa e Silva, pelo convite para a palestra que deu origem a este artigo, e Ana Christina Montenegro, Isabella Tardin Cardoso e Lydia Marina Barbosa pela ajuda na compilação do material bibliográfico. As datas são a.C., salvo observação em contrário.

² Sall. *Cat.* 50-53. Os conjurados são enumerados em 46. 3: Públio Cornélio Léntulo Sura, Gaio Cornélio Cetego, Lúcio Estátílio, Públio Gabínio Capitão e Marco Cepário. Sobre a sequência de eventos que levou à captura e ao julgamento apenas dos cinco, cf. March 1989.

confronto oratório, por meio da apresentação de discursos³, das duas principais posições tomadas pelos senadores naquela sessão, a dizer, a de César, que aconselhava que os conjurados fossem mantidos sob custódia em diferentes cidades da Itália, que seus bens fossem confiscados e que quem quer que tentasse submeter a questão ao Senado ou ao povo romano fosse considerado inimigo público⁴; e a de Catão, que aconselhava a pena de morte aos conjurados, como se tivessem sido capturados em delito flagrante⁵. Este artigo tem por objetivo apontar as diferenças, no que concerne à *inventio* e à *dispositio*, entre a apresentação do debate feita por Salústio e a das demais fontes antigas que abordaram a sessão senatorial de 5 de dezembro⁶.

II — Mapeamento dos autores⁷

Oito são os autores antigos a abordar o tema: um orador (Cícero, que aborda o tema na *Catilinária* 4, na *Defesa de Séstio* e, em contexto privado, em carta a Ático), quatro historiadores (além do próprio Salústio, Veleio Patérculo, em latim, e Apiano e Dião Cássio, em grego), dois biógrafos (Plutarco, em três versões complementares, espalhadas pelas *Vidas de Cícero, César e Catão*, e Suetônio, na *Vida de César*) e um epitomista (Floro), num arco de quase 300 anos, de 63 a.C. a 214 d.C., se adotarmos a data mais tardia possível postulada para Floro⁸. Dos oito, dois, pela brevidade e concisão de suas apresentações, não são relevantes

³ Sobre a importância do discurso direto na monografia, cf. Miller 1975: 47: “[...] the *Catiline* is fundamentally about politics, not war; it records a movement initiated by talk and debated by senators; it describes a conspiracy whose natural lines of communication are conversations and messages; and it presents a crisis, with concomitant concentration and drama. Hence more speech in bulk, and more direct speech in proportion.”

⁴ Sall. *Cat.* 51. 43.

⁵ Sall. *Cat.* 52. 36.

⁶ Discordamos da abordagem apenas histórica de Hardy 1917: 212: “The general agreement of this evidence is very remarkable, and the few differences of detail quite insignificant.” Tentaremos mostrar que as diferenças são importantíssimas do ponto de vista retórico-literário.

⁷ Servimo-nos do repertório elencado por Drexler 1976: 170 ss.

⁸ A cronologia, por vezes incerta, é: Cic. *Cat.* 4 — proferida em 5 de dezembro de 63 e publicada (talvez) apenas em 60; *Sest.* — proferido em março de 56; *Att.* 12. 21 — enviada em 17 de março de 45; Sall. *Cat.* — publicação entre 44 e 34; Vell. — datação incerta; Yardley & Barret 2011: xxiv postulam a primeira metade de 30 d.C. como data da publicação; Plutarco (45-120 d.C.) escreveu a biografia de Demóstenes, apresentada em paralelo com a de Cícero, na velhice (Plut. *Dem.* 2; *apud* Lintott 2013: 2); a *Vida de Cícero* foi a primeira das três aqui analisadas a ser escrita; Suetônio — publicação das *Vida dos doze Césares* por volta de 120 d.C. (cf. Martinet 1997: 1199); Apiano — teria morrido por volta de 163-165, segundo Gabba & Magnino 2001: 10; Dião Cássio — datação controversa, certamente depois de 211, segundo Hose 1994: 424-427; Floro — segundo Jal 2002 [1967]: LXXXVII, o intervalo em que a obra teria sido escrito é de 137-214 d.C.;

para nossa comparação, Dião Cássio⁹ e Floro¹⁰.

III — A quarta Catilinária de Cícero

A quarta Catilinária é o discurso proferido por Cícero na sessão senatorial que decidiu o destino dos cinco conspiradores capturados¹¹. Quando Cícero intervém pela segunda vez no debate (*Cat.* 4. 7 ss.), César já deu seu parecer, mas Catão ainda não. A importância crucial da quarta *Catilinária* para a nossa comparação reside no fato de que Cícero comenta o teor das proposta de Décimo Silano, então um dos cônsules designados, que abriu o debate pedindo a pena máxima, e de Júlio César, que discursava então como pretor designado¹². Igualmente fundamental, a descrição que Cícero faz da mesma pena apresenta algumas diferenças em relação ao discurso de César em Salústio.

Em *Cat.* 7, Cícero aponta que há duas propostas até aquele momento: Silano propõe a pena de morte, enquanto César elimina a pena capital, mas mantém todas as *acerbitates* das demais penas, ou seja, todos os seus rigores, durezas, sofrimentos, suplícios. Afirma também que ambos, tanto Silano, cônsul designado, como César, pretor designado, fazem propostas “de extrema severidade”, *in summa severitate versatur*. Cícero faz ainda um apanhado dos argumentos de teor filosófico empregados por César a respeito da morte não como um castigo, mas como uma necessidade da natureza ou um descanso, bastante próximos do que vemos em Salústio¹³. Mas as qualificações e a leitura

⁹ D.C. 37. 35. 4-36. 3. Conforme apontam Lachenaud & Coudry 2014: 169, n. 242: “[...] Dion donne une version très ramassée [sc. de la séance du 5 décembre], sans entrer dans les péripéties de la délibération, qui fut mouvementée [...], ni détailler les arguments des principaux protagonistes, César et Caton [...]” Dião detalha apenas o teor da pena sugerida por César, em 37. 36. 1-2: prisão perpétua dos conjurados, sua distribuição pelos municípios, impossibilidade de se deliberar futuramente sobre sua anistia, considerar inimigo o município que permitisse sua fuga.

¹⁰ Flor. *Epit.* 2. 12. 10: “Quanto aos que deliberavam sobre a pena [sc. dos conjurados sob custódia], César sustentava que deveriam poupá-los por seu status, Catão, que era preciso castigá-los.”

¹¹ A quarta catilinária é uma insólita justaposição de *pelo menos* dois momentos da sessão senatorial de 5 de dezembro: em *Cat.* 4. 1-6, temos a abertura do debate pelo cônsul Cícero; em 4. 7-24, temos a intervenção do orador depois do discurso de César. Cf. Dyck 2008: 208, para a ideia de que há vários momentos da sessão retratados no discurso; Lintott 2013: 161, *ad Plut. Cic.* 21. 2-3 (citado abaixo, n. 39) aventa a possibilidade de a segunda parte não ter sido efetivamente proferida.

¹² *Cic. Cat.* 4. 7; 10. Antes de César, discursaram, segundo Cícero (*Att.* 12. 21. 1): os cônsules designados, Silano e Murena (citados fora de ordem, depois dos consulares, quase como um *afterthought*), e os consulares Cátulo, Servílio, os Luculos, Curião, Torquato, Lépido, Gélvio, Vulcácio, Fígulo, Cota, Lúcio César, Gaio Pisão e Mânlio Glabrião. Segundo Shackleton Bailey 1966: 317 *ad locum*, a lista é provavelmente completa, embora o comentador não apresente argumentos para tal asserção. Se estiver certo, porém, fica decidida a questão sobre o discurso de Tibério Nero, que teria discursado *depois* de César, não antes, como sustentam alguns estudiosos.

¹³ Sall. *Cat.* 51. 20.

que Cícero faz deles é que são o grande diferencial. Para o Arpinate, há *iniquitas* (“injustiça”, “iniquidade”) ou, no mínimo, *difficultas* (“dificuldade”), na proposta de César de prisão perpétua para os conjurados¹⁴ e de sua distribuição por vários municípios da Itália: injustiça se o Senado obrigar os municípios a tal; dificuldade, se o Senado lhes pedir que o façam. Ademais, qualifica de *horribilis*, “terríveis”, “pesadas”, as guardas que se encarregarão dos prisioneiros, e, mais forte ainda, afirma que César tira dos conjurados até a esperança, *spes*, único consolo dos desgraçados.

Um outro ponto importante da caracterização que Cícero faz de César e sua proposta aparece mais adiante no discurso, em *Cat.* 4. 10: Cícero, ironicamente, qualifica César como *homo mitissimus atque lenissimus*, “homem de extrema mansidão e brandura”, apontando ao mesmo tempo os muitos rigores que propõe: as trevas eternas da prisão, a confiscação dos bens, a consequente pobreza e mendicância. Essa ironia é importante para o confronto com Salústio.

A caracterização da proposta de César como severa e rigorosa, como veremos, aparece apenas em Cícero. Podemos explicar essa idiosincrasia, no contexto da publicação do discurso¹⁵, em 60 a.C., como fazendo parte da estratégia maior de Cícero de rebater as acusações de crueldade e tirania que vinha sofrendo desde a execução dos cinco conspiradores¹⁶. Assim, a apresentação da proposta de César como severa e rigorosa é complementada, mais adiante no discurso, com a reconfiguração do rigor e severidade de Cícero como humanidade

¹⁴ Hardy 1917: 215 considera a menção à perpetuidade da prisão como um exagero retórico ridículo da parte de Cícero: “Cicero’s contention that Caesar was proposing a sentence of perpetual imprisonment is ridiculous. [...] It is strange that a theory of life-long imprisonment, nowhere else even hinted at, should have grown up out of Cicero’s obviously rhetorical phrases *aeternis tenebris* and *sempiterna vincula*.” Comentando Sall. *Cat.* 51. 43, McGushin 1977: 256 e Ramsey 2007: 204 são menos taxativos, pesando as duas possibilidades e deixando a leitura do passo em aberto; Vretska 1976: 561-563 opta pela validade histórica da proposta de César, mesmo que esta se depreenda apenas indiretamente das palavras de Salústio.

¹⁵ Cic. *Att.* 2. 1. 3. Trata-se de um corpus de 12 discursos proferidos em 63, ano do consulado de Cícero, dos quais as *Catilinárias* são os quatro últimos. Cape, Jr. 2002 é o tratamento fundamental do assunto.

¹⁶ Plut. *Cic.* 23 apresenta o ambiente tenso e dividido em Roma, após o debate e a posse dos novos tribunos, que ocorria no dia 10 de dezembro. Veja-se particularmente 21. 1-3: “No entanto, havia também quem estivesse disposto a dizer mal da actuação de Cícero e de prejudicá-lo. Esses tinham por líderes, dentre os futuros magistrados, César, que ia ser pretor, e os tribunos da plebe Metelo e Béstia. Tendo tomado posse quando já só restavam a Cícero poucos dias como cônsul, não o deixavam falar ao povo, e colocavam bancos nos rostros para o impedirem de passar e de falar, dando-lhe apenas permissão para, caso o desejasse, prestar o juramento habitual de quem abandona o cargo e descer logo dos rostros. Cícero avançou, então, para fazer o juramento nestas condições. Todavia, quando obteve o silêncio, não prestou o juramento tradicional mas um pessoal e novo, em que afirmava ter salvado a pátria e mantido o império. E todo o povo repetiu o juramento depois dele.” Tradução de Várzeas 2010: 134-135, ligeiramente modificada. Cf. ainda Cic. *Fam.* 5. 2. 6-7; *Pis.* 6-7; *Asc. in Pis.* 6. Refs. em Lintott 2013: 162 *ad loc.*

e compaixão — mas humanidade e compaixão em relação às potenciais vítimas dos conspiradores, bem entendido, em caso de sucesso da conjuração, não em relação aos prisioneiros¹⁷.

IV — A Defesa de Séstio

Na Defesa de Séstio, Cícero refere-se apenas ao discurso de Catão, dentro de um contexto fortemente elogioso de sua conduta e de sua postura política ao longo dos anos. Em *Sest.* 61, afirma que Catão colocou sua vida em jogo com seu discurso na sessão de 5 de dezembro, por conta da invidia em que ocorreria, e descreve seu discurso como veemente e sua atuação como enérgica. Ademais, o que não é sem importância para o confronto com a carta do próprio Cícero, na próxima seção, ou para o entendimento da escolha, por parte de Salústio, de César e Catão como os dois principais antagonistas do debate senatorial, o Arpinate dá a entender que o protagonismo naquele posicionamento pela pena de morte foi de Catão, não seu, ao dizer, deste, que “foi líder, defensor, promotor daquelas ações”¹⁸.

V — Cícero e o *Catão de Bruto: Att. 12. 21. 1*

A caracterização da proposta de César como severa, que observamos na *Catilinária* 4, foi mantida por Cícero mesmo 15 anos depois, em 45, portanto, em contexto bastante diverso: uma carta privada, evidentemente não escrita para publicação, a seu amigo Ático¹⁹. Nessa carta, Cícero escreve acerca do Catão de Bruto, obra que não chegou até nós, um louvor composto pelo cesaricida a seu tio, que se suicidara no ano anterior em Útica para não ter de se curvar a Júlio César, vencedor da guerra civil contra Pompeu e os demais republicanos. Mais particularmente, Cícero critica o passo do Catão de Bruto que tratava justamente da sessão senatorial que nos interessa aqui. Cícero mostra-se irritado por dois motivos: pelos erros históricos cometidos por Bruto e pelo fato de este ter dado pouco relevo à participação do Arpinate no episódio. A carta é de escrita por vezes telegráfica, o que dificulta a interpretação das observações feitas. No

¹⁷ Cic. *Cat.* 4. 11-12. Salústio, no discurso de Catão, também faz uso dessa ideia de misericórdia mal direcionada (cf. *Cat.* 52. 11; 26-27; 32-33). Drummond 1995: 43 questiona o caráter histórico do relato ciceroniano: “Nowhere is it stated that Caesar made these points in his speech: most of this exposition is explicitly given in Cicero’s own person. Even the opening statement on the nature of death is vaguely described as a truth which Caesar ‘realises’ and it is in fact an argument that Cicero himself deploys elsewhere in his speeches. Similarly, when Cicero reverts to the theme at the end of section 9, he again speaks in his own person. Thus this whole explanation of Caesar’s motion may be a creative (and interested) reconstruction by Cicero; it need not (and given Cicero’s evasive *intellegit* probably does not) correspond to anything that Caesar actually said.”

¹⁸ Cic. *Sest.* 61.

¹⁹ Cic. *Att.* 12. 21. 1.

entanto, é possível ressaltar alguns pontos: 1) a oratio de César é qualificada como severa, ou seja, “severa”, “rigorosa”, “dura”, tal como na quarta *Catilinária*, publicada 15 anos antes; 2) para descrever o discurso de Catão, em comparação com os dos outros, que também haviam sugerido a pena capital, e explicar o seu sucesso, Cícero diz: *verbis luculentioribus et pluribus rem eandem comprehenderit*, “abordara o mesmo tema com uma formulação mais esplêndida e copiosa”; e 3) Cícero, possivelmente de maneira tendenciosa²⁰, afirma que o motivo de o Senado ter adotado o parecer de Catão foi porque este elogiara fortemente o fato de o Arpinate ter revelado a conjuração, ter exortado os senadores ao voto e ter ele mesmo dado seu parecer antes de submeter a questão aos senadores: *quae omnia quia Cato laudibus extulerat in caelum perscribendaque censuerat, idcirco in eius sententiam est facta discessio*, “foi por Catão, com seus elogios, ter elevado aos céus todas essas ações e ter recomendado sua transcrição completa que se votou a sua proposta!”

VI — O debate em Veleio Patérculo

A apresentação que o historiador Veleio Patérculo faz do debate, em 2. 35. 3-4, confere preponderância aos papéis de Catão e Cícero, em detrimento da figura de César, cujo nome não é citado e cuja participação fica restrita a um indefinido *alii*, “outros” (2. 35. 3). Depois de uma caracterização extremamente elogiosa do caráter de Catão (2. 35. 1-2), o historiador define as 4 linhas adotadas pelo orador em seu discurso pela pena capital dos conjurados: 1) um ataque violento à conjuração; 2) de maneira inflamada (*ardore oris*), Catão teria levantado suspeitas de envolvimento na trama contra todos aqueles que propunham brandura [sc. para com os conjurados] (*omnium lenitatem suadentium*); 3) a exposição dos riscos de destruição e incêndio na cidade e a mudança da situação política; e 4) a exaltação da virtus do cônsul Cícero. Em Veleio Patérculo, o elogio às atitudes de Cícero, se não é o fator que determinou o convencimento dos demais senadores, como pretendia Cícero na carta a Ático, é certamente um dos fatores que contribuiu para tal — o que é condizente, de resto, com o relato de que a maior parte dos senadores acompanhara Cícero a sua casa naquela noite, episódio célebre a que Patérculo alude muito concisamente [...*maiorque pars ordinis eius Ciceronem prosequerentur domum*, “a maior parte dessa Ordem acompanhou Cícero até sua casa”]²¹.

²⁰ Note-se o contraste com o protagonismo de Catão em *Sest.* 61, apontado acima. Shackleton Bailey 1971: 34, em contrapartida, admite a hipótese da correção do relato da carta ciceroniana: “But Cicero may have been right when he maintained in a letter to Atticus nearly twenty years later that Cato’s role was exaggerated in an account published by his nephew Marcus Brutus; and this account may be behind the tradition.”

²¹ Vell. 2. 35. 3-4. Não é impossível que Veleio conhecesse a carta de Cícero a Ático comentada acima (*Att.* 12. 21), se atentarmos ao argumento de Setaioli 1976, que questiona a *communis*

VII — Plutarco

O debate senatorial de 5 de dezembro aparece em três passos de Plutarco, nas *Vidas* de Cícero, César e Catão²². Os três relatos diferem apenas em ênfase, sendo os dados apresentados fundamentalmente os mesmos. Atentemos aos detalhes caso a caso.

Vida de Cícero

Dos 3 relatos da sessão senatorial na obra de Plutarco, o primeiro e mais completo é o da *Vida de Cícero*²³ (20. 4-21). Plutarco apresenta a interação entre diversos oradores: a proposta de Silano, a pena máxima (20. 4); a proposta de César, que apresenta uma diferença importante em relação à que vimos na quarta Catilinária: confiscação dos bens, sim, mas prisão apenas até que Catilina fosse derrotado (21. 1)²⁴; Plutarco aborda ainda, na ordem cronológica exata, a reação favorável ao discurso de César (21. 3) e o posicionamento de Cícero em relação a ele (21. 2); a reação negativa se dá com Cátulo e depois, enfim, com Catão (21. 4). A síntese que Plutarco faz do discurso de Catão é importantíssima para nosso confronto: segundo o biógrafo, esse discurso se apoiou fortemente nas suspeitas que havia do envolvimento de César na conjura, o que teria provocado uma reação de cólera e coragem nos senadores, que votaram pela pena de morte. Plutarco é o único, dentre as fontes, a relatar que César se opôs à confiscação dos bens quando sua proposta foi derrotada, alegando ser indigno que se rejeitasse o lado humano de sua proposta e se mantivesse o mais severo (21. 5). Embora não tenha tido sucesso ao pedir o veto dos tribunos, sua pressão fez que Cícero cedesse e voltasse atrás nesse ponto (21. 5).

opinio de que a correspondência de Cícero só teria acontecido no principado de Nero.

²² Plut. *Cic.* 20. 4-21; *Caes.* 7. 6-8. 3 e *Cat. Min.* 22. 4-23. Para a apresentação da conjuração como um todo em Plutarco, cf. Pelling 1985; para a questão do método das quatro vidas plutarquianas que abordam a conjuração de Catilina (ou seja, as três aqui apresentadas mais a *Vida de Crasso*), Pelling 1985: 318-319 observa: “[...] the four accounts are strikingly similar in their language and their narrative articulation. This is clearest in their final versions of the debate [...]. Plutarch is too good an artist to repeat his exact words, but he often comes very near to it. It is not just the close verbal parallels; it is the organization and articulation of the whole narrative. These accounts could not have been written independently.”

²³ Pelling 1985: 315 postula duas fontes para o relato plutarquiano do debate e suas consequências (*Cic.* 20. 4-23. 6): o *περί ύπατειας* de Cícero, que não chegou até nós, e uma segunda fonte, não definida, que seria responsável pelo papel preponderante de Catão no debate — na tradição talvez iniciada pelo *Catão* de Bruto, podemos acrescentar, hipótese de Shackleton Bailey citada acima (n. 20).

²⁴ Pelling 1985: 315, n. 14 oferece duas possibilidades de explicação para tal diferença: “Suet. *Div. Iul.* 14 seems to derive from the same source as Plutarch [...], and he does not mention the possibility of the case being re-opened. It is possible that Plutarch confuses Caesar’s proposal with that of Ti. Claudius Nero, which he omits [...]; it is just as likely that he first misinterpreted his source’s account of Caesar’s proposal — then discovered he had no logical space for Nero’s.”

Vida de César

Na *Vida de César*, Plutarco, previsivelmente²⁵, confere espaço sobretudo à participação de César no debate senatorial. Qualifica seu discurso como cuidadosamente preparado (7. 8), humano e eficaz (8. 1), e explicita o seu teor, mencionando novamente a prisão temporária em vez de perpétua (7. 9). Por outro lado, amplia a exposição, deixando claras as motivações alegadas por César: punir os conjurados com a morte seria não apenas injusto, mas também contrário à tradição ancestral, salvo em caso de extrema necessidade, já que se tratava de homens de prestígio e nobreza, que não haviam tido a oportunidade de um processo regular (7. 8); deveriam eles ficar aprisionados nas cidades itálicas, então, até a derrota de Catilina, quando, em paz e com calma, a deliberação seria mais adequada (7. 9).

A reação, como no relato anterior, é que os oradores sucessivos o seguiram, e mesmo quem já havia discursado voltou atrás, até que chegou a vez de Catão e Cátulo (8. 1). Destes, Plutarco destaca a violência de sua oposição e, no caso do Uticense, a ênfase na suspeita sobre o envolvimento de César na conjuração (8. 2).

Vida de Catão

Na *Vida de Catão*, como também era de se esperar, a ênfase maior é na participação de Catão no debate e no teor de seu discurso, embora Plutarco introduza detalhes sobre o discurso de César que não aparecem nos outros dois relatos. Qualifica o discurso de César como persuasivo e humano (22. 5), sua proposta, como branda (23. 1), e aponta que o Senado reagiu com medo da reação popular, mudando de proposta (22. 6). Plutarco aponta então que Catão se levantou e fez um discurso irado e veemente, repreendendo Silano por voltar atrás e César por esconder suas verdadeiras intenções com discursos populistas e humanos (23. 1); disse ainda que sua intenção era subtrair inimigos públicos à justiça, e, muito importante para o confronto com Salústio, Plutarco observa que o fez de maneira clara, aberta (23. 2).

VIII — Suetônio

Na *Vida de César*²⁶, Suetônio fala do episódio da sessão senatorial no contexto da carreira de César, então pretor designado. O biógrafo aponta, primeiramente, que César foi o único a defender a prisão perpétua pelos municípios e a confiscação dos bens dos prisioneiros. Em segundo lugar, e mais importante para nós, observa que incutiu tanto medo naqueles que advogavam penas mais

²⁵ Pelling 1985: 323-325 enuncia três critérios alternativos para a seleção de material em Plutarco: 1) o foco no caráter do biografado; 2) a busca do material mais favorável a este; e 3) a ênfase em diferentes interesses segundo a *Vida* escolhida.

²⁶ Suet. *Jul.* 14.

severas, com a menção da invidia que isso provocaria na plebe romana, que Silano não hesitou em voltar atrás, apenas reinterpretando sua proposta, para não se submeter ao vexame de mudá-la. Suetônio conclui sua breve exposição dizendo que César teria conseguido fazer aprovar sua proposta, não fosse a intervenção de Catão para um Senado vacilante.

IX — Apiano

O relato de Apiano²⁷ interessa para nossa comparação por apresentar de maneira mais completa a sequência dos oradores na sessão senatorial e a importância de cada um²⁸. Assim, o historiador relata que Silano propôs a pena extrema (2. 5. 19); que Nero sugeriu manter os conspiradores presos até a derrota de Catilina, quando as informações seriam mais precisas (2. 5. 19)²⁹; que César sugeria a prisão dos conjurados espalhados pelas cidades da Itália até que se derrotasse Catilina, que não se tomassem decisões irrevogáveis sobre homens nobres antes de um processo regular (2. 6. 20). Tal como Plutarco, Apiano não fala em prisão perpétua, ao contrário das demais fontes. Apiano relata então a reação ao discurso de César: tratando-se de uma proposta justa, foi bem recebida e muitos mudaram inteiramente de parecer, até a proposta de Catão (2. 6. 21). O historiador dá como teor do discurso de Catão apenas a exposição aberta (tal como em Plutarco) da suspeita contra César (2. 6. 21). Curiosamente, Apiano coloca Cícero, junto com Catão, como um dos provocadores da mudança, embora saibamos que a fala de Cícero aconteceu antes da de Catão (2. 6. 21).

X — O debate em Salústio

Disposição: o arranjo do debate no *Bellum Catilinae*

Ao abordar o debate senatorial de 5 de dezembro, Salústio atem-se ao absolutamente essencial no que se refere ao número de participantes: começa, em *Cat.* 50. 4, apresentando a proposta do cônsul designado Décimo Silano, que abrisse o debate pedindo o supplicium dos conjurados sob custódia e de mais quatro outros, ainda em liberdade³⁰; observa, em seguida, que Silano mudara de opinião depois da fala de César, adotando então a proposta de Tibero Nero, que advogava o adiamento da deliberação até que se aumentasse

²⁷ App. B.C. 2. 5. 18-6. 22.

²⁸ Drummond 1995: 24, no entanto, questiona o valor histórico do relato de Apiano, qualificando-o como “virtually worthless”.

²⁹ Sobre o momento em que Tibério Nero teria discursado, controverso, cf. n. 12, acima.

³⁰ Sall. *Cat.* 50. 4 “Então Décimo Silano, o primeiro a quem se solicitou o parecer, por ser na época cônsul designado, propusera a pena capital para os que eram mantidos sob custódia e, além disso, para Lúcio Cássio, Públio Fúrio, Públio Umbreno, Quinto Ânio, caso fossem capturados”. Todas as traduções do *Bellum Catilinae* são tomadas a Scatolin 2018.

o número de guardas³¹. Nos dois capítulos seguintes, *Cat.* 51-52, Salústio apresentará a reconstrução dos discursos de César, que advogava prisão perpétua, confisco dos bens e distribuição dos prisioneiros pelos municípios mais poderosos da Itália; e de Catão, que advogava a pena de morte e acabara sendo a proposta adotada pelo Senado. Se o teor dos discursos de Silano e de Tibério Nero é apontado brevemente em *Cat.* 50, o discurso de Cícero, correspondente à quarta Catilinária, e a intervenção de Cátulo são omitidos do relato e do debate.

Do ponto de vista da disposição, ou seja, do arranjo do material selecionado, como podemos entender o recorte operado por Salústio? (1) Em primeiro lugar, há a convenção do gênero: quando apresentavam debates e discursos em confronto, os historiadores quase sempre atinham-se a dois participantes, mais raramente, três³². Apresentar na sequência, assim, os discursos de Silano, César, Cícero, Tibério Nero, Cátulo e Catão estava descartado de antemão³³; (2) complementarmente, Salústio busca imitar um dos seus grandes modelos, Tucídides³⁴, espelhando os papéis de César e Catão nos de Diódoto e Cléon, no debate sobre os mitileneus, em 3. 36-49; (3) ainda que Salústio estivesse disposto, porém, a transgredir a mencionada praxe genérica e a desconsiderar o modelo tucidideano, a profusão de debatedores seria muito pouco funcional na economia da obra: o discurso inicial de Silano, o discurso de Cícero, após as exposições de Silano e César, e o discurso de Catão defendiam todos, fundamentalmente, a mesma ideia, a pena de morte para os conjurados. Apresentá-los todos em sequência seria altamente redundante, e mais ainda numa obra que se caracteriza particularmente pela brevidade e, na famosa expressão de Quintiliano, por sua *immortalis uelocitas*³⁵;

³¹ Sall. *Cat.* 50. 4: “[...] depois, influenciado pelo discurso de Gaio César, [sc. Silano] afirmou que votaria pela proposta de Tibério Nero, que julgara que se devia aumentar o número de guarnições antes que o caso fosse submetido a deliberação.”

³² Cf. Marincola 2007: 127.

³³ Stone 1999: 64 faz a fina observação de que mesmo a omissão de Cícero de 48. 4 a 54. 6 não pode ser usada como indício de viés anticiceroniano: “Whether Cicero is mentioned or not mentioned in the course of these chapters, the tendency is always the same: to exculpate him from any charge of abuse of power”. Sobre a postura imparcial de Salústio em relação a Cícero, cf. também Broughton 1936.

³⁴ Como bem aponta Drummond 1995: 51: “[...] the Thucydidean influence extends beyond the adaptation of individual motifs in the speeches of Caesar and Cato to the entire structuring of Sallust’s account, relentlessly focusing attention on the two contrasting speeches and thereby transforming the debate into one central conflict of argument and personality.”

³⁵ Cf. Quint. 4. 2. 45; 10. 1. 32 (*brevitas*) e 10. 1. 102 (*immortalis uelocitas*); e Mariotti 2007: 548: “Sallustio non ricorda [...] il discorso tenuto dal console dopo l’intervento di Cesare [...]: restringe il dibattito all’essenziale e riserva tutta l’attenzione ai due punti di vista opposti di Cesare e Catone, ingigantandone la portata [...]. Realizza così un suo ideale di concentrazione artistica e si conforma a insigni suggestioni letterarie [...], ma segue anzitutto un sano criterio di giudizio storico e politico, perché in quel discorso Cicerone si limitò a riaffermare orgogliosamente i suoi meriti e il più completo ossequio alla volontà de senato, e al senato lasciò intera la responsabilità di una decisione che non era disposto ad accollarsi in proprio.”

(4) outro empecilho para uma versão mais completa do debate na monografia é o fato de que Cícero já havia publicado a quarta *Catilinária* na década de 60. Seria absolutamente impensável que Salústio reescrevesse ou reelaborasse um discurso tão célebre³⁶ — sobretudo fazendo uso de uma elocução completamente avessa ao *modus scribendi* ciceroniano³⁷. Na verdade, é possível argumentar que a quarta *Catilinária* de Cícero encontra-se indiretamente no debate da monografia, como fonte de Salústio para o discurso de César e como pano de fundo e base de confronto intertextual para o leitor contemporâneo³⁸; (5) a escolha das propostas de César e Catão é funcional, também, na economia do *Bellum Catilinae*, por conta das características opostas e complementares dos dois oradores do ponto de vista moral, que está na base da concepção da monografia e que será explicitado na célebre comparação ou síncrise entre os dois, no capítulo 54; e

Discordamos do comentador apenas num detalhe: se a *Catilinária* 4, como texto apologético que é, procura isentar Cícero da responsabilidade pela decisão, atribuindo-a ao Senado, não há dúvida sobre o posicionamento do Arpinate favorável ao parecer de Silano. De fato, deste faz apenas a exposição do parecer (*Cat.* 4. 7); de César, expõe e critica a *sententia* (*Cat.* 7 *in fine*; 10). Cf. Hardy 1917: 216: “[...] though he [sc. Cicero] praised Caesar’s attitude, it was the faint praise which damns, and his grotesquely exaggerated picture, utterly unjustified by the evidence which he had produced, can only have been intended to drive the senate into the severest course.”

³⁶ Cf. Brock 1995: 209: “[...] ancient historians as a general rule avoided treating in direct speech those orations which were accessible to the reading public”; 217: “One possible explanation for not including published speeches in their original form is that it would have been a pointless duplication of effort, another that it violated a norm of stylistic homogeneity, a third, that it was plagiarism”; 219: “[...] the best explanation of the phenomenon as a whole seems to be in literary and generic terms; this observation can be added to our awareness of the generic conventions of ancient historiography, and can serve to remind us once again that its authors were moved as much by literary considerations as by any commitment to historical truth and its recording.”

³⁷ Cf. O’Gorman 2007: 380: “In terms of style Sallust is above all understood as anti-Ciceronian. Although a contrast with Livy’s historical narrative might seem preferable to turning to oratory, nevertheless we must remember that, first, Sallust was for centuries read against the Ciceronianism which shaped the reading and writing of Latin, and, secondly, that Sallust himself formulated his mode of writing in reaction to the famous orator.”

³⁸ Cf. McGushin 1977: 8: “[...] Sallust’s main source was probably the writings of Cicero”; March 1989: 226: “His main source was undoubtedly Cicero himself, and his work echoes Cicero in many places”; Ramsey 2007: 8-9: “Cicero’s consular orations were revised and in circulation within a few years after he left office. The influence of the four *Catilinarians* may be detected here and there in S. [...]”; Marincola 2010: 279-286 aborda a intertextualidade no debate, mais especificamente os *exempla* dos dois oradores, mas não menciona nenhum passo de confronto com Cícero. Lintott 2013: 161, *ad* Plut. *Cic.* 21. 2-3, chega a questionar se a segunda parte da quarta *Catilinária* teria sido efetivamente proferida: “Plutarch here summarizes Cic. *Cat.* 4. 7-11, but ignores the preference expressed there for the death penalty. Such an intervention in the debate was ignored by Sallust [*Cat.* 52. 1] and apparently before him by Brutus in his biography of Cato, which, to Cicero’s disgust, played down his own part [*Cic. Att.* 12. 21. 1]. However, Cicero objects in this letter to the omission, not of a speech by him in the course of the debate, but of the fact that he gave a clear line for the senate to follow *before* he referred the matter to them. This calls into question whether *Cat.* 4. 7-24 was ever in fact delivered [...]”

(6), por fim, não se pode esquecer que a escolha dos dois era particularmente feliz, também, na época da escrita do *Bellum Catilinae*, apresentando fortes reverberações no leitor contemporâneo pelo confronto entre os dois na Guerra Civil³⁹.

INVENÇÃO: A SELEÇÃO DO MATERIAL DE CADA DISCURSO

O discurso de César tal como apresentado por Salústio apresenta algumas diferenças importantes e significativas em relação às demais fontes. Em relação a Cícero, a diferença mais importante reside no fato de que a caracterização da proposta de César como severa, presente na quarta Catilinária e na carta a Ático de quinze anos depois, dificilmente se aplicaria ao César salustiano. Pelo contrário, há vários motivos para que a percepção do leitor seja a oposta, ou seja, a de um discurso brando: (1) o apelo do César salustiano, principalmente no exórdio de seu discurso, à ausência de paixões na tomada de decisão⁴⁰; (2) o apelo indireto, oblíquo do César salustiano à misericórdia⁴¹; (3) a caracterização do César salustiano como misericordioso⁴², na comparação com Catão feita em *Cat.* 54; (4) o contraponto, acentuado pelo número de oradores restrito a dois, ao discurso enérgico e rigoroso do Catão salustiano⁴³; (5) e, claro, a própria lembrança da política de clemência e misericórdia adotada por César durante e após a Guerra Civil.

Em relação a Suetônio, a divergência diz respeito ao efeito do discurso do César salustiano sobre seus colegas senadores. Para Suetônio, como vimos, o discurso de César teria provocado, nos senadores, enorme medo da reação posterior do povo contra a severidade da punição. Em si, isso não é incongruente com a apresentação de Salústio, já que o César salustiano faz observações nesse sentido⁴⁴. (1) No entanto, a maneira calma, prudente e argumentativa do discurso não condiz com uma reação emotiva tão forte como a descrita por Suetônio; e (2) a própria reação ao discurso de César tal como apresentada no *Bellum Catilinae* é diversa: em lugar do medo suetoniano, Salústio refere, com extrema concisão,

³⁹ Salústio escreve certamente depois dos Idos de Março, logo, depois da morte dos dois protagonistas do debate, como se depreende do verbo no passado (*fuere*) utilizado para caracterizar tanto Catão como César, em *Cat.* 53. 6.

⁴⁰ Sall. *Cat.* 51.1-4; 7; 13-14; 18.

⁴¹ Repare-se na sutileza da sugestão indireta da *misericordia*. Na *insinuatio* de 51. 1, César defende que se tome a decisão livre de paixões em geral, em pares de opostos, *odium x amicitia* e *ira x misericordia*. Em 51. 13, porém, o orador retira a misericórdia das paixões a serem evitadas, apresentadas agora por infinitivos: *studere x odisse*, mas... *irasci* sem par opositivo!

⁴² Sall. *Cat.* 54. 2: “Aquele [sc. César] tornou-se célebre pela brandura e misericórdia”.

⁴³ O contraste é explicitado na ironia de Catão em relação à proposta de César, em 52. 27: “que essa vossa brandura e misericórdia não se transforme em miséria, se [sc. os conjurados] pegarem em armas!”

⁴⁴ Sall. *Cat.* 51. 12-15.

apenas uma reação oral variada⁴⁵, muito distante, portanto, da reação emotiva descrita por Suetônio⁴⁶.

Plutarco oferece, nas três biografias em que aborda o debate, três versões diferentes, mas complementares, para a recepção do discurso de César. (1) Na Vida de Cícero, a ênfase recai sobre a sensatez da proposta e a habilidade do orador. Aqui, Plutarco está preocupado apenas com o impacto do discurso de César sobre Cícero, que, em sua quarta Catilinária, dera grande importância a sua proposta; (2) na Vida de César, Plutarco enfatiza a humanidade da proposta e a eloquência de César. Isso é condizente, é claro, com o aspecto moral de sua apresentação e sua ênfase no biografado; e (3) na Vida de Catão, enfim, Plutarco enfatiza, à maneira de Suetônio, o medo do povo que o discurso de César provocara nos demais senadores. Plutarco aponta em detalhe a resposta de Catão, que é enérgica e invectiva contra César.

Das três versões plutarquianas, as duas primeiras, que dão conta da sensatez da proposta, da habilidade oratória de César e de sua humanidade, são perfeitamente condizentes com o discurso do César salustiano. A terceira, a do medo, não é condizente pelos motivos observados no confronto com Suetônio.

O discurso de Catão tal como apresentado em Salústio apresenta duas grandes divergências em relação aos demais relatos: (1) a invectiva contra César e (2) a referência ao papel e ao discurso de Cícero.

(1) A invectiva contra César está presente em boa parte de nossas fontes. Encontra-se de maneira indireta em Veleio Patérculo, pelo fato de o historiador ter evitado sequer nomear César, como observado, apresentando a proposta do orador como proveniente de “outros”. Na mesma linha, quando parafraseia o teor do discurso, Patérculo fala da maneira inflamada como Catão lançou suspeitas sobre “todos” os que advogavam a brandura. Nas três versões de Plutarco, o biógrafo aponta o modo veemente do discurso de Catão e a invectiva contra César. Na versão da Vida de Catão, o biógrafo oferece uma longa paráfrase do discurso do Uticense: nela vemos o ataque à política popular de César, apresentada como demagógica, e à maneira de César discursar; as suspeitas que a posição de César causa nele, Catão; a observação da contradição entre sentir piedade e compaixão pelos conjurados e não por Roma. A versão de Apiano é bastante concisa, como visto: o teor do discurso de Catão é parafraseado apenas como uma revelação

⁴⁵ Sall. *Cat.* 52. 1: “Depois que César terminou seu discurso, os demais puseram-se a expressar sua concordância com um ou outro, de maneira diversa.”

⁴⁶ A reação ao discurso de Catão (53. 1), em contrapartida, pode ser caracterizada como uma explosão emotiva por parte dos senadores: “Depois que Catão se sentou, todos os consulares e, do mesmo modo, grande parte do Senado, elogiam sua proposta, exaltam aos céus sua bravura, censuram uns aos outros de covardes. Catão é considerado ilustre e grandioso; aprova-se o decreto do Senado tal como propusera.”

clara e aberta das suspeitas do orador contra César.

O discurso do Catão salustiano, em contrapartida, apesar de enérgico e patético, apresenta a suspeita contra César não de maneira veemente ou mesmo evidente, mas apenas indireta, no momento em que Catão refuta a proposta de distribuir os prisioneiros pelos municípios italianos (52. 16): “Por isso, não há dúvida de que este conselho é vão se teme algum perigo da parte deles; se, em meio a tamanho temor generalizado, apenas ele não tem medo, tanto mais é importante que eu tema por mim e por vós” (itálico nosso). A crítica ao modo de discursar de César, que se vê em Plutarco, aparece nesse mesmo passo, um pouco antes, e também de maneira concisa, discreta, indireta e irônica (52. 13): “Gaio César, há pouco, discursou bem e com arte, nesta Ordem, acerca da vida e da morte, julgando falso, creio eu, o que se conta das regiões infernais: que os maus, seguindo caminho diverso dos bons, deparam com lugares hediondos, repugnantes, terríveis e temíveis” (itálico nosso). É possível especular que Salústio tenha feito essa atenuação das críticas a César no discurso de Catão por parcialidade, em deferência ao ditador, mas isso não me parece muito provável, uma vez que o próprio narrador, antes do debate, já descartara como infundadas e como fruto de intrigas de inimigos as tentativas de incriminar César na conjuração⁴⁷. Com essa ressalva, mesmo que o Catão salustiano insistisse com veemência nas suspeitas contra César, o leitor já estaria premunido e devidamente informado. A meu ver, a motivação da seleção operada por Salústio parece ser outra: uma ênfase muito grande nessas suspeitas sobre as motivações e, em última instância, o caráter de César, arruinaria o confronto de virtudes opostas que observamos na síncri-se do capítulo 54.⁴⁸

(2) A referência ao papel e ao discurso de Cícero tem grande ênfase, como seria de se esperar, no próprio Cícero, na carta a Ático que analisamos. Mesmo desconsiderando o seu testemunho, porém, é preciso observar que outras fontes dão conta da referência a Cícero no discurso de Catão. Veleio Patérculo, por exemplo, enfatiza como uma das linhas-chave do discurso de Catão um elogio às

⁴⁷ Sall. *Cat.* 49. Cf. Vretska 1937: 213: “Die Angriffe auf Caesar bei seinem Weggehen waren in diesem Zusammenhang unbrauchbar, sie werden vorgezogen”; Last 1948: 362-363: “Notoriously, though he [sc. Sallust] makes mistakes, and among them one which possibly enures in some small degree to the benefit of Caesar [...], his account of the Catilinarian affair does not differ from that to be got from Cicero in any respect which would raise a suspicion that he was distorting the course of events or suppressing awkward facts in the interest of a thesis” (podemos observar, porém, que só é possível falar em erro quando se restringe a narração ao âmbito meramente histórico, descartando considerações de ordem retórico-literária); e MacKay 1962: “[...] we may still wonder whether those Romans who in 42 or 41 could swallow or applaud Caesar’s actions going back to 63, or whether those who disapproved of Caesar’s later career would think this ancient and infirm accusation added much to the enormity of his actions.”

⁴⁸ Cf. a explicação complementar de Drummond 1995: 74: “In view of our evidence that probably represents a significant toning down of the original: it was not the personal hostility of the two men that Sallust’s version sought to exemplify but their equal claims to *virtus*.”

virtudes do cônsul; em Apiano, a posição vencedora é apresentada como advinda da ação conjunta de Catão e Cícero.

O discurso do Catão salustiano, em contrapartida, sequer menciona o nome de Cícero⁴⁹. Ademais, em vez de louvar a virtude do cônsul, como no relato de Patérculo, o Catão salustiano faz uma contraposição forte entre sua própria postura, virtuosa, grave, rígida, sem concessões, e a de todos os outros senadores⁵⁰. Tal como no caso da atenuação da invectiva a César, é possível argumentar que a ausência da figura de Cícero no discurso catoniano deve-se à parcialidade de Salústio. No entanto, também aqui a explicação mais provável parece residir na coerência interna do discurso de Catão tal como construído pelo historiador. Apresentar um elogio à virtus de Cícero arruinaria a construção ética do discurso de Catão, pautada fortemente na diferença com todos os demais senadores, e, talvez mais importante ainda, tiraria boa parte da força da síncrise do capítulo 54.⁵¹

CONCLUSÃO

O entendimento da construção da sessão senatorial de 5 de dezembro de 63 a.C. operada por Salústio em seu *Bellum Catilinae* deve passar por um exame das demais fontes antigas que abordam o tema, de um lado, e pela consideração das necessidades internas da própria obra, de acordo com os critérios salustianos, de outro. As demais fontes apresentam uma gama de possibilidades verossímeis de apresentação; destas, apenas parte mostrava-se condizente com o projeto

⁴⁹ Curiosamente, o caráter de Cícero é elogiado no discurso de César, em 51. 19.

⁵⁰ Ao *uos* de 52. 5, por exemplo, relativo aos senadores indistintamente, apresentados como entregues aos prazeres e às casas, vilas, estátuas e pinturas, contrapõe-se o *ego* de 52. 7, censurador dos vícios alheios.

⁵¹ Com nossa hipótese, responderíamos à questão de maneira diferente da suposição de Last 1948: 363, que duvida da parcialidade de Salústio por outro motivo, a dizer, Salústio não teria tido necessariamente acesso à versão estenografada dos discursos: “There is only one point at which it is possible that Sallust laid himself open to conviction of tendentious misrepresentation; and there the suspicion cannot be confirmed. Velleius and Plutarch suggest that Cato’s speech in the Senate on 5 December contained remarks which cast doubt on Caesar’s loyalty; and no such remarks appear in the speech which Sallust puts into Cato’s mouth [...]. Now we know that Cicero had a team of members ready to take notes during the meeting of the Senate on 3 December, and it is not impossible that a similar lot was at work two days later: Plutarch at least records a story that the speech delivered by Cato on 5 December was the only one of his preserved — and that because Cicero had taken it down. If a full version of this had been readily accessible, and if it contained aspersions on Caesar, then by suppressing these offensive passages Sallust would have exposed himself to a very considerable risk of detection. But that a complete and authentic text of Cato’s remarks was available is for various reasons a somewhat rash assumption; and unless such a text was available, there is no place of which we know where Sallust laid himself open to documentary proof that he had suppressed or garbled evidence detrimental to Caesar which could easily be verified.” O pressuposto parece contraditório, já que, seguindo a sua linha, tampouco Veleio ou Plutarco teriam acesso, direto ou indireto, a documentação tão escassa.

moralizante da monografia de Salústio e com seu *modus scribendi* conciso e veloz. Assim, apresentar uma reconstrução do debate inteiro era incompatível com a praxe historiográfica em geral e com a escrita rápida e concisa de Salústio em específico; reelaborar o discurso de Cícero era, igualmente, incompatível com a praxe do gênero, de um lado, e com a elocução salustiana, de características fortemente anticiceronianas, de outro; dar grande ênfase às suspeitas levantadas por Catão sobre César, como apontado por várias fontes e, verossimilmente, presente no discurso efetivamente proferido em 5 de dezembro, colocaria em risco a apresentação de César e de Catão como os dois grandes homens virtuosos da época, observada na síncri-se do capítulo 54: em primeiro lugar, por apontar supostos vícios de César; em segundo lugar, por pressupor uma atitude viciosa do próprio Catão, já que, antes mesmo da apresentação do debate, o narrador já desmentira as acusações de participação na conjura feitas a César, atribuindo-as a inimizade e ódio pessoal. Igualmente, o elogio a Cícero que se vê em algumas fontes talvez fosse mais preciso do ponto de vista histórico, mas certamente arruinaria, uma vez mais, a apresentação de César e de Catão como os dois grande homens virtuosos da época. Por fim, a reação fortemente emotiva ao discurso de César, que vemos em Plutarco e Suetônio, não seria condizente com o ethos do César salustiano, pautado na crítica à submissão às paixões, positivas ou negativas, nas tomadas de decisão. Novamente, podemos dizer que talvez isso seja menos verídico do ponto de vista histórico, mas mais coerente do ponto de vista do conjunto da monografia, já que a postura contra as paixões do César salustiano espelha, de certa forma, a posição do próprio Salústio, no prólogo da obra⁵².

⁵² Sall. *Cat.* 1.

BIBLIOGRAFIA

- Brock, R. (1995), "Versions, 'Inversions' and Evasions: Classical Historiography and the 'Published' Speech", *PLILS* 8: 209-224.
- Broughton, T. R. S. (1936), "Was Sallust Fair to Cicero?", *TAPhA* 67: 34-46.
- Cape, Jr. R. (2002), "Cicero's Consular Speeches", in J. J. May (ed.), *Brill's Companion to Cicero — Oratory and Rhetoric*. Leiden, Boston & Köln, 113-158.
- Drexler, H. (1976), *Die Catilinarische Verschwörung — ein Quellenheft*. Darmstadt.
- Drummond, A. (1995), *Law, Politics and Power — Sallust and the Execution of the Catilinarian Conspirators*. Stuttgart.
- Dyck, A. (2008), *Cicero. Catilinarians*. Cambridge.
- Gabba, E. & Magnino, D. (2001), *Appiano. La Storia Romana. Libri XII-XVII. Le guerre civili*. Torino.
- Hardy, E. G. (1917), "The Catilinarian Conspiracy in Its Context: A Re-Study of the Evidence", *JRS* 7: 153-228.
- Hose, M. (1994), *Erneuerung der Vergangenheit — die Historiker im Imperium Romanum von Florus bis Cassius Dio*. Stuttgart & Leipzig.
- Lachenaud, G. & Coudry, M. (2014), *Dion Cassius. Histoire Romaine. Livres 36 & 37*. Paris.
- Last, H. (1948), "Sallust and Caesar in the 'Bellum Catilinae'", in *Mélanges de philologie, de littérature et d'histoire anciennes offerts à J. Marouzeau par ses collègues et élèves étrangers*. Paris, 356-369.
- Lintott, A. (2013), *Plutarch: Demosthenes and Cicero*. Oxford.
- MacKay, L. A. (1962), "Sallust's Catiline: Date and Purpose", *Phoenix* 16: 181-194.
- March, D. A. (1989), "Cicero and the 'Gang of Five'", *CW* 82: 225-234.
- Marincola, J. (2007), "Speeches in Classical Historiography", in J. Marincola (ed.), *A Companion to Greek and Roman Historiography*. Oxford, 118-132.
- Marincola, J. (2010), "The Rhetoric of History: Allusion, Intertextuality, and Exemplarity in Historiographical Speeches", in D. Pausch (ed.) *Stimmen der Geschichte — Funktionen von Reden in der antiken Historiographie*. Berlin & New York, 259-289.
- Mariotti, I. (2007), *Gaio Sallustio Crispo. Coniuratio Catilinae*. Bologna.
- Martinet, H. (1997), *C. Suetonius Tranquillus. Die Kaiserviten, De vita Caesarum — Berühmte Männer, De viris illustribus*. Düsseldorf & Zürich.
- McGushin. (1977), *C. Sallustius Crispus. Bellum Catilinae: A Commentary*. Leiden.

- Mendonça, A. da S. & da Fonseca, I. B. B. (2006), *César por Suetônio e Plutarco*. São Paulo.
- Miller, N. P. (1975), “Dramatic Speech in the Roman Historians”, *G&R* 22: 45-57.
- O’Gorman, E. (2007), “The Politics of Sallustian Style”, in J. Marincola (ed.), *A Companion to Greek and Roman Historiography*. Oxford, 379-384.
- de Pinho, S. T. (1974). Cícero. As Catilinárias. in A.A.V.V. *Cícero. As Catilinárias, Defesa de Murena, Defesa de Árquias, Defesa de Milão*. Lisboa & São Paulo.
- Ramsey, J. T. (2007), *Sallust’s Bellum Catilinae. Second Edition*. Oxford.
- Scatolin, A. (2018), *Salústio. A Conjuração de Catilina*. São Paulo.
- Shackleton Bailey, D. R. (1971), *Cicero*. London.
- (1966), *Cicero’s Letters to Atticus. Vol. V (48-45 B.C.), 211-354 (Books XI to XIII)*. Cambridge.
- Setaioli, A. (1976), “On the date of publication of Cicero’s Letters to Atticus”, *SO* 51: 105-120.
- Stone, M. (1999), “Tribute to a Statesman: Cicero and Sallust”, *Antichthon* 33: 48-76.
- Várzeas, M. (2010), *Plutarco. Vidas Paralelas*. Coimbra.
- Vretska, K. (1937), “Der Aufbau des *Bellum Catilinae*”, *Hermes* 72: 202-222.
- (1976), *Sallust. De Catilinae coniuratione*. Heidelberg.
- Yardley, J. C. & Barrett, A. A. (2011), *Velleius Paterculus — The Roman History*. Indianapolis & Cambridge.

LA REPRESENTACIÓN DE LOS ETRUSCOS EN *AB URBE CONDITA*.
UN ESTADO DE LA CUESTIÓN.
(Etruscan representation in *Ab urbe condita*. A state of the question.)

AGUSTÍN MORENO (UNC - CIECS)
(orcid.org/0000-0002-9277-4606)

RESUMEN: Este artículo plantea una revisión de la bibliografía sobre la representación de los etruscos en la obra de Tito Livio. El estado de la cuestión considera en, un primer momento, el estudio del tema en los trabajos de síntesis sobre la otredad étnica en la literatura latina y, en un segundo momento, se detiene en una lectura crítica de las investigaciones que han examinado el asunto específicamente en *Ab urbe condita*. Por último, se propone un modo diferente de abordar el tema a fin de complejizar su análisis.

PALABRAS CLAVES: Tito Livio – Etruscos – *Ab urbe condita* – Historiografía romana – Representación étnica

ABSTRACT: This essay presents a revision of the bibliography about Etruscan representation in the work of Livy. The state of the question considers first the analysis of the subject in works of synthesis about ethnic otherness in Latin literature, and, secondly, it provides a critical reading of the researches that have studied the theme specifically in *Ab urbe condita*. Lastly, it suggests a different way of addressing the matter.

KEYWORDS: Livy – Etruscans – *Ab urbe condita* – Roman Historiography – Ethnic Representation

1. La representación del otro¹ en *Ab urbe condita* (en adelante *AVC*) de Tito Livio es un tema que comenzó a recibir su debida atención a partir del libro de T. J. Luce, *Livy. The Composition of his History*, y, aún hoy, sigue siendo materia de discusión entre los especialistas. Actualmente, aunque se sigue aceptando que el historiador paduano presenta a los otros pueblos de forma estereotipada, se precisa que no debemos vincular este modo de describir al otro con un prejuicio particularmente titoliviano, pues las características que componen la mirada estereotipada de los otros en *AVC* no son fruto meramente de su percepción de esos otros. Esa representación guarda relación con la tradición geográfico-etnográfica grecorromana que le precede.² De este modo,

¹ Dada la riqueza de sentidos que abarca la idea de otro en el contexto romano, que puede hacer referencia a todo lo que se aparta del ideal de lo que debe encarnar un *vir*, vale aclarar que, en este artículo, su uso se limita a su sentido étnico.

² Así, por ejemplo, en el caso de los etruscos ya encontramos alusiones a los mismos antes de Tito Livio, en autores como Heródoto (I. 94), Píndaro (*P. I.* 72-80), Diodoro Sículo (5. 9, 40), etc., y también sabemos de la propaganda de los Dinoméidas de Siracusa, que buscaron

los estereotipos étnicos son, al mismo tiempo, elementos que proporcionan verosimilitud a la narración en una sociedad en la que dichos estereotipos son tomados como verdaderos. No obstante, esto no impide a Tito Livio -o a otro autor-, en ciertas ocasiones, limitar o rechazar cualidades que encuentra en el estereotipo de un pueblo determinado en la tradición. Estas correcciones resultarán creíbles para su audiencia, claro está, en la medida en que el narrador tenga éxito al presentarlas en su obra.³

Dentro de este debate, algunas representaciones de pueblos que encontramos en *AVC* han recibido más atención que otras. Un claro ejemplo del primer grupo es el de los galos, cuya caracterización en términos vinculados a la barbarie no desentona con el estereotipo de ellos que encontramos en la tradición anterior a Tito Livio.⁴ Uno de los casos más notorios del segundo grupo es el de los etruscos, que es el que nos interesa tratar aquí.

Es llamativo, al leer trabajos generales que tratan el tema de la otredad étnica en las fuentes literarias latinas, que en ellos no se dedique mucho espacio a los etruscos y eso en el caso en que se los considere dentro del catálogo de pueblos que tienen instituciones, costumbres o cualidades que se apartan del modelo romano en algún aspecto. ¿Acaso el énfasis puesto por algunos autores romanos y, más aún, por algunos investigadores modernos en las reminiscencias etruscas identificables en la sociedad y la cultura romanas han traído como consecuencia –involuntaria, tal vez– que las diferencias entre ambos pueblos, que señalan esos mismos autores romanos, pasen desapercibidas para aquellos que se han dedicado al estudio de la otredad?⁵

Esa invisibilidad de los etruscos en los libros de síntesis sobre el tema se hace notoria en dos de las últimas publicaciones más destacadas, que abordan la cuestión desde dos puntos de vistas diferentes: *The Invention of Racism in Classical Antiquity* de Benjamin Isaac y *Rethinking the Other in Antiquity* de Erich Gruen. El primero, que pone el acento en la opinión peyorativa que tenían griegos y romanos de los demás pueblos, no los menciona. El segundo sólo hace referencia a los arúspices, quienes eran consultados desde el siglo III a. C. con frecuencia por los romanos y fueron incorporados posteriormente en la estructura religiosa de Roma sin dejar de ser etruscos ni de responder a la tradición etrusca. Esta sucinta alusión está en consonancia con el planteo

cimentar una imagen hostil hacia los etruscos. Ver Sartori 1993: 92-93, Firpo 1997 y Bittarello 2009: 212-213, con más bibliografía. Es justamente retomando o relegando elementos que figuran en esas fuentes que Tito Livio hace su representación de los etruscos, que se diferencia de la que ofrece su contemporáneo Dionisio de Halicarnaso, quien toma otras elecciones.

³ Una revisión de las investigaciones sobre los estereotipos étnicos en *AVC* puede encontrarse en Levene 2010: 215-222.

⁴ Ver, por ejemplo, Kremer 1994: 17-80.

⁵ Un resumen de las tesis de una Roma etrusca o dominada culturalmente por los etruscos y una crítica a las mismas, encontramos en Cornell 1999: 184-208.

general propuesto en el libro, donde se resaltan los préstamos interétnicos y se defiende la presencia de una visión positiva del otro en el mundo antiguo; en otras palabras, una concepción multicultural.⁶

Antes de estos libros, John Percy Balsdon en su obra póstuma, *Romans and Aliens*, cita a los etruscos para referir elementos de su cultura que habían tomado los romanos o cuando trata un episodio en el que el pueblo etrusco o un personaje de dicho pueblo era citado por una fuente clásica. Sin embargo, Balsdon nunca lo hace con el objetivo de evidenciar una característica del estereotipo etrusco de la que se sirva un autor romano para resaltar una diferencia con su cultura –más precisamente, con el modelo de referencia dentro de la misma, el *vir*–.⁷

2. Esta escasez de alusiones a la temática de la otredad etrusca en las fuentes romanas que advertimos en las obras generales es igual de llamativa que la falta de trabajos sobre la materia basados específicamente en *AVC*. En nuestra búsqueda bibliográfica, sólo hemos encontrado dos trabajos que se detienen a analizar la cuestión en la obra de Tito Livio: *Le Barbare. Recherches sur la conception romaine de la barbarie et de la civilisation* de Yves-Albert Dauge de 1981, una excepción dentro de los trabajos de síntesis, y, especialmente, el artículo “The Construction of Etruscan ‘Otherness’ in Latin Literature” de Maria Bittarello de 2009, quien, si bien tampoco acota su análisis sólo al caso de Tito Livio, es quien más espacio le dedica de entre los trabajos que hemos encontrado. Por ello mismo, nos detendremos extensamente en éste, no sólo para resumir sus aportes, sino también para discutir algunas de sus afirmaciones.

Una mención aparte merece “Les étrusques chez Tite-Live” de R. Girod de 1971, puesto que no se detiene en la caracterización de los etruscos en *AVC*. Allí, el autor analiza la presencia de dicho pueblo en la narración de la primera década, con el fin de identificar la importancia implícita o explícita que se les confiere a estos en los primeros siglos de historia romana y en cuestiones políticas, religiosas o culturales romanas posteriores. Para ello, repasa diferentes pasajes de la obra de Tito Livio iluminando su significado a partir de cuestiones que han sido trabajadas en investigaciones modernas sobre los etruscos o a partir de información que nos proporcionan otras fuentes griegas y romanas. Su trabajo pretende por ese medio mostrar, a través del ejemplo de Tito Livio, la imagen que se hacían los hombres cultos de la época de Augusto de la grandeza pretérita de los etruscos y de su influencia en Roma.

⁶ Ver Gruen 2011: 347. Para más precisiones y críticas a estas propuestas de Isaac y Gruen, ver Moreno 2016: 15-18, 20-21.

⁷ No se entiende por qué Balsdon 1979: 139 incluye la lengua etrusca entre las denominadas bárbaras. El único pasaje que cita, Liv. 9. 36, señala que en el pasado los romanos eran educados en Etruria como, a fines de la República, lo eran en Grecia. Nada negativo se advierte allí. Ver Girod 1971: 249-250 y Heurgon 1961: 294-297.

Retomemos, entonces, los dos casos precedentes. El libro de Dauge examina la concepción romana de la barbarie en el período que va del 201 a.C. al 410 d.C., resaltando en su análisis el rol creador de una minoría romana. El autor presenta, a partir de una concepción que identifica con ésta, una mirada dicotómica del mundo cuyos polos son la civilización, ligada a la *humanitas* que sólo puede alcanzarse dentro de la comunidad romana, y la barbarie, dentro de la cual reconoce una gradación evolutiva que tiene como extremos opuestos la *feritas* y la *vanitas*.⁸ Dentro de este contexto, encontramos algunas páginas que se detienen a analizar especialmente la alteridad étnica en *AVC* y, en ellas, encontramos referencias a los etruscos.

Allí, el estudioso afirma que si bien los pueblos itálicos de los primeros libros de Tito Livio, entre ellos los etruscos, no son explícitamente denominados bárbaros, de todos modos, sí son caracterizados con cualidades propias de estos. La diferencia radicaría justamente en el hecho de que unos son itálicos y los demás no.⁹ Dauge pone el acento, asimismo, en las características orientales que Tito Livio atribuye tanto a campanos como a etruscos, quienes sobresalen por su *vanitas* y *luxuria*, aunque los pasajes que cita al respecto no reflejan tan claramente la cuestión que propone. Para respaldar lo primero, el autor cita el pasaje 4. 32. 12, donde Tito Livio pone indirectamente en boca de romanos enardecidos que van al choque en la batalla insultos dirigidos a fidenates y veyentes. A fin de apoyar su lectura de la presencia de *vanitas* y *luxuria* entre los etruscos en *AVC*, Dauge cita una serie de pasajes,¹⁰ en los que, en nuestra opinión, no se advierten esas características asociadas al pueblo etrusco. La única excepción podría ser 4. 58. 6 y ss., donde si bien la *vanitas* no es explícitamente mencionada, el lector puede considerarla implícitamente asociada a los veyentes en el pasaje.¹¹

Por su parte, Bittarello intenta poner de manifiesto la relación ambivalente que tenían los romanos con los etruscos, la que, afirma, fluctuaba entre el miedo y la admiración. En un primer momento, deteniéndose principalmente en las obras de Virgilio, Silio Itálico y en la de Tito Livio, demuestra que, si bien los poetas e historiadores emplean diferentes estrategias para llevar a cabo las representaciones, los *topoi* en los que las basan son los mismos. Ya al comienzo

⁸ Para más precisiones y críticas al trabajo de Dauge, ver Moreno 2016: 12-15.

⁹ Pace Cornell, quien afirma: "A finales del período republicano, la civilización etrusca les resultaba ya a los romanos extraña, misteriosa e incluso bárbara, y sólo vagamente eran conscientes de que en otro tiempo habían compartido una misma cultura con los etruscos." (1999: 205). Cornell cita Cic. *N. D.* 2. 11 y Liv. 7. 17. 3. Sin embargo, cabe hacer notar que, en el caso de Tito Livio, no se usa la palabra bárbaro (*barbarus*). En el primer caso, Cicerón emplea el término (*barbari*), pero en boca de Tiberio Graco, quien se ha dejado llevar por la ira. No obstante, el propio Cicerón introduce la anécdota señalando que se corrobora el saber de los arúspices etruscos y, luego, concluye la historia afirmando que Tiberio Graco escribe al colegio de augures para aceptar su error.

¹⁰ Ver Liv. 1. 34. 1 y ss., 46. 1 y ss., 2. 42. 9 y ss., 4. 58. 6 y ss., 5. 1. 1 y ss., 7. 15. 10, 9. 32. 1 y ss.

¹¹ Ver Dauge 1981: 172-173.

de su argumentación, señala que la compleja construcción que ofrecen los autores romanos de los etruscos tiene que ver con el empleo de *topoi* de origen griego sobre este pueblo y que las interpretaciones históricas que presentan los romanos eran parciales. La descripción estereotipada de los antiguos etruscos en los trabajos de historiadores romanos se origina, asevera la autora italiana, en un calculado y consciente intento realizado para marginar una civilización prestigiosa.¹²

No discutiremos aquí la reminiscencia griega en la construcción romana del otro, un tema señalado insistentemente en las últimas décadas en relación con la tradición etnográfica en la literatura grecorromana. Tampoco, el matiz romanocéntrico presente en estas fuentes, en las que se legitima una hegemonía presente de Roma, atribuyendo costumbres virtuosas a los romanos que han llevado a cabo la conquista de pueblos, cuyas cualidades difieren de las reivindicadas como romanas en mayor grado a medida que sus territorios se alejan de aquélla.¹³

Ahora bien, la acusación dirigida a escritores de la época de Augusto –y posterior– de intentar marginar la civilización etrusca no parece tener mucho asidero. ¿Qué propósito político, económico o cultural –en síntesis, propagandístico– tendría ello para alguien en el período augústeo y, específicamente, para Tito Livio? Bittarello afirma que el objetivo de dicha representación es oponer los etruscos al ideal romano de dicha época.¹⁴ Sin embargo, eso no parece condecirse, al menos, con lo que leemos en *AVC*.

Leyendo la obra del historiador paduano, vemos que éste identifica varios elementos apreciables en la propia Roma como de origen etrusco.¹⁵ Si esto no es suficiente reconocimiento a la influencia etrusca en Roma, el propio Tito Livio remarca en el libro 9 que, en el pasado, la cultura etrusca era tan estimada como la griega en su época.¹⁶ Inclusive, encontramos pasajes en los que reconoce el antiguo poderío etrusco en la península itálica.¹⁷ Esto no parece convenir con la marginalización de la que habla Bittarello, menos aún el reconocimiento que parece haber hecho a través de su investigación Claudio, discípulo de Tito Livio según Suetonio.¹⁸ Por supuesto que, para el período en que escribe Tito Livio, los

¹² Ver Bittarello 2009: 212-213.

¹³ Sobre la tradición etnográfica grecorromana ver, por ejemplo, Thomas 1982: 1-7 y López Ramos 2008: 259-306. Sobre la percepción del espacio a través de una cosmovisión etnocéntrica, que se define desde un centro espacial y cultural como una serie de círculos concéntricos, ver Tuan 2007: 45-46, 49-67.

¹⁴ Ver Bittarello 2009: 230. Para una visión diferente y no sólo dependiente de la lectura de lugares comunes en la literatura, ver Sordi 2008: 91-92.

¹⁵ Así, por ejemplo, los lictores, la silla curul, la toga pretexta (1. 8. 3) y el pomerio (1. 44. 4-5).

¹⁶ Ver 9. 36. 3, Heurgon 1961: 293-328 y Oakley 2005: 470-471.

¹⁷ Ver 1. 2. 5, 5. 33. 7-11, 54. 5 (en boca de Camilo).

¹⁸ Sobre la postura “moderadamente proetrusca o filoetrusca” de Tito Livio, ver Musti

etruscos ya hace tiempo que han sido incorporados al imperio romano. Pero de su decadencia no sólo tratan autores romanos, ya Diodoro Sículo contrasta a los valerosos tirrenos de antaño con los más blandengues de su época, si bien esto último puede tener sus raíces en obras de autores itálicos, en las que supuran las heridas producidas durante las guerras sociales.¹⁹

Al tratar sobre las características comunes que emplean escritores grecorromanos para representar a los etruscos, la investigadora italiana resume también aquellas que aparecen en *AVC* del siguiente modo:²⁰ en algunos pasajes los etruscos usan antorchas como armas contra los romanos, en otros son caracterizados como cazadores y saqueadores; y, en una ocasión, la situación militar se torna tan confusa que no se sabe a ciencia cierta si hay paz o guerra entre etruscos y romanos. Asimismo, en diferentes momentos de la obra se pone énfasis en la importancia de la caballería para los etruscos: en el período monárquico, se los caracteriza como caballeros; en la temprana República, se muestra a la caballería etrusca actuando valientemente frente a los romanos y se subraya que los romanos le hacen frente luchando a pie para poder derrotarla. Incluso, más adelante, sirviendo como auxiliares en las tropas romanas, los etruscos arriesgan en ciertas ocasiones y causan la derrota romana.²¹

Otra cualidad del pueblo etrusco que advierte Bittarello en la narración de Tito Livio es la cobardía, la que está presente en el episodio de Clelia, o en otras ocasiones en las que el temor los lleva a refugiarse dentro de sus murallas para no luchar contra los romanos, o en los casos en que los etruscos trataron de contratar a los galos como mercenarios contra Roma. Hasta se pone en boca de Camilo que los romanos superan a los etruscos en la guerra. Otras características etruscas son su opulencia,²² su comportamiento excesivo en las prácticas religiosas²³ y el dar complacencia a sus placeres sin mesura, prestando mucha atención a la vestimenta y al cuidado del cuerpo e, incluso, ambicionando el poder político.²⁴

1970: 22, 23, 149,153-154. El paduano no es el único autor del período de Augusto en dar una imagen favorable de los etruscos, también Virgilio y Propercio lo hacen. A este respecto, ver Rawson 1978: 139, 148, Nielsen 1984, Firpo 1997: 110-111 y Muse 2007. Sobre Tito Livio como tutor de Claudio: Suet. *Cl.* 41.

¹⁹ Ver D.S. 5. 40. 4 y la lectura respectiva de Firpo 1997, aceptada por Sordi 2008: 90. También Propercio (4. 10. 23-38) contrasta la antigua grandeza con la situación coetánea al tratar específicamente de Veyos.

²⁰ Este párrafo resume lo presentado por Bittarello 2008: 216-218.

²¹ Tito Livio (27. 26. 11, 27. 5) no dice que se arriesguen los etruscos, como afirma Bittarello, más bien lo hace Marcelo. Éstos en un momento determinado huyen y, por ello, el resto del grupo entra en pánico.

²² En este punto, la cita de Bittarello a Liv. 5. 21. 4 es incorrecta, el pasaje correcto es 5. 21. 14.

²³ En este punto, la cita de Bittarello a Liv. 39. 8. 1 es incorrecta, el pasaje correcto es 39. 9. 1.

²⁴ Bittarello 2009: 228-229 encuentra un ejemplo de las características negativas de los etruscos en *AVC* en los Tarquinios. Su ambición, pasión incontrolada y comportamiento

Por un lado, el resumen que ofrece Bittarello de los atributos con que Tito Livio caracteriza al pueblo etrusco y su posible conexión con los que emplean otros autores resulta útil para obtener ciertas conclusiones generales. Así, por ejemplo, la cuestión de la presencia implícita de la idea del origen asiático de los etruscos²⁵ o aquella otra sobre que los etruscos interviniendo en política romana parecen estar asociados a la posibilidad del regreso de la monarquía al gobierno y, por ello, se tendía a asociarlos con la figura del tirano Tarquinio el Soberbio.²⁶

Por el otro lado, sin embargo, notamos que las características citadas de AVC están sacadas del contexto narrativo en el que aparecen, algunas parecen, a nuestro juicio, mal interpretadas, y, asimismo, en ciertos casos la autora dejó de lado pasajes en los que se observan aspectos contrarios a los que ella propone identificar.

A continuación, nos detendremos en afirmaciones que resultan imprecisas consideradas en el marco de la obra de Tito Livio y que, tal vez, Bittarello realiza para conectarlas con imágenes virgilianas o porque coincidían con la información que aparece en la vida de Mecenas, Sejano y Otón, que analiza en la segunda parte de su artículo.

En lo que concierne a la práctica militar, vemos que el caso de los etruscos que se presentan blandiendo antorchas sólo ocurre en dos ocasiones, lo que no es muy representativo en el número de batallas que nos narra Tito Livio entre estos y romanos. Y, si bien en el pasaje del libro 4 Tito Livio enfatiza la sorpresa de los romanos ante ese extraño ejército que sale de Fidenas, en el libro 5 la sorpresa no parece tal y el propio autor aclara que no todos iban sólo con antorchas, otros iban armados. En esta segunda ocasión, Tito Livio narra que los veyentes emplearon tanto las antorchas como sus armas para destruir los manteletes romanos que eran empleados en el asedio. Igualmente, en esas menciones a gente empuñando antorchas, más que reconocer un arma particular empleada por los etruscos, varios investigadores han identificado referencias a ritos mágicos.²⁷

Asimismo, aunque los etruscos son presentados como saqueadores, no son los únicos a los que se asocia con la práctica. Pero, fundamentalmente, lo que cabe considerar no es tanto el saqueo como el objetivo que se persigue con el

excesivo son condenados en la obra, porque son aspectos que ponen en peligro la estabilidad política de Roma. Más allá de esta conclusión final, cabe señalar que la *ambitio* de Tarquinio Prisco difiere de la de Tarquinio el Soberbio. La *ambitio* del primero es la neutral “of the routine campaigning”, mientras que la del segundo es una puesta en práctica “in the service of tyranny.” (Penella 2004: 633).

²⁵ Ver Bittarello 2009: 219, 228. Sobre este punto, ver también Moreno 2017: 66, n. 23.

²⁶ La autora se refiere a Mecenas, Sejano y Otón en las obras de Tácito y Suetonio y los compara con los Tarquinius y Mezencio, quienes ponían en riesgo la estabilidad política de Roma (2009: 228-229).

²⁷ Ver Ogilvie 1970: 586, Girod 1971: 242-243 y Oakley 1998: 186.

mismo. Lo que apartaría a los etruscos en este aspecto de los romanos sería el realizar saqueos por el botín mismo, no como represalia ni como medio de atraer al enemigo al campo de batalla. En otras palabras, se presenta negativamente aquí una práctica militar que está por fuera de los canales institucionalizados.²⁸ De todos modos, para el caso de Tito Livio, esta cuestión bien puede hacernos pensar en una marca de la decadencia de los etruscos, que, anteriormente, habían alcanzado un poderío muy extendido y, luego, entraron en declive.²⁹ Además, cabe resaltar que los etruscos nunca son caracterizados explícitamente, como los ecuos o volscos,³⁰ con una mentalidad de saqueadores más que de conquistadores en *AVC*.

Tampoco la vinculación de los etruscos con la caballería parece tan arraigada. Tito Livio no relaciona la decisión de Tarquinio Prisco con su pasado etrusco.³¹ Además, vale aclarar, la caballería no es un elemento introducido por los etruscos en *AVC*; la misma había sido creada por Rómulo. También hay que remarcar que, así como en las ocasiones citadas por Bittarello la caballería etrusca desarrolla un buen papel, en otras varias ocasiones no se la nombra.³²

Igualmente, algunas referencias que menciona la autora sobre la cobardía etrusca son confusas.³³ El caso de Clelia, no parece ajustarse a la temática. Clelia escapa de los etruscos, no se enfrenta a ellos. En el pasaje 5. 33. 3-5, no se refiere que los etruscos llamaron a los galos para enfrentarse a Roma, sino que se narra un problema entre etruscos. En 10. 10. 7-12, tampoco es el miedo de los etruscos lo que hace aparecer en escena a los galos, más bien, los etruscos acceden a pagar a los bárbaros para detener sus ataques y les proponen

²⁸ Ver Garlan 1999: 18-22, Shaw 1991: 357-358 y Oakley 2004: 634. Sobre la práctica pirática etrusca, ver D.S. 5. 9, Str. 5. 2. 2 C 220 (con Firpo 1997: 108, n. 22), 3. 5 C 232, 6. 2. 2 C 267, Pallottino 1965: 105, 107-109, Dell 1967: 354-356, Gras 1976, Torelli 1996: 68-69 y Briquel 2008: 120 n. 20.

²⁹ Ver Liv. 5. 33. 7-10. Esto está en la misma línea que D.S. 5. 40. Asimismo, esta idea puede advertirse en la relación que los etruscos tienen con la riqueza y el lujo, marcas de decadencia.

³⁰ Ver Liv. 3. 7. 1.

³¹ No debemos olvidar la observación de Meyer, citada por Cornell 1999: 200, sobre que las fuentes no dicen que las innovaciones realizadas por los reyes de Roma tuvieran algo que ver con su origen étnico.

³² Así, v. gr. en el libro 2, tenemos una batalla en que es la caballería romana la que sobrepasa y arrolla a los etruscos por el flanco, sin que se mencione la caballería etrusca (2. 49. 11). En otra ocasión, la caballería romana dispersa rápidamente a los etruscos, nuevamente sin que se nombre a la caballería etrusca (2. 53. 3). Lo mismo se puede decir del pasaje 2. 43. 7, en el que la caballería romana derrota en el primer choque al enemigo, aunque, al parecer, el texto puede contener un error, dado que más adelante se dice que los ecuos eran los enemigos.

³³ Contrariamente, Walsh 1963: 109 afirma que, en *AVC*, los etruscos son difíciles de vencer. Esto podría estar en consonancia con lo que leemos en D.S. 5. 40. 4 y Prop. 4. 10. 23-38 y, asimismo, con aquello resaltado por Rawson 1978: 136 acerca del rol militar de muchos etruscos a fines de la República y la idea de *fortis Etruria* que menciona Virgilio.

ser aliados contra Roma. Pero las negociaciones no prosperan y los galos se retiran con el botín sin haber combatido. De todos modos, tampoco hay nada especial en que los etruscos paguen a los galos por no atacar. En el mismo capítulo, la noticia de que a la amenaza etrusca se suman los galos hace que los romanos tengan *terror* y rápidamente pacten una paz con el pueblo de Piceno. Finalmente, el pasaje 10. 2. 3 citado como ejemplo de que los etruscos por *timor* se encierran tras sus defensas para no batallar con los romanos, ¿ni siquiera trata sobre los etruscos!³⁴

Un último punto nos interesa señalar aquí: la aseveración de Bittarello sobre el comportamiento excesivo de los etruscos en las prácticas religiosas. Retomaremos para ello los pasajes que cita la investigadora. En el pasaje de Tanaquil en el que ella interpreta un presagio favorable para su esposo, Tito Livio alude a que ésta es una práctica común entre los etruscos, pero no dice nada peyorativo de la misma.³⁵ A ojos de un romano, el problema no estaría en la práctica religiosa en sí, sino en quien la lleva a cabo.³⁶

En el pasaje del comienzo del libro 5, tampoco vemos ningún comentario negativo sobre el modo etrusco de experimentar la religión. Justamente, Tito Livio remarca la impiedad que recayó sobre los veyentes por haber elegido como rey a una persona que había actuado impiamente durante la celebración de unos juegos, lo que llevó a que el resto de los etruscos se negaran a ayudarlos en la guerra contra Roma.³⁷ En palabras de Tito Livio: *Por ello, la nación, dada como ninguna otra a la observancia de los ritos religiosos tanto más cuanto que se distinguía en el dominio de su puesta en práctica, decidió que le debía negar ayuda a Veyos mientras prestase sumisión al rey.*³⁸ El historiador paduano claramente subraya de un modo positivo la forma etrusca de practicar la religión.³⁹ No se entiende por qué Bittarello señala una connotación negativa en la cita y contrasta la práctica etrusca mencionada por Tito Livio con la *pietas* romana.⁴⁰

³⁴ Por otra parte, se puede citar un caso, por ejemplo, en que los etruscos no se comportan de un modo para nada cobarde, aunque quieran aprovecharse de un momento de discordia interna en Roma (2. 44. 7-12, 46. 1-47. 9). Si bien en 2. 46. 5 se califica a los etruscos de *ignavissimos*, el término está puesto en boca de un cónsul que busca exhortar a sus hombres y, como leemos en el episodio, esa apelación no parece ajustarse al comportamiento etrusco durante la batalla. La victoria romana se debe a su superioridad militar, principalmente a la oposición del cálculo a la fuerza. Sobre *ignavia* como opuesto de *virtus*, ver Moore 1989: 12.

³⁵ Ver Liv. 1. 34. 9.

³⁶ Ver Ogilvie 1970: 144 y Santoro L'Hoir 1992: 88-90.

³⁷ Ver Liv. 5. 1. 4-5 y Ogilvie 1970: 632.

³⁸ *Gens itaque, ante omnes alias eo magis dedita religionibus quod excelleret arte colendi eas, auxilium Veientibus negandum donec sub rege essent decrevit.* (5. 1. 6). La traducción es de Villar Vidal y el texto latino, de Bayet.

³⁹ Así también lo considera, por ejemplo, Girod 1971: 242-250.

⁴⁰ Ver Bittarello 2009: 218. Sobre el uso de los términos *pietas* y *religio* afirma Moore:

El pasaje de las bacanales que Bittarello toma como ejemplo de lo excesiva que puede ser la manera etrusca de practicar la religión, que puede llegar a ser catalogada de enfermedad (*morbis*), parece, a nuestro juicio, un error de lectura. Tito Livio cuenta que las Bacanales eran un mal que se propagó de Etruria a Roma como una enfermedad contagiosa, pero en ningún momento dice que eran parte de la religión etrusca, tampoco les atribuye la creación de aquéllas a éstos, ni dice que la forma de ser de éstos favoreció su implantación. De hecho, subraya que la introducción de las Bacanales en Etruria se debió a un griego desconocido, que no tenía los conocimientos que su pueblo había difundido.⁴¹

De lo expuesto, podemos concluir que la opinión negativa que atribuye Bittarello a Tito Livio sobre la forma etrusca de practicar la religión no se ajusta del todo a lo que leemos en *AVC*.⁴² Incluso, los dos ejemplos que cita, en los que dos arúspices etruscos sin desearlo favorecen a los romanos, socavarían su afirmación, pues mostrarían el respeto de estos últimos por los conocimientos de los primeros en lo que atañe a la lectura de los signos divinos.⁴³ Asimismo, en ningún pasaje el historiador paduano se refiere a los etruscos como *superstitiosus* o a su práctica como *superstitio*.⁴⁴

3. Un primer punto que salta a la vista en los trabajos citados es que se considera al estereotipo etrusco que encontramos en *ACV* como un bloque monolítico, lo que una lectura más atenta de la obra de Tito Livio o, al menos, de los ejemplos seleccionados por los autores revisados arriba nos llevaría a dudar. En este punto, vale recuperar un trabajo muy importante publicado en 1970 por Domenico Musti, que parece haber sido pasado por alto últimamente. Allí, el sabio italiano estudia las narraciones de Tito Livio y Dionisio de Halicarnaso

“While *pietas* often corresponds to the English word “piety,” meaning proper attitude toward the gods, Livy uses the word only rarely in passages involving overt acts of worship or reverence, an area in which he prefers to use the word *religio*” (1989: 56-57. Ver también: 60 y 61). Si Bittarello interpreta negativamente el pasaje 5. 1. 6, lo mismo debería hacer con los pasajes en que Tito Livio resalta la piedad de los romanos de antaño: 43. 13. 1-2. Ver Briscoe 2012: 428-430.

⁴¹ Ver 39. 8. 3-9. 1.

⁴² Ver Bittarello 2009: 218-219, 230. Incluso, si tomamos el caso de los tarquienses que inmolaron a prisioneros romanos (7. 15. 10), no podemos considerarlo como la norma dentro de la religión etrusca. Hacerlo, sería como tomar el caso de Tulo Hostilio o el de Plemnio para juzgar la religión romana. En cuanto a la *Eneida*, un ejemplo contrario a lo que señala Bittarello es el de Tarcón. Ver Nielson 1984.

⁴³ Ver Bittarello 2009: 218, Liv. 5. 15, 21. También podemos observar esto en Liv. 1. 55. 6, 27. 37. 6.

⁴⁴ Sobre la aceptación de la extispicia o aruspicina etrusca entre los romanos y su integración a la religión estatal romana a fines de la República y comienzos del Principado ver, entre otros: Cic. *Har.* 61, Heurgon 1961: 280-283, 286-293, Rawson 1978 y Briquel 2008. El reconocimiento de los etruscos en ese campo, no sólo por los romanos, también es señalado por D.S. 5. 40. 2.

sobre la historia de Roma arcaica a fin de identificar las fuentes que usaron y la posición que cada uno defendía en su interpretación de los hechos y señala que, mientras Dionisio tenía una postura anti-etrusca, el historiador paduano defiende una posición “moderatamente proetrusca o filoetrusca”. Teniendo en cuenta este punto, Musti nota que esas cualidades negativas que se suelen tomar de *AVC* sobre los etruscos se circunscriben a un grupo dentro de ese estereotipo, el cual estaría compuesto por las ciudades más próximas a Roma: Veyos, Tarquinia y sus aliados.⁴⁵

Ahora bien, más allá de las discrepancias que hemos evidenciado con algunos aspectos del artículo de Bittarello, debemos reconocerle que es la primera investigadora –hasta donde hemos podido consultar, al menos– que trató la cuestión de la otredad etrusca en *AVC* con cierta profundidad. La recopilación de características vinculadas al estereotipo etrusco en la obra de un autor, su vinculación con otras referencias en la literatura latina y griega y la identificación de su valoración en el marco de la cultura romana del período específico en que la obra fue escrita es un trabajo fundamental para analizar la representación de una etnia por los romanos en un contexto determinado.

No obstante, no hay que ver este tipo de investigaciones como el último paso del análisis de la cuestión. Aunque, esos estudios proporcionan un marco a nuestro examen de la temática, debemos ser conscientes de que en ellos se toman características sacándolas del contexto narrativo en que están insertas en las fuentes. Ello puede hacernos incurrir en errores interpretativos. Una lectura más atenta de *AVC* pone de manifiesto que no es lo mismo que la información que tomamos de allí esté focalizada desde la perspectiva de un personaje, que que lo esté desde la de un determinado grupo o desde la del propio narrador.⁴⁶ Siguiendo esa línea de análisis, podemos reconocer que lo que se pone en boca de un personaje puede resultar equivocado, si se lo considera en el marco de un contexto narrativo mayor que el mero pasaje que hemos extraído del texto para realizar un inventario de características sobre un determinado pueblo.

En ese sentido, nos interesa plantear aquí que, para complejizar el análisis de la cuestión del otro en la obra de Tito Livio, sería más fructífero considerar los episodios como unidad de estudio. La presentación del material por Tito Livio en episodios (*Einzelersählungen*) es una cuestión aceptada hoy por los investigadores. Este aspecto fue identificado en la obra, primeramente, por Kurt

⁴⁵ Ver Musti 1970: 124, 140 y 141-142 y también Horsfall 1987: 101-102. Gagé 1928: 125, 129 señala que esa enemistad de veyentes y tarquinienses con Roma sería la razón por la que dichas ciudades no fueran mencionadas en el catálogo de las fuerzas etruscas que acompañan a Eneas, ni tampoco en el resto de la *Eneida*. Ver asimismo Muse 2007: 600 n. 56.

⁴⁶ Sobre focalización ver Genette 1972: 203-223. Sobre la importancia de considerar quién habla en *AVC*, ver Moore 1989: 157-159.

Witte en 1910 y fue retomado y corregido en 1934 por Erich Burck, quien precisó que la narración no era una sucesión de episodios sin unión como sostenía Witte, sino que había una continuidad narrativa y los episodios formaban parte de estructuras mayores dentro de la obra. No es posible hacer una definición precisa de estas unidades narrativas, pues no son homogéneas y su extensión es muy variable, desde algunos pasajes en un capítulo hasta varios capítulos.⁴⁷ De todos modos, estos episodios resultan por su extensión unidades temáticas fáciles de manejar.

Trabajar con marcos episódicos implica reconocer a los estereotipos étnicos como parte integrante de los elementos retóricos instrumentalizados por Tito Livio para construir la interpretación que quiere proponer sobre una cuestión de la historia romana a su audiencia. De ese modo, los trabajos como el de Bittarello nos ofrecen información relevante para identificar qué cualidades del estereotipo etrusco, por ejemplo, se encuentran reproducidas explícita o implícitamente en el episodio y cuáles no, reconocer características contrarias a las esperadas y advertir desde qué punto de vista están focalizadas éstas o aquéllas en *ACV*. A partir de allí, cabe aclarar que trabajar con marcos episódicos nos obliga a examinar la cuestión del otro en relación con otros elementos que figuran en ese contexto y no verlo de modo aislado. De este modo, para lograr un análisis riguroso, el investigador debe reconocer qué es lo que Tito Livio está discutiendo en el episodio concreto que es objeto de estudio.⁴⁸

4. En conclusión, nuestra revisión bibliográfica sobre el estereotipo etrusco en la obra de Tito Livio ha puesto de manifiesto la poca atención que ha recibido el tema y, por consiguiente, la necesidad de ahondar en los estudios sobre la cuestión.⁴⁹ Con este fin, abogamos por continuar con la discusión sobre el valor que atribuían los romanos a las características que asociaban con dicho pueblo, lo que hemos hecho, por ejemplo, al tratar los trabajos de Dauge y, especialmente, de Bittarello. Asimismo, hacemos hincapié, retomando los aportes de Musti, en la importancia de identificar los casos particulares dentro del estereotipo etrusco que presenta Tito Livio en *AVC*.

Finalmente, si bien reconocemos la relevancia de este tipo de estudios, consideramos que la investigación del tema no debe concluir allí, sino, más bien, que ello debe ser un primer paso dentro de un análisis más ambicioso. En ese sentido, los episodios en que divide su obra Tito Livio pueden resultar contextos

⁴⁷ Ver Walsh 1963: 178-181, Ogilvie 1970: 18-20 y *passim*, Luce 1971: 266-267, 1977: XVII-XVIII, 25-28, 220-221, Lipovsky 1981: 6-14, Sierra 2006: 93-94, 97-99, von Albrecht 1997: 778-779, Kraus 1998: 12, Oakley 2004: 125-128; 2007: 493, Kraus y Woodman 1997: 61.

⁴⁸ Para un ejemplo de este tipo de análisis, ver Moreno 2017b.

⁴⁹ Bittarello 2009: 233 también señala esta cuestión para el caso de la literatura latina en general.

narrativos acotados y, por ello, relativamente fáciles de manejar para examinar el uso retórico del estereotipo etrusco. Es en ese marco en que el historiador paduano reflexiona sobre determinados temas (*libertas, virtus, etc.*) que cobra relevancia qué características cita y cuáles deja fuera de entre las que componen el estereotipo y, no menos importante, desde qué perspectiva están focalizadas en la narración.

FUENTES

- Livy. Vol. XI, Books XXXVIII-XXXIX. Translation by E. T. Sage. London, 1936.
- Tito Livio, *Historia de Roma desde su fundación*. T. I, libros I-III, introducción general de Á. Sierra, traducción y notas de J. A. Villar Vidal, Madrid, 2006, 2ª ed.
- Tito Livio, *Historia de Roma desde su fundación*. T. II, libros IV-VII, traducción y notas de J. A. Villar Vidal, Madrid, 2001.
- Tito Livio, *Historia de Roma desde su fundación*. T. VII, libros XXXVI-XL, traducción y notas de J. A. Villar Vidal, Madrid, 1993.
- Tite-Live. *Histoire Romaine*. T. I, Livre I. Texte, notes et introduction de J. Bayet et traduit par G. Baillet. Paris, 1958, 6a ed.
- Tite-Live. *Histoire Romaine*. T. V, Livre V. Texte établi par J. Bayet et traduit par G. Baillet. Paris, 1964, 2a ed.

BIBLIOGRAFÍA

- Balsdon, J. V. P. D. (1979), *Romans and Aliens*. Chapel Hill.
- Bittarello, M. B. (2009), “The construction of Etruscan ‘otherness’ in Latin literature”, *G&R* 56.2: 211-233.
- Briquel, D. (2008), “Il ruolo della componente etrusca nella difesa della religione nazionale dei Romani contro le *externae superstitiones*”, in Urso, G. (ed.). *Patria diversis gentibus una? Unità politica e identità etniche nell’Italia antica*. Pisa, 115-133.
- Briscoe, J. (2012), *A Commentary on Livy. Books 41-45*. Oxford.
- Cornell, T. J. (1999), *Los orígenes de Roma c. 1000-264 a. C. Italia y Roma de la Edad del Bronce a las guerras púnicas*. Barcelona.
- Dauge, Y.-A. (1981), *Le Barbare. Recherches sur la conception romaine de la barbarie et de la civilisation*. Bruxelles.
- Dell, H. J. (1967), “The origin and nature of Illyrian piracy”, *Historia* 16.3: 344-358.
- Firpo, G. (1997), “Posidonio, Diodoro e gli Etruschi”, *Aevum* 71.1: 103-111.
- Gagé, J. (1928), “Les Étrusques dans l’*Enéide*”, *Mélanges d’archéologie et d’histoire* 45.1: 115-144.
- Garlan, I. (1999, 3a ed.), *La guerre dans l’Antiquité*. Paris.
- Genette, G. (1972), *Figures III*. Paris.
- Girod, R. (1971), “Les Étrusques chez Tite-Live”, *Caesarodunum* 6: 225-252.
- Gras, M. (1976), “La piraterie tyrrhénienne en mer Égée : mythe ou réalité ?”,

in *L'Italie préromaine et la Rome républicaine : mélanges offerts à Jacques Heurgon*. Roma, 341-370.

- Gruen, E. S. (2011), *Rethinking the Other in Antiquity*. Princeton and Oxford.
- Heurgon, J. (1961), *La vie quotidienne chez les Étrusques*. Paris.
- Horsfall, N. (1987), "Corythus re-examined", in Bremmer, J. N. y Horsfall, N. (eds.), *Roman Myth and Mythography*. London, 89-104.
- Isaac, B. (2006, 2a ed.), *The Invention of Racism in Classical Antiquity*. Princeton.
- Kraus, C. S. (1998, 2a ed.), *Livy. Ab Vrbe Condita. Book VI*. Cambridge.
- Kraus, C. S. y Woodman, A. J. (1997), *Latin historians*. Glasgow.
- Kremer, B. (1994), *Das Bild der Kelten bis augusteische Zeit: Studien zur Instrumentalisierung eines antiken Feinbildes bei griechischen und römischen Autoren*. Stuttgart.
- Levene, D. S. (2010), *Livy on the Hannibalic War*. Oxford.
- Lipovsky, J. P. (1981), *A historiographical study of Livy: books VI-X*. New York.
- López Ramos, J. A. (2008), "Excursus, etnografía y geografía: un breve recorrido por la tradición historiográfica antigua (de Heródoto a Amiano Marcelino)", *Nova Tellus* 26.1: 259-319.
- Luce, T. J. (1971), "Design and structure in Livy: 5.32-55", *TAPhA* 102: 265-302.
- Luce, T. J. (1977), *Livy. The Composition of his History*. Princeton.
- Moore, T. J. (1989), *Artristry and ideology: Livy's vocabulary of virtue*. Frankfurt am Main.
- Moreno, A. (2016), "La otredad étnica en las fuentes literarias romanas: un pequeño recorrido bibliográfico y algunos aportes", *De Rebus Antiquis* 6.6: 1-28.
- Moreno, A. (2017), "Reflexiones en torno al uso del motivo de *Iliupersis* en la narración titoliviana de la caída de Veyos", *Nova Tellus* 35.1: 59-85.
- Moreno, A. (2017b), "La caída de Veyos y las particularidades veyentes dentro del estereotipo etrusco en *Historia de Roma* de Tito Livio", *Praesentia* 18: 1-19.
- Muse, K. (2007), "Sergestus and Tarchon in the Aeneid", *QC* 57.2: 586-605.
- Musti, D. (1970), "Tendenze nella storiografia romana e greca su Roma arcaica: studi su Livio e Dionigi d'Alicarnasso. *QUCC* 10: 3-159.
- Nielsen, K. P. (1984), "Tarchon Etruscus: Alter Aeneas", *Pacific Coast Philology* 19: 28-34.
- Oakley, S. P. (1998), *A commentary on Livy. Books VI-X. Volume II: Books VII-VIII*. Oxford.
- Oakley, S. P. (2004, 2a ed.), *A commentary on Livy. Books VI-X. Volume I: Introduction and Book VI*. Oxford.

La representación de los etruscos en *Ab urbe condita*. Un estado de la cuestión.

- Oakley, S. P. (2007, 2a ed.), *A commentary on Livy. Books VI-X. Volume IV: Book X*. Oxford.
- Ogilvie, R. M. (1970, 2a ed.), *A Commentary on Livy. Books 1-5*. Oxford.
- Pallottino, M. (1965), *Etruscologia*. Buenos Aires.
- Penella, R. J. (2004), "The *Ambitio* of Livy's Tarquinius Priscus". *CQ* 54.2: 630-635.
- Rawson, E. (1978), "Caesar, Etruria and the *Disciplina Etrusca*", *JRS* 68: 132-152.
- Santorio L'Hoir, F. (1992), *The rhetoric of gender terms. 'man', 'woman', and the portrayal of character in Latin prose*. Leiden.
- Sartori, F. (1992), "Agrigento, Gela e Siracusa: Tre tirannidi contro il barbaro", in Braccisi L. y De Miro, E. (eds.), *Agrigento e la Sicilia greca*. Atti della settimana di studio, Agrigento 2-8 maggio, 1988. Roma, 77-93.
- Shaw, B. D. (1991), "El bandido", in Giardina, A. (ed.). *El hombre romano*. Madrid, 351-394.
- Sordi, M. (2008), "Il paradosso etrusco: il "diverso" nelle radici profonde di Roma e dell'Italia romana", in Urso, G. (ed.), *Patria diversis gentibus una? Unità politica e identità etniche nell'Italia antica*. Pisa, 89-97.
- Thomas, R. F. (1982), *Lands and peoples in Roman poetry. The ethnographical tradition*. Cambridge.
- Torelli, M. (1996), *Historia de los etruscos*. Barcelona.
- Tuan, Y.-F. (2007), *Topofilia. Un estudio de las percepciones, actitudes y valores sobre el entorno*. Tenerife.
- von Albrecht, M. (1997), *Historia de la literatura Romana. Desde Andrónico hasta Boecio*. Vol. I. Barcelona.
- Walsh, P. G (1963, 2a ed.), *Livy. His historical aims and methods*. Cambridge.

**SI REPARATA DICI POTEST LIBERTATE DEPOSITA:
AUGUSTO E A DECADÊNCIA DE ROMA NA HISTÓRIA AUGUSTA
(*Si reparata dici potest libertate deposita: Augustus and the decadence of
Rome in the Historia Augusta*)**

MOISÉS ANTIQUEIRA

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6377-030X>

RESUMO: É bem conhecido o fato de que o anônimo autor da *História Augusta*, conjunto de biografias imperiais datada do final do século IV, não elaborou uma biografia acerca do primeiro *princeps* romano, Augusto. A despeito disso, a tradição manuscrita supérstite, que se inicia com Adriano e se encerra com Caro e seus filhos, contém várias passagens relativas a Augusto, em especial aqueles que concernem às listas canônicas de “bons imperadores”, à sucessão imperial e às relações entre imperadores e o Senado romano. Em meu entender, a *História Augusta* apresenta Augusto e seu principado como uma síntese das imperfeições que a narrativa vincula à história imperial como um todo, em meio aquilo que Mathias Haake (2015) define como “padrão antimônárquico” que singulariza a perspectiva histórica defendida pelo ignoto autor.

PALAVRAS-CHAVE: *História Augusta*; imperador Augusto; historiografia tardo-antiga; discurso antimônárquico; decadência de Roma.

ABSTRACT: It is a well-known fact that the anonymous author of the *Historia Augusta*, a late fourth-century collection of imperial biographies, did not compose a biography about the first Roman *princeps*, Augustus. Despite of that, the surviving textual tradition, beginning with Hadrian and ending with Carus and his sons, contains several passages on Augustus, especially those concerning some canonical lists of “good emperors”, the imperial succession and the relationship between emperors and the Roman Senate. In my view, the *Historia Augusta* presents Augustus and his principate as a summary of the shortcomings the narrative links to the course of imperial history, an approach related to something Mathias Haake (2015) describes as an “antimonarchic pattern” that distinguishes the historical perspective formulated by the unknown author.

KEYWORDS: *Historia Augusta*; emperor Augustus; Late Antique historiography; anti-monarchic discourse; decadence of Rome.

Início este texto remetendo-me a Ronald Syme. Certa vez, ele definiu a *História Augusta* (doravante HA) como “a garden of delights, with abundant refreshment”¹. Inúmeros pesquisadores há muito revolvem tamanho jardim – pelo menos desde 1889, quando Hermann Dessau argumentou que a obra havia

¹ Syme 2001 (1968): 4.

sido elaborada por apenas um único autor, ao contrário daquilo que se lê no próprio texto, que assinala um total de seis biógrafos como os responsáveis pela redação da narrativa supérstite, a qual contempla uma série de *vitae* que se inicia com o imperador Adriano e finda com Caro e seus dois filhos, Carino e Nume-riano.

Assim sendo, em que pese a enorme quantidade de trabalhos produzidos acerca da *HA*, julgo que a análise de aspectos marginais que se observam na narrativa pode contribuir para o debate historiográfico a respeito da obra, porquanto tais elementos possam desvelar traços estruturantes que conferem unicidade ao conjunto das biografias, à maneira do que autores como Stéphane Ratti propõem². No entanto, é preciso registrar a existência de estudos anteriores focados nas representações que a *HA* oferece a respeito de Augusto, a começar pelo texto que Rudolf von Haehling produziu ainda nos meados dos anos 1980³. Recentemente, Nelu Zugravu⁴ e Rajko Bratož⁵ elaboraram trabalhos referentes às diferentes maneiras pelas quais Augusto foi apresentado em várias narrativas históricas tardo-antigas, incluindo (embora de forma mais pontual) a *HA*.

Nossa investigação, portanto, segue uma trilha já aberta por tais estudiosos. Porém, o foco não recai sobre todos os trechos da *HA* que abordem, direta ou indiretamente, a figura de Augusto. Antes, a intenção é a de problematizar quais os possíveis significados atribuídos às ações do *princeps* no que tange a questões que perpassam as biografias, como são os casos da sucessão imperial, da relação entre os imperadores e o Senado (da cidade) de Roma e, em particular, do papel conferido a Augusto no decurso da própria história romana.

Para tanto, não é possível privilegiar uma ou outra das *vitae* que integram a *HA*. Nossa proposta implica uma abordagem panorâmica, que leva em conta passagens que se notam em várias das biografias. Neste caso, cabe ressaltar que tomo por princípio a ideia de que a *HA* deriva dos esforços ensejados por um único sujeito, de orientação pagã, durante os meados da década de 390 – muito embora se faça necessário reconhecer que a questão da multiplicidade ou não da autoria não desfrute de consenso⁶. Do mesmo modo, não nutro pretensão alguma

² Ratti 2012: 48.

³ Vide o estudo de Haehling intitulado “Augustus in der *Historia Augusta*”, publicado em 1985 como parte integrante da coletânea que reuniu as pesquisas divulgadas nos *Historia Augusta Colloquia* realizados em 1982-1983. Infelizmente, não foi possível consultá-lo para a redação do presente capítulo.

⁴ Zugravu 2014.

⁵ Bratož 2015.

⁶ Daniël den Hengst sustenta a ideia de que a moderna crítica historiográfica sobrevaloriza os vestígios que favorecem a perspectiva de um autor singular, em detrimento de outros que dariam sustentação ao ponto de vista contrário. Para tanto, ver Hengst 2010 (2002): 181. Igualmente, Jean-Pierre Callu afirma que o corpo principal da narrativa teria se encerrado com os acontecimentos do ano de 238. Assim, as biografias destinadas aos governantes posteriores àquela data, atribuídas aos nomes de Trebélia Polião e de Flávio Vopisco, teriam

no que concerne à análise das eventuais fontes que haviam sido consultadas pelo desconhecido autor no que se refere a Augusto. Posto isto, para cumprirmos com os objetivos elencados no parágrafo anterior, dividiremos o capítulo em duas partes. A primeira oferece uma chave de leitura quanto à estrutura da *HA*, pautada sobre uma reflexão que enfatiza a noção de “mithistória”, tal como empregada na própria narrativa. Em um segundo momento, explorar-se-á os potenciais sentidos conectados à figura de Augusto no interior do texto.

MITHISTÓRIA: AS VERDADES DA *HA*

No geral, não há grande dificuldade em se separar os gêneros da prosa histórica greco-latina: a princípio, a “biografia” se ocupava das ações e do caráter de determinados personagens, via de regra tomados como exemplares. Em sua pluralidade de formatos, a “história” se encarregaria da narrativa dos acontecimentos que, por seu turno, dissessem respeito a um dado povo ou tipo de sociedade. No entanto, atualmente tornou-se corrente a ótica de que a escrita sobre o passado durante a Antiguidade romana seria caracterizada por certa indistinção (na prática, se não em teoria) entre *historia* e *vita*. Logo, as diferenciações entre os gêneros discursivos seriam menos efetivas do que se poderia supor ou do que apregoavam as formulações teóricas que os antigos nos legaram⁷.

O esvaecimento das fronteiras entre história e biografia ampliou-se ainda mais ao final do século IV, período em que a *HA* provavelmente foi composta. A razão para tanto se encontra no fato de que “l’impérialisation de l’historiographie”⁸ consistia em processo há muito consolidado. Ou seja, a cultura histórica romana passou, a partir de Augusto, a se confundir com o poder imperial, estimulando assim a personalização da narrativa. Ao mesmo tempo, a duração do reinado de cada imperador tornar-se-ia a unidade cronológica sobre a qual se alicerçava a inteligibilidade da diferença temporal, algo que aproximava ainda mais a história da biografia. Para estudiosos como Eugen Cizek, à época do Principado já teria ocorrido um esgarçamento da própria acepção de *historia*, por meio do qual o formato biográfico passou a ser concebido como “história”⁹. A *HA* não daria senão mostras disso, ao (jocosamente) assegurar que procederia de modo assimilável ao de *alios annalium scriptores* (*HA. Aurel. 17. 1*) ou quando rotula o historiador Tácito como *scriptorem historiae Augustae* (*HA. Tac. 10. 3*).

sido redigidas em algum outro momento e, por conseguinte, incorporadas à estrutura original da *HA*. Logo, o texto supérstite teria sido escrito em várias etapas, quicá empreendido por número proporcional de autores. Ver Callu 2014: 168.

⁷ Kraus 2010: 405.

⁸ Inglebert 2010: 102.

⁹ Cizek 1985: 20.

O caso envolvendo a *HA*, porém, guarda muitas peculiaridades. Quer a definamos como uma “falsificação” ou uma “impostura”, fato é que contempla um sem-número de informações inverídicas, de documentos que jamais existiram e de remissões a autores que foram pura e simplesmente inventados. Anthony Birley, por exemplo, destaca o baixíssimo percentual de dados concretos, factíveis, arrolados na maioria das *vitae*, como no caso da *Vida de Tácito* (15.3 por cento) ou da *Vida de Diadúmeno* (Diadumeniano), com cifra na casa de míseros 5 por cento do total de informações apresentadas nessa fração da obra¹⁰.

Não é de surpreender que, diante de um autor que zomba da *fides* histórica – talvez em *HA. Aurel. 2. 1-2* nos deparemos com a passagem mais saliente em relação a tal artifício¹¹ – parte dos estudiosos superdimensiona o caráter literário e retórico das biografias. No entender do já citado Syme (1971: 285), a *HA* se confundia com “a romance with plain didactic purpose”, argumentando que equivaleria a uma “história ficcional”¹². Tamanha postura é levada ao extremo em trabalho recém-publicado: David Rohrbacher (2016: 3) assegura que grande parcela das passagens inventadas no texto resultava de alusões feitas a outros escritores (em especial Suetônio, Amiano Marcelino e Jerônimo), de maneira que “the identification of these allusions [...] is one of the primary purposes for which the work was created”. Sendo assim, averiguadas tais alusões em seu conjunto, constatar-se-ia a ausência de “an overarching political or religious agenda”¹³.

Entretanto, é salutar que reflitamos sobre a *HA* a partir de outros vieses. Para tanto, recorro a Tzvetan Todorov e os usos da noção de verdade na escrita da história e na literatura. Afirma-se que todo texto historiográfico lida com duas facetas do conceito, quais sejam, a “verdade-adequação” e a “verdade-desvendamento”. A primeira se refere ao plano da facticidade, isto é, a algo que necessariamente ocorreu ou não, sem que haja maior possibilidade de contestação; por sua vez, a segunda remete a zonas cinzentas, relativas à aspiração de se “desvendar a natureza de um fenómeno (sic), não a estabelecer factos (sic)”¹⁴. À narrativa historiográfica compete, pois, conciliar ambos os sentidos da ideia de verdade, ao passo que a literatura se fia geralmente no segundo desses dois aspectos.

¹⁰ Birley 2006: 23.

¹¹ Em meio a mais uma de suas invenções, o autor da *HA* reporta um diálogo entre o “biógrafo” Flávio Vopisco e Júnio Tiberiano, prefeito da cidade de Roma entre 303 e 304. Diz-se que, “no que se refere à história, não há quem não tenha mentido”, axioma que valeria igualmente para historiadores como Salústio, Tito Lívio ou Tácito (*HA. Aurel. 2. 1*). Diante disso, Tiberiano exorta Vopisco com as seguintes palavras: “Escrevas [...] como quiser. Estás seguro por conta do que desejes dizer, pois haverás de ter como companheiros no engodo aqueles historiadores (*historicae... auctores*) a quem admiramos por conta da eloquência” (*HA. Aurel. 2. 2*).

¹² Syme 1971: 285.

¹³ Rohrbacher 2016: 3.

¹⁴ Todorov 1992: 128.

Pois bem. Penso que o ignoto autor da *HA* toca nessa dupla significação da verdade a partir do emprego do termo “mithistória”, acerca do qual não existem outras ocorrências em meio à literatura grega ou latina. Assim, em *HA. Macr.* 1. 1 e 1. 3-5, lemos que:

“As vidas de tais imperadores, os usurpadores ou Césares que não reinaram por longo tempo, permanecem obscuras, porque nada há em suas vidas privadas que mereça ser narrado – nada saberíamos a respeito deles se não tivessem aspirado ao império – e não se pode falar muito sobre seus reinados, porque foram efêmeros. Vamos expor, contudo, as informações que descobrimos em diversos historiadores, e serão aqueles fatos dignos de serem mencionados. [...] É assim que Júnio Cordo dedicou-se a publicar as vidas de imperadores que ele considerava os mais desconhecidos, mas não teve muito resultado, pois ele encontrou somente poucas informações, que não mereciam passar à posteridade. Ele afirmava que os detalhes mais ínfimos deviam ser expostos, como se nos importasse saber, mesmo a respeito de um Trajano, de um Antonino Pio ou um Marco, quantas vezes eles apareceram em público, em que momento modificaram seu regime alimentar, quando trocaram de roupa ou a quem, e em qual ocasião, eles concederam promoções! Andando atrás de todas estas ninharias e narrando-as, ele encheu livros com mithistórias (*libros mythistoriis replevit*), embora sobre assuntos insignificantes nada se devesse escrever, ou muito pouco, desde que eles permitam conhecer o caráter, que é o que realmente interessa conhecer – mas somente em parte, para que deles se possa inferir o restante”¹⁵.

O trecho estabelece uma espécie de declaração programática, em que se atestava quais seriam os fatos que competiriam ao biógrafo narrar e aqueles que, pelo contrário, não passariam de “ninharias” (*rerum vilium*), nas quais Júnio Cordo – um dentre os tantos nomes inventados na *HA* – teria se apoiado. Todavia, na medida em que a principal função da biografia seria a de dar a conhecer o caráter dos *purpurati*, argumenta-se que até mesmo as minúcias possuem relevância, propiciando ao leitor a possibilidade de formular ajuizamentos a respeito dos imperadores¹⁶.

Ora, mesmo um leitor incauto não deixaria de observar que a prática que se atribui a (e se condena em) Júnio Cordo caracteriza, ironicamente, a própria *HA*, sobretudo nos casos envolvendo as vidas dos usurpadores e, após o ano de

¹⁵ O termo se repete na *Quadriga de Tiranos (HA. Quad. Tyr. 1.2)* em um passo no qual define-se o biógrafo Máximo – personagem real, que escreveu durante as primeiras décadas do século III – como “o homem mais prolixo de todos, que se embarçou em volumes inteiros de mithistória (*qui et mythistoricis se voluminibus implicavit*)”. Nos casos específicos dos trechos em que aparece a palavra “mithistória”, utilizo-me das traduções oferecidas por Maria Luiza Corassin (2001: 10-11). As demais traduções são de minha responsabilidade.

¹⁶ Corassin 2001: 12.

238, aquelas relativas também aos soberanos tidos por “legítimos”. Que o autor da narrativa pudesse se divertir com esses jogos mentais não ousou negar. Almejo, porém, salientar dois pontos: o trecho reproduzido anteriormente se inicia com o apontamento de um problema palpável, factível. Em fins do século IV, todo literato que se interessasse pelos “*usurpadores e Césares que não reinaram por muito tempo*”, em particular os do século III, se veria efetivamente envolto em sérias dificuldades para redigir um texto que não fosse abreviado, dada a escassez de informações. Tal constatação, nesse caso, cumpre com os termos da “verdade-adequação”. Contudo, o autor da *HA* soluciona a questão por meio do rompimento completo com tal sentido da verdade: quer dizer, em larga medida ele elaborou uma narrativa permeada por passagens que carecem da mínima facticidade.

Por outro lado, passos como os vistos em *HA. Macr.* 1. 1-5 alimentam a controvérsia que cerca a obra até hoje. Ainda que possam configurar um recurso destinado a iludir – ou mesmo entreter – o leitor, faz-se preciso considerar que a narrativa da *HA* engendra uma diferença entre “the text proper and the devices by which this text is presented to the reader”¹⁷. Os seis nomes apresentados como autores das *vitae* que formam a obra, a temporalidade em que se alegava narrar (isto é, as primeiras décadas do século IV) e a profusão de escritores fictícios assinalados como fontes de informação consistem em elementos a partir dos quais o autor da *HA* se posiciona perante os seus leitores. Diederik Burgersdijk argumenta que a utilização de um narrador que se apresenta sob múltiplas *personae* visava despertar a atenção do público leitor ou ouvinte; este, uma vez enredado pela trama narrativa, encontraria uma grande quantia de nomes e evidências espúrias, bem como episódios fantasiosos, que o levariam a se dar conta dos aspectos ficcionais da *HA* como um todo¹⁸.

Desta forma, entendo que a noção de mithistória evoca os procedimentos adotados pelo autor da *HA*. O prefixo utilizado para cunhar a palavra, referente à *mythos*, sinaliza a perspectiva de “narrativa não histórica”, exprimindo “a idéia (sic) de uma narrativa inventada, imaginada por ficção”¹⁹. Ao fundir *mythos* com *historia*, a *HA* questionava a transparência das convenções que haveriam de reger a escrita da história na Antiguidade romana e, ao mesmo tempo, impelia os leitores a se indagarem quanto às expectativas que nutriam em relação à elaboração de um texto dedicado ao passado histórico. A fusão entre “ficção” e “história” que se opera no plano da narrativa resulta de um ato deliberado e estabelecido com vistas ao pleno conhecimento dos leitores.

Por seu turno, o vocábulo *mythistoria* também concerne à questão da verdade que se atribuía ao ato de se escrever história. A *HA* remetia, assim,

¹⁷ Burgersdijk 2012: 240.

¹⁸ Burgersdijk 2012: 245.

¹⁹ Corassin 2001: 16.

a outro estatuto de verdade, aquele do universo mítico, em que a opção entre verdadeiro e falso não se colocava de maneira cristalina. A elaboração de um relato “mithistórico” permitia que a *HA* se livrasse das amarras da facticidade sem que renegasse a intenção de proferir verdades; quer dizer, muito daquilo que se lê na *HA* há de ser caracterizado como “fictício” se problematizado somente nos termos da “verdade-adequação”. Contudo, creio que a sugestão que Paul Veyne oferta acerca dos “programas heterogêneos de verdade” observados na Grécia antiga e referentes aos universos mítico e histórico podem igualmente ser utilizados para pensarmos o caso envolvendo a *HA*. O problema da facticidade permanece em suspensão no que diz respeito aos mitos, encarados como necessariamente diferentes, de modo que as proposições míticas seriam tão verdadeiras quanto as do mundo material, distinguindo-se apenas na medida em que pertenceriam a esferas ou programas de verdade específicos, porém análogos entre si²⁰.

Daí, pois, que a obra se apresentasse de modo *sui generis*: como defende François Paschoud, é mediante o distanciamento em relação aos parâmetros aplicados para o gênero historiográfico na Antiguidade romana que a *HA* pôde exprimir-se e ilustrar de forma convincente aquilo que desejava transmitir²¹. Portanto, resta sublinhar em que medida a *HA* portava verdades no sentido do “desvendamento”. É chegado o momento, então, de nos voltarmos para a inserção do imperador Augusto ao longo da tessitura narrativa.

AUGUSTO E O PODER IMPERIAL NA HA

As diferentes *vitae* que compõem a obra apresentam listagens “canônicas” em que se nomeiam quais teriam sido os *boni imperatores*. Tais passos podem ser encontrados em *HA. Pesc. Nig.* 12. 1, *Heliogab.* 1. 2, *Alex. Sev.* 10. 2-3, *Tyr. Trig.* 6. 6, *Claud.* 2. 2 e 18.4, *Aurel.* 42. 4, *Tac.* 6. 9 e 16.6 e, finalmente, *Prob.* 12. 2 e 22. 4. Destaque-se que a maioria dessas ocorrências emerge nas biografias que integram a parte final da *HA*, ou seja, naquelas em que a base factual do relato se mostra deveras escassa. Ademais, a inclusão de Augusto em algumas dessas listas não causa surpresa: via de regra, a produção historiográfica pagã não retratou Augusto de modo negativo, afinada que estava com um discurso de tendência pró-senatorial²².

O que nos chama realmente a atenção, no entanto, é o fato de que o autor da *HA* incluiu o nome de Augusto em apenas cinco daquelas listas. Trajano foi mencionado em todas as passagens, enquanto que Antonino Pio não foi citado somente em *HA. Tac.* 6. 9, figurando também em todas as demais. Evidente que

²⁰ Veyne 1984: 31-33.

²¹ Paschoud 1988 apud Birley 2006: 28.

²² Zugravu 2014: 71.

um levantamento meramente quantitativo consiste em algo pouco produtor. Mas a inclusão de Trajano em todos aqueles trechos sinaliza que a *HA* obedeceu a um *topos* recorrente no seio da historiografia latina pagã do século IV, qual seja, a de representá-lo como o *exemplum* (idealizado) de governante, em detrimento, entre outros, do primeiro *princeps*. Como esclarece Guillermo González del Campo, “a lo largo de la tradición literaria la figura de Trajano había cobrado fuerza como modelo del emperador que se necesitaba en los momentos en que el poderío romano se tambaleaba o, como poco, cambiaba de forma”²³.

Por sua vez, recordemos que ainda nas décadas finais do século I já havia se forjado um posicionamento mais crítico quanto às ações de Augusto. Os historiadores tardo-antigos deram vazão a essa percepção e, ao mesmo tempo, acrescentaram novos aspectos, os quais se articulavam com as experiências políticas comuns à época em que viviam²⁴. Talvez as omissões feitas ao nome de Augusto em parte daquelas listagens expressassem as interpretações ambivalentes que circulavam a respeito dele no ocaso do século IV: Haehling, por exemplo, teria sugerido que a decisão de não incluir Augusto em *HA. Claud.* 18. 4 ou *Prob.* 12. 2 decorria do fato de que o referido monarca manteve relações tensas com alguns senadores e, igualmente, não foi visto como um notável comandante militar²⁵.

Não obstante, almeja-se ressaltar aquilo que efetivamente se lê sobre Augusto no interior da narrativa. A meu ver, a mais instrutiva das menções se encontra na digressão que abre a *Vida de Caro, Carino e Numeriano*. Acentua-se o ponto de vista de que, desde a fundação da *Vrbs Roma*, a história da *res publica* teria se caracterizado por diversas oscilações, pois “descobriremos que nenhuma outra havia florescido mais por causa de bons governantes ou padecido mais devido aos maus” (*HA. Car.* 2. 1). Em seguida, passam-se em revista diversas figuras relevantes no seio da memória histórica romana: o *conditor urbis Romae* Rômulo e seu sucessor, Numa Pompílio (*HA. Car.* 2. 2-3). Sob Tarquínio, o Soberbo, escreve-se que o vigor de “*nossa república*” sofreria uma interrupção por conta do caráter do monarca; isso, porém, acarretou uma “grave destruição”, qual seja, a queda da realza (*HA. Car.* 2. 4). Após assinalar os reveses que Roma conheceu diante dos gauleses, e sua posterior recuperação, bem como o sofrimento diante de Pirro e das Guerra Púnicas (*HA. Car.* 2. 5-6), a narrativa tece a seguinte consideração:

“Em seguida, tendo vencido Cartago e lançado seu império ao longo do mar, [a república] cresceu, mas enfraquecida por causa das discórdias com os aliados e extenuada toda sensação de felicidade, definiu enfraquecida devido às guerras civis até Augusto. Então foi restaurada por Augusto, se é

²³ González del Campo 2009: 46.

²⁴ Bratož 2015: 249.

²⁵ Haehling apud Bratož 2015: 261.

que por restaurada se pode chamar o abandono da liberdade (si reparata dici potest libertate deposita)” (*HA. Car. 3. 1*).

O autor da *HA* daria sequência às suas considerações, pontuando de que maneira esse movimento oscilatório, caracterizado mediante a ascensão sucessiva de imperadores *boni e mali*, resultava da ação da *fortuna*, a qual se regozijaria em transformar os rumos da *res publica* a partir de diversos acontecimentos (*HA. Car. 3. 7*). Finalmente, tamanha digressão se encerra com um questionamento que o autor dirige ao leitor: “Mas, por qual motivo temos nos detido em tais lamentos e circunstâncias de outros tempos? Passemos a *Caro*, um varão ordinário, por assim dizer, e postado antes entre os príncipes bons do que os maus, e seguramente entre os melhores se não tivesse deixado *Carino* por herdeiro” (*HA. Car. 3. 8*).

Sendo assim, a *HA* retomava temas explorados pela historiografia imperial: a noção de “crescimento orgânico” da *res publica* foi trabalhada no início do século II por Floro, no proêmio ao seu *Epitome*. Além disso, a ótica de que a história do período imperial seria marcada pela alternância entre épocas afortunadas e infaustas, com ênfase concedida ao papel da *fortuna*, distinguia a abordagem trazida por Aurélio Vítor em suas *Histórias abreviadas* (ou *Sobre os Césares*) entre os anos de 360-361. Como vimos, em sua breve e panorâmica interpretação da história romana “*ab urbe condita*”, a *HA* conferia à “restauração da república” por parte de Augusto um papel singular, a ponto de inclusive asseverar que Roma, depois do filho de Júlio César, “fosse lamentável em seu interior” (*domi tristis fuit*), “embora florescesse entre os povos estrangeiros” (*HA. Car. 3. 2*). Portanto, o estado de degenerescência vinculado ao final do período republicano, o qual assistira à guerra contra os aliados itálicos e aos conflitos civis, não teria sido substancialmente modificado na medida em que a *libertas* havia sido descartada sob Augusto, conforme se nota na *HA* em um passo com cores taciteanas (cf. *HA. Car. 3. 1*).

Neste sentido, o desenrolar da história romana era caracterizado à maneira dos seres humanos, vivenciando diferentes fases que se iniciavam com o nascimento, passavam pela maturidade e velhice para, por fim, alcançar a morte. Entretanto, o estabelecimento dessa sinonímia entre a vida humana e a história da sociedade demandava, como explica Isabel Moreno, um sofisticado ajuste por parte dos historiógrafos que lançassem mão de tal metáfora. Isto se devia ao fato de que não restaria senão o fim para dada sociedade assim que se atingisse a senectude. Daí que, por vezes, o final da “existência” de uma comunidade fosse articulado à ideia de um glorioso “renascimento”, mecanismo adotado com vistas a impedir que o relato histórico findasse em um ponto de chegada “organicamente” determinado²⁶.

²⁶ Moreno 2001: 179.

Nestes termos, o principado forjado sob Augusto foi apresentado como sinônimo de um revés. A alternância entre bons e maus imperadores desnudava os vícios do sistema imperial, enquanto que a era republicana ainda era encarada como expressão de uma “idade de ouro” política e moral, fundamentada nos valores ancestrais²⁷. Autores como Santo Mazzarino falam em uma “filosofia della decadenza” a mover a *HA*, em meio a qual a história de Roma repousaria sob a égide da *fortunalfatum*. A ênfase concedida ao acaso ou a elementos acidentais daria sinais de uma atitude resignada por parte do autor da obra²⁸.

Mas a interpretação decadentista traçada pela *HA* seria complementada, ainda de acordo com Mazzarino, por meio de anseios quiméricos, como se notaria a partir da projeção feita a um mundo desprovido de soldados (cf. *HA. Prob. 20. 3*, em que se define tal situação como *salutare rei publicae*) ou da versão de que, sob Tácito, os senadores haviam retomado às rédeas do Estado romano, a ponto de terem feito saber às províncias e aos povos externos que “*a república retomou à sua antiga condição e também os príncipes eram escolhidos pelo Senado*” (*HA. Tac. 12. 1*)²⁹.

Proponho que essas leituras alternativas da história não devam ser qualificadas apenas como utopias, conforme demonstrarei ao final do capítulo. No entanto, saliente-se mais um aspecto digno de nota: a aversão que a *HA* evidencia perante as guerras civis em função do potencial transformador que congregavam. A atmosfera pagã que se observa na *HA* fazia dos *mores maiorum* e da *patrios politeia* concepções eminentemente positivas³⁰. Ora, ao instaurar um regime autocrático, Augusto teria agido em detrimento dos costumes dos ancestrais, o que redundou no tolhimento do poder do Senado, na abolição da *libertas* e, por fim, na possibilidade de o mundo romano ser governado por “*tantos Neros*” (cf. *HA. Car. 3. 3*), que superavam em quantidade os *boni principes*, algo assinalado, por exemplo, em *HA. Aurel. 42. 3 e 42. 5*.

A existência de vários e sucessivos “Neros” a assenhorear-se da *res publica* se relaciona diretamente com o passo que finaliza a digressão, em que se introduz as figuras que seriam biografadas na *vita* que fecha a obra, isto é, Caro e seus dois filhos. A transmissão do poder e a sucessão imperial são temas ingentes dentro da narrativa e, enquanto tais, remetem ao rompimento com os *mores* que Augusto havia promovido. Desta forma, a *Vida de Severo* fornece considerações assaz importantes. Dirigindo-se a Diocleciano, o ignoto autor arrolava exemplos de preclaros homens (Rômulo, Numa Pompílio, Camilo, os Catões, Júlio César e mesmo literatos como Virgílio e Terêncio, entre outros) que se destacaram por “*não terem quase nenhum deles deixado um filho perfeito e útil*”, fosse porque

²⁷ Zugravu 2014: 60.

²⁸ Mazzarino 2011 (1966): 248.

²⁹ Mazzarino 2011 (1966): 253.

³⁰ Mazzarino 2011 (1966): 253-254.

faleceram sem que tivessem gerado varões, fosse devido ao fato de que a prole que produziram era dotada de vícios tais que teria sido melhor que jamais houvessem tido descendentes (*HA. Sev. 20. 4-5*) – fatores, inclusive, que a *HA* emprega posteriormente em referência a Caro.

Augusto também foi enumerado entre aquelas personagens. Sobre ele, lemos que “*nem sequer teve um bom filho adotivo, ainda que ele houvesse tido a possibilidade de escolher entre todos*” (*HA. Sev. 21. 3*). A isto adicione-se, novamente, outra remissão aos desígnios da *fortuna*, em particular no uso que a obra faz de versos virgilianos dedicados a Marco Cláudio Marcelo, nos quais se lamentava a morte prematura do jovem³¹. A referência oblíqua a um dos herdeiros presuntivos de Augusto servia para salientar as fragilidades comuns a uma forma de poder alicerçada sobre um único homem: a *fortuna* privaria o mundo romano de *homines boni* como Marcelo, ao passo que permitiria que imperadores como Marco Aurélio e Septímio Severo engendrassem, respectivamente, herdeiros como Cômodo e Bassiano (isto é, Caracala) (*HA. Sev. 21. 5-6*).

Por sua vez, o comentário a respeito da ausência de filhos por parte de Augusto por si só contempla uma declaração de princípios. Os problemas inerentes à sucessão dos imperadores correspondiam à faceta mais visível de um posicionamento contrário ao poder imperial: a *HA* fomentava um “discurso antimonárquico”. Sendo assim, Mathias Haake indica que “if in a political system considered fundamentally flawed, the Roman Principate, the weal and the woe of the state is structurally bound to individuals, the principes, who – even when they number among the presumably good representatives of the species – are never represented in unequivocally positive terms, then it seems warranted to attributed an antimonarchic attitude to the author at least on the level of the discourse”³².

A despeito disso, Rohrbacher defende a ideia de que o emprego da poesia de Virgílio em passagens como *HA. Alex. Sev. 4. 6* jamais seria aceito por um público instruído, versado nas letras latinas, como algo apropriado a uma “sober biography”. Identificar a alusão ao poeta augustano era plenamente possível, argumenta-se, por parte de leitores que dispusessem do conhecimento literário e histórico para tanto, o que, todavia, não pode ser entendido como algo dotado de significado político ou religioso³³.

³¹ Quanto a isto, ver *HA. Ael. 4. 1-2* e *Gord. 20. 5* (cf. também *Alex. Sev. 4. 6*). Marcelo era sobrinho de Augusto e faleceu em 23 a.C., quando contava com 19 anos de idade. Em 25 a.C., casou-se com Júlia, filha de Augusto, ato comumente interpretado como sinal de que ele havia sido alçado à condição de provável sucessor do imperador. Como edil curul no ano de sua morte, Marcelo parece ter granjeado grande popularidade para si em razão de jogos que organizou. O desaparecimento precoce da personagem motivou Virgílio a elaborar alguns versos em sua homenagem no Canto VI da *Eneida*.

³² Haake 2015: 281.

³³ Rohrbacher 2016: 44-45.

A insistência de autores como Rohrbacher em subtrair à *HA* toda e qualquer dimensão polêmica leva-os a negligenciar a natureza política das alusões feitas a uma personagem como o desafortunado sobrinho de Augusto³⁴. O uso dos versos da *Eneida* dedicados ao jovem Marcelo somente guarda sentido se o considerarmos como ilustrativo das mazelas que a narrativa atribuía às formas de transmissão de um poder exercido autocraticamente. Por isso é que, em *HA. Sev. 21. 3*, nem mesmo o princípio da adoção como base para a sucessão imperial pode ser julgado como uma solução apropriada: afinal, por mais que Augusto tivesse a oportunidade de realizar uma escolha adequada, seu filho adotivo – em uma referência à Tibério – foi rotulado em termos negativos.

Desta maneira, o principado de Augusto configurava um dos vetores do discurso antimonárquico veiculado pela *HA*, o qual, ao mesmo tempo, fazia da história romana pós-Ácio um período de declínio. Assim, ao se indicar porque Caracala, Geta e Severo Alexandre assumiram o *nomen Antoninorum*, a *HA* aclara que se tratava de algo prestigioso e arraigado entre todos, tal como o costume de denominar os imperadores pelo nome de “Augusto” (*HA. Carac. 9. 2, Get. 2. 2 e Alex. Sev. 10. 3*), como se “Antonino” tivesse se transformado em sinonímia para “Augusto” (isto é, para designar o governante). Além disso, mediante palavras colocadas na boca do próprio Severo Alexandre, explica-se que “o primeiro Augusto foi o primeiro fundador desse império e todos o sucedemos com o nome dele, como que por adoção ou por direito hereditário” (*HA. Alex. Sev. 10. 4*).

Logo, o papel de *auctor imperii* que se concederia a Augusto não poderia ter sido mais claramente explicitado; cabe lembrar que o nome de “Augusto” se aplicava tanto para imperadores retratados na narrativa de modo positivo (Severo Alexandre) quanto negativo (Caracala). Ora, é evidente que tal procedimento não causa espanto algum; mas o fato de o autor da *HA* ter optado por esclarecer algo tão óbvio para seus potenciais leitores me inclina a pensar que as oscilações entre bons e maus governantes se encapsulariam no próprio título de “Augusto”. Dito de outra forma, as fragilidades associadas ao sistema instaurado “pelo primeiro Augusto” seriam perpetuamente continuadas por todos os “Augustos” subsequentes, pois que todos possuíam algo em comum – “como que por direito hereditário” – com o “fundador desse império”.

Portanto, o uso de padrões antimonárquicos na narrativa consiste em aspecto estrutural na medida em que os mesmos podem ser notados nas representações que se veiculam a respeito, em particular, dos imperadores

³⁴ Concordo com a assertiva feita por Ratti de que “[on] s’est servi, dans ce contexte postmoderne, du caractère fictif désormais reconnu par tous de l’Histoire Auguste comme d’une arme contre la validité de son témoignage. On a délibérément et avec mauvaise foi confondu fiction et insincérité”. Vide Ratti 2012: 17.

qualificados dentre os *boni*³⁵. Notoriamente, é o caso de Augusto, muito embora ele não seja, como bem se sabe, objeto de uma das *vitae* que integram o conjunto da obra. Em uma narrativa na qual se ressalta um bom número de usurpadores, Augusto foi apresentado – ao lado de Trajano, Adriano e Antonino Pio – como soberano que jamais havia sido derrotado por aspirantes à púrpura, reafirmando assim a máxima de que “bom imperador” algum havia sido vencido ou assassinado por “tiranos”, isto é, “usurpadores” (*HA. Av. Cass.* 8. 4 e 8. 6). Do que decorre que a longevidade no trono fosse assinalada como expressão de um bom governo: afirmava-se, inclusive, que era quase impossível que um homem vivesse quantidade de anos equivalente ao período em que Augusto governou o Império (*HA. Prob.* 22. 4).

Isto se relaciona também com o cultivo da clemência, ao que se assegura que, “*na verdade, não há coisa alguma que distinga mais o imperador romano diante das pessoas do que a clemência. Isso fez de César um deus, isso divinizou Augusto [...]*” (*HA. Av. Cass.* 11. 5-6). Tal predicado caracterizava o modelo de *civilis princeps* que havia sido projetado, justamente, durante as décadas em que Augusto governou, quando o soberano deu mostras de seu afastamento diante da *crudelitas* que tradicionalmente era associada com a ideia do *rex-tyrannus*. Não por acaso, Marco Aurélio é digno de elogio quando dele se diz que teria impedido a aplicação da pena capital a senadores ao tempo de seu reinado (*HA. Av. Cass.* 8. 7). Entretanto, detalhe curioso reside no fato de a *HA* não conferir explicitamente muitas virtudes a Augusto, com exceção, pois, da já citada *clementia* e, igualmente, da *moderatio* (*HA. Claud.* 2. 3).

Lembremos que a clemência corresponde a uma das qualidades associadas a Augusto desde o primeiro momento de seu principado, como demonstrado pelo “escudo da virtude” que o Senado de Roma havia conferido a ele após os arranjos institucionais estabelecidos no mês de janeiro de 27 a.C. Naquele contexto, a prática da clemência por parte do vencedor das guerras civis anunciava que os senadores e os cavaleiros que se alinharam a Marco Antônio teriam lugar em meio ao processo de “restauração da república”. Todavia, a exaltação da clemência de Augusto escancara o enfraquecimento da noção de *libertas*, uma vez que pode ser entendida nos termos de uma “misericórdia arbitrária, que escapa às regulamentações legais e, estando ligada ao príncipe, implica a manifestação da superioridade daquele em relação aos indivíduos considerados objetos de comiseração, isto é, todos os cidadãos romanos em potencial”³⁶.

Diante do exposto, as passagens contidas na *HA* que ressaltam um protagonismo político por parte do Senado romano, especialmente após 238, não se reduzem a um devaneio – pelo menos, não no sentido de tornar o

³⁵ Haake 2015: 274.

³⁶ Antiqueira 2008: 9.

autor da obra um sujeito que se evadiria do mundo por meio da narrativa que produz. Concepções como a da “restauração senatorial” sob Tácito desvelam a perspectiva que o elusivo autor lançava sobre o passado, fortemente ancorada sobre uma visão “urbicêntrica” de mundo³⁷. Com isto, afirmo que a *HA* configura uma narrativa calcada na *Vrbs* e concebida a partir dela ou, melhor dizendo, pautada nos interesses da instituição milenar cuja história se confunde com a própria cidade de Roma, qual seja, o Senado. Por conseguinte, a memória acerca do passado republicano mantinha-se como elemento primário de referência, o qual, todavia, tinha de ser conciliado com as realidades de um poder monárquico cuja existência remontava há quatro séculos, a ninguém menos do que Augusto.

Os catálogos de bons imperadores enumerados pela *HA* exprimem uma das maneiras pelas quais a historiografia imperial lidou com a tarefa de harmonizar as tradições republicanas com a existência dos sucessivos *principes*. Nestes termos, pode-se afirmar que o modelo de “monarquia republicana” alardeado à época augustana conheceu boa fortuna no interior da escrita da história durante o período imperial. Em que pese isto, a presença de Augusto na *HA* revela que, mesmo em fins do século IV, o regime autocrático podia ser pensado como anomalia: sob os ditames de uma romanidade construída a partir da cidade de Roma, a ascensão de Augusto marcava o início de uma longa e oscilante decadência dos *mores*. Se, portanto, os elementos ficcionais e utópicos presentes na narrativa da *HA* subvertem, ou mesmo ironizam, a verdade(adequação) dos fatos, não obstante desvendavam uma verdade de outra natureza: a existência de um inconformismo em face do legado deixado por Augusto. São questões como essa que nos relembram por quais motivos ainda nos fascinamos ao nos deleitar nesse jardim formado pela *HA*!

³⁷ Vide Inglebert 1996: 545-550.

BIBLIOGRAFIA

- Antiqueira, M. (2008), “O escudo da virtude e a ideologia do principado augustano”, *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais* 5: 1-12.
- Birley, A. (2006), “Rewriting second- and third-century history in late antique Rome: the *Historia Augusta*”, *Classica* 19: 19-29.
- Bratož, R. (2015), “L’immagine di Augusto nella storiografia tardoantica”, *AntAltoadr* 88: 249-278.
- Burgersdijk, D. (2012), “*Qui vitas aliorum scribere orditur*. Narratological implications of fictitious authors in the *Historia Augusta*”, in K. de Temmerman & K. Demoen (eds.), *Fictional lives. Ancient biography and fictionality*. Cambridge, 240-256.
- Callu, J.-P. (2014), “Deux réflexions à propos de la structure de l’*Histoire Auguste*”, *RET* 4: 165-168.
- Cizek, E. (1985), “Les genres de l’historiographie latine”, *Faventia* 7: 15-33.
- Corassin, M. L. (2001), “Mythistoria”, *Revista de História (USP)* 144: 09-17.
- González del Campo, G. (2009), “Trajano en la literatura de corte de Teodosio y Justiniano”, *Talia dixit* 4: 43-71.
- Haake, M. (2015), “In search of good emperors.’ Emperors, Caesars, and usurpers in the mirror of antimonarchic patterns in the *Historia Augusta* – some considerations”, in H. Börm (ed.), *Antimonarchic discourse in Antiquity*. Stuttgart: 269-303.
- Hengst, D. D. (2010) [2002], “The discussion of authorship”, in D. D. Hengst, *Emperors and historiography. Collected essays on the literature of the Roman Empire*. Leiden: 177-185.
- Inglebert, H. (1996), “‘L’histoire de Rome’ dans l’Antiquité Tardive: un concept équivoque”, *Latomus* 55: 544-567.
- Inglebert, H. (2010), “L’historiographie au IV^e siècle entre païens et chrétiens: faux dialogue et vrai débat”, in P. Brown & R. L. Testa (eds.), *Pagani e cristiani in dialogo. Tempi e limiti della cristianizzazione dell’Impero romano (IV-VI secolo d. C.)*. Münster: 93-108.
- Kraus, C. S. (2010), “Historiography and biography”, in A. Barchiesi & W. Scheidel (eds.), *The Oxford handbook of Roman studies*. New York: 403-419.
- Mazzarino, S. (2011) [1966], *Il pensiero storico classico*, vol. 3. Roma, Bari.
- Moreno, I. (2001), “El tiempo como categoría histórica: la periodización y las edades de Roma”, *Minerva* 15: 175-188.
- Ratti, S. (2012), *Polémiques entre païens et chrétiens*. Paris.
- Rohrbacher, D. (2016), *The play of allusion in the Historia Augusta*. Madison.

Si reparata dici potest libertate deposita:

Augusto e a decadência de Roma na História Augusta

Scriptores Historiae Augustae (1991) [1921], vol. 1. Cambridge, MA, London.

Scriptores Historiae Augustae (1993) [1924], vol. 2. Cambridge, MA, London.

Scriptores Historiae Augustae (1998) [1932], vol. 3. Cambridge, MA, London.

Syme, R. (1971), *Emperors and biography*. Oxford.

Syme, R. (2001) [1968], *Ammianus and the Historia Augusta*. Oxford.

Todorov, T. (1992), *As morais da história*. Lisboa.

Veyne, P. (1984), *Acreditavam os gregos em seus mitos? Ensaio sobre a imaginação constituinte*. São Paulo.

Zugravu, N. (2014), “Augustus în scrierile antice târzii (cu privire specială asupra breviariilor istoriografice”, *Pontica* 47: 47-88.

DÍON CÁSSIO: UM HISTORIADOR NO REINO DE FERRO

(Cassius Dio: a Historian Under a Reign of Iron)

ANDERSON MARTINS ESTEVES
Professor do Departamento de Letras Clássicas da UFRJ
(<https://orcid.org/0000-0002-1191-4858>)

RESUMO: Neste texto, apresentamos, de forma resumida e panorâmica, os principais aspectos da vida de Dión Cássio, que floresceu no início do século III, tendo como objetivo compreender as concepções historiográficas e políticas subjacentes à sua obra, a *História Romana*. Para isso, com a ajuda de sua fortuna crítica (com ênfase no século XX), discutimos, primeiramente, origem familiar, nome, educação, *cursus honorum* e obras de Dión. Em um segundo momento, abordamos o problema da datação da *História Romana*, as prováveis fontes utilizadas pelo autor e o estado lacunar em que a obra nos alcançou. Finalmente, tratamos dos modelos historiográficos do autor e de suas ideias sobre o sistema político do Principado, regime que se encontra em crise no momento em que Dión escreve. Com isso, esperamos tornar disponível aos leitores uma introdução atualizada ao autor e a sua obra.

PALAVRAS-CHAVE: Dión Cássio, *História Romana*, Principado, historiografia romana, dinastia severa.

ABSTRACT: In this paper, we present, in a summarized and panoramic way, the main aspects of the life of Cassius Dio, who flourished in the beginning of the third Century, aiming to understand the historiographic and political conceptions underlying his work, *Roman History*. For that purpose, with the help of critical resources (with an emphasis on the twentieth century), we first discuss family origin, name, education, *cursus honorum* and works of Dio. In a second moment, we approach the problem of the dating of *Roman History*, the probable sources used by the author and the lacunar state in which the work has reached us. Finally, we deal with the historiographical models of the author and his ideas about the political system of the Principate, a regime that is in crisis at the moment in which Dion writes. With this article, we hope to make available to the readers an updated introduction to the author and his work.

KEYWORDS: Cassius Dio, *Roman History*, Principate, Roman historiography, Severan dynasty.

No ano de 192, o último do principado de Cômodo, o senado romano assistiu a um espetáculo inusitado:

οὗτος μὲν ὁ φόβος πᾶσι κοινὸς καὶ ἡμῖν καὶ τοῖς ἄλλοις ἦν: ἔπραξε δὲ καὶ ἕτερόν τι τοιόνδε πρὸς ἡμᾶς τοὺς βουλευτάς, ἐξ οὗ οὐχ ἦκιστα ἀπολείσθαι προσεδοκῆσαμεν. στρουθὸν γὰρ ἀποκτείνας καὶ τὴν κεφαλὴν αὐτοῦ ἀποτεμὼν προσήλθεν ἔνθα ἐκαθήμεθα, τῇ τε ἀριστερᾷ χειρὶ ἐκείνην καὶ τῇ

δεξιᾶ τὸ ξίφος ἡματωμένον ἀνατείνας, καὶ εἶπε μὲν οὐδέν, τὴν δὲ κεφαλὴν τὴν ἑαυτοῦ σεσηρῶς ἐκίνησεν, ἐνδεικνύμενος ὅτι καὶ ἡμᾶς τὸ αὐτὸ τοῦτο δράσει. Díon Cássio. *História Romana*. 73 (72). 22. 1 - 2¹

Este medo era comum a todos, tanto a nós [senadores] como aos demais. E eis que ele [Cômodo] fez outra coisa contra nós, senadores, que nos fez pensar bastante em nossa morte. Com efeito, tendo matado um avestruz e cortado sua cabeça, ele veio até o lugar em que estávamos sentados, tendo na mão esquerda a cabeça e elevando, na direita, a espada ensanguentada. E mesmo que não dissesse nada, moveu seu rosto com um sorriso, mostrando que faria o mesmo conosco.²

Díon Cássio, presente nessa sessão ominosa, é o autor dessa narrativa, que dá conta do clima de medo que se instaurou na Cúria, desde a morte de Marco Aurélio, em 180. Nas próprias palavras de Díon, a partir desse momento a história romana, que até então vivia um “reinado de ouro” (*chryses te basileias*), passa a uma era de ferro (*sideran*)³. Essa percepção é reforçada em vários trechos de sua obra, mas especialmente no discurso que Septímio Severo – de volta a Roma em 197, após ter vencido a Albino e, com isso, ter encerrado a crise que se sucedeu ao fim da dinastia nerva-antonina – proferiu diante dos senadores, aterrorizados por terem, em sua maioria, apoiado o partido vencido:

μάλιστα δ' ἡμᾶς ἐξέπληξεν ὅτι τοῦ τε Μάρκου υἱὸν καὶ τοῦ Κομμόδου ἀδελφὸν ἑαυτὸν ἔλεγε, τῷ τε Κομμόδῳ, ὃν πρόηεν ὕβριζεν, ἥρωικὰς. 8.1 ἐδίδου τιμάς. πρὸς τε τὴν βουλὴν λόγον ἀναγινώσκων, καὶ τὴν μὲν Σύλλου καὶ Μαρίου καὶ Αὐγούστου αὐστηριαν τε καὶ ὠμότητα ὡς ἀσφαλεστέραν ἐπαινῶν, τὴν δὲ Πομπηίου καὶ Καίσαρος ἐπιείκειαν ὡς ὀλεθρίαν αὐτοῖς ἐκεῖνοις γεγεννημένην κακίζων, ἀπολογίαν τινὰ ὑπὲρ τοῦ Κομμόδου ἐπήγαγε, καθαπτόμενος τῆς βουλῆς ὡς οὐ δικαίως ἐκεῖνον ἀτιμαζούσης, εἶγε καὶ αὐτῆς οἱ πλείους αἰσχίον βιοτεύουσιν. 76 (75). 7. 4 - 8. 2

Ele nos causou um enorme temor, intitulando-se filho de Marco [Aurélio] e irmão de Cômodo – ao mesmo Cômodo de que antes abusou, agora atribuía honras divinas. Lendo um discurso diante do senado, louvou a austeridade e a

¹ Todas as demais citações gregas são referentes à *História Romana*, de Díon Cássio, e serão indicadas da maneira usual: primeiramente, o número do livro, conforme a edição Boissvain (1885-1901) e, quando for o caso de divergência, entre parênteses (ou colchetes), a numeração anterior, tomando por base a edição Sturz (1824-1825). Os textos são extraídos da edição Forster-Cary (1914-1927).

² Todas as traduções são nossas.

³ (ἀπὸ χρυσῆς τε βασιλείας ἐς σιδηρᾶν καὶ κατιωμένην τῶν τε πραγμάτων τοῖς τότε Ῥωμαίοις καὶ ἡμῖν νῦν καταπεσοῦσης τῆς ἱστορίας; nossa história agora desce de um reino de ouro para um reino de ferro e ferrugem, tal como os acontecimentos atingiam os romanos naquela altura – 72 [71]. 36. 4)

crueledade de Sula, Mário e Augusto, como sendo o mais seguro, e reprovou a moderação de Pompeu e César, como tivesse se tornado funesta aos mesmos. Apresentou como que uma defesa de Cômodo, reprovando o senado porque o tinha desonrado de forma injusta, já que muitos dos próprios senadores viviam de maneira mais vergonhosa.

O tempo da moderação e da justiça (*epieikeia*) tinha se encerrado com Marco Aurélio. Com a dinastia instaurada por Septímio Severo, um novo tempo de austeridade e crueldade (*austerian te kai omometa*) se anunciava. A *clementia Caesaris* deixava de ser o paradigma político para a relação entre o imperador e a ordem senatorial, que agora deveria se submeter ao rigor anunciado por alguém que se intitulava irmão de Cômodo – é mister lembrar de que este, após ser assassinado em 192, sofrera uma *damnatio memoriae* pelo Senado justamente por seus excessos e crueldade, ou, em outras palavras, por não respeitar os privilégios dos membros da ordem senatorial. Da mesma forma, o elogio a Sula devia ter suscitado comoção na Cúria, com a lembrança das famosas “proscrições”, pelas quais mais de 200 senadores e cavaleiros foram mortos. Aparentemente, a evocação do líder dos *optimates* é uma constante nos primeiros anos dos Severos, já que Caracala, filho de Septímio, manda reerguer o monumento a Sula no Fórum Romano (78 [77]. 12. 7).

É esse o cenário político dos tempos de Díon Cássio, grego nascido em Nicéia, segunda cidade mais importante da província da Bitínia⁴, em 163 ou 164⁵, em uma família abastada e influente na política local. Seu pai, Cássio Aproniano, foi senador consular e governador de três províncias imperiais⁶, atingindo o ápice social de uma família grega cujos liames com Roma datam do século I E.C Sua família, muito provavelmente – sobretudo quando se considera que, desde Trajano, os senadores provinciais deveriam possuir pelo menos um terço de suas propriedades na península itálica⁷ – dividia seus negócios e laços sociais entre Nicéia e Roma.

Seu nome, em latim, de acordo com Gowing⁸, com base em uma inscrição da Macedônia, descoberta em 1970, é Claudius Cassius Dio. Molin⁹, tomando por base o diploma militar, escrito em latim, de um marinheiro da esquadra

⁴ Em 80.5.2, refere-se à Bitínia como sua pátria. Em 76 (75). 15. 3, é mais preciso e indica a cidade de Niceia como sua pátria.

⁵ Vrind (1923: 164-5) data seu nascimento em 155, partindo da crença equivocada de que Díon já era cônsul em 180, quando ouve o discurso de “posse” de Cômodo diante do Senado. A partir do estudo de Millar (1964), os estudiosos tendem a datar o nascimento de Díon entre 162 a 165.

⁶ Lícia-Panfília, Cilícia e Dalmácia.

⁷ Cf Plin. *Ep.* 6, 19. O próprio Díon Cássio revela ter uma propriedade em Cápua (76 [75]. 2. 1).

⁸ Gowing 1990: 49.

⁹ Molin 2016: 432.

de Miseno, originário da Cilícia, sustenta que seu *praenomen* é Lucius¹⁰, que parece mais provável do que Claudius, que, no sistema dos *tria nomina*, figura tradicionalmente como *nomen*, i.e. nome de família. A atribuição tradicional do *cognomen* Cocceianus ao historiador é, como demonstra Gowing¹¹, uma confusão de comentaristas bizantinos entre Cássio e Díon Crisóstomo (Dio Cocceianus, apelidado, posteriormente, de Crhysostomus). Em português, em respeito à tradição, seguimos a ordem grega do nome – *Dion, o Kassios*.

Provavelmente, viveu na província nos primeiros anos, onde recebeu a primeira educação¹², e chegou a Roma por volta de 180, já que ouviu o discurso de investidura de Cômodo diante do Senado¹³. Se fez seus estudos de retórica em Roma, é provável que os tenha interrompido, já que, em 182 ou 183, está com o pai na Cilícia (73 [72]. 7. 2). De qualquer maneira, considerando sua língua materna e o pouco que se sabe sobre sua biografia, parece provável que tenha estudado com um com um *rhetor* grego, quer em Roma¹⁴, quer na Ásia Menor¹⁵, o que significa, considerando o movimento conhecido como Segunda Sofística, que foi impregnado pelo estilo dos oradores áticos. Em que pese suas origens e sua educação, vale notar, como lembra Rich¹⁶, que Díon é o exemplo de um homem, ao mesmo tempo, grego e romano – e nisso deve-se dar razão ao caráter greco-romano do Império, preconizado por Paul Veyne.¹⁷ Apesar de escrever em grego e de reconhecer na Bitínia sua pátria, escreve a história de Roma a partir do ponto de vista de um senador e conforme as tradições da historiografia senatorial.

Sobre seu *cursus honorum* e demais fatos associados à sua carreira política, só temos duas datas certas: no inverno de 214/215 é *amicus* na corte de Caracala na Nicomédia (78 [77]. 17. 13 - 18. 1) e em 229 é cônsul, pela segunda vez, junto com o imperador Alexandre Severo (80. 50. 1)¹⁸. Foge ao escopo deste trabalho discutir, em pormenor, as possíveis datas de cada cargo que exerceu e, por conta

¹⁰ Faço justiça a J. W. Rich (1990: 1), que, 16 anos antes de Michel Molin), já mencionava o diploma militar, atribuindo a notícia de seu descobrimento a Fergus Millar. Rich, contudo, discorda da leitura de Gowing (1990: 49), que lê o Kl. da inscrição epigráfica como indicativo do nome Claudius. Para Rich, “the *kappa* should probably be regarded as the stone-cutter’s error”.

¹¹ Gowing 1990: 50.

¹² Contrariamente, Rich (1990; 1) supõe que tenha estudado em Roma, provavelmente acompanhando o pai.

¹³ Díon afirma ter estado presente na sessão (73 [72]. 4. 2). Estava presente na qualidade de filho de senador, conforme legislação de Augusto (Suet. *Aug.* 38. 2), que autorizava que filhos de senadores, para ganharem experiência na vida pública, ao assumirem a toga *virilis*, tivessem direito ao *latus clavus* e, com isso, a frequentarem as sessões do Senado (cf. Millar 1964: 14).

¹⁴ Millar 1964: 14-15.

¹⁵ Rosellini 1996: ix.

¹⁶ Rich 1990: 1.

¹⁷ Veyne 2005: *passim*.

¹⁸ E várias inscrições...

disso, resumo os principais degraus do *cursus honorum*, indicando os anos aproximados. A partir de certo ponto em suas *Histórias*, Dión passa a se referir ao senado como “nós” (73 [72]. 4. 2), o que torna provável que por esta altura, no ano de 192, tenha se tornado senador. Em 194 ou 195 foi designado pretor (74 [73]. 12. 2) e foi *consul suffectus* nos primeiros anos do principado de Cômodo¹⁹, ou mais tardiamente, sob Septímio Severo.²⁰ Macrino o aponta *curator* nas cidades de Pérgamo e Esmirna (79. 7. 4) e, depois disso, Dión refere-se de forma sumária a cargos na administração das províncias da África, Dalmácia e Panônia Superior, sem precisar nenhuma data (80. 1. 2 - 3)²¹. Sua carreira impressiona Martin Hose, que afirma que possivelmente o historiador pertencia ao “círculo interno dos confidentes dos Severos”.²² Millar, escrevendo em 1964, mas diante das mesmas evidências, demonstra menos entusiasmo e interpreta o *cursus honorum* de Dión até o reino de Alexandre Severo como “digno de respeito mas não notável”²³, atribuindo a honrarias do final de sua carreira – as funções na administração provincial e o consulado ordinário de 229, tendo como colega ninguém menos do que o imperador – como um “subproduto do ressurgimento do Senado, em face da fraqueza da dinastia”²⁴.

A estreia da carreira literária de Dión é intimamente ligada à sua posição política, como ele próprio escreve:

πόλεμοι δὲ μετὰ τοῦτο καὶ στάσεις μέγισται συνέβησαν, συνέθηκα δ' ἐγὼ τούτων τὴν συγγραφὴν ἐξ αἰτίας τοιαύσδε. βιβλίον τι περὶ τῶν ὄνειράτων καὶ τῶν σημείων δι' ὧν ὁ Σεουήρος τὴν αὐτοκράτορα ἀρχὴν ἤλπισε, γράψας ἐδημοσίευσεν: καὶ αὐτῷ καὶ ἐκεῖνος πεμφθέντι παρ' ἐμοῦ ἐντυχῶν πολλὰ μοι καὶ καλὰ ἀντεπέστειλε. ταῦτ' οὖν ἐγὼ τὰ γράμματα πρὸς ἐσπέραν ἤδη λαβὼν κατέδαρθον, καὶ μοι καθεύδοντι προσέταξε τὸ δαιμόνιον ἱστορίαν γράφειν. καὶ οὕτω δὴ ταῦτα περὶ ὧν νῦν καθίσταμαι ἔγραψα. καὶ ἐπειδὴ γε τοῖς τε ἄλλοις καὶ αὐτῷ τῷ Σεουήρῳ μάλιστα ἤρεσε, τότε δὴ καὶ τᾶλλα πάντα τὰ τοῖς Ῥωμαίοις προσήκοντα συνθεῖναι ἐπεθύμησα:

73 (72). 23. 1 - 3

Depois disso, sobrevieram guerras e desordens civis. Eu fui inspirado a escrever sobre isso pelo motivo que segue: publiquei um livrinho que tinha escrito sobre os sonhos e os prodígios, que dera motivo a Severo de ter esperanças de chegar ao poder imperial. Tendo enviado a ele o livro, após tê-lo

¹⁹ Murison 1999: 6.

²⁰ Millar 1964: 17; Rich 1990: 2; Molin 2016: 445.

²¹ De acordo com Molin (2016: 446), é procônsul da África em 222/223 ou 223/224; legado propretor de nível consular na Dalmácia em 224 ou 225, exercendo o mesmo cargo na Dalmácia em 225 ou 226.

²² Hose 2010: 462.

²³ Millar 1964: 25.

²⁴ Millar 1964: 26.

lido, ele me enviou uma carta longa e afável. Recebi esta carta à noitinha, e rapidamente, adormeci; enquanto dormia, meu *daimon* me ordenou escrever história. E assim passei a escrever aquilo com o que me ocupo agora. E já que meus escritos ganham a aprovação dos outros e, principalmente, do próprio Severo, eu então concebi o desejo de compor um registro de todas as demais coisas ligadas aos romanos.

A passagem é inserida após a morte de Cômodo, em dezembro de 192, que deu início a um novo Ano dos quatro imperadores (desta vez, com cinco pretendentes), em 193. A primeira obra a que Díon alude é um livro sobre sonhos e prodígios, que, como informa, apoiou a pretensão de Septímio de chegar ao principado. Millar²⁵ e Murison²⁶ concordam em ver a obra como um inequívoco instrumento de propaganda em favor do novo imperador. Hose²⁷ mostra-se cauteloso em afirmar o objetivo de Díon era de assegurar sua carreira e, especificamente, sua indicação para pretor, durante o curto principado de Pertinax (janeiro a março de 193), aceitando também a hipótese de uma “verdadeira crença nos sonhos e sinais”. A meu ver, o fato de que Díon efetivamente acreditasse que os deuses se comunicassem com os homens por meio de sonhos e portentos²⁸ não é, de modo algum, incompatível com o uso político e propagandístico que fez desses. Ou, por outras, se o nosso historiador não quisesse utilizar o material – possivelmente oriundo do próprio imperador²⁹ – com o fim promover a ideia de que Severo era predestinado a ser imperador, certamente não o teria “publicado”.

A segunda obra, que, conforme informa o autor, foi inspirada por seu *daimonion*, é de natureza histórica e se dedicava às guerras que se seguiram à morte de Cômodo. Incluía, certamente, as guerras civis de 193, prolongando-se, provavelmente, até as guerras da Mesopotâmia (195 e 198) e a vitória sobre Clódio Albino (197). Para Millar, o livro poderia ter sido publicado na volta triunfal de Severo, em 197³⁰, enquanto que para Murison, apoiado no plural *polemoi* (73 [72]. 23. 1), a obra deveria incluir a segunda guerra mesopotâmica, o que implicaria uma publicação em 202.³¹ Foi somente o sucesso, obtido em seguida a esse segundo livro, que levou Díon ao ambicioso projeto de escrever uma história desde seus primórdios, a única obra que nos alcançou.

²⁵ Millar 1964: 29.

²⁶ Murison 1999: 9.

²⁷ Hose 2010: 462-463.

²⁸ Como Rich (1990: 12), entendo que a crença de Díon era genuína, dada a quantidade de relatos congêneres em sua obra e, sobretudo, considerando o contexto cultural em estava inserido.

²⁹ Murison 1999: 9.

³⁰ Millar 1964: 29.

³¹ Murison 1999: 9.

O método que Dión seguiu é relacionado mais abaixo, no mesmo livro:

συνέλεξα δὲ πάντα τὰ ἀπ' ἀρχῆς τοῖς Ῥωμαίοις μέχρι τῆς Σεουήρου μεταλλαγῆς πραχθέντα ἐν ἔτεσι δέκα, καὶ συνέγραψα ἐν ἄλλοις δώδεκα: τὰ γὰρ λοιπά, ὅπου ἂν καὶ προχωρήσῃ, γεγράφεται.
73 (72). 23. 5

Reuni todos os feitos dos romanos, desde os primórdios até o desaparecimento de Severo, levando dez anos; e escrevi em outros doze anos. Os demais acontecimentos, serão registrados até quando me for permitido.

O excerto permite compreender a intenção do autor, no momento em deu início ao projeto, que que era escrever uma história de Roma desde os reis até a morte de Septímio Severo, em 211. Posteriormente, decidiu dar sequência aos principados posteriores, chegando, de forma muito resumida no último livro, até Alexandre Severo. A questão que tem suscitado maior polêmica entre os estudiosos de final do século XIX e ao longo do século XX é relativa à primeira parte do excerto: quando Dión pesquisou (por 10 anos) e escreveu (ao longo de 12 anos) a sua obra? Uma primeira corrente, mais tradicional, situa os 22 anos do projeto nos anos de 194 a 216³², 196 a 218³³ e 197 a 219.³⁴ A segunda corrente acredita em datas bem posteriores, como 212 a 234,³⁵ 211 a *circa* 231³⁶ e 221 como “fim da coleta de documentos; início da redação”³⁷, o que equivale a dizer 211 a 233. Uma terceira corrente, intermediária, propõe os anos de 201-223³⁸; 202 a 222³⁹; apenas para a composição, *circa* 210 a 220⁴⁰; 202 a 223.⁴¹ Filio-me à segunda corrente, que acredita que a obra foi escrita em um período mais tardio, já que não suponho que Dión pudesse escrever com tanta liberdade sobre Septímio Severo e Caracala em períodos anteriores ao principado de Alexandre Severo, quando o senado ganhou força política.

Pode parecer estranho ao leitor moderno o método de trabalho do historiador, que primeiro passou 10 anos coligindo material e só depois passou a escrever, por mais 12 anos. Contudo, a julgar por uma passagem de Luciano de Samósata⁴², esse procedimento era bastante normal para os historiadores da

³² Schwartz 1899: 1686.

³³ Gabba 1955: 295-301.

³⁴ Millar 1964: 30-32.

³⁵ Letta 1979: 148.

³⁶ Barnes 1984: 252.

³⁷ Molin 2016: 446.

³⁸ Vrind 1923: 166-1667; Rich 1990: 3-4.

³⁹ Edmondson 1992: 26-27.

⁴⁰ Hose 1994: 424-427.

⁴¹ Murison 1999: 11.

⁴² Lucian. *Hist. Conscr.* 47-48.

época. O que chama a atenção de muitos estudiosos modernos é fato de que, durante o período de pesquisa, Díon, muito provavelmente, apenas trabalhou com fontes literárias, ou seja, obras de colegas historiadores e, em menor escala, com obras de outros gêneros, desprezando os demais documentos (como inscrições epigráficas, arquivos, cartas, relatórios etc). Certamente, pelo menos para as primeiras décadas da *História Romana* – que cobrem as origens de Roma, desde Eneias, e prosseguem com o Reinado e os primeiros anos da República –, ele não poderia contar com documentos de primeira mão. Contudo, o que chama a atenção é que, mesmo sendo senador, há pouca evidência que indique que ele tenha utilizado os *acta senatus* para escrever a história mais recente. Notável exceção é uma referência a uma carta de Adriano a Antonino Pio (69. 17. 3).

A questão das fontes de Díon recebeu atenção especial dos estudiosos modernos, tanto mais, quanto menos se considera o valor literário da *História Romana*. Ou seja, Díon vem sendo estudado, sobretudo, por historiadores, preocupados com as informações reunidas na obra e com a fidelidade com que Díon reproduziu suas fontes, a maioria delas perdidas. Por conta disso, a obra não escapou da *Quellenforschung* de final do século XIX, embora autores da segunda metade do século XX, como Millar, admitam que os esforços pela busca das fontes são, regra geral, pouco satisfatórios.⁴³ A descrença de Millar na busca das fontes se deve a extrema opacidade de Díon, que ainda que diga que tenha lido todas as obras de história romana (1. 1. 2), só se refere, de modo específico à autobiografia de Augusto (44. 35. 3) e à de Adriano (66. 17. 1 e 69. 11. 2). Além desses, Salústio (40. 63. 4), Tito Lívio (67. 12. 14) e Arriano (69. 15. 1) são citados, mas não como fontes de informação. Essa omissão em citar os trabalhos de seus antecessores é, vale dizer, característico da historiografia antiga, que geralmente só se ocupa da questão em caso de conflito de informações e, mesmo neste caso, Díon se limita a dizer que prefere a versão mais “confiável”⁴⁴.

Uma linha de raciocínio que data de Schwartz sustenta que Díon, na fase de composição de sua obra, trabalhava, de maneira preponderante, com apenas uma fonte, fazendo uso ocasional de outros textos. Pelling⁴⁵ sustenta a hipótese da “fonte principal”, dizendo que, para um escritor antigo, seria praticamente inviável o acesso a vários rolos de papiro abertos ao mesmo tempo. Contudo, concordo com Rich⁴⁶, para quem os 10 anos de pesquisa empreendidos por Díon não se justificariam se, finalmente, o autor se baseasse em uma única fonte para escrever sua obra. Posto isso, não me parece improvável que alguns autores – e sobretudo os que escreveram pelo método analítico, ou seja, ano a ano – mereceram mais atenção de nosso historiador. Dentre eles: Tito Lívio,

⁴³ Millar 1964: 34.

⁴⁴ 56. 31. 1 “*axiopistoterois*”

⁴⁵ Pelling 1979: 91-95.

⁴⁶ Rich 1990: 6.

para a República⁴⁷; Cremutius Cordus e Aufidius Bassus para fim da República e início do Principado⁴⁸; Plínio, o Velho, que escreveu uma história *A fine Aufidi Bassi*, cobrindo provavelmente os principados de Calígula a Nero⁴⁹ e, como fonte comum a Suetônio e Tácito, Cluvius Rufus⁵⁰. Para a história de sua época, mais precisamente após a morte de Marco Aurélio, o próprio Dión afirma que não se basearia mais na narrativa de outros, senão na sua própria experiência (72 [71]. 36. 4).

A obra que nos chegou, a *Romaike Historia*, é composta de 80 livros, alguns em estado fragmentário, outros de forma integral. O texto de Dión está preservado apenas nos livros 36 a 54 (anos 68-10 AEC). Os livros 55 a 60 (ano 9 AEC a 46 EC) contêm numerosos fragmentos de Dión. Nos livros restantes, o texto foi restaurado a partir: 1. de excertos de obras históricas escritas sob o imperador Constantino Porfirogênito (912-959); 2. da obra do monge Xifilino (séc. XI), que fez uma epítome dos livros 36 a 80; 3. da obra de Ioannes Zonaras (séc. XII), usada para reconstituir os primeiros 20 livros de Dión⁵¹. Os excertos bizantinos são marcados pelo *oti* inicial e, conseqüentemente, mudam ocasionalmente a pessoa verbal quando Dión usa a primeira pessoa. São considerados evidência confiável do texto original. De modo geral, Xifilino é tido como o mais fiel ao texto de Dión e Millar se refere à epítome como “menos um resumo do que uma seleção bastante inconstante do seu material, substancialmente, mas não invariavelmente, na mesma ordem de Dión e mantendo-se muito próximo à suas palavras”⁵². Zonaras, por sua vez, é menos fiel ao texto original⁵³.

Os modelos historiográficos da época de Dión Cássio eram marcados por um retorno a dois grandes modelos gregos: Heródoto e Tucídides.⁵⁴ Dión tenta emular não somente o estilo de Tucídides, mas também a sua relação com as fontes. Como seu antecessor, Dión usava a *acribia* quando se deparava com várias versões, embora tenha renunciado, parcialmente, à *autopsia* ao se ter imposto a tarefa de escrever a história de Roma em tempos muito recuados. Para Martin Hose⁵⁵, a escolha de Tucídides como modelo se teria devido, como quer o autor, à falta de um “paradigma interpretativo”. Para um historiador vivendo sob o turbulento período dos Severos, a história romana não podia mais ser

⁴⁷ Schwartz 1899: 1697-1714. Com a ressalva de Manuwald (1979: 168-254) para o período triunviral.

⁴⁸ Rich 1990: 7.

⁴⁹ Murison 1999: 14.

⁵⁰ Townend 1960: 98.

⁵¹ Cf. Millar 1964: 1-4.

⁵² Millar 1964: 2. Cf Vrind, 1923: 4: *Xiphilinus Dionis verba in universum fideliter servare solet.*

⁵³ Cf. Vrind 1923: 7: *Zonarae vocabula non nisi magna cum prudentia singulis locis diligenter examinatis Dioni attribui possunt.*

⁵⁴ Migliorati 2003: xii.

⁵⁵ Hose 2010: 464.

interpretada por princípios teleológicos, como o fora por Heródoto, Políbio e Diodoro. Nisso, ressalte-se, Hose está de acordo com Millar⁵⁶, que assevera que Díon não possui qualquer estrutura explícita a partir da qual interprete os eventos que narra. Em razão disso, acompanha a interpretação de Tucídides sobre as ações humanas, que seriam movidas pela ganância e ambição. É essa “constante antropológica”⁵⁷ que oferece a Díon uma chave de leitura sobre guerras e demais eventos históricos, o que resulta em uma visão menos entusiasta⁵⁸ do período Republicano do que outros historiadores senatoriais, como Tácito.

Isso não quer dizer, contudo, que Díon não tenha ideias bem definidas sobre o sistema político de Roma e sua transformação ao longo da história. Sua visão sobre o Principado transparece, sobretudo, nos livros dedicados a Augusto e, de modo especial, no chamado “debate constitucional”, em que Agripa e Mecenas tentam convencer Augusto do melhor regime constitucional a adotar (52. 1 - 40). Agripa prega um retorno à República (e, para Fechner⁵⁹, ele veicula as ideias de Díon), enquanto que Mecenas propugna um modelo monárquico temperado, em que o *princeps* deveria governar respeitando as prerrogativas do senado (ideia com a qual o historiador parece concordar, para a maioria dos estudiosos modernos, como, por exemplo, Millar e Rich)⁶⁰.

Na verdade, na visão pragmática de Díon, o principado começa como um fato político, em 32 A.E.C., com a vitória de Actium, e não com o processo legal (ou, em termos modernos, constitucional) de concentração de poder das várias magistraturas, que foi levado a cabo por Augusto ao longo de vários anos. É isso que o historiador deixa patente no início do livro 51:

τοιαύτη τις ἡ ναυμαχία αὐτῶν τῆ δευτέρα τοῦ Σεπτεμβρίου ἐγένετο. τοῦτο δὲ οὐκ ἄλλως εἶπον ‘οὐδὲ γὰρ εἴωθα αὐτὸ ποιεῖν’ ἀλλ’ ὅτι τότε πρῶτον ὁ Καῖσαρ τὸ κράτος πᾶν μόνος ἔσχεν, ὥστε καὶ τὴν ἀπαριθμησιν τῶν τῆς μοναρχίας

⁵⁶ Millar 1964: 73.

⁵⁷ Hose 2010: 465.

⁵⁸ Contrariamente Freyburger 1997: 118 “Notre historien a certainement une haute idée de ce regime [a República]”.

⁵⁹ Fechner 1986: 71.

⁶⁰ Cf. Millar 1964: 75 e Rich 1990: 13. O “debate constitucional” é um dos trechos mais debatidos da *Historia Romana*. Foge ao escopo deste trabalho tomar partido sobre a utilização política do discurso de Mecenas como um libelo contra o principado dos Severos. Limite-me a dizer que o fato de que, para Díon, o melhor modelo para Roma seja o monárquico não significa, necessariamente, que o discurso de Mecenas possa ser lido como um programa de governo redigido pelo historiador, visando a convencer seus leitores contemporâneos da importância do Senado. Cf. Steidle 1988: 203-224.

αὐτοῦ ἐτῶν ἀπ' ἐκείνης τῆς ἡμέρας ἀκριβοῦσθαι.
51. 1. 1 - 2

Tal foi a batalha naval deles no segundo dia de setembro. Não falo disso por outra razão, pois não estou acostumado a o fazer [i.e. citar datas], senão porque foi então que César, pela primeira vez, teve todo o poder sozinho; logo a contagem dos anos de seu governo corresponde exatamente a esse dia.

Cary, no comentário à passagem, diz que Dión é muito cuidadoso em fornecer com precisão a data inicial e final dos diversos principados. Provavelmente, seja por isso mesmo que a passagem é o início do livro 51, já que a organização analística da obra vai perdendo força nos livros devotados ao Principado, que assumem um caráter biográfico, ou seja, mais centrado na figura de cada imperador.

Chamará a atenção de um leitor acostumado à leitura da história romana em latim o fato de Dión se referir ao regime de Augusto como monarquia. O vocábulo, contudo, é o modo como o autor se refere ao principado, como se pode observar no trecho, introdutório ao debate entre Agripa e Mecenas, em que comenta as constituições romanas ao longo da história:

ταῦτα μὲν ἔν τε τῇ βασιλείᾳ καὶ ἐν τῇ δημοκρατίᾳ ταῖς τε δυναστείαις, πέντε τε καὶ εἴκοσι καὶ ἑπτακοσίοις ἔτεσι, καὶ ἔπραξαν οἱ Ῥωμαῖοι καὶ ἔπαθον: ἐκ δὲ τούτου μοναρχεῖσθαι αὐθις ἀκριβῶς ἤρξαντο, καίτοι τοῦ Καίσαρος βουλευσαμένου τὰ τε ὄπλα καταθέσθαι καὶ τὰ πράγματα τῇ τε γερούσιᾳ καὶ τῷ δήμῳ ἐπιτρέψαι
52. 1. 1

E tais coisas fizeram e sofreram os romanos, sob o Reinado, sob a República e sob as dominações, durante 725 anos. Depois disso eles voltaram àquilo que era, em verdade, uma monarquia, ainda que César planejasse depor suas armas e entregar a administração ao senado e ao povo.

Basileia é o regime dos *basileus*, ou seja, o regime dos primeiros reis de Roma. Dión usa o vocábulo *basileus* para designar os reis, romanos (ou etruscos) ou estrangeiros.⁶¹ *Demokratia* é nome pelo qual designa a República romana e *dinasteias*, o período triunviral.⁶² Monarquia, por sua vez, designa, inicialmente, o poder pessoal de Augusto e, a partir da consolidação do regime, o principado em si.⁶³ Mais adiante, no mesmo livro, Dión, por meio de Mecenas, explica porque deve-se evitar usar o termo *basileus*:

⁶¹ Vrind 1923: 70; Freyburger-Galland 1997: 114.

⁶² Freyburger-Galland 1997: 113.

⁶³ Freyburger-Galland 1997: 139.

ταῦτά τε οὖν καὶ τᾶλλα πάνθ' ὅσα εἴρηκα ἐννοήσας πείσθητί μοι, καὶ μὴ πρόη τὴν τύχην, ἣτις σε ἐκ πάντων ἐπελέξατο καὶ προεστήσατο. ὡς εἶ γε τὸ μὲν πρᾶγμα τὸ τῆς μοναρχίας αἰρή, τὸ δ' ὄνομα τὸ τῆς βασιλείας ὡς καὶ ἐπάρατον φοβῆ, τοῦτο μὲν μὴ προσλάβης, τῇ δὲ δὴ τοῦ Καίσαρος προσηγορία χρώμενος αὐτάρχει. εἰ δ' οὖν καὶ ἄλλων τινῶν ἐπικλήσεων προσδέη, δώσουσι μὲν σοι τὴν τοῦ αὐτοκράτορος, ὡσπερ καὶ τῷ πατρί σου ἔδωκαν, σεβιοῦσι δὲ σε καὶ ἑτέρα τινὶ προσρήσει, ὥστε σε πᾶν τὸ τῆς βασιλείας ἔργον ἄνευ τοῦ τῆς ἐπωνυμίας αὐτῆς ἐπιφθόνου καρποῦσθαι.⁶⁴

52. 40. 1 - 2

Pense nessas coisas e em que eu lhe disse e se convença, e não deixe escapar a Fortuna, que escolheu você, dentre todos, e lhe estabeleceu como seu governante. Pois, se você preferir de fato a monarquia mas temer o título de rei como uma maldição, basta abdicar deste título e, ainda assim, ser o único governante sob o nome de César. E se você desejar outros epítetos, hão de te dar o de imperador, como o deram para seu pai. E eles reverenciarão sua posição augusta por outro termo de cortesia, de maneira que aproveitará a posição de rei sem o ódio que se associa a este termo.

E, a partir deste ponto da obra, *autokrator* passa a designar *princeps*, ou imperador⁶⁵. Díon, diversamente de outros autores gregos do período, jamais usa o vocábulo *basileus* para designar os príncipes.⁶⁶ Para a Freyburger-Galland⁶⁷ sua experiência política pessoal permitia que distinguisse uma “monarquia” de uma “realeza”, ou para ser mais preciso, um rei-*basileus* da nova categoria política que Augusto havia criado, o *princeps-autokrator*.

Para Díon, o regime instaurado por Augusto era um governo de um homem só que respeitava as liberdades republicanas, como enuncia no excerto seguinte:

διὰ τε οὖν ταῦτα, καὶ ὅτι τὴν μοναρχίαν τῇ δημοκρατίᾳ μίξας τό τε ἐλεύθερόν σφισιν ἐτήρησε καὶ τὸ κόσμιον τό τε ἀσφαλὲς προσπαρεσκεύασεν, ὥστ' ἔξω μὲν τοῦ δημοκρατικοῦ θράσους ἔξω δὲ καὶ τῶν τυραννικῶν ὕβρεων ὄντας ἔν τε ἐλευθερίᾳ σῶφρονι καὶ ἐν μοναρχίᾳ ἀδεεῖ ζῆν, βασιλευμένους τε ἄνευ

⁶⁴ No mesmo sentido, cf. 53. 17. 4

⁶⁵ Nos livros anteriores, como no uso republicano do termo *imperator*, Vrind (1923) se refere ao emprego de *autokrator propter victoriam reportatam* (p. 35) ou *qui cum império quodam maiore est* (p. 36).

⁶⁶ Vrind 1923: 72.

⁶⁷ Freyburger-Galland 1997: 116.

δουλείας καὶ δημοκρατουμένους ἄνευ διχοστασίας,...
56 (55). 43. 4

Não somente por isso [os romanos lamentaram a sua morte], mas também porque, tendo combinado a monarquia com a república, ele preservou a sua liberdade e, ao mesmo tempo, estabeleceu ordem e segurança, de tal maneira que eles estavam livres tanto da licença da democracia e da insolência da tirania, vivendo em uma liberdade de moderação e em uma monarquia sem terror. Eles eram súditos da realeza, embora não fossem escravos, e cidadãos de uma república, ainda que sem discórdia.

Estava claro que o novo regime monárquico não era uma verdadeira *Res publica-demokratia*⁶⁸ mas apenas uma aparência de democracia 42. 27. 2. Para Díon, o regime republicano não era adaptado para o Império Romano, que exigia o poder concentrado em uma pessoa. No dizer de Fergus Millar, que explica a posição política do historiador:

... suas preferências são ditadas somente por considerações de ordem pública. Era claro que o livre funcionamento da constituição republicana levava à desordem e à imposição de uma ordem de um único líder; nesses termos vinha a conclusão de que a monarquia era preferível e inescapável.⁶⁹

Nisso, Díon Cássio, senador e historiador de origem provincial, parecia-se com seu colega – no senado e na historiografia – Tácito, ele próprio também provincial. Para ambos, o principado era uma instituição inescapável, ditada pelas circunstâncias da *Realpolitik* imperial. Para Tácito, contudo, apesar de seu pessimismo (talvez ditado pelo estilo) o futuro poderia ser luminoso, se a dinastia antonina perseverasse no pacto político instituído com o principado de Nerva. Díon – concedam-lhe isso os historiadores da Antiguidade Tardia – tinha plena razão em admitir que vivia em tempos sombrios: o “reino de ferro”, em suas próprias palavras⁷⁰. Embora seja temerário afirmar que Díon previra a Crise do terceiro século, não se pode negar a lucidez do historiador quanto à avaliação da dinastia dos Severos.

⁶⁸ Cf. 53. 1. 3

⁶⁹ Millar 1964: 75.

⁷⁰ Cf. nota 3.

BIBLIOGRAFIA

EDIÇÕES:

- Cassii Dionis Cocceiani (1885-1901), *Historiarum Romanarum quae supersunt*. Edidit Vrsulus Phillipus Boissevain. Berolini: apud Weidmannos.
- Cassius Dio Cocceianus (1885-1901), *Historiae Romanae quae supersunt*. Edição de Ursul Philip Boissevain. Berlim.
- Dio Cassius (1914-1924), *Roman History*. With an English translation by Earnest Cary on the basis of the version of Herbert Baldwin Forster. Cambridge.
- Dionis Cassii Cocceiani (1824-1827), *Historiarum Romanarum quae supersunt*. Graeca ex codicibus mss. aliisque subsidiis supplevit et emendavit Fridericus Guilielmus Sturzius. Lipsiae.
- Dio Cassius Cocceianus (1824-1827), *Historiae Romanae quae supersunt*. Edição de Friedrich Wilhelm Sturz. Leipzig.

ESTUDOS:

- Barnes, T. D. (1984), “The Composition of Cassius Dio’s ‘Roman History’”, *Phoenix* 38, 3: 240-255
- Edmonson, J. (1992), *Dio’s The Julio-claudians: Selections from books 58 – 63 of the Roman History of Cassius Dio*. Translated and with historical commentary. London.
- Fechner, D. (1986), *Untersuchungen zu Cassius Dios Sicht der Römischen Republik*. Hildesheim.
- Freyburger-Galland, M. (1997), *Aspect du vocabulaire politique et institutionnel de Dion Cassius*. Paris.
- Gabba, E. (1955), “Sulla Storia Romana di Cassio Dione”, *Rivista Storica Italiana* 67: 289-333.
- Gowing, A. M. (1999), “Dio’s Name”, *Classical Philology* 85, 1: 49-54.
- (1992), *The Triumviral Narratives of Appian and Cassius Dio*. Ann Arbor.
- Hose, M. (2010), “Cassius Dio: a Senator and Historian in the Age of Anxiety”, in J. Marincola (ed.), *A Companion to Greek and Roman Historiography*. Oxford, 461-467.
- (1994), *Erneuerung der Vergangenheit: die Historiker im Imperium Romanum von Florus bis Cassius Dio*. Leipzig.
- Letta, C. (1979), “La composizione dell’opera di Cassio Dione: cronología e sfondo storico”, in L. Troiani, C. Letta, E. Noè (eds.), *Ricerche di storiografia greca di età romana*. Pisa, 121-179.

- Lucien (2010), *Comment écrire l'histoire*. Traduit par André Hurst. Paris.
- Manuwald, B. (1979), *Cassius Dio und Augustus: Philologische Untersuchungen zu den Büchern 45-56 des dionischen Geschichtswerkes*. Wiesbaden.
- Migliorati, G. (2013), *Cassio Dione e l'impero romano da Nerva ad Antonino: alla luce dei nuovi documenti*. Milano.
- Millar, F. (1964), *A Study of Cassius Dio*. Oxford.
- Molin, M. (2016), "Biographie de l'historien Cassius Dion", in V. Fromentin et al. (eds.), *Cassius Dion: nouvelles lectures*. Bordeaux, 441-446.
- Murison, C. L. (1999), *Rebellion and Reconstruction: Galba to Domitian. An Historical Commentary on Cassius Dio's Roman History Books 64-67 (A.D. 68-96)*. Atlanta.
- Pelling, C. (1979), "Plutarch's method of work in the Roman Lives", *Journal of Hellenic Studies* 99: 74-96.
- Rich, J. W. (1990), "Introduction", in Cassius Dio, *The Augustan Settlement (Roman History 53-55.9)*. Edited with translation and commentary by J. W. Rich. Warminster.
- Rosellini, M. (1996), "Introduction", in Dion Cassius, *Histoire Romaine: livres 40 - 41*. Introduction, traduction et notes par Michèle Rossellini. Paris.
- Schwartz, E. (1899), "Cassius", *Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft* 3, 2: 1684-1722.
- Steidle, W. (1988), "Beobachtungen zum Geschichtswerk des Cassius Dio", *Würzburger Jahrbücher für die Altertumswissenschaft* 14: 203-224.
- Townend, G. (1961), "Traces in Dio Cassius of Cluvius, Aufidius and Pliny", *Hermes* 89, 2: 227-248.
- Veyne, P. (2005), *L'Empire gréco-romain*. Paris.
- Vrind, G. (1971 [1923]), *De Cassii Dionis vocabulis qui ad ius publicum pertinent*. Ristampa anastatica dell'edizione Den Haag, 1923. Roma.

(Página deixada propositadamente em branco)

THE DESTRUCTION OF IMPERIAL WRITINGS IN LATE-ANTIQUITY HISTORIOGRAPHIC NARRATIVES¹

LUISE MARION FRENKEL
Universidade de São Paulo
(<https://orcid.org/0000-0002-2715-4355>)

ABSTRACT: Lactantius and Eusebius of Caesarea wrote about a man who was executed for tearing down an imperial writing said to contain the order for the destruction of Christian scriptures. The chapter addresses the relation of their historiographic narratives to the polemical characterisation of imperial authority in *topoi* about the materiality of writing which reflect various concepts of language. Referring to similar incidents in Greek and Rabbinic literature, the plausibility of the accounts is assessed with regard to fourth- and fifth-century Roman law, the unfolding of the Diocletianic Persecution and the production and reception of traditions about the enforcement of measures against religious practices and groups. The chapter shows that the passages underline the relevance of texts for the imperial identity of the provinces, in Christianity and in the structure of Eusebius' and Lactantius' works. Their stylised accounts would reveal to audiences steeped in the reception of the Roman literary and political past the contribution of their historiographies as material conveyors of a reasoning which could buttress the imperial and religious identity of their world.

KEYWORDS: Historiography; Book-burning; Roman Empire - *maiestas*; Eusebius, of Caesarea, Bishop of Caesarea, (Ca. 260-Ca. 339); Lactantius, Lucius Caecilius Firmianus (240?-320)

A number of late-antique Greek, Latin, Syriac and Hebrew texts describe or allude to incidents that hint at harmful consequences for disrespect or inattention to the material support and disclosure of an imperial promulgation. These accounts have been considered the resonance of narratives found in Lactantius' *De mortibus persecutorum* and Eusebius of Caesarea's *Historia ecclesiastica*.² Theirs would be the earliest accounts about an incident in which

¹ I thank the Universidade de São Paulo for granting leaves for fellowships at the Institute for Textual Scholarship and Electronic Editing (ITSEE, Birmingham, supported by the Brazil Visiting Fellowship Scheme), St Edmund's College (Cambridge) and the Max Weber Centre for Advanced Cultural and Social Studies (MWK Erfurt, supported by resources of the Deutsche Forschungsgemeinschaft, DFG, within the framework of the research group 'Religious individualisation in historical perspective') and to participate at conferences in Ghent (Belgium) and Birmingham (UK). I am grateful for the comments that I received on these occasions, as well as for the feedback on later drafts offered by Geoffrey Greatrex and Cornel Zwiernlein.

² Lactantius *De mortibus persecutorum* (= *Mort.pers.*) 13: *Postridie prosopositum est edictum quo cavebatur, ut religionis illius homines carerent omni honore ac dignitate, tormentis subiecti essent, ex quocumque ordine aut gradu venirent, adversus eos omnis actio valeret, ipsi non de iniuria, non de adulterio, non de rebus ablatis agere possent, libertatem denique ac vocem non*

a man was sentenced to death for tearing down an imperial missive, viz. the order for the destruction of Christian scriptures on the onset of the Diocletianic Persecution. The association reflects the historical character attributed to Eusebius' works and usually also to Lactantius and the harmonising reading of Greek and Roman classical sources common in literary, historical, theological and social sciences.³ A number of studies has delineated a set of Greek, Roman and Hebrew texts from the first century B.C. to the seventh century C.E. on the theme of punishment for disrespect or respect towards writings. This core

habere. Quod edictum quidam etsi non recte, magno tamen animo deripuit et conscidit, cum irridens diceret victorias Gothorum et Sarmatarum propositas. Statimque perductus non modo extortus, sed etiam legitime coctus cum admirabili patientia postremo exustus est. Ed. Creed 1984: 20. "The next day an edict was posted in which warning was given that those who adhered to this religion would be deprived of all official position and status, and would be subject to torture whatever order or rank of society they came from, that any legal action brought against them would be valid in court, while they themselves would be unable to bring actions for wrongs done to them, for adultery, or for theft; they would in fact lose their freedom and their right of utterance. One man, admittedly acting wrongly but showing great courage, snatched this edict down and tore it up, declaring mockingly that victories of Goths and Sarmatians were being proclaimed. He was immediately arrested; and he was not merely tortured; after being roasted by due process of law and enduring this with amazing patience, he was finally burnt to death." Transl. *ibid.*: 21. Eusebius *Historia ecclesiastica* (=H.E.) 8. 5: Αὐτίκα γοῦν τῶν οὐκ ἀσίμων τις, ἀλλὰ καὶ ἄγαν κατὰ τὰς ἐν τῷ βίῳ νενομισμένας ὑπεροχὰς ἐνδοξοτάτων, ἅμα τῷ τὴν κατὰ τῶν ἐκκλησιῶν ἐν τῇ Νικομηδεῖα προτεθῆναι γραφήν, ζήλω τῷ κατὰ θεὸν ὑποκινήσεις διαπύρω τε ἐφορμήσας τῇ πίστει, ἐν προφανεῖ καὶ δημοσίῳ κειμένῃ ὡς ἀνοσίαν καὶ ἀσεβεστάτην ἀνελῶν σπαράττει, δυνεῖν ἐπιπαρόντων κατὰ τὴν αὐτὴν πόλιν βασιλέων, τοῦ τε πρεσβυτάτου τῶν ἄλλων καὶ τοῦ τὸν τέταρτον ἀπὸ τούτου τῆς ἀρχῆς ἐπικρατοῦντος βαθμόν. ἀλλ' οὗτος μὲν τῶν θηρικᾶδε πρώτος τοῦτον διαπρέψας τὸν τρόπον ἅμα τε τοιαῦτα οἷα καὶ εἰκόσ ἦν, ὑπομείνας ὡς ἂν ἐπὶ τοιοῦτω τολμήματι, τὸ ἄλπρον καὶ ἀτάραχον εἰς αὐτὴν τελευταίαν διετήρησεν ἀναπνοήν. Ed. Schwartz; Mommsen; Winkelmann 1999, re-print of Schwartz; Mommsen; Winkelmann 1903, 1908: 746-748. "To begin with, the moment that the decree against the churches was published at Nicomedia, a certain person by no means obscure, but most highly honoured as the world counts pre-eminence, moved by zeal toward God and carried away by his burning faith, seized and tore it to pieces, when posted up in an open and public place, as an unholy and profane thing; [and this he did] while two emperors were present in the same city, the senior of them all, and he who held the fourth place in the government after him. But this man was the first of those at that time who thus distinguished himself; and, at the same time, in his endurance of such results as naturally followed a daring act of this kind, he maintained an untroubled and undisturbed demeanour to his very last breath." Transl. J. E. L. Oulton in Lawlor; Oulton 1932: 263-265.

³ On the ongoing harmonising reading of Greek and Roman texts deemed historiographical, which in this case leads, for example, to the reused enumeration of parallels from *exempla* and martyrologies in Greek, Latin, Syriac and Hebrew, see Donner 2006. Studies of the plausibility and veracity of Lactantius' and Eusebius' narratives mostly fillet out and attempt to correct passages of dubious historicity. For an overall positive assessment of Lactantius' reliability mingled with literary evaluations which actually cast doubts on it, see Barnes 2011: 8-10, 216 note 29, together with the analysis of his overall capricious selection of sources in Ando 2012 and also Riedweg 2005: 15-161. Less analytical readings can be found in Creed 1984: 94 and Keresztes 1983: 382. On Eusebius' accuracy and editorial dexterity, see Willing 2008: 508 with an example on 368-375.

repertory has often been discussed in the research on the fourth-century relation of Empire and Christianity and their textual cultures.⁴ This chapter contributes an analysis of the semiotic characteristics of the narratives shared with literary and legal texts. The passages reflect independent engagements with literary *topoi* about damage to material conveyors of imperial *maiestas* to show the relevance of texts in general and the contents of that historiography in particular for life in the Roman Empire.⁵

1. LACTANTIUS AND EUSEBIUS

Eusebius' and Lactantius' writings engaged with the discursive strategies in which the erudite elite of the Roman Empire was fluent and which pervaded to different degrees the cultural practices of all social and ethnic groups.⁶ They developed literary *personae* appropriate to each work and plausible for the audience when connected with the authorial *persona* derived from other texts attributed to them and their reputation. Any inference about their real personal experience or their emotions and thoughts is learned guesswork. They assumed the literary and oratorical expressions of the late-antique legislator, historian, exegete, teacher and counsellor in their works. Some *topoi* of the *persona* of the historiographer, such as first hand experience or privileged access to sources, were characteristic attributes of all those *personae* too, which are also present in the *H.E.* and *Mort. pers.* An exemplary citizen of the stylised world of the historiographic narrative was their ideal public. It was culturally Greek, steeped in traditional Roman values and familiar with those Christian and imperial concepts and qualities which the writer delineated with his narrative choices and especially the selection of authors and works (real or hypothetical) which he mentioned or (freely) quoted.⁷ With them, he also outlined parameters for being in communion, and, therefore, about ('orthodox') Christianity. The audience of Eusebius' and Lactantius' historical narratives would have comprehended them as projections of an exemplary imperial world when becoming aware and perceiving the intrinsic qualities of the matter and of the words, like the protagonist of the story who showed awareness of the imperial character of the material support and suffered the consequences for its destruction. The ideal audience, cast as citizens of a Christian Roman Empire, is represented as omnipresent. It actually reflected minorities regarding both education and religion in a world in which the relevance of imperial values

⁴ Fundamental studies, which will not be cited repeatedly, include Barnes 1973: 22-23; Barnes 1991; Ando 2000: 107-108; Corcoran 2000: 179-181; Corcoran 2008; De Ste. Croix; Whitby; Streeter 2006: 39-40, 96-97; Digeser 2000; Digeser 2014. See also Katzoff 1989 and Lee 2007: 38.

⁵ See Bremmer 2014: 23-26, Rohmann 2013, Sarefield 2007, Cramer 1945, Speyer 1998.

⁶ See Stenger 2016: 95; Ando 2015b.

⁷ See Schott 2013: 351-352, Debié 2015: 393-395 and Hartmann 2017.

and laws varied significantly.⁸ The Christianities espoused by bishops were often irreconcilable and reflected only a fraction of the religious practices and beliefs of the population, experienced in a broad spectrum without clear boundaries from other cultural expressions, including Greek, Roman, Judaic, 'magic', Egyptian, Gnostic and Manichaean.⁹

Eusebius' 'Alexandrian' philological and theological background was generally a collective effort, building on the legacy of Origen's milieu.¹⁰ It included mastery of the skills and resources of classical scholarship, scriptural exegesis and philosophical acumen. Without ceasing to produce didactic and advisory works such as treatises, commentaries and homilies, Eusebius responded to changes in Roman and Christian affairs by publishing and revising a number of polemical, historiographic and encomiastic works that addressed the relation of religion and rule, and the impediments to victories of Empire and Christianity.¹¹ The evaluation of real world characters and events reflected on the presentation of the literary world. Its actors and events could be significantly modified when works were revised or augmented. In the case of Eusebius' *H.E.*, the significant differences in the manuscript evidence are usually related to various redactions. Especially the relation of the last books to *H.E.* I-VII and his other writings is much debated.¹² Eusebius did not structure Book VIII through a synchrony of lists of imperial and episcopal successions, which form the back-bone of the earlier books. This organisation echoes his own *Chronici canones*, to which Eusebius points programatically in *H.E.* I 1,6. He had first published the chronicle a couple of years earlier, but continued working on it alongside the *H.E.* for another decade.

Although casting himself as a leading authority on Christian matters with easy access to the imperial court at all levels, Eusebius was under attack for his theological views and remained a marginal political figure. Eusebius' textual world-projection consistently referred to the sacred office or person of an emperor

⁸ Cf. Verdoner 2010: 369 and Corke-Webster 2017: 268-269. See also Walter 2006: 305-319.

⁹ See Rebillard; Rüpke 2015, Naiweld 2012 and Thomassen 2010: 472-473.

¹⁰ Grafton; Williams 2006: 209.

¹¹ On historiography as an encomiastic or critical debate of the character of the (Roman) empire, see Van Hoof; Van Nuffelen 2017: 276-279 and on the individual and individual experience in late ancient historiography see Van Nuffelen (2017), 238, 244 showing that the individual focus falls on the narrative voice of the historiographer with which the public can identify. Although never addressing religious persecution, see also Singh 2015: 135. On the anachronism of separating modes of discourse, such as hagiography, biography and historiography, see Penland 2011: 91-92 and on their ideal merits, see Krueger 2000: 505.

¹² See Ferguson 2003: 100, Perrone 2007: 315, Ulrich 2007: 64-65 and especially DeVore 2012: 140 n. 5. Thus, alongside the association to Thucydides' historiography, on which see Morlet 2006: 61, the *H.E.* was markedly a 'Herodotean' ethnographic account of all peoples (*H.E.* I 6,7), on which see Schott 2013: 139-140. See Corke-Webster 2017b: 258 on philological details, literary references to *De Martyribus Palaestinae*, other works and events and the manuscript evidence.

and created a system of textual and symbolic distribution of his own, contriving a chancery-style mesh of methods of Christian codex-making for his publishing operation in Cæsarea which competed with facts and slanders about his teachings and deeds.¹³ Often condemned, his writings were considered unacceptable in several regions. The works which were transmitted were only gradually accepted. His philological tools spread quickly. His legacy was still under attack when fifth-century works referred to his *auctoritas* in church-historiography, validating the *H.E.* In tandem, they largely superseded it by continuing it and changing the foci of the narratives, social values and theological concepts already covered by Eusebius.¹⁴

Lactantius, on the other hand, had a more varied and often unmediated access to potential members of the ideal public of his works, including those directly involved in the administration and legislation of the Roman Empire. He worked as a master of rhetoric in Nicomedia and at the imperial courts of Diocletian and Constantine, in Trier. There, the prevailing imperial and religious policies were disputed by factions or seemed on the verge to come into their focus. In the shadow of actual or imminent civil war, such as between Constantine and Licinius,¹⁵ Lactantius engaged critically with imperial identity in his works. The relation of his concepts of power, virtue, rule and religion underlying the narrative of *Mort.pers.* to Constantine's reign and succession are not transparent. Lactantius was tackling with classical and political rhetoric the narratives and concepts also addressed by panegyrists and philosophers.¹⁶

Eusebius was mostly periphrastic about imperial involvement in earlier Roman anti-Christian measures. Thus, his texts project continuous concepts of imperial identity and authority that are not intrinsically incompatible with or opposed to Christianity. Applied also to previous rulers, this characterisation tallied with an alleged (post-312 official) rhetoric of continuity of imperial authority.¹⁷ At the same time, Eusebius suggested momentous contemporary political and social changes, passing over the continuity in most fundamental concepts and institutions of the empire. He prioritised imperial agency, especially in the narratives about Constantine. Lactantius projected a more restrained reaction to his ascent and Christian identity, possibly warning against

¹³ Cf. Vessey 2014: 267. On the authorial capacity of late-antique writers to articulate an inhabited textual past, see Berzon 2014: especially 189-190.

¹⁴ See Frenkel 2018: 341-343.

¹⁵ See Kristensen 2016 and Wienand 2015.

¹⁶ See Walter 2006: 271-280, Ware 2014 and in the abundant literature on the relation between Lactantius' works and the writings and ideas of teachers such as Porphyry and their followers, especially Schott 2008: 79-82.

¹⁷ See especially Meinking 2013: 86, 94-96, 103. See also Digeser 1998, Barnes 2011: 176; Gauger 1998: 61; Reiner 2006: 327; Icks 2012: 465-467 and now Becker 2017: 127.

a conceivable relapse.¹⁸ In *Mort.pers.*, the seriousness of the anti-Christian measures and the spread of the enforcement now seem reasonably close to the actual harshness of the persecution. They correspond to Lactantius' prevailing representation of imperial identity and individual emperors. Grossly cast actions which signal unrestrained imperial power indicate potential or actual *hubris*. Lactantius did not dissociate Constantine and the *oikoumene* he ruled from anti-(orthodox) Christian measures. Even when narratives suggest a misuse of power, as in the accounts about Diocletian and Maximian, they nevertheless uphold, albeit unfavourably, imperial identity.¹⁹

2. NARRATIVE CONTEXT

Even factoring in the various forms and days of promulgation, provisions and the extent of the enforcement of the persecution, Lactantius' and Eusebius' accounts of the incident do not cohere and can only be partially true.²⁰ Neither the varying enforcement and often reduced impact of imperial legislation nor the relevance of local or private laws transpire in their works.²¹ Imperial authority is shown present in everyday life of all, affecting the world for better or for worse depending on the virtues of the emperors and their attitudes towards Christianity. Therefore, it urged to achieve and improve the rule of a good emperor, and thus the topicality of their works, in which they advocate it, increased. Also the letters to members of the Roman administration and treatise-like collections of sermons or sayings in which are found analogous passages take for granted the familiarity of the audience with the relevance of imperial identity in their social and cultural settings.

The promulgation and enforcement of Diocletian's first persecution edict are little attested in inscriptions, papyri and legal collections or commentaries which could provide reliable legal information. Hagiographic and historiographical narratives can sometimes complement the legal sources, but in this case the passages reflect local law and interpretations of Roman legislation which would be plausible in the context of the narrative to its intended audience.²² The

¹⁸ See Heck 2009: 120; Wallraff 2014.

¹⁹ The work is thus not incompatible with Maximian's rehabilitation in 315, which has been used as *terminus ante quem*. See Barnes 2011: 9; Drake 2014: 45-46.

²⁰ See Woods 2001, Dohrmann 2015, Ando 2015: 10, 54-55; Rohmann 2016: 38-39.

²¹ Reduced familiarity with administrative and political workings in the provinces is discussed in Corcoran 2014. On provincial awareness of Roman identity of the city, culture, administration and imperial control see, for example, Ando 2017, Johnston 2017 and Rababeh ; Al Rabady; Abu-Khafajah 2014.

²² The interpretation of imperial legislation allowed for regional, particular and private appropriation of the legislation and weakened its imperial identity, despite imperial attempts to curb it, attested by the prologue of the *Theodosian Code* and decrees in the *Justinian Code*, on which see Salway 2013: 3; Corcoran 2011: 441. See also Scheltema 1977, Wiewiorowski 2013:

inconsistent terminology in fourth-century works leaves open the type of measure, with terms corresponding to imperial edicts gradually becoming predominant. Lactantius' use of *programma*, which was at odds with the fourth-century terminology, fits in a hagiographic tradition linked to biblical narratives as attested especially in the Old Latin version of Luke's account of Augustus' census edict (Lk 2.1), the prototype of Roman imperial measures that became pivotal to the economy.²³ Later Greek and Latin accounts did not preserve the original designation of the imperial promulgation, largely shifting in parallel with the evolving legal terminology for edicts. Hebrew and Syriac sources contribute little to the question of vocabulary, since expressions related to *basilika grammata* (as in Eusebius) or to the vague *γραφή* predominate. The accounts also disagree on the effects of the measure.²⁴ The destruction of Christian texts was probably based on Diocletian's anti-Manichaean rescript (datable to either 297 or 302) which acted against their texts.²⁵ It echoed especially the tenor of similar narrative flourishes in late third-century writings of the imperial chancery, including the measures during persecutions in Valerian's and Decius' reigns.²⁶

Narratives of destruction of writings are not rare from the early fourth century on.²⁷ They reflect a notion that, however non-durable the material support is, the action can irrevocably damage a tradition and prevent the spread of its message. It had become a staple measure against people individuated by ideas they held or spread. Historically, the enforcement had a greater ritual and symbolic impact than any practical effect. It acted on the landscape symbolically, prefiguring the consequences of displays of remembrance and honour, as measures to silence and prevent them. Like *damnatio memoriae* and other enforced defacements and destructions, it hardly removed the evidence.²⁸

The various passages portray the liability according to different understandings of the relation of content to media, the ability of texts, material supports and receivers to contract meaning and thereby language, as well as of the qualifiers or accidents of the discourses to endow them.²⁹ Destroying a copy

76 and Falcone 2014.

²³ On the use of biblical images and vocabulary in narratives of persecution and retribution, see Trompf 1992, Gauger 1998: 61-62.

²⁴ See previously cited studies and Löhr 2002.

²⁵ See Lieu 1986: 436-437, Gardner; Lieu 2004: 116-118 and especially Cohen 2015: 196. See also Corcoran 2013: 12.

²⁶ See Mecella 2016: 275.

²⁷ On Arnobius' account of threats to destroy Cicero's writings and later literary expressions, see Forbes 1936 and studies analysing the passages there collated. In Howley 2017: 219-222 see especially n. 62.

²⁸ On the scholarly construct of *damnatio memoriae* see Penn 2010: 297-298 but also Wienand 2016; on the legislation, see Paño 2013 and on the narratives about suppression of information, see Howley 2017: 229

²⁹ See Frenkel (forth.).

of an imperial missive would be, narratively, a retribution of the legislation.³⁰ The narratives refer to a public familiar with notions about the transfer and appropriation of content and accidents by objects with writing, suggesting they reached beyond the erudite circles from which Porphyry, Eusebius and Lactantius stemmed. The abundance of amulets and ‘magical’ objects, whose efficacy relied on similar concepts, indicate that they could be understood by considerable parts of the population.³¹ The topic was further explored by Eusebius and Lactantius when they tackled Porphyry’s philosophical paganism in, respectively, *Praeparatio Evangelica* and *Divinae institutiones*.³² It was also intrinsic to the notion that a historiographical discourse would be apprehended foremost as an *exemplum* of empire, rather than as factual reports, contrary to positivistic readings of hagiographic and historiographic narratives.³³

3. LEGAL CONTEXT

The early fourth-century passages signal a conceptual and legal development which is attested in Roman law only from the late fourth-century on. The stories do not indicate any consternation or challenge to the sentence although no precise legal reasoning is given. In Eusebius’ and Lactantius’ accounts, an indirect link with the man’s religious identity and zeal heightens the tension, apparently contributing to a swift prosecution and execution. However, neither the Christian identity of the tearer nor the content of the law being torn mattered for charging and sentencing, only that the material support had an imperial legislative text on it. Civil disobedience has long been pointed out to explain the execution, without specifying legal passages or precedents.³⁴ It is taken for granted that the attack against an element of the machinery of the Roman Empire exposed the offender to any sentence for *crimen maiestatis* at the discretion of the local law enforcer, by a shared understanding that the action went against the Roman people, the Roman Empire and ultimately against the emperor.³⁵

The literary sources of the early empire suggest that *maiestas* was used sparingly, mostly against members of the elite and with considerable attention to legal procedures. Its plasticity was decried.³⁶ The scenes narrated

³⁰ Pace Rohmann 2016: 41. See also Humfress 2007: 145; Herrin 2015: 341; Eich 2008: 242-243. For Arnobius and his work, see Simmons 1995 and Kahlos 2012.

³¹ See Digeser 2006, Meinking 2013b, De Bruyn 2010: 147 and Zachhuber 2013: 454.

³² Schott 2009; Schott 2008: 94-95.

³³ For example, Potter 2004: 337-338, 661. See Ando 2015a.

³⁴ Pace Eich 2008: 242. On alleged Roman motivations, see Cook 2010: 229-231.

³⁵ On the classical literature about *crimen maiestatis* see Solidoro 2002. See Heichelheim; Schwarzenberger 1947 on the ruling ascribed to Constantine and usually dated 320-323 and Bassanelli Somariva 1984: 98-102 on *ad legem Iuliam maiestatis* (CTh. 9,5) and further references to *crimen maiestatis* in CTh.

³⁶ See Levick 1975: 362.

by Eusebius, Lactantius and others yield a different picture, of wanton charging, swift prosecution and execution of any citizen. Eusebius' and Lactantius' ideal audiences, directly involved in the running of the state, were also those exposed to the enforcement and arbitrariness of the legislation. They may have been expected to identify with the protagonist or beware of resembling the vicious rulers and officers. The scenes in Christian homiletics and epistolography as well as in Rabbinic treatises show widespread awareness, also among those unlikely to be targeted by denouncers and prosecutors, of the expanding scope of the legislation on *crimen maiestatis* to address a vast array of practical aspects of running the Empire. Also the measures promulgated from the late fourth century on by Constans, Theodosius I and other emperors focus on the state rather than on the person of the emperor, the traditional accent of the Greek and Latin classical passages and of Eusebius' and Lactantius' accounts. They are in dialogue with the erudite literary tradition which referred to ruling on or using *maiestas* to engage critically with imperial power. Commendable emperors would refrain from it. Literarily, *maiestas* was also suggested as legal ground for condemnation of non-Roman religious practices and the link of state security to proper observance of the imperial cult had become, since Tacitus, a *leitmotiv* of Christian persecution.³⁷ In *H.E.* and *Mort.pers.*, the scene presented a sentence commensurate with the gravity of Diocletian's decree and the martyrologies represented literarily symbolic challenges against imperial jurisdiction. The stories tell of popular association of legislation with imperial identity, anticipating the legal measures of the 380's which linked disrespect of imperial legislation and *crimen maiestatis*.

The legal grounds on *crimen maiestatis* were mostly unclear and jurists like Ulpian pointed to the overlapping scope of some criminal, civil and religious legislation.³⁸ Ancient interpretations of laws on the defacement of legal epigraphy clarify the death sentence for damage or destruction of written objects bearing imperial λόγοι.³⁹ The objects inscribed with writing were taken to have the same relation to concepts and accidental qualities as images and Roman legislators associated the case with the precedent of the destruction of imperial images, since *maiestas* is offended in both.⁴⁰ Focalisation of the relation of concept and matter

³⁷ See Solidoro 2002: 7, 15, 69.

³⁸ See Williamson 2016: 341.

³⁹ On further legislation against the defacement and destruction of material objects see Kreuzsaler 2009: 223-225.

⁴⁰ See Williamson 2016, especially 340 on the late second and third-centuries background of *Digest* 48.4. Further, see Ando 2011: 73-74 on *maiestas*, a virtue frequently mentioned in dedicatory epigraphy which Roman writers attributed nearly exclusively to the Roman people. After the *maiestas* trial of Piso in 20 C.E. it became a frequent legal and rhetorical *exemplum*, with close links to the legal language for *iniuria*, as shown in Bryen 2016: 327. See also Kahlos 2014: 685-689 on the links of the literary exposition of *maiestas* and the logic of retribution which pervades Lactantius' and Eusebius' narratives.

spurred philosophical and theological discussions too. The religious resonance of the debates about presence or absence in material media, especially images, of the prototype of their referent led to a growing social divide.⁴¹

The references to the risk of capital punishment for disturbing the peaceful silence that was expected and apparently automatically set in motion during the reading of imperial missives suggest that legislation on the defacement of legal epigraphy was extrapolated to the disruption of legal oral announcements because of the shared object and action, respectively, the imperial *logos* and damage to its material support.⁴² Oral announcement of the laws had by the fifth century replaced the epigraphic publication of laws. The oral delivery does not take on the accidental qualities of the *logos*, but is an essential part of the action, since the main character is usually portrayed hearing the content conveyed by *logos*, text and material support, even when embedded as a comparison for silent reading.⁴³ The increasing production and use of codices of law and the use of writing in petitions, litigations and legal proceedings contributed to the growing authority of writing and citation in the Roman Empire, part of a cultural development attested in Christian, Rabbinic, Stoic, Neo-Platonic and legal practices and instigated by their mutual engagement.⁴⁴

4. RESONANCES

The legal foundation of the story which Lactantius and Eusebius placed at the outset of the ‘persecution’ was directly linked to the power to punish which reflected imperial *maiestas* as well as the common literary instantiation of the

⁴¹ The relation of qualities of objects and their referents was a staple metaphor in fifth-century Christological polemical works, exploring the non-communicability of the accidents. Insofar as it showed that damage to the material support of the missive does not result in harm to the emperor, it could be used by members of both factions (e.g. Theodoret of Cyrhus *Pentalogos* II 22, ed. Guinot 2015: 268-271 and Theodotus of Ancyra *Homilia* 1, ed. Schwartz 1927: 73-80). See Stefaniw 2013: 416 and on the fragment of Theodoret’s *Pentalogos* first published in 2015, Guinot 2015: ad. loc.. On the *Pentalogos* see Clayton 2007: 34-35, 157-161 with care, in view of the publication of the new Greek fragments in Guinot 2015: 214-275. Ongoing problematisation of the presence of qualities in material representations of concepts and divine and human entities, for example during the iconoclastic controversies, was decisive for the preservation of whole or excerpts of earlier Greek texts compiled, collected or embedded in new polemical works. See Frenkel 2015: 124-126 and Elsner 2012: 370-371.

⁴² Chrysostom asks for the hearing of scriptures the same attention given to βασιλικά γράμματα in *Hom. in cap. II Gen.* 14.2 (PG 53.112), *Hom. in Matth.* 19.9 (PG 57.285). See Dunning 2015: 72-73.

⁴³ Cf. Basil *Ep.*, 3.1: Ὅτε εἰς χεῖρας ἔλαβον τὴν ἐπιστολὴν σου, ἔπαθόν τι ἀκοῆς ἄξιον. Εὐλαβήθην αὐτὴν, ὡς τι δημόσιον προσαγγέλλουσαν, καί, παρ’ ὄν ἐξέλυον καιρὸν τὸν κηρόν, ἐφοβούμην προσβλέπων ὡς οὐδεὶς ἐν αἰτίαις ὦν Σπαρτιάτης Λακωνικὴν σκυτάλην. Ed. Courtonne 1957: 13-14.

⁴⁴ Pace Rohmann 2016: 24, but see Meyer 2011 and, on quotations to model ideals and retell the past, DeVore 2014: 248.

res publica in the person of the emperor. This connection continued relevant in the fifth century, with authors who endorsed full imperial power and spoke of its divine nature, while others, critical of unrestrained imperial authority, advocated a divine status only in a partial sense and a consequently limited power to punish.⁴⁵ Instead of Roman emperors who persecuted all Christians, later Christian and Jewish versions of such an incident present prospective enforcers of right faith and piety. The authors were delineating these concomitantly by their selective engagement with oral and written narratives, such as sayings of desert fathers and rabbis, synodical statements and *florilegia*. In general, they upheld the imperial right to punish with death aggressions against the material support of an imperial statement. Therefore, they would characterise the tearing down as *non recte* and the execution as *legitime*, like Lactantius. They also did not express sympathy for the man, as Eusebius had for the martyr. However, like Eusebius, they referred at best periphrastically to the causative involvement of emperors in the capital punishment and the religious identity of the infractor. Their *exempla* reflect a stance towards imperial power which acknowledges Roman values as measures against which to assess ritual or conceptual religious matters.

In Eusebius' and Lactantius' works, written *logoi* are central for the life of virtuous men. Their historiographical world represents Christianity as a 'religion of the book'. Actually, ritual and oral traditions were as or more important in the larger picture of its third- to sixth-century expression. However, harmonising reading of late-antique sources takes for granted the perspective of Christian literature which suggested the relevance of texts in and for the life of the faithful to carve its niche in their lives and to validate the truth-value of the content by this direct connection. A case in point for the problematic nature of this 'erudite' literature as a source for civil and religious aspects of the Roman Empire are the oral traditions and cultic practices associated with the veneration of saints. They could change considerably in a short timespan.⁴⁶ It speaks against the historicity of most hagiographic traditions, including this incident, that no evidence for a commemoration or cult of the martyr during the fourth century exists. The literary historicising expressions disagree on aspects which are central for the incident, such as the religious identity and motivation of the man who tears down the edict, but reflect as *exempla* the concerns of the authors. Martyrdom and the cult of martyrs is a moot point. Once the narratives found from the fourth century onwards are taken out of the equation, the evidence disappears.⁴⁷ Later sporadic references to the veneration of the protagonist closely resonate Eusebius' or Lactantius' works, in line with the increasing antiquarian character

⁴⁵ See Van Hoof; Van Nuffelen 2011: 414-415.

⁴⁶ See Shepardson 2014: 244-245 and Woods 2009: 157.

⁴⁷ On the earliest sources and their uncertain dates, see De Gaiffier 1957: 21.

of hagiography. For example, a martyrology transmitted in Syriac translation in a manuscript dated to 411 adduced the name Evethius for the martyr. The spurious work is attributed to Eusebius in the manuscript, but placed at the end of a sequence of decreasing relevance in the reception of Eusebius.⁴⁸

CONCLUDING REMARKS

A Christian may have torn down the material receptacle of Diocletian's imperial *logos* which promulgated the persecution of Christians. If prosecuted, he could have been condemned to death, *recte*, as Lactantius says. It was a plausible story to spearhead the account of a persecution which was little documented. Eusebius and Lactantius claimed eye-witness status. It strengthened the validity of their works to audiences which would have witnessed few if any episodes but were exposed to an increasing number of oral or written tales and pamphlets, many in the garb of martyrologies and hagiographies. Amalgamated with the commensurate zeal for the faith, the story of suffering the consequences for the destruction of imperial discourses was fitting.

The characterisation of the actors and the continuing existence of the *logos* despite the destruction of the material item suggests the futility of tearing down or burning to prevent the spread or preservation of ideas. Like book-burning, liability for damage to written discourse assumed that the respect due to writing inheres in the authority of the content it conveys. On their own, the condemnations were essentially impotent and ineffectual against the authority, survival and redistribution of the content. They were spectacularly symbolic acts displaying a disfavour which could revert into charges and prosecution for *crimen maiestatis*. In the passages, the Roman Empire and more specifically the emperor acts as legislator. The narratives present him as caretaker of the citizens of the world, but signal his abuse of power by showing the enforcement of a sentence related to *crimen maiestatis*.

With greater or lesser logical soundness, the various accounts associate the death sentence to the *maiestas* present or indicated by the writing. The incidents signalled the significance of the passage and its capacity to reveal the character of the legislator. They thus validated the strategy of the literary *personæ* of the authors of hagiographic and historiographic works by pointing to the authority

⁴⁸ Nau 1912: 7, 13. It follows translations of hagiographic texts about martyrs attributed to Eusebius, namely *Theophania* (CPG 3488), *Mart. Pal.* (CPG 3490) and *Laudatio martyrum omnium* (CPG 3493). Probably spurious, the discourse in praise of the martyrs, extant only in Syriac, edited in Cowper 1864, has been largely neglected too. On the fourth- and fifth-century references to incidents in which the capital sentence ensuing on tearing down an imperial missive is central, see Ando 2015b: 10, 54-55 and Frenkel (forth.). On the early reception of Eusebius *H.E.* in Syriac Christianities and the influence of the cultural background on the text, see Noce 2016.

of the texts they incorporated as constituent parts. Through narratives which conveyed the *maiestas* of Empire and Christianity, Eusebius and Lactantius disclosed, at least to a public which would interpret historiographies according to their shared literary values, a world order in which they were compatible or even essential for mutual perfection.

BIBLIOGRAPHY

- Ando, C. (2000), *Imperial ideology and provincial loyalty in the Roman Empire*. Berkeley; London.
- Ando, C. (2011), *Law, language, and empire in the Roman tradition*. Philadelphia.
- Ando, C. (2012), “Review of *Constantine: Dynasty, Religion and Power in the Later Roman Empire*. By Timothy Barnes”, *The American Historical Review* 117, 4: 1277–1278.
- Ando, C. (2015), “*Exemplum*, analogy and precedent in Roman law”, in: Lowrie, M.; Lüdemann, S. (eds.). *Exemplarity and singularity : thinking through particulars in philosophy, literature, and law*. New York, 111–122.
- Ando, C. (2015), *Roman social imaginaries : language and thought in contexts of empire*. Toronto.
- Ando, C. (2017), “The ambitions of government: Territoriality and infrastructural power in ancient Rome”, in: Ando, C.; Richardson, S. (eds.). *Ancient States and Infrastructural Power: Europe, Asia, and America*. Philadelphia, 115–148.
- Barnes, T. D. (1973), “Lactantius and Constantine”, *The Journal of Roman Studies* 63: 29–46.
- Barnes, T. D. (1991), “Latin literature between Diocletian and Ambrose”, *Phoenix* 45, 4: 341–355.
- Barnes, T. D. (2011), *Constantine : Dynasty, Religion, and Power in the Later Roman Empire*. Chichester; Malden, MA.
- Becker, M. (2017), “Polemik, Bedrohungskommunikation, Emotion : Porphyrios und sein Umgang mit der christlichen Bedrohung in *Contra Christianos*”, in: Männlein-Robert, I. (ed.). *Die Christen als Bedrohung? : Text, Kontext und Wirkung von Porphyrios’ Contra Christianos*. Stuttgart, 111–135.
- Berzon, T. S. (2014), “Heresiology as ethnography: theorising Christian difference”, in: Rosenblum, J. D.; Vuong, L. C.; Desrosiers, N. P. (eds.). *Religious competition in the third century CE : Jews, Christians, and the Greco-Roman world*. Göttingen.
- Bremmer, J. N. (2014), “Religious Violence between Greeks, Romans, Christians and Jews”, in: Geljon, A. C.; Roukema, R. (eds.). *Violence in ancient Christianity: victims and perpetrators*. Leiden; Boston, 8–32.
- Bryen, A. Z. (2016), “Crimes against the individual: Violence and sexual crimes”, in: Plessis, P. J. du; Ando, C.; Tuori, K. (eds.). *The Oxford Handbook of Roman Law and Society*. Oxford, 322–332.
- Clayton, P. B. (2007), *The Christology of Theodoret of Cyrus : Antiochene Christology from the Council of Ephesus (431) to the Council of Chalcedon (451)*. Oxford.

- Cohen, S. (2015), "Schism and the polemic of heresy: Manichaeism and the representation of papal authority in the *Liber Pontificalis*", *Journal of Late Antiquity* 8, 1: 195–230.
- Cook, J. (2010), *Roman attitudes toward the Christians : From Claudius to Hadrian*. Tübingen.
- Corcoran, S. (2000), *The empire of the Tetrarchs : imperial pronouncements and government, AD 284-324*. 2. rev. ed. Oxford.
- Corcoran, S. (2008), "The heading of Diocletian's Prices Edict at Stratonicea", *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik* 166: 295–302.
- Corcoran, S. (2011), "The *Novus Codex* and the *Codex Repetitae Praelectionis* : Justinian and his codes", in: Benoist, S.; Daguey-Gagey, A.; Cauwenberghe, C. H. van (eds.). *Figures d'empire, fragments de mémoire. Pouvoirs et identités dans le monde romain impérial (IIe s. av. n.è. – VIe s. de n.è.)*. Paris, 425–444.
- Corcoran, S. (2013), "The Gregorianus and Hermogenianus assembled and shattered", *Mélanges de l'École française de Rome – Antiquité* 125, 2: <http://mefra.revues.org/1772>.
- Corcoran, S. (2014), "State correspondence in the Roman Empire from Augustus to Justinian", in: Radner, K. (ed.). *State Correspondence in the Ancient World : From New Kingdom Egypt to the Roman Empire*. Oxford; New York, 77–90.
- Corke-Webster, J. (2017), "A Man for the Times: Jesus and the Abgar Correspondence in Eusebius of Caesarea's Ecclesiastical History", *Harvard Theological Review* 110, 4: 563–587.
- Corke-Webster, J. (2017), "The early reception of Pliny the Younger in Tertullian of Carthage and Eusebius of Caesarea", *The Classical Quarterly* 67, 1: 247–262.
- Courtonne, Y. (ed.) (1957), *Basil. Correspondance, Tome I, Lettres I-C*. Paris.
- Cowper, B. H. (1864), "Selections from the Syriac. No. II: The Encomium of the Martyrs by Eusebius of Caesarea: English Translation", *Journal of Sacred Literature and Biblical Record* NS 11, 6: 129–133.
- Cramer, F. H. (1945), "Bookburning and censorship in ancient Rome: A chapter from the history of freedom of speech", *Journal of the History of Ideas* 6, 2: 157–196.
- Creed, J. (ed.) (1984), *Lactantius. De Mortibus Persecutorum*. Oxford.
- De Bruyn, T. (2010), "Papyri, parchments, ostraca, and tablets written with biblical texts in Greek and used as amulets: A preliminary list", in: Kraus, T. J.; Nicklas, T. (eds.). *Early Christian Manuscripts : Examples of Applied Method and Approach*. Leiden; Boston, 145–189.
- De Gaiffier, B. (1957), "Palatins et eunuques dans quelques documents

- hagiographiques”, *Analecta Bollandiana* 75: 17–46.
- De Ste. Croix, G. E. M. D. S.; Whitby, M.; Streeter, J. (2006), *Christian persecution, martyrdom, and orthodoxy*. Oxford; New York.
- Debié, M. (2015), “L’historiographie tardo-antique : une littérature en extraits”, in: Morlet, S. (ed.). *Lire en extraits. Lecture et production des textes, de l’Antiquité à la fin du Moyen Âge*. Paris, 393–413.
- DeVore, D. J. (2012), “Review of *Eusèbe de Césarée. Histoire ecclésiastique. Commentaire, Tome 1: Etudes d’introduction*. By Sébastien Morlet & Lorenzo Perrone”, *Zeitschrift für Antikes Christentum* 18, 1: 138–142.
- DeVore, D. J. (2014), “Character and convention in the letters of Eusebius’ *Ecclesiastical History*”, *Journal of Late Antiquity* 7, 2: 223–252.
- Digeser, E. D. (1998), “Lactantius, Porphyry, and the debate over religious toleration”, *The Journal of Roman Studies* 88: 129–46.
- Digeser, E. D. (2000), *The Making of a Christian Empire : Lactantius and Rome*. Ithaca, N.Y.; London.
- Digeser, E. D. (2006), “Religion, law and the Roman polity : The era of the Great Persecution”, in: Ando, C.; Rüpke, J. (eds.). *Religion and law in classical and Christian Rome*. Stuttgart, 62–84.
- Digeser, E. D. (2014), “Persecution and the art of writing between the lines: *De vita beata*, Lactantius, and the Great Persecution”, *Revue Belge* 92: 29–46.
- Dohrmann, N. B. (2015), “Can “law” be private? The mixed message of rabbinic oral law”, in: Ando, C.; Rüpke, J. (eds.). *Public and private in ancient Mediterranean law and religion*. Berlin; Boston, 187–216.
- Donner, F. M. (2006), “Hagarism: The Making of the Islamic World (Book Review)”, *Middle East Studies Association Bulletin* 40, 2: 197–199.
- Drake, H. A. (2014), “Nicaea to Tyre (325-335): The bumpy road to a Christian empire”, *Antiquité Tardive* 22: 43–52.
- Dunning, B. (2015), “Chrysostom’s Serpent: Animality and Gender in the *Homilies on Genesis*”, *Journal of Early Christian Studies* 23, 1: 71–95.
- Eich, A. (2008), “Überlegungen zur juristischen und sozialen Bewertung der Fälschung öffentlicher Urkunden während der späten Republik und der Kaiserzeit”, *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik* 166: 227–246.
- Elsner, J. (2012), “Iconoclasm as Discourse: From Antiquity to Byzantium”, *The Art Bulletin* 94, 3: 368–394.
- Falcone, G. (2014), “The prohibition of commentaries to the Digest and the antecessorial literature”, *Subseciva Groningana : Studies in Roman and Byzantine Law* 9: 1–36.
- Ferguson, T. C. (2003), “The Past Is Prologue: Origenism in Book X of the *Ecclesiastical History*”, *Zeitschrift für Antikes Christentum* 7, 1: 99–112.

- Forbes, C. A. (1936), "Books for the burning", *Transactions and Proceedings of the American Philological Association* 67: 114–125.
- Frenkel, L. M. (2015), *Theodotus of Ancyra's homilies and the Council of Ephesus (431)*. Leuven.
- Frenkel, L. M. (2018), "Mustering Sources and Vindication: Theodoret of Cyrillus' Sources and the Models of Greek Ecclesiastical Historiography", in: Devilliers, O.; Sebastiani, B. B. (eds.). *Sources et modèles des historiens anciens*. Bordeaux, 341–350.
- Frenkel, L. M. (forth.), "Historiographic narratives on the authority of imperial writings in Christian polemics", in: Houghton, H. A. G. (ed.). *Papers presented at the Sixth British National Patristics Conference held in Birmingham 2016*. Leuven.
- Gardner, I.; Lieu, S. N. C. (eds.) (2004), *Manichaean texts from the Roman Empire*. Cambridge.
- Gauger, J.-D. (1998), "Der 'Tod des Verfolgers': Überlegungen zur Historizität eines Topos", *Journal for the Study of Judaism* 33, 1: 42–64.
- Grafton, A.; Williams, M. H. (2006), *Christianity and the Transformation of the Book : Origen, Eusebius, and the Library of Caesarea*. Cambridge, MA.
- Guinot, J.-N. (ed.) (2015), *Théodoret de Cyr. La Trinité ; et L'incarnation = De theologia sanctae Trinitatis ; et De oeconomia*. Paris.
- Hartmann, U. (2017), "Auf der Suche nach Platons *Politeia*? : Neuplatoniker an den Kaiserhöfen der Tetrarchen und Constantins", in: Männlein-Robert, I. (ed.). *Die Christen als Bedrohung?: Text, Kontext und Wirkung von Porphyrios' Contra Christianos*. Stuttgart, 207–236.
- Heck, E. (2009), "Constantin und Lactanz in Trier – Chronologisches", *Historia: Zeitschrift Für Alte Geschichte* 58, 1: 118–30.
- Heichelheim, F.; Schwarzenberger, G. (1947), "An edict of Constantine the Great. A contribution to the study of interpolations", *Symbolae Osloenses* 25, 1: 1–19.
- Herrin, J. (2015), "Book burning as purification in early Byzantium", in: Herrin, J. (ed.). *Margins and Metropolis: Authority across the Byzantine Empire*. Princeton, 335–356.
- Howley, J. (2017), "Book-Burning and the Uses of Writing in Ancient Rome: Destructive Practice between Literature and Document", *Journal of Roman Studies* 107: 213–236.
- Humfress, C. (2007), "Judging by the book: Christian codices and late antique legal culture", in: Klingshirn, W. E.; Safran, L. (eds.). *The Early Christian Book*. Washington D.C., 141–158.
- Icks, M. (2012), "Bad emperors on the rise: Negative assessments of imperial investitures, AD 284–395", *Klio* 94, 2: 462–481.

- Johnston, A. C. (2017), *The sons of Remus : identity in Roman Gaul and Spain*. Cambridge, MA.
- Kahlos, M. (2012), "Pagan-Christian Debates over the Interpretation of Texts in Late Antiquity", *The Classical World* 105, 4: 525–45.
- Kahlos, M. (2015), "Ditches of destruction – Cyril of Alexandria and the rhetoric of public security", *Byzantinische Zeitschrift* 107, 2: 11–33.
- Katzoff, R. (1989), "Sperber's Dictionary of Greek and Latin legal terms in rabbinic literature – a review", *Journal for the Study of Judaism* 20, 2: 195–206.
- Keresztes, P. (1983), "From the Great Persecution to the Peace of Galerius", *Vigiliae Christianae* 37, 4: 379–399.
- Kreuzsaler, C. (2009), "Aeneis tabulis scripta proponatur lex. Zum Publikationserfordernis für Rechtsnormen am Beispiel der spätantiken Kaiserkonstitutionen", in: Haensch, R. (ed.). *Selbstdarstellung und Kommunikation. Die Veröffentlichung staatlicher Urkunden auf Stein und Bronze in der Römischen Welt. Internationales Kolloquium an der Kommission für Alte Geschichte und Epigraphik in München (1. bis 3. Juli 2006)*. München, 209–248.
- Kristensen, T. M. (2016), "Maxentius' head and the rituals of civil war", in: Börm, H.; Mattheis, M.; Wienand, J. (eds.), *Civil war in ancient Greece and Rome contexts of disintegration and reintegration*. Stuttgart, 224–246.
- Krueger, D. (2000), "Writing and the liturgy of memory in Gregory of Nyssa's *Life of Macrina*", *Journal of Early Christian Studies* 8, 4: 483–510.
- Lawlor, J. J.; Oulton, J. E. L. (eds.) (1932), *Eusebius. The ecclesiastical history. Vol. II*. London : Cambridge, MA.
- Lee, A. (2007), *War in Late Antiquity: a Social History*. Malden, MA.
- Levick, B. (1979), "Poena legis maiestatis", *Historia* 28, 3: 355–379.
- Lieu, S. N. C. (1986), "Some themes in later Roman anti-Manichaean Polemics: I", *Bulletin of the John Rylands Library* 68, 2: 434–472.
- Löhr, W. A. (2002), "Some observations on Karl-Heinz Schwarte's 'Diokletian's Christengesetz'", *Vigiliae Christianae* 56, 1: 75–95.
- Maruotti, L. S. (2002), *Profili storici del delitto politico*. Napoli.
- Mecella, L. (2016), "Valeriano e la persecuzione anticristiana", in: Bonanno, D.; Funke, P.; Haake, M. (eds.). *Rechtliche Verfahren und religiöse Sanktionierung in der griechisch-römischen Antike: Akten einer deutsch-italienischen Tagung Palermo, 11.-13. Dezember 2014 / Procedimenti giuridici e sanzione religiosa nel mondo greco e romano*. Stuttgart, 269–279.
- Meinking, K. A. (2013), "Anger and adjudication: The political relevance of *De Ira Dei*", *Journal of Late Antiquity* 6, 1: 84–107.

- Meinking, K. A. (2013), “Eusebius and Lactantius: rhetoric, philosophy, and Christian theology”, in: Johnson, A. P.; Schott, J. M. (eds.). *Eusebius of Caesarea: tradition and innovations*. Washington D.C.: 325–350.
- Meyer, E. A. (2011), “Epigraphy and communication”, in: Peachin, M. (ed.). *The Oxford handbook of social relations in the Roman world*. Oxford, 191–226.
- Morlet, S. (2006), “L’introduction de l’*Histoire ecclésiastique* d’Eusèbe de Césarée (I, ii-iv) : étude génétique, littéraire et rhétorique”, *Revue d’Etudes Augustiniennes et Patristiques* 52, 1: 57–95.
- Naiweld, R. (2012), “The Father of Man: Abraham as the rabbinic Jesus”, in: Rüpke, J.; Spickermann, W. (eds.). *Reflections on religious individuality: Greco-Roman and Judaeo-Christian texts and practices*. Berlin, 145–171.
- Nau, F. N. (ed.) (1912), *Un martyrologe et douze ménologes syriaques*. Paris.
- Noce, C. (2016), “Eusebius’ *Historia Ecclesiastica* in Syriac and Latin: A First Comparison”, *Aramaic Studies* 14, 2: 98–117.
- Paño, M. V. E. (2013), “*Impios libros ...publice conburi decernimus*. El control de la palabra en la legislación de los ss. IV y V”, in: Giglio, S. (ed.). *Atti dell’Accademia Romanistica Costantiniana XIX 2013 – Convegno internazionale. Organizzare, sorvegliare, punire. Il controllo dei corpi e delle menti nel diritto della tarda antichità*. Roma, 541–566.
- Penland, E. C. (2011), “Eusebius philosophus? School activity at Caesarea through the lens of the *Martyrs*”, in: Inowlocki, S.; Zamagni, C. (eds.). *Reconsidering Eusebius : Collected papers on literary, historical, and theological issues*. Leiden, 87–98.
- Penn, M. P. (2010), “Moving beyond the palimpsest: Erasure in Syriac manuscripts”, *Journal of Early Christian Studies* 18, 2: 261–303.
- Perrone, L. (2007), “Eusèbe de Césarée face à l’essor de la littérature chrétienne au IIe siècle: Propos pour un commentaire du IVe livre de l’*Histoire Ecclésiastique*”, *Zeitschrift für Antikes Christentum* 11, 2: 311–334.
- Potter, D. S. (2004), *The Roman Empire at bay, AD 180-395*. London.
- Rababeh, S.; Rabady, R. A.; Abu-Khafajah, S. (2014), “Colonnaded streets within the Roman cityscape: a ‘spatial’ perspective”, *Journal of Architecture and Urbanism* 38, 4: 293–305.
- Rebillard, É.; Rüpke, J. (2015), “Introduction: Groups, individuals, and religious identity”, in: Rebillard, É.; Rüpke, J. (eds.). *Group Identity and Religious Individuality in Late Antiquity*. Washington D.C., 3–12.
- Reiner, E. (2006), “The reddling of Valerian”, *The Classical Quarterly* 56, 1: 325–329.

- Riedweg, C. (2005), "Porphyrios über Christus und die Christen: *De philosophia ex oraculis haurienda* und *Contra Christianos* im Vergleich", in: Wlosok, A. et al. (ed.). *L'apologétique chrétienne gréco-latine à l'époque prénicénienne : sept exposés suivis de discussions*. Vandoeuvres/Genf, 151–203.
- Rohmann, D. (2013), "Book Burning as Conflict Management in the Roman Empire (213 BCE – 200 CE)", *Ancient Society* 43: 115–149.
- Rohmann, D. (2016), *Christianity, Book-Burning and Censorship in Late Antiquity : Studies in Text Transmission*. Berlin.
- Salway, B. (2013), "The publication and application of the Theodosian Code", *Mélanges de l'École française de Rome – Antiquité* 125, 2: <http://mefra.revues.org/1754>.
- Sarefield, D. C. (2007), "The symbolics of book-burning: the establishment of a Christian ritual of persecution", in: Klingshirn, W. E.; Safran, L. (eds.). *The Early Christian Book*. Washington D.C., 159–173.
- Scheltema, H. J. (1977), "Das Kommentarverbot Justinians", *Tijdschrift voor Rechtsgeschiedenis* 45, 3-4: 307–331.
- Schott, J. (2013), "Plotinus's portrait and Pamphilus's prison notebook: Neoplatonic and early Christian textualities at the turn of the fourth century C.E.", *Journal of Early Christian Studies* 21, 3: 329–362.
- Schott, J. M. (2008), *Christianity, empire, and the making of religion in late antiquity*. Philadelphia.
- Schott, J. M. (2009), "Philosophies of language, theories of translation, and imperial intellectual production: The cases of Porphyry, Iamblichus, and Eusebius", *Church History* 78, 4: 855–861.
- Schwartz, E. (ed.) (1927), *Acta Conciliorum Oecumenicorum, Tome 1: Concilium Universale Ephesenum, Volume 1: Acta Graeca, Part 2: Collectio Vaticana 33-80*. Berlin ; Leipzig.
- Schwartz, E.; Mommsen, T. (eds.) (1903, 1908), *Eusebius Caesariensis Werke. Band 2, Teil 1-2: Die Kirchengeschichte*. Leipzig.
- Schwartz, E.; Mommsen, T.; Winkelmann, F. (eds.) (1999), *Eusebius Caesariensis Werke. Band 2, Teil 2: Die Kirchengeschichte*. Berlin.
- Shepardson, C. (2014), *Controlling contested places. Late antique Antioch and the spatial politics of religious controversy*. Berkeley.
- Simmons, M. B. (1995), *Arnobius of Sicca: Religious Conflict and Competition in the Age of Diocletian*. Oxford.
- Singh, D. (2015), "Eusebius as political theologian : The legend continues", *Harvard Theological Review* 108, 1: 129–154.
- Sommariva, G. B. (1984), "Cth. 9, 5 *ad legem Juliam maiestatis*", *Bullettino dell' Istituto di Diritto Romano "Vittorio Scialoja"* 25-26: 5–109.

- Speyer, W. (1981), *Büchervernichtung und Zensur des Geistes bei Heiden, Juden und Christen*. Stuttgart.
- Stefaniw, B. (2013), "Straight reading : Shame and the normal in Epiphanius's polemic against Origen", *Journal of Early Christian Studies* 21, 3: 413–435.
- Stenger, J. (2016), "Athens and/or Jerusalem? Basil's and Chrysostom's views on the didactic use of literature and stories", in: Gemeinhardt, P.; Van Hoof, L.; Van Nuffelen, P. (eds.). *Education and religion in late antique Christianity : reflections, social contexts and genres*. London, 86–100.
- Thomassen, E. (2010), "Orphics and gnostics", in: Dijkstra, J.; Kroesen, J.; Kuiper, Y. (eds.). *Myths, martyrs, and modernity: studies in the history of religions in honour of Jan N. Bremmer*. Leiden; Boston, 463–473.
- Trompf, G. W. (1992), "Rufinus and the logic of retribution in post-Eusebian Church Histories", *The Journal of Ecclesiastical History* 43, 3: 351–371.
- Ulrich, J. (2007), "Wie verteidigte Euseb das Christentum? : eine U'bersicht ü'ber die apologetischen Schriften und die apologetische Methode Eusebs von Caesarea", in: Brakke, D.; Jacobsen, A.-C.; Ulrich, J. (eds.). *Three Greek apologists = Drei griechische Apologeten : Origen, Eusebius, and Athanasius = Origenes, Eusebius und Athanasius*. Frankfurt am Main, 49–74.
- Van Hoof, L.; Van Nuffelen, P. (2017), "The Historiography of Crisis: Jordanes, Cassiodorus and Justinian in mid-sixth-century Constantinople", *The Journal of Roman Studies* 107: 275–300.
- Van Nuffelen, P.; Van Hoof, L. (2011), "Pseudo-Themistius, *pros basilea*: a false attribution", *Byzantion* 81: 408–419.
- Van Nuffelen, P. (2017), "The poetics of Christian history in Late Antiquity", in: Vinzent, M. *Studia Patristica. Vol. LXXV - Papers presented at the Seventeenth International Conference on Patristic Studies held in Oxford 2015 – Volume 1: Studia Patristica; Platonism and the Fathers; Maximus Confessor*. Leuven, 227–246.
- Verdoner, M. (2010), "U'berlegungen zum Adressaten von Eusebs *Historia ecclesiastica*", *Zeitschrift für Antikes Christentum* 14, 2: 362–378.
- Vessey, M. (2014), "Fashions for Varro in Late Antiquity and Christian Ways with Books", in: Harrison, C. et al. (ed.). *Being Christian in Late Antiquity: a festschrift for Gillian Clark*. Oxford, 253–277.
- Wallraff, M. (2014), "Da Milano a Nicea: Considerazioni sulla politica ecclesiastica di Costantino", in: Marcone, A.; Roberto, U.; Tantillo, I. (eds.). *Tolleranza religiosa in età tardoantica IV-V secolo: atti delle Giornate di studio sull'età tardoantica, Roma, 26-27 maggio 2013*. Cassino, 81–96.
- Walter, J. (2006), *Pagane Texte und Wertvorstellungen bei Lactanz*. Göttingen.
- Ware, C. (2014), "The *Severitas* of Constantine : Imperial Virtues in *Panegyrici Latini* 7(6) and 6(7)", *Journal of Late Antiquity* 7, 1: 86–109.

- Wienand, J. (2015), "O tandem felix civili, Roma, victoria! Civil-war triumphs from Honorius to Constantine and back", in: Wienand, J. (ed.). *Contested monarchy: integrating the Roman Empire in the fourth century AD*. Oxford, 169–197.
- Wienand, J. (2016), "The impaled king: A head and its context", In: Börm, H.; Mattheis, M.; Wienand, J. (eds.). *Civil war in ancient Greece and Rome : Contexts of disintegration and reintegration*. Stuttgart, 417–432.
- Wiewioroski, J. (2013), "Imperial authority as exemplified by enactments related to the judiciary in the late Roman diocese of Hispania", in: Ilski, K.; Marchlewicz, K. (eds.). *Authority in the past and present: sources and social functions*. Poznań, 425–470.
- Williamson, C. (2016), "Crimes against the state", in: Plessis, P. J. du; Ando, C.; Tuori, K. (eds.). *The Oxford Handbook of Roman Law and Society*. Oxford, 333–348.
- Willing, M. (2008), *Eusebius von Cäsarea als Häreseograph*. Berlin.
- Woods, D. (2001), "'Veturius' and the beginning of the Diocletianic persecution", *Mnemosyne* 54, 5: 587–591.
- Woods, D. (2009), "The origin of the cult of St George", in: Twomey, D. V.; Humphries, M. (eds.). *The great persecution, AD 303 : proceedings of the Fifth International Maynooth Patristic Conference*. Dublin, 141–158.
- Zachhuber, J. (2013), "Universals in the Greek Church Fathers", in: Chiaradonna, R.; Galluzzo, G. (eds.). *Universals in Ancient Thought*. Pisa, 425–470.

INDEX NOMINUM ET LOCORUM

- Agatárquides de Cnido: 26, 33, 41
Agatias: 30, 42
Agostinho: 79, 118
Alexandre Poliístor: 30, 37, 41
Ambrósio: 222
Amiano Marcelino: 109, 175, 180
 24.2.16: 109
Anaxímenes de Lâmpsaco: 20-21, 38,
 42, 125
Apiano: 16, 20, 24-25, 28, 33, 35, 39, 41-
 42, 144, 151, 155, 157, 159, 206
 História líbica: 20
 História púnica: 24
 História romana: 25, 28
Apolodoro de Atenas: 20
Aristóbulo de Cassandreia: 44, 60
Aristóteles: 39, 41, 44, 58, 78, 93
 Carta a Alexandre: 23, 39, 41
 Política: 23, 93
 1256b: 58
 1272b: 93
 1273a-b: 93
 1284a-b: 23
Aristoxeno: 19, 23, 40-41
 Vida de Arquitas: 23, 41
Arnóbio: 215-216, 228
Arriano: 26, 39, 41, 44, 78, 200
- Ateneu: 19
Aufidio Basso: 201
Aulo Gélio: 126, 129, 139
 2.1.1: 126
Basílio de Cesareia: 218, 223, 229
Calístenes: 44, 49, 68
Cares de Mitilene: 44
Cassiodoro: 229
Cástor de Rodes: 20
Cícero: 31, 79, 126, 129, 132, 139, 144-
 149, 151-160, 164, 215
 A Ático: 145-148
 Aos familiares: 126, 146
 5.12: 126
 Catilinária 4: 144-147, 149, 152-153,
 163
 Contra Pisão: 146
 Do orador: 126
 2.36: 132
 2.58: 126
 Por Séstio: 147
Claudiano: 28, 42
Clúvio Rufo: 201
Código de Justiniano: 214
Código de Teodósio: 214, 216, 228
Cremúcio Cordo: 201
Ctésias de Cnido: 15, 17, 19-20, 30, 36, 41

- Cúrcio Rufo: 44
Daniel, livro de: 16, 33-35, 37, 39
Demétrio de Escépsis: 126, 129
Demétrio de Falero: 23-24, 41
Demóstenes: 77-79, 144, 159
Digesto: 217
Díon Cássio: 113, 144-145, 193-196, 198, 200-202, 204-207
1.1: 200
36.17: 113
37.35-36: 145
40.63: 200
42.27: 205
44.35: 200
51.1: 203
52.1: 203
52.40: 204
53.17: 204
56(55).43: 205
56.31: 200
66.17: 200
67.12: 200
69.11: 200
69.15: 200
69.17: 200
72(71).36: 194, 201
73(72).4: 196-197
73(72).7: 196
73(72).22: 194
73(72).23: 197-199
74(73).12: 197
76(75).7: 194
76(75).15: 195
78(77).12: 195
78(77).17: 196
79.7: 197
80.1: 197
80.50: 196
Dicearco: 33
Diodoro Sículo: 15, 18, 20, 24, 28, 34-39, 41, 44, 91, 126, 129, 139-140, 161, 166, 174, 202
2.32: 20
4.21-22: 126
4.56: 126
4.59: 126
5.9: 168
5.40.4: 166, 168
31.f.14: 20
32.f.2: 20, 24
Dioniso de Halicarnasso: 16, 28-29, 36, 42, 126, 129, 139, 170, 175
Antiguidades romanas: 126
1.2: 28
1.6: 126
1.74: 126
Dúris de Samos: 125
Efípo de Olinto: 44
Éforo de Cime: 15, 18, 21-22, 34, 36, 38-39, 42, 104, 125
Élio Aristides: 16, 28-29, 35, 38, 42, 106
Emílio Sura: 16, 27-29, 34, 41
De annis populi romani: 27
Estrabão: 16, 21-22, 30, 34-36, 38, 41-42, 109
5.2.2: 168
8.5.5: 22
8.6.28: 109
11.13.5: 30
Eurípides: 52, 58, 67, 71, 80
Eusébio: 19, 33-34, 41, 209-221, 223-230
Filarco: 125
Filisto: 46
Floro: 144-145, 159, 185, 206
Heráclito: 52, 79, 80
Heródoto: 17, 19-20, 31, 33-34, 36, 39, 41, 45, 67, 76, 104, 131, 161, 175, 201-202
1.57: 53
5.22: 74

- Hesíodo: 118
História augusta: 177-192
Homero: 44, 52, 70, 78-80, 92, 127
 Ilíada: 49, 57, 64, 69, 79
 Odisseia: 92
 13.271: 92
 15.415: 92
Jâmblico: 228
Jordanes: 229
Isócrates: 115, 125
 A Níocles: 115
 9-35: 115
Istros: 126, 129
Jerônimo: 180
João Crisóstomo: 218, 224, 229
João Malalas: 19, 38, 42
Juliano: 39
Justino: 15, 29, 34-35, 38, 41, 44, 88,
 126, 139
Lactâncio: 209-211, 213-225, 227
Longino: 129, 139
Lúcio Ampélio: 18, 25, 42
Macabeus I: 33
Mársias de Pela: 44
Nearco de Creta: 44
Nicolau de Damasco: 15, 18-20, 28, 38,
 41, 106
Oráculo de Histaspes: 16
Oráculos sibilinos: 16, 33
Orósio: 35, 39, 109
 5.3: 109
Panécio: 110, 112
Pausânias: 21, 42, 53, 88, 104, 110, 112-
 113, 115, 118
 7.9.4: 115
 8.30.8: 110
 8.30.9: 110
Píndaro: 161
Plínio Jovem: 195, 223
Plínio Velho: 201
Platão: 44, 92
 República: 92
 3.414b-c: 92
Plutarco: 26, 43-62, 64-80, 106, 109-
 112, 126, 129, 139, 144, 149-151,
 155-158, 160
 De gloria Atheniensium: 106
 De laude ipsius: 106
 Alexandre: 25, 46-71, 73-76
 Catão Jovem: 144, 149, 155
 César: 144, 149, 155
 Cícero: 144, 146, 149, 155, 159
 Filopêmen: 112
 21.5: 112
 Nícias: 46
 Timoleonte: 45
Polemão Periegeta: 126, 129, 140
Políbio: 15, 18, 22-25, 28, 31, 36, 38-39,
 41-42, 81-129, 131-135, 138-142,
 202
 1.1: 98
 1.2: 25, 96, 98, 122
 1.3: 123, 127
 1.4: 123
 1.5: 124, 127
 1.8: 99
 1.9: 83
 1.11: 83, 85
 1.14: 124
 1.31: 96
 1.35: 124
 1.58: 98
 1.62: 93
 1.65: 85
 1.67: 98
 1.69: 98
 1.70: 98
 1.77: 99
 1.80: 98
 1.80-81: 92

1.86: 92	3.35: 96
1.88: 92	3.37: 83, 96
2.6: 95	3.42: 83
2.7: 86, 88, 90	3.43: 83-84, 88
2.12: 95-96	3.49: 83
2.15: 83, 89, 99	3.50: 83
2.16: 98	3.51: 83
2.17: 88-89, 96, 99	3.52: 83
2.18: 89	3.53: 83
2.19: 88, 90	3.56: 96
2.21: 88-91	3.58: 83
2.22: 88, 96	3.60: 83
2.23: 99	3.70: 90
2.29: 89	3.71: 98
2.32: 90	3.78: 88-90, 92
2.33: 88	3.79: 90
2.35: 83, 88-90	3.91: 96
2.36: 99	3.98: 86
2.37: 95-96	3.115: 86
2.38: 96, 115	4.1: 95, 99
2.39: 83	4.17: 95
2.40: 95, 113	4.20: 97
2.41: 96, 99, 115	4.29: 83
2.43: 95	4.31: 115
2.45: 95	4.32: 96
2.49: 96	4.33: 99
2.51: 95	4.35: 99
2.58: 96	4.38: 83, 98
3.3: 88	4.41: 98
3.4: 107	4.45: 83, 86
3.6: 83, 124	4.46: 99
3.10: 91	4.60: 95
3.13: 96	4.72: 97
3.14: 83, 96	4.73: 97
3.15: 91	4.76: 96, 114
3.18: 98	4.81: 99
3.30: 91	5.1: 96
3.33: 96	5.4: 99
3.34: 89	5.33: 15, 83

5.35: 93	7.15: 98
5.40: 99	8.2: 98
5.44: 83, 96	8.4: 98
5.53: 98	8.9: 83
5.55: 83	8.12: 96
5.58: 99	8.14b: 96
5.61: 99	8.15: 99
5.64: 98	8.19: 83
5.68: 99	9.1: 15, 96, 98
5.71: 98	9.2: 124
5.86: 99	9.11: 91-92
5.90: 96	9.24: 86
5.98: 98	9.25: 91-92
5.104: 84	9.29: 95
5.106: 98	9.30: 83
5.107: 94	9.34: 83, 95
5.111: 83, 89	9.35: 83
6.2: 98	9.37: 84
6.3: 98	9.38: 84, 95
6.4: 98	9.39: 83
6.5: 98-99	10.1: 83, 96
6.5-6: 125	10.15: 98
6.6: 99	10.18: 99
6.7: 99	10.21: 108
6.24: 99	10.22: 99
6.27: 98	10.25: 84
6.34: 99	10.27: 83
6.40: 98	10.29: 83
6.43: 93	10.30: 83
6.47: 93	10.31: 83
6.51: 93	10.37: 83, 91
6.53: 99	10.43: 98
6.56: 91-93	10.48: 83
6.57: 98	11.1a: 98
7.9: 96	11.5: 84
7.10: 99	11.6: 116
7.11: 83, 96	11.10: 108
7.12: 116	11.32: 83
7.14c: 96	11.34: 26, 87

12.3: 96
12.3-4: 126
12.4: 98
12.4b: 85
12.4d: 98
12.5: 109-110
12.6b: 99
12.10: 97
12.12: 98
12.25: 98
12.25a: 98, 127
12.25b: 98, 124
12.25c: 98
12.25e: 96, 126
12.25f-g: 126
12.25i: 124
12.27-28: 126
12.28a: 96
13.4: 99
13.10: 96
15.1: 83
15.23: 96
15.26: 95
15.27: 95
15.28: 95
15.29: 95, 98
15.30: 95
15.31: 99
15.32: 95
15.33: 93, 95
15.36: 99
16.32: 96
16.35: 95
16.39: 96
16.40: 96
18.1: 96
18.5: 97
18.13: 96
18.15: 98-99

18.17: 98
18.22: 85
18.28: 96
18.31: 98
18.37: 88
18.40: 98
18.41: 88-89, 96
18.47: 96
20.3: 95
20.5: 95
20.6: 99
20.9: 98
20.12: 111, 116
21.4: 95
21.17: 96
21.25: 96, 110
21.29: 96
21.33: 95
21.41: 88
21.43: 96
22.3: 95
22.4: 96
22.5: 110
22.7: 95
22.9: 96
22.18: 124
23.8: 83
23.9: 95
23.10: 83
23.12: 99, 116
23.13: 83, 96
23.16: 95
23.17: 95
23.18: 95
24.1: 95
24.6: 95
24.8: 115
24.10: 95, 114-116
24.11-13: 116

- 24.13: 95, 114
27.2: 95
27.10: 116
27.13: 93
28.3: 109
28.6: 109
28.13: 95, 109
29.2: 22
29.7: 93
29.8: 98
29.21: 23-24, 41
30.4: 98
30.13: 95
30.18: 115
30.23-30: 110
30.31: 110
30.32: 95
31.9: 83
31.10: 98
31.11-14: 110
31.18: 98
31.23-25: 110
31.26: 99
31.28: 99
31.29: 110
33.8: 83
33.10: 96
34.1: 15
34.9: 96
34.10: 83
34.11: 96
34.14: 93-94, 99
35.2: 87
35.5: 83
36.9: 97
36.11: 109
36.12: 107
36.15: 87, 98
38.2: 83
38.4: 110, 116
38.9: 95
38.10: 83, 96
38.18: 87
39.1: 83, 99
39.3: 111, 114
39.4: 111
39.5: 109
39.8: 98, 107, 117
fr. 168: 83
Pompeu Trogo: 15-16, 29, 33, 38-39, 41, 126, 129
Porfírio: 213, 216, 222, 224-225, 228
Possidônio: 38, 92, 174
POxy 4808: 109
Propércio: 166, 168
Pseudo-Aristóteles: 91
De mirabilis auscultationibus: 91
Pseudo-Temístio: 229
Ptolomeu: 44
Quintiliano: 152
Retórica a Herênio: 22, 42
Salústio: 143-148, 150-158, 160, 180, 200
Catilina: 143-147, 151-156, 158-159
Sílio Itálico: 164
Suetônio: 144, 150-151, 154-155, 158-160, 165, 167, 180, 196, 201
César: 144, 149-150
Augusto: 196
Tácito: 30, 33, 41, 167, 179-180, 186, 190, 201-202, 205, 207
Histórias: 30
Temístio: 39
Teodoreto de Ciro: 218
Teódoto de Ancira: 218, 225
Teopompo de Quios: 20, 21, 38-39, 42, 104, 125
Tertuliano: 223
Timeu de Tauromênio: 82, 121, 125-129,

- 131, 133-135, 138, 140-141
- Tito Lívio: 88, 115, 118, 153, 160-172,
174-176, 180, 200
- 1.2: 165
- 1.34: 164, 169
- 1.46: 164
- 1.55: 170
- 2.43: 168
- 2.44: 169
- 2.46-47: 169
- 2.49: 168
- 2.53: 168
- 4.32: 164
- 4.58: 164
- 5.1: 164, 169-170
- 5.15: 170
- 5.21: 166
- 5.33: 165, 168
- 5.54: 165
- 7.15: 164
- 7.17: 164
- 9.32: 164
- 9.36: 165
- 10.2: 169
- 10.10: 168
- 27.26: 166
- 27.37: 170
- 34.37: 115
- 39.8: 166, 170
- 39.9: 166
- Timágenes: 37
- Tobias, livro de: 33
- Tucídides: 38-39, 46, 80, 104, 106, 119,
124, 131-132, 140, 201-202
- 1.3: 52
- 1.4-14: 20
- 1.22: 124
- 4.104: 106
- 5.26: 106
- Ulpiano: 217
- Varrão: 229
- Veleio Patérculo: 27, 41, 144, 148, 155-
157, 160
- Vergílio: 38, 164, 166, 168, 186-187
- Eneida*: 188
- Xenócrates: 65
- Xenofonte: 44, 106
- Anábase*: 106
- Helênicas*: 106
- 3.1.2: 106
- Xifilino: 201
- Zonaras: 201

NOTAS BIOBIBLIOGRÁFICAS

Francesca Gazzano is Associate Professor of Greek history and Greek epigraphy at the DIRAAS of Genova University (Italy); in the last years (2015-2018) has been the Coordinator of the Board of Studies in Humanities. Her main fields of research are Greek historiography (Herodotus, Thucydides, the fragmentary historian Xanthus of Lydia), Greek political and military history, Greek interstate relations (with a focus on diplomacy), and the kingdom of ancient Lydia.

Álvaro M. Moreno Leoni is a professor of ancient history at the National Universities of Córdoba and Río Cuarto and a researcher at CONICET, Argentina. He has taught graduate and postgraduate courses at universities in Argentina, Mexico and Chile and has published several articles on Hellenistic history and historiography in the United Kingdom, Italy, Spain, Portugal, Mexico, Chile, and Argentina. He is the author of the book *Entre Roma y el Mundo Griego. Memoria, autorrepresentación y didáctica del poder en las Historias de Polibio* (2017).

Rainer Guggenberger is Professor of Greek Language and Literature at the Federal University of Rio de Janeiro, and studied Philosophy (esp. Ancient Philosophy and Philosophy of Language), Italian (esp. 15th Century Humanism) and Classics (esp. Homer, Lyric Poetry, Pre-Socratics, Plato and Aristotle). His current research is about the reception of Homer and Tragedies in the works of Plato, Xenophon, and Aristotle, and also on the construction of identities in Plutarch.

Erich Gruen is Wood Professor of History and Classics, Emeritus, University of California, Berkeley. His books include *The Hellenistic World and the Coming of Rome* (1984), *Studies in Greek Culture and Roman Policy* (1990), *Hellenistic Constructs: Essays in Culture, History, and Historiography* (ed.) (1997), *Rethinking the Other in Antiquity* (2011), and *Constructs of Identity in Hellenistic Judaism* (2016).

Daniel Barbo is Bachelor of History (1999/2000, UFMG), Master of History (2003, UFMG) and Doctor of History in the Line of Research Political Cultures (2009, UFMG). He published the books *O Triunfo do Falo* (2008) and *Cultura Política Homoerótica* (2017). Co-organized the book *História, Literatura & homossexualidade* (2013). Currently, he develops postdoctoral research (A recepção historiográfica de Timeu em Políbio) with PNPd-CAPES scholarship at FFLCH-USP, under the supervision of Professor Dr. Breno Battistin Sebastiani.

Professor Adriano Scatolin has been Latin Professor at the University of São Paulo since 2003. His research covers Roman Satire and Greek Satyr Drama (the theme of his Master Degree Dissertation, 2000-2003) and Latin Rhetoric (the theme of his PhD thesis, 2004-2009 and of his Post-Doctorate study, 2012-2013). He is currently preparing for publication Cicero's *De oratore* first complete translation into Portuguese and a book on Ciceronian oratory.

Agustín Moreno has a PhD in History from Universidad Nacional de Córdoba (Argentina). He was assistant professor of General Cultural History, and now he works as assistant professor of General Ancient History at the same University. His main fields of research are Latin historiography and modern historiography about the Roman world.

Moisés Antikeira (Piracicaba, Brazil, 1983) is adjunct professor for Ancient History at the West-ern Parana State University (Marechal Cândido Rondon, Brazil). He has a PhD in Social History from the University of São Paulo (2012) and has written many articles about Latin historiography and politics of the Roman Empire in the third and fourth centuries AD and, to a lesser extent, the principate of Augustus.

Anderson Martins Esteves holds a Bachelor's degree in Juridical and Social Sciences (UFRJ, 1998), a Master's degree in Classics (UFRJ, 2004) and a Ph.D. in Classics (UFRJ, 2010). He is currently Assistant Professor of Latin at the Federal University of Rio de Janeiro and works in its Graduate Program in Classical Literature. He directs the research group ATRIVM. His main areas of interest are Roman historiography and biography and gender studies in ancient Rome.

Luise Marion Frenkel is assistant professor of classical Greek. She received a PhD on late-antique Christian polemics from the university of Cambridge, and on kinematics and control theory from the university of São Paulo. Her interests center on the transmission and reception of classical culture in all periods. She is currently working on the socio-economical context of the late-antique literary representation of consensus in Greek, Latin, Syriac and Coptic sources.

VOLUMES PUBLICADOS NA COLEÇÃO HUMANITAS SUPPLEMENTUM

1. Francisco de Oliveira, Cláudia Teixeira e Paula Barata Dias: *Espaços e Paisagens. Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas. Vol. 1 – Línguas e Literaturas. Grécia e Roma* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
2. Francisco de Oliveira, Cláudia Teixeira e Paula Barata Dias: *Espaços e Paisagens. Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas. Vol. 2 – Línguas e Literaturas. Idade Média. Renascimento. Recepção* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
3. Francisco de Oliveira, Jorge de Oliveira e Manuel Patrício: *Espaços e Paisagens. Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas. Vol. 3 – História, Arqueologia e Arte* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2010).
4. Maria Helena da Rocha Pereira, José Ribeiro Ferreira e Francisco de Oliveira (Coords.): *Horácio e a sua perenidade* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
5. José Luís Lopes Brandão: *Máscaras dos Césares. Teatro e moralidade nas Vidas suetonianas* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
6. José Ribeiro Ferreira, Delfim Leão, Manuel Tröster and Paula Barata Dias (eds): *Symposion and Philanthropia in Plutarch* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
7. Gabriele Cornelli (Org.): *Representações da Cidade Antiga. Categorias históricas e discursos filosóficos* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH/Grupo Archai, 2010).
8. Maria Cristina de Sousa Pimentel e Nuno Simões Rodrigues (Coords.): *Sociedade, poder e cultura no tempo de Ovídio* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH/CEC/CH, 2010).
9. Françoise Frazier et Delfim F. Leão (eds.): *Tychè et pronoia. La marche du monde selon Plutarque* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, École Doctorale 395, ArScAn-THEMAM, 2010).
10. Juan Carlos Iglesias-Zoido, *El legado de Tucídides en la cultura occidental* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, ARENGA, 2011).
11. Gabriele Cornelli, *O pitagorismo como categoria historiográfica* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2011).
12. Frederico Lourenço, *The Lyric Metres of Euripidean Drama* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2011).
13. José Augusto Ramos, Maria Cristina de Sousa Pimentel, Maria do Céu Fialho, Nuno Simões Rodrigues (coords.), *Paulo de Tarso: Grego e Romano, Judeu e Cristão* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
14. Carmen Soares & Paula Barata Dias (coords.), *Contributos para a história da alimentação na antiguidade* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).

15. Carlos A. Martins de Jesus, Claudio Castro Filho & José Ribeiro Ferreira (coords.), *Hipólito e Fedra - nos caminhos de um mito* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
16. José Ribeiro Ferreira, Delfim F. Leão, & Carlos A. Martins de Jesus (eds.): *Nomos, Kosmos & Dike in Plutarch* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
17. José Augusto Ramos & Nuno Simões Rodrigues (coords.), *Mnemosyne kai Sophia* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
18. Ana Maria Guedes Ferreira, *O homem de Estado ateniense em Plutarco: o caso dos Alcmeónidas* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
19. Aurora López, Andrés Pociña & Maria de Fátima Silva, *De ayer a hoy: influencias clásicas en la literatura* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
20. Cristina Pimentel, José Luís Brandão & Paolo Fedeli (coords.), *O poeta e a cidade no mundo romano* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
21. Francisco de Oliveira, José Luís Brandão, Vasco Gil Mantas & Rosa Sanz Serrano (coords.), *A queda de Roma e o alvorecer da Europa* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
22. Luísa de Nazaré Ferreira, *Mobilidade poética na Grécia antiga: uma leitura da obra de Simónides* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2013).
23. Fábio Cerqueira, Ana Teresa Gonçalves, Edalaura Medeiros & JoséLuís Brandão, *Saberes e poderes no mundo antigo. Vol. I – Dos saberes* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2013). 282 p.
24. Fábio Cerqueira, Ana Teresa Gonçalves, Edalaura Medeiros & Delfim Leão, *Saberes e poderes no mundo antigo. Vol. II – Dos poderes* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2013). 336 p.
25. Joaquim J. S. Pinheiro, *Tempo e espaço da paideia nas Vidas de Plutarco* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2013). 458 p.
26. Delfim Leão, Gabriele Cornelli & Miriam C. Peixoto (coords.), *Dos Homens e suas Ideias: Estudos sobre as Vidas de Diógenes Laércio* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2013).
27. Italo Pantani, Margarida Miranda & Henrique Manso (coords.), *Aires Barbosa na Cosmópolis Renascentista* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2013).
28. Francisco de Oliveira, Maria de Fátima Silva, Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa (coords.), *Violência e transgressão: uma trajetória da Humanidade* (Coimbra e São Paulo, IUC e Annablume, 2014).
29. Priscilla Gontijo Leite, *Ética e retórica forense: asebeia e hybris na caracterização dos adversários em Demóstenes* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2014).
30. André Carneiro, *Lugares, tempos e pessoas. Povoamento rural romano no Alto*

- Alentejo*. - Volume I (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2014).
31. André Carneiro, *Lugares, tempos e pessoas. Povoamento rural romano no Alto Alentejo*. - Volume II (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2014).
 32. Pilar Gómez Cardó, Delfim F. Leão, Maria Aparecida de Oliveira Silva (coords.), *Plutarco entre mundos: visões de Esparta, Atenas e Roma* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2014).
 33. Carlos Alcalde Martín, Luísa de Nazaré Ferreira (coords.), *O sábio e a imagem. Estudos sobre Plutarco e a arte* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2014).
 34. Ana Iriarte, Luísa de Nazaré Ferreira (coords.), *Idades e género na literatura e na arte da Grécia antiga* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2015).
 35. Ana Maria César Pompeu, Francisco Edi de Oliveira Sousa (orgs.), *Grécia e Roma no Universo de Augusto* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2015).
 36. Carmen Soares, Francesc Casadesús Bordoy & Maria do Céu Fialho (coords.), *Redes Culturais nos Primórdios da Europa - 2400 Anos da Fundação da Academia de Platão* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2016).
 37. Claudio Castro Filho, “*Eu mesma matei meu filho*”: *poéticas do trágico em Eurípides, Goethe e García Lorca* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2016).
 38. Carmen Soares, Maria do Céu Fialho & Thomas Figueira (coords.), *Pólis/ Cosmópolis: Identidades Globais & Locais* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2016).
 39. Maria de Fátima Sousa e Silva, Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho & José Luís Lopes Brandão (coords.), *O Livro do Tempo: Escritas e reescritas. Teatro Greco-Latino e sua recepção I* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2016).
 40. Maria de Fátima Sousa e Silva, Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho & José Luís Lopes Brandão (coords.), *O Livro do Tempo: Escritas e reescritas. Teatro Greco-Latino e sua recepção II* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2016).
 41. Gabriele Cornelli, Maria do Céu Fialho & Delfim Leão (coords.), *Cosmópolis: mobilidades culturais às origens do pensamento antigo* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2016).
 42. Nair de Nazaré Castro Soares, Cláudia Teixeira (coords.), *Legado clássico no Renascimento e sua receção: contributos para a renovação do espaço cultural europeu*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e

- Annablume, 2016).
43. Françoise Frazier & Olivier Guerrier (coords.), *Plutarque. Éditions, Traductions, Paratextes* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2017).
 44. Cláudia Teixeira & André Carneiro (coords.), *Arqueologia da transição: entre o mundo romano e a Idade Média*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2017).
 45. Aldo Rubén Pricco & Stella Maris Moro (coords.), *Pervivencia del mundo clásico en la literatura: tradición y relecturas*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2017).
 46. Cláudia Cravo & Susana Marques (coords.), *O Ensino das Línguas Clássicas: reflexões e experiências didáticas*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2017).
 47. Breno Battistin Sebastiani, *Fracasso e verdade na recepção de Políbio e Tucídides* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume 2017).
 48. Christian Werner, *Memórias da Guerra de Troia: a performance do passado épico na Odisseia de Homero*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2018).
 49. Paola Bellomi, Claudio Castro Filho, Elisa Sartor (eds.), *Desplazamientos de la tradición clásica en las culturas hispánicas*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2018).
 50. V.M. Ramón Palerm, G. Sopena Genzor, A.C. Vicente Sánchez (eds.), *Irreligiosidad y Literatura en la Atenas Clásica*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2018).
 51. Luiz César de Sá Júnior, *Escrever para não morrer: retórica da imortalidade no epistolário de Damião de Góis*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2018).
 52. José Luís Brandão & Paula Barata Dias (coords.), *O Melhor é a Água: da Antiguidade Clássica aos Nossos Dias*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2018).
 53. Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa, Matheus Trevizam, Júlia Batista Castilho de Avellar, *Tempestades clássicas: dos Antigos à Era dos Descobrimentos*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2018).
 54. Lorena Jiménez Justicia & Alberto J. Quiroga Puertas (eds.), *Ianus. Innovación docente y reelaboraciones del legado clásico* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2018). 157 p.
 55. Carmen Soares, José Luís Brandão & Pedro C. Carvalho (coords.), *História Antiga: Relações Interdisciplinares. Fontes, Artes, Filosofia, Política, Religião e Recepção* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018). 421 p.

56. Carmen Soares, José Luís Brandão & Pedro C. Carvalho (coords.), *História Antiga: Relações Interdisciplinares. Paisagens Urbanas, Rurais & Sociais* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018). 463 p.
57. Isabella Tardin Cardoso, Marcos Martinho (eds.), *Cícero: obra e recepção* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019). 239 p.
58. Delfim Leão, José Augusto Ramos, Nuno Simões Rodrigues (coords.), *Arqueologias de Império* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018). 381 p.
59. Breno Battistin Sebastiani, Fernando Rodrigues Jr., Bárbara da Costa Silva (coords.), *Problemas de Historiografia Helenística* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019).

(Página deixada propositadamente em branco)

Alguns dos textos reunidos no presente livro decorrem do evento internacional “Jornada de Historiografia Helenística: novas abordagens teórico-metodológicas”, realizado no DLCV/FFLCH/USP e no MAE/USP entre os dias 15 e 16 de setembro de 2016. Tanto o evento quanto o livro problematizam de saída, por seus formatos, a noção mesma de “helenismo” em que se escoram: ambos a tomam na acepção cronológica ampla tal qual proposta por Droysen na *Vorrede* de 1836, isto é, a de um período da antiguidade que se estenderia aproximadamente desde a morte de Alexandre em 323 a.C. até a fundação de Constantinopla em 330 a.C.

OBRA PUBLICADA
COM A COORDENAÇÃO
CIENTÍFICA



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

